



UFSM

Vilso Junior Chierentin Santi

**AS REPRESENTAÇÕES NO CIRCUITO DAS NOTÍCIAS:
O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM-TERRA NO JORNAL ZERO HORA**

Dissertação de Mestrado

PPGCOM

Santa Maria, RS, Brasil

2009

Vilso Junior Chierentin Santi

**AS REPRESENTAÇÕES NO CIRCUITO DAS NOTÍCIAS:
O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM-TERRA NO JORNAL ZERO HORA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Área de Concentração Comunicação Midiática, Linha de Pesquisa Mídia e Identidades Contemporâneas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Comunicação**.

Orientadora: Prof^a. Dr. Márcia Franz Amaral

Universidade Federal de Santa Maria

Santa Maria, RS, Brasil

2009

S235r Santi, Vilso Junior Chierentin

As representações no circuito das notícias: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra no jornal Zero Hora / por Vilso Junior Chierentin Santi. – Santa Maria, 2009.

218 f., [34] f. dobradas : Il. ; 30 cm.

Orientadora: Márcia Franz Amaral

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática, RS, 2009.

1. Comunicação 2. Jornalismo 3. Metodologia 4. Jornal Zero Hora
5. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra I. Amaral, Márcia Franz
II. Título.

CDU 070.19

Ficha catalográfica elaborada por
Josiane S. da Silva - CRB-10/1858

© 2009

Todos os direitos autorais reservados a Vilso Junior Chierentin Santi. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser realizada mediante citação da fonte e/ou autorização prévia do autor.

Endereço: Rua Tamanday, 225, Bloco M, aptº402, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, Santa Maria, RS, 97060-540

Fone: (0XX) 55 9631-8604 ; End. eletrônico: vjrsanti@yahoo.com.br

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Ciências da Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação de Mestrado **“As Representações no Circuito das Notícias: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra no Jornal Zero Hora”**, de autoria do Mestrando Vilso Junior Chierentin Santi, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr. Márcia Franz Amaral
(UFSM)
Presidente/Orientador

Prof^ª. Dr. Ana Carolina Damboriarena Escosteguy
(PUCRS)
Primeiro membro

Prof^ª. Dr. Christa Liselote Berger Ramos Kuschick
(UNISINOS)
Segundo membro

Prof. Dr. Fábio Souza da Cruz
(UCPel)
Suplente

Santa Maria, 03 de março de 2009

Dedico a...

Quem construiu a Tébas das sete portas?
Nos livros constam os nomes dos reis...
Os reis arrastaram os blocos de pedra?

E a Babilônia tantas vezes destruída...
Quem a ergueu outras tantas?

Em que casas da Lima radiante de ouro...
Moravam os construtores?

Para onde foram os pedreiros...
Na noite em que ficou pronta a muralha
da China?

(Bertolt Brecht - Poemas).

Agradeço...

Àquelas pessoas que me puseram no caminho –
o seu Vilso e a dona Mery, meus pais.

Àquelas pessoas que sempre compartilharam comigo o caminho –
a Cristiana, a Fabiana, o Jéferson e a Heloíse, meus irmãos.

Também, àquelas que chegaram por último –
a Stéfani, o Otávio e o Christian, meus sobrinhos.

Àquelas pessoas que lutaram comigo no caminho –
no CAFW, na Emater, no MST, na UCPel, na Cultivar e na UFSM.

Àquelas pessoas que me orientaram no caminho –
em especial a Prof^a. Dr. Márcia Franz Amaral;
e, àquelas que me desorientaram também...

Àquelas pessoas com quem cruzei no caminho –
meus amigos, meus mestres, meus colegas, meus amores...
E, àquelas com quem eu ainda vou cruzar...

E, por último...
Àquele que dizem que criou todas elas, inclusive o caminho –
Deus.

“Destacamos, pois,
a necessidade de uma visão mais lata
do ‘universo das notícias’
envolvendo o campo da cultura
e o conflito de representações”
(PONTE, 2004, p.129).

RESUMO

O presente trabalho trata dos Estudos Culturais e de sua configuração, do “Circuito da Cultura” e de sua aproximação com o “Circuito das Notícias”, numa tentativa de abordagem integral e integradora, que reivindica uma visão global sobre os processos jornalísticos sustentada na ideia de integração entre *produção, texto e leituras*. Ele busca sinalizadores capazes de balizar a incursão no campo da comunicação e do jornalismo e parte das contribuições teórico-metodológicas dos Estudos Culturais Britânicos, em especial dos postulados de Richard Johnson (1999) no que se refere ao “Circuito da Cultura”, para entender e/ou explicar a dinâmica da cultura, dos produtos culturais, e suas intersecções com a prática jornalística, principalmente no que se refere às representações. Estudar a representação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) e de suas ações nos textos do jornal Zero Hora (ZH), tendo como panorama o “Circuito das Notícias” e suas distintas fases, é nosso objetivo central. Porém aqui, também pretendemos mapear o movimento das representações e suas transformações ao longo da cadeia *produção – texto – leitura*. Dessa forma, além de reconhecer a competência do jornalismo e do discurso jornalístico no trabalho de construção das representações, tentaremos responder como se dá e em que base se assenta esse movimento que perpassa as diferentes fases do “Circuito das Notícias”, sem esquecer de suas intersecções e inter-relações.

Palavras chave: Metodologia de pesquisa em jornalismo; Circuito das notícias; Representações; MST; Zero Hora.

ABSTRACT

This work is about the Cultural Studies and its configuration, the “Culture Circuit” and its approach with the “News Circuit”, in a full and integrating attempt of approach which revindicates a global view about the journalistic processes based on the Idea of integration between production, text and readings. It searches signs capable to demarcate the incursion into the communication and journalism Field and part of the theoretical-methodological contributions of the Cultural British Studies, in special the ones postulated by Richard Johnson (1999) which refers to the “Culture Circuit”, to understand and/or to explain the culture dynamics, of the cultural products and their intersections with the journalistic practice, mainly which refers to its representations. Studying the representation of the Landless Workers Movement (MST) and their actions into the Zero Hora newspaper(ZH) texts having as the scenery the “News Circuit” and their distinct stages is our main purpose. Nevertheless here we also want to map the representations movement and its transformations along the – production – text – reading – chain. In that way, besides recognizing the aptitude of the journalism and the journalistic speech at work of the construction of the representations we will try to answer how this movement works and how it is based this movement which passes by the different stages of the “News Circuit”, without forgetting its intersections and inter-relations.

Key-words: Journalism Research Methodology; News Circuit; Representations; MST; Zero Hora.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Diagrama da *produção, circulação e consumo* dos produtos culturais 24

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Matérias referentes ao MST publicadas na Zero Hora em 2008	105
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição das matérias referentes ao MST publicadas na Zero 106
Hora em 2008 – por seção ou editoria

GRÁFICO 2 – Distribuição das matérias referentes ao MST publicadas na Zero 106
Hora em 2008 – por mês ou período

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Da <i>produção</i> : Entrevistas com os jornalistas	181
APÊNDICE B – Do <i>texto</i> : Matérias publicadas pelo jornal Zero Hora	195
APÊNDICE C – Da <i>leitura</i> : Grupo focal com os agricultores Sem-terra	205

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – Da introdução: o caminho que nos conduz	14
CAPÍTULO 2 – Do “Circuito da Cultura” ao “Circuito das Notícias”	19
2.1 Os Estudos Culturais e sua configuração	19
2.2 O diálogo entre “Circuito da Cultura” e “Circuito das Notícias”	23
2.3 As representações no “Circuito das Notícias”	27
2.4 A matriz representacional hegemônica da questão agrária	40
2.5 Os momentos do “Circuito das Notícias”	51
CAPÍTULO 3 – Da produção e da publicação das notícias	57
CAPÍTULO 4 – Do texto e seu descentramento	95
CAPÍTULO 5 – Da leitura como ato de produção	122
CAPÍTULO 6 – Das considerações finais: as representações no jornalismo em processo	166
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175

CAPÍTULO 1 – DA INTRODUÇÃO: O CAMINHO QUE NOS CONDUZ

A vida é feita de escolhas, opções que carregam consigo seus ônus e seus bônus. A Ciência, em especial a Ciência Comunicacional, ao que parece, também é feita de escolhas. Dessa forma, esperamos e torcemos que nossas opções neste trabalho possam produzir sempre mais resultados positivos que negativos, no sentido de serem produtivas e proveitosas.

Começamos por esclarecer algumas dessas escolhas: a primeira diz respeito à própria dedicação aos estudos de Comunicação – antes de uma opção meramente acadêmica uma opção de vida – um sonho sonhado, perseguido e em vias de materialização.

A segunda refere-se à eleição do objeto de estudo – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), as representações e sua relação com a comunicação midiática, especialmente com o jornal Zero Hora (ZH). Ela não é gratuita. Advém daquilo que defendemos, também para as Ciências Sociais, em especial às Ciências da Comunicação: uma necessária e urgente “reforma agrária no conhecimento” que, na academia, acabe com os latifúndios pouco produtivos que se instalaram sobre vastas áreas do pensamento – latifúndios esses propriedade de pequenos grupos de “eleitos” e delimitados por barreiras muitas vezes intransponíveis. Tensionar essas barreiras é o que propomos ao promover um estudo integrativo entre *produção-textos-leituras* na perspectiva do “Circuito das Notícias”. Esse caminho temos perseguido desde a Graduação. Tempo em que nos aproximamos dos assentamentos de reforma agrária do MST¹ e das investigações realizadas pelo Núcleo de Pesquisa em Jornalismo do Curso de Comunicação Social da Universidade Católica de Pelotas (Nupecom/ UCPel)².

¹ Atuamos de fevereiro de 2001 a dezembro de 2005 na implantação de assentamentos de reforma agrária no município de Canguçu (RS), pela Ascar/Emater-RS, empresa oficial de assistência e extensão rural do Estado.

² Tais pesquisas contribuíram, por exemplo, com os estudos de CRUZ, Fábio Souza da. **A Cultura da Mídia no Rio Grande do Sul: o caso MST** e *Jornal do Almoço*. 2006. Tese. Porto Alegre: PUCRS, 2006; e de SANTI, Vilso Junior Chierentin. **Um jogo sem final: a relação Lasier Martins e MST no contexto da recepção**. 2006. Monografia. Pelotas: UCPel, 2006.

A terceira, e talvez a mais importante escolha, está relacionada à forma como pretendemos ver, para tentar enxergar, a relação entre a Comunicação Midiática e um Movimento Social organizado. Ela parte da constatação que um grande número de pesquisas conduzidas com esse intuito no ambiente Comunicacional, em especial no ambiente do Jornalismo, não consegue abarcar integralmente fenômenos como, por exemplo, o desdobramento das representações midiáticas nas diferentes fases da notícia. Eis o nosso desafio no presente trabalho.

Ao lançarmos mão do “Circuito da Cultura” proposto por Johnson (1999), daquilo que Escosteguy (2007) qualificou como um novo e necessário “Protocolo Analítico de Integração da Produção e da Recepção” e/ou do que Strelow (2007) chamou de “Análise Global dos Processos Jornalísticos”, procuramos combinar diferentes técnicas de pesquisa social em comunicação, num estudo integrador aspirando contemplar juntos, no “Circuito das Notícias”, os principais momentos do processo Jornalístico – *produção, textos, leituras* – para assim tentar suprimir, da maneira mais integral possível, tal ausência.

Evidentemente que estudar a representação do MST com base no “Circuito das Notícias”, nosso objetivo central, numa dissertação de mestrado exige, pela complexidade de elementos que envolve, um trabalho mais horizontalizado que verticalizado – mais panorâmico, portanto. Temos consciência disso. Porém, buscamos exercitar em conjunto tais metodologias, sem deixar de ressaltar e de reconhecer que, até mesmo por sua situação “conjuntural”, não será possível aprofundá-las, detalhá-las e esmiuçá-las como estudos específicos já têm realizado em cada um dos certames. Pretendemos analisar o percurso das representações nas notícias e para acompanhar esse movimento não será possível aprofundar todas as instâncias. Achamos, porém, que isso não invalida nossas possíveis contribuições.

Partimos de uma concepção da mídia e do Jornalismo como importantes construtores da realidade social através de sua operação com as representações, pois, ao representar, o Jornalismo e as notícias acabam por constituir a realidade social. Como o Jornalismo cada vez mais tem poder simbólico, é fundamental entender como ele representa. Afinal, a representação constitui. É dessa forma que os discursos jornalísticos acabam por representar singularmente o mundo sobre o qual se reportam, além de, em tempos de midiatização, configurar-se como o modelo dominante e/ou preferencial de atribuição de representações.

Se tomarmos as representações como “imagens construídas do real”, de imediato podemos inferir que os diferentes grupos e campos sociais, de acordo com seu conjunto de valores simbólicos, organizam as suas próprias matrizes representacionais. Essa matriz ao

entrar em contato com a representação dos outros, num movimento dialético, pode potencialmente gerar conflitos.

O campo da Mídia, no geral, e o campo do Jornalismo em particular, “importantes construtores da realidade social”, decorrente de sua própria natureza constitutiva, carregam consigo, em sua genética, esse potencial gerador de conflito, principalmente por se abastecer de representações oriundas de outros campos, cada uma vinculada aos seus interesses. O campo político, onde atuam os Movimentos Sociais organizados, em particular o MST também convive com esse potencial conflitivo. Porém, segundo Berger (2003, p.10), isso não é de todo mau, pois é a lição já apreendida de que o conflito compõe a existência que vai contribuir para reorientar o olhar sobre as dinâmicas sociais, já que é pelo social que a conflitualidade se instaura.

Como dissemos, partimos também de algumas carências na pesquisa, como falta de percepção das práticas sócio-culturais como um “Circuito”. Nesse aspecto, é importante lembrar que será sempre a conjugação entre as instâncias da *produção*, do *texto* e da *leitura* que vai determinar a circulação de valores simbólicos e, assim, reger a atividade e o processo de significação dos diversos campos sociais. É importante também lembrar que é através de nosso sistema de representação que são delimitados os significados e que estes são produzidos através da linguagem. Por isso, consideramos que a representação só pode ser adequadamente analisada em relação às formas concretas assumidas pelo significado – nas notícias, por exemplo – junto com o exercício concreto da leitura e da interpretação e sem esquecer dos condicionantes do ambiente onde elas foram produzidas.

Portanto, mesmo reconhecendo como importante caminho, não pretendemos estudar somente a representação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra nos textos do jornal Zero Hora. Pretendemos agregar às análises o mapeamento do movimento das representações no “Circuito das Notícias” em todos os seus momentos – *produção* – *textos* – *leituras* – mesmo que de forma limitada, tendo em vista o caráter desse trabalho.

É dessa forma que, além de reconhecer a competência do Jornalismo e do discurso jornalístico no trabalho de construção das representações, perguntamos: como se dá e em que base se assenta esse movimento de representações nos diferentes momentos do “Circuito das Notícias” quando tomamos para análise as ações do MST reportadas pelo jornal Zero Hora em suas páginas?

A fim de responder tais inquietações, estruturamos o presente relato em seis seções assim distribuídas: essa primeira (Capítulo 1), de forma introdutória, trata de clarear o caminho que nos conduz em nossas considerações. A segunda (Capítulo 2) versa sobre os Estudos Culturais e sua configuração; o “Circuito da Cultura” de Johnson (1999) e sua aproximação dialógica com o “Circuito das Notícias”; e sobre as representações no “Circuito das Notícias” junto com a matriz representacional hegemônica da questão agrária historicamente construída no Brasil; além de assinalar a discussão sobre os diferentes momentos do “Circuito das Notícias” (*produção – texto – leituras*).

A terceira, a quarta e a quinta parte detalham nossa estratégia teórico-metodológica para análise dos processos jornalísticos no “Circuito das Notícias”, apresentando as considerações acerca de seus diferentes momentos: a *produção* e a publicação das notícias (Capítulo 3); o *texto* e seu descentramento (Capítulo 4); e a *leitura* como ato de produção (Capítulo 5). Nelas também incorporamos o tratamento e a análise dos dados coletados na pesquisa prática realizada nas diferentes etapas do “Circuito”.

Na *produção* buscamos nas entrevistas com os jornalistas e na observação de suas rotinas produtivas, elementos capazes de emprestar características à representação acerca do MST e suas ações a fim de categorizá-las como favorável, desfavorável e/ou tensionada, em relação à matriz representacional hegemônica descrita no item 2.4 do trabalho. Nos *textos* tomamos como base o estudo de Jacks, Machado & Müller (2004) e, através da identificação das Sequências Discursivas (SDs) e dos sentidos predominantes, também procuramos categorizar a representação do MST e de suas ações como favorável, desfavorável e/ou tensionada em analogia à matriz representacional hegemônica. E, nas *leituras* adotamos a proposição de Hall (2003) na tentativa de categorizá-las como preferencial ou hegemônica, de oposição ou de resistência e/ou negociada, partindo sempre do que chamamos de matriz representacional hegemônica. Aqui manejamos os dados extraídos da observação das “rotinas de leitura” dos integrantes do MST e do trabalho com o grupo focal realizado diretamente no “Acampamento em Luta³” de São Gabriel (RS).

Por fim, a sexta seção (Capítulo 6), além de encaminhar às considerações finais do trabalho, pincela a análise de um momento do “Circuito das Notícias” em relação ao outro. Aqui, as categorias adotadas para análise da representação do MST e de suas ações, tanto na

³ “Acampamento em Luta” é uma organização provisória montada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra para realização de ações reivindicatórias pontuais. No caso de São Gabriel ele reunia famílias dos cinco acampamentos permanentes que o MST mantém no Rio Grande do Sul.

produção (favorável, desfavorável e tensionada), quanto no *texto* (favorável, desfavorável e tensionada) e na *leitura* (preferencial, de oposição e negociada), serão relacionadas a fim de apontar as transformações sofridas pela representação em seu percurso dentro do “Circuito”.

Convém destacar ainda que pretendemos direcionar as análises dos diferentes momentos do “Circuito das Notícias” em nosso estudo, relacionando-as aos fatos noticiados pelo jornal Zero Hora no período de 12/04 a 21/05/2008. Tais fatos estão todos vinculados à “Jornada Nacional de Lutas” promovida anualmente pelo MST (Abril Vermelho)⁴ e pautam especificamente as ações de ocupação e desocupação da Fazenda Southall (Estância do Céu)⁵ no município de São Gabriel (RS). Tal escolha aspira minimizar o efeito perigoso das generalizações, pois foram somente esses os acontecimentos por nós vivenciados de perto e no calor da hora.

Cabe esclarecer também que no momento da *produção* acompanhamos e entrevistamos jornalistas vinculados ao jornal Diário de Santa Maria⁶, responsável direto pela cobertura dos fatos e porta de entrada dos acontecimentos na rede de informações do Grupo RBS, da qual a Zero Hora é a célula mãe quando tratamos de jornalismo impresso. Já no momento da *leitura* trabalhamos com agricultores Sem-terra, vinculados ao MST, todos integrantes do “Acampamento em Luta” de São Gabriel (RS) e diretamente envolvidos nas ações reportadas pelo jornal.

As considerações acerca desses itens apesar de concluídas ainda são indicias. Tratamo-las ainda como um protocolo de intenções, pela complexidade de elementos que envolvem e pela variedade de percursos possíveis. No entanto, nossa intenção nesse momento é de clareá-las o máximo possível a fim de mostrar na concretude o caminho que nos conduz na presente pesquisa.

⁴ A “Jornada Nacional de Lutas” marca anualmente um período de intensas mobilizações do MST. Ela é realizada em alusão ao massacre de Eldorado dos Carajás que ocorreu em 17 de abril de 1996, no Pará. A ação policial matou 19 Sem-terra e deixou 69 agricultores mutilados, além de diversos feridos. Segundo o Movimento, em 2008 a Jornada pautou a denúncia da lentidão no processo de Reforma Agrária e dos efeitos negativos do agronegócio, além apresentar propostas para reverter à situação. Disponível em <www.mst.org.br>. Acesso em 15 jan. 2009.

⁵ A Estância do Céu, de propriedade de Alfredo Southall, possui uma área territorial de 13 mil hectares e, conforme o MST, acumula dívidas de quase R\$ 50 milhões com os cofres públicos. A Fazenda já havia sido desapropriada em 2003 pelo Governo Federal, mas o processo foi suspenso pelo Supremo Tribunal Federal. Na área, segundo o Movimento, poderiam ser assentadas 600 famílias Sem-terra. Disponível em <www.mst.org.br>. Acesso em 15 jan. 2009.

⁶ Lançado em 2002 e filiado ao IVC, o Diário de Santa Maria é o caçula dos jornais impressos do Grupo RBS no Rio Grande do Sul. O jornal é responsável pela cobertura da região central do Estado e abrange 35 municípios, inclusive São Gabriel. Disponível em <www.clicrbs.com.br/jornais/dsm>. Acesso em 15 jan. 2009.

CAPÍTULO 2 – DO “CIRCUITO DA CULTURA” AO “CIRCUITO DAS NOTÍCIAS”

A mercantilização da cultura, bem como a aceleração da organização capitalista dentro do universo cultural, facilitada pela atuação progressiva dos meios de comunicação, está entre os principais fatores que contribuíram para a formatação dos Estudos Culturais como linha de pesquisa e análise no seu nascedouro. Desde então, essa perspectiva tem se caracterizado principalmente por vincular suas análises às realidades históricas locais, pela variedade de objetos que estuda e analisa e por sua interdisciplinaridade. “Aquele que realiza Estudos Culturais fala a partir de interseções” ressalta García Canclini (1995, p.27).

2.1 Os Estudos Culturais e sua configuração

A Inglaterra não produziu e/ou ofereceu ao mundo apenas a Revolução Industrial. Grandes correntes de pensamento, ligadas ao desenvolvimento do saber, também foram gestadas nos domínios britânicos. Uma dessas correntes é, sem dúvida, os chamados Estudos Culturais que, como a Revolução Industrial, posteriormente se espalhou pelo globo. Os Estudos Culturais Britânicos surgem no final dos anos de 1950 vinculados ao CCCS (Centro de Estudos Culturais Contemporâneos) da Universidade de Birmingham na Inglaterra. Desde o nascimento eles foram pautados pela transdisciplinariedade e fortemente influenciados pelo estruturalismo e pela semiologia materialista. A escola da terra da rainha teve seus pressupostos firmados pelos pesquisadores Richard Hoggart, Raymond Williams, Edward Palmer Thompson e, posteriormente, Stuart Hall.

Para Johnson (1999, p.19) “os Estudos Culturais podem ser definidos como uma tradição intelectual e política; ou em suas relações com as disciplinas acadêmicas; ou em termos de paradigmas teóricos; ou, ainda, por seus objetos característicos de estudo”. Sendo

assim, podemos afirmar que no centro de interesse dos Estudos Culturais estão as conexões entre a cultura, a história e a sociedade.

Segundo o autor (1999, p.10-11) os Estudos Culturais são, agora, um movimento ou uma rede, que tem como principais características sua abertura e versatilidade teórica, seu espírito reflexivo e, especialmente, a importância de sua crítica. “Crítica como o conjunto dos procedimentos pelos quais outras tradições são abordadas tanto pelo que elas podem contribuir quanto pelo que elas podem inibir”. Historicamente na implementação de seu programa, os Estudos Culturais beberam na fonte marxista, apesar de inúmeras discussões acerca dessas contribuições para o seu desenvolvimento. Para Johnson (1999, p.13) as influências de Marx sobre os Estudos Culturais estão ligadas basicamente às seguintes noções:

A primeira é que os processos culturais estão intimamente vinculados com as relações sociais, especialmente com as relações e as formações de classe, com as divisões sexuais, com a estruturação racial das relações sociais e com as opressões de idade. A segunda é que cultura envolve poder, contribuindo para produzir assimetrias nas capacidades dos indivíduos e dos grupos sociais para definir e satisfazer suas necessidades. E a terceira, que se deduz das outras duas, é que a cultura não é um campo autônomo nem externamente determinado, mas um local de diferenças e de lutas sociais.

Outra contribuição importante para os Estudos Culturais em sua trajetória foram as críticas dos movimentos de luta contra o racismo e do feminismo. Estes acabaram por tornar visíveis algumas premissas antes não reconhecidas, por produzir novos objetos e por obrigar a reformulação de outros tantos dentro da tradição. Segundo Johnson (1999, p.15), falando especificamente do movimento feminista, antes, o “pessoal” já era político, mas deslocado da questão do gênero. Para ele, o feminismo de maneira geral contribui para um importante deslocamento: “da crítica anterior baseada na noção de ideologia, para abordagens que se centram nas identidades sociais, nas subjetividades, na popularidade e no prazer”.

Nessa sucinta linha histórico-temporal fica cada vez mais claro que a cultura não pode ser apreendida como um todo em nosso tempo. De acordo com Johnson (1999, p.19), precisamos então de uma estratégia particular de definição para os Estudos Culturais. Uma estratégia que revise as abordagens existentes e que identifique seus objetos característicos e a abrangência de sua competência, mas, que também mostre as suas falhas e os seus limites. “Na verdade, não é de uma definição ou de uma codificação que precisamos, mas de ‘sinalizadores’ de novas transformações”.

Porém, ele aponta também que precisamos da história dos Estudos Culturais a fim de termos presentes os dilemas recorrentes nas análises e uma visão perspectiva dos projetos atuais. É assim que para Johnson (1999, p.20), “boa parte das fortes continuidades da tradição dos Estudos Culturais está contida no termo singular ‘cultura’ que continua útil não como uma categoria rigorosa, mas como uma espécie de síntese de uma história”.

Outro ponto importante para os Estudos Culturais é o sentimento sempre presente de uma conexão entre o trabalho intelectual e o trabalho político. Para Johnson (1999, p.21-22), não se pode negligenciar ou relativizar as condições culturais da política, nem há como ficar alheio ao seu maléfico estreitamento mecânico. Pois, segundo ele, “da mesma forma que a política, a pesquisa deve ser tão profunda, mas também tão politicamente orientada, quanto nós a pudermos tornar”. Johnson ainda complementa: “temos de lutar, sobretudo, talvez, contra a falta de conexão que ocorre quando os Estudos Culturais são dominados por propósitos meramente acadêmicos ou quando o entusiasmo pelas formas culturais populares é divorciado da análise do poder e das possibilidades sociais”.

Para Johnson (1999, p.23), análise e comparação de problemáticas teóricas ainda são, portanto, uma componente essencial de toda a análise cultural. Mas, segundo ele, “sua dificuldade principal é que as formas abstratas de discurso desvinculam as ideias das complexidades sociais que as produziram ou às quais elas, originalmente, se referiam”. Ele afirma que temos de ter cuidado porque as clarificações teóricas tendem a produzir um impulso independente, bastante silenciador e talvez opressivo das novas formas de discurso. Uma solução proposta por Johnson (1999, p.24) para esse potencial apagamento é sempre partir de casos concretos, seja para “enquadrar a teoria como uma discussão contínua e contextualizada sobre questões culturais”, seja para “fazer conexões entre os argumentos teóricos e experiências contemporâneas”.

Para o autor, o termo “cultura” tem valor apenas como um lembrete, mas não como uma categoria precisa. Segundo ele, falar de cultura é falar de polissemia. Por isso, na tentativa de emprestar maior precisão ao fenômeno cultural, Johnson (1999, p.25) prefere falar da relação entre “consciência” e “subjetividade” para melhor defini-la. Para o autor os problemas centrais dos Estudos Culturais estão situados em algum ponto entre esses dois termos. Ele afirma:

Para mim, os Estudos Culturais dizem respeito às formas históricas da consciência ou da subjetividade, ou às formas subjetivas pelas quais nós vivemos ou, ainda, em uma síntese bastante perigosa, talvez uma redução, os Estudos Culturais dizem respeito ao lado subjetivo das relações sociais.

Johnson afirma que “consciência”, dentro dessa formulação deve ser tomada como uma premissa para entender a história humana, com uma forte conotação cognitiva e que tem a ver com o conhecimento dos níveis sociais e culturais. Mas não é somente isso. Ela também abriga uma noção de consciência do eu, bem como uma “autoprodução moral” e mental ativa. “Em outras palavras, os seres humanos são caracterizados por uma vida ideal ou imaginária, na qual a vontade é cultivada, os sonhos são sonhados e as categorias elaboradas” (JOHNSON, 1999, p.26). Segundo o autor, o conceito de “subjetividade” é, aqui, especialmente importante, desafiando as ausências na consciência. “Ele inclui a possibilidade, por exemplo, de que alguns elementos estejam subjetivamente ativos – eles nos ‘mobilizam’ – sem serem conscientemente conhecidos”. E, dentre outros, também faz a conexão com uma importante premissa estruturalista: “A subjetividade não é dada, mas produzida, constituindo, portanto, o objeto da análise e não sua premissa ou seu ponto de partida” (JOHNSON, 1999, p.27).

Admitindo sua influência marxista, em muitas de suas próprias análises sobre os Estudos Culturais, Johnson (1999, p.29) recorre à noção de “formas”, tanto sociais quanto históricas, para explicar como os seres humanos produzem e reproduzem sua vida material. Para ele, os Estudos Culturais, apesar de enxergarem os fenômenos de um outro ponto de vista, também estão preocupados com formações sociais mais amplas e/ou sociedades inteiras, junto com seu movimento. “Nosso projeto é o de abstrair, descrever e reconstruir, em estudos concretos, as formas através das quais os seres humanos vivem, tornam-se conscientes e se sustentam subjetivamente”.

Quando retoma as contribuições estruturalistas, no que tange às formas, Johnson (1999, p.29) ressalta que principalmente o caráter estruturado das formas que subjetivamente ocupamos, como a linguagem, os discursos, os mitos etc., tem apontado para as regularidades e para os princípios de organização – aquelas coisas que fazem com que haja forma; e, tem fortalecido nossa sensibilidade sobre a dureza, o caráter determinado e, na verdade, sobre a existência real de formas sociais que exercem suas pressões através do lado subjetivo da vida social. Porém, ele mesmo alerta que isto não significa dizer que a descrição da forma, nesse sentido, é suficiente. É também importante ver a natureza histórica das formas subjetivas, primeiro do ponto de vista de suas pressões ou tendências, ou seja, tanto pelos princípios do

movimento quanto na sua combinação; depois analisar como essas tendências são modificadas por outras determinações sociais, “incluindo aquelas que estão em ação através das necessidades materiais” (JOHNSON, 1999, p.30).

Por conseguinte, conforme o autor, as abstrações simples que têm sido usadas até o momento não podem nos levar muito longe. Em acordo com a definição de cultura de Johnson (1999), não podemos mais limitar o campo a práticas especializadas, a gêneros particulares ou a atividades populares de lazer. Dessa forma é que, segundo ele, todas as práticas sociais podem ser examinadas de um ponto de vista cultural, ou seja, podem ser examinadas pelo trabalho que elas fazem subjetivamente. O que vale também para a mídia, para o jornalismo, para as notícias e seus modos de produção, circulação e consumo.

2.2 O diálogo entre “Circuito da Cultura” e “Circuito das Notícias”

Nos estudos da cultura, com vistas a explicar a complexificação das questões bem como suas ricas categorias intermediárias, Johnson (1999) acaba por propor um modelo de análise mais estratificado do que as teorias gerais até então existentes – preocupação também compartilhada por Hall (2003) dentro da matriz britânica dos Estudos Culturais. Um modelo que, idealmente, ambiciona ver os diferentes lados de um mesmo e complexo processo. Um modelo que ajuda a explicar as questões-chave dos Estudos Culturais – suas fragmentações teóricas e disciplinares – a fim de relacionar essas diferenças aos próprios processos que elas buscam descrever (JOHNSON, 1999, p.31-32).

Para tanto, conforme o autor, faz-se necessária uma descrição, ao menos provisória, dos diferentes aspectos ou momentos dos processos culturais, aos quais poderiam ser relacionadas diferentes problemáticas teóricas, como a do “Circuito das Notícias” com a qual pretendemos trabalhar. O resultado desse exercício é, porém, um modelo não acabado, com valor heurístico ou ilustrativo, auxiliar na explicação das diferenças teóricas perpetuadas pelos Estudos Culturais e também pelos estudos de Comunicação Midiática e do Jornalismo. “Um guia que aponta para as orientações desejáveis de abordagens futuras ou de que forma elas poderiam ser modificadas ou combinadas” (JOHNSON, 1999, p.33). A fim de melhorar o entendimento de sua proposta, Johnson (1999, p.33) procura apresentar seu modelo de forma diagramática (**Figura 1**). O diagrama, segundo ele:

Tem por objetivo representar o circuito da produção, circulação e consumo dos produtos culturais. Cada quadro representa um momento nesse circuito. Cada momento depende dos outros e é indispensável para o todo. Cada um deles, entretanto, é distinto e envolve mudanças características de forma. Segue-se que se estamos colocados em um ponto do circuito, não vemos, necessariamente, o que está acontecendo nos outros. As formas que tem mais importância para nós, em um determinado ponto, podem parecer bastante diferentes para outras pessoas, localizadas em outro ponto.

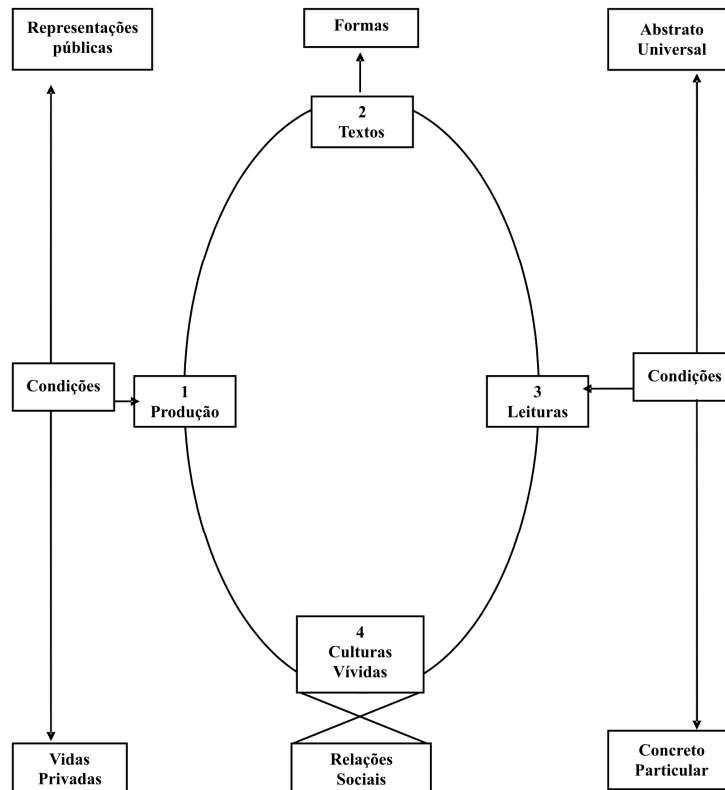


Figura 1 – Diagrama da produção, circulação e consumo dos produtos culturais (JOHNSON, 1999, p.35).

Esse diagrama proposto por Johnson para o estudo da Cultura e que tomamos para o estudo da Comunicação Midiática e do Jornalismo baseia-se, em sua forma geral, numa leitura da descrição que Marx fez do circuito do capital e suas metamorfoses, onde os processos sempre acabam por desaparecer nos produtos. Para Johnson (1999, p.34):

Todos os produtos culturais, por exemplo, exigem ser produzidos, mas as condições de sua produção não podem ser inferidas simplesmente examinando-os como 'textos'. De forma similar, os produtos culturais não são 'lidos' apenas por analistas profissionais, mas pelo público em geral. Por isso, nós não podemos prever essas leituras a partir de nossa própria análise ou, na verdade, a partir das condições de produção.

Johnson (1999, p.34) alerta, ainda, que devido à circularidade do sistema as comunicações tendem a ser transformadas ao longo de seu percurso, principalmente em seu caminho de retorno. Segundo ele, para compreendermos adequadamente essas transformações, temos de compreender “as condições específicas do consumo e da leitura”, estas por sua vez incluem as “simetrias de recursos e de poder” tanto materiais quanto culturais. Também acabam por incluir os elementos culturais já ativos no interior de contextos particulares, as culturas vividas, e as relações sociais das quais essas combinações dependem. “Esses reservatórios de discursos e significados constituem, por sua vez, material bruto para uma nova produção cultural. Eles estão, na verdade, entre as condições especificamente culturais de produção” (JOHNSON, 1999, p.34).

Outro ponto importante assinalado por Johnson (1999, p.35) diz respeito ao fato de que em nossas sociedades muitas formas de produção cultural assumem também a forma de mercadorias capitalistas. Assim sendo, conforme o autor, temos de prever tanto condições especificamente capitalistas de produção, quanto condições especificamente capitalistas de consumo. “É por isso que nesses casos o circuito é a um só tempo, um circuito de capital e um circuito de produção e circulação de formas subjetivas”.

A partir dessas considerações é que podemos viabilizar a aproximação proposta do jornalismo, através do “Circuito das Notícias”, para com o “Circuito da Cultura”. Jornalismo tomado como uma prática social e notícia como um produto cultural, como uma mercadoria, que carrega consigo uma acumulação particularmente rica de significados e de representações, verificáveis pelo trabalho que fazem subjetivamente e pela modificação histórica de suas tendências. Isso, conforme Johnson (1999), levanta questões interessantes sobre o que constitui o *texto*/discurso e evidencia que nunca será suficiente analisar apenas o “design” das notícias e suas formas exteriores.

Com esse imbricamento e com a materialização do que chamamos de “Circuito das Notícias”, outras questões ainda podem ser levantadas, como por exemplo: o que é feito das notícias de forma mais privada, por grupos particulares de consumidores e de leitores? Dentro disso, tornam-se passíveis de reflexão afirmações que apontam para que a comunidade jornalística provavelmente vê as notícias e as representações que elas movimentam de uma forma diferente dos leitores que as consomem. Desvela-se também, a partir daí, que as notícias junto com suas representações podem ser transformadas em seu uso. Elas podem adquirir valores diferentes dos pensados em sua construção primeira. Depois, ainda conforme

Johnson (1999), naturalmente, os produtos de todo o “Circuito” podem retornar, uma vez mais, para o momento anterior, como lucros para novos investimentos.

Desse modo, aqui tomamos de empréstimo e como basilar o “Circuito da Cultura” proposto por Johnson (1999), a fim de operacionalizar num estudo acadêmico-científico, a análise do “Circuito das Notícias” e das representações movimentadas ao longo da cadeia *produção – textos – leituras*. Servir-nos-emos também nessa aproximação das considerações de Hall (2003) acerca do modelo de “Codificação/Decodificação”; do que Escosteguy (2007) qualificou como um novo e necessário “Protocolo Analítico de Integração da Produção e da Recepção”⁷; e/ou daquilo que Strelow (2007) convencionou chamar de “Análise Global dos Processos Jornalísticos”⁸.

No “Circuito das Notícias”, trabalhamos com seus diferentes momentos, pois, conforme Hall (2003, p.388),

Enquanto cada um dos momentos [do processo comunicativo], em articulação, é necessário ao circuito como um todo, nenhum momento consegue garantir inteiramente o próximo, com o qual está articulado. Já que cada momento tem sua própria modalidade e condições de existência, cada um pode constituir sua própria ruptura ou interrupção da ‘passagem das formas’ de cuja continuidade o fluxo de produção efetiva (isto é, a ‘reprodução’) depende.

Segundo Escosteguy (2007, p.119), o protocolo proposto por Hall (2003) também se fundamenta na ideia de “comunicação como estrutura sustentada por uma articulação entre momentos distintos – produção, circulação, distribuição e consumo – onde cada momento tem condições próprias de existência”. No entanto, como eles articulam-se entre si, devem ser analisados um em relação ao outro, sendo cada momento necessário para o todo, mas nenhum capaz de antecipar por sua conta o próximo.

É notório, conseqüentemente, que esse tipo de análise só é possível dentro de um ambiente teórico-metodológico híbrido, onde as práticas socioculturais, como o jornalismo,

⁷ Tal protocolo baseia-se, conforme a autora, tanto na matriz britânica dos Estudos Culturais, através das produções de Stuart Hall (2003) e Richard Johnson (1999); quanto na sua vertente latino-americana com, Martín-Barbero (2003), por exemplo. Para detalhamento conferir: ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Circuitos de cultura/circuitos de comunicação: Um protocolo analítico de integração da produção e da recepção. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**/ Escola Superior de Propaganda e Marketing. V.4, n.11. São Paulo: ESPM, 2007.

⁸ Mesmo que a autora insista em qualificar restritivamente seu procedimento analítico como uma “proposta metodológica”, com o que discordamos, não podemos deixar de reconhecer o seu trabalho como significativo na pavimentação do caminho que propomos percorrer em nossa pesquisa. Para aprofundamento da proposta ver: STRELOW, Aline do Amaral Garcia. **Análise Global de Periódicos Jornalísticos (AGPJ)**: uma proposta metodológica para o estudo do jornalismo impresso. 2007. Tese. Porto Alegre: PUCRS, 2007.

possam ser tomadas e relacionadas dentro do “Circuito das Notícias” conjugando as instâncias *produção – texto – leitura*. Essas, junto com seus diferentes elementos constituintes (produtores, textos e leitores), são determinantes na circulação dos valores simbólicos regentes da atividade e do processo de significação dos diversos campos sociais, configurando e/ou desenhando o processo comunicativo de maneira conveniente e em sua totalidade.

O “Circuito da Cultura” proposto por Johnson (1999), junto com o “Circuito das Notícias” – forma de apropriação por nós adotada – sinaliza a necessidade de que, no plano da pesquisa, sejam realizados estudos que integrem numa mesma perspectiva a análise das instituições de mídia e de sua organização; das suas *produções* e condições de produção; dos *textos* e/ou dos seus discursos; dos públicos, de suas práticas e das respectivas relações que se estabelecem entre todos eles (ESCOSTEGUY, 2007). Trata-se, desse modo, de uma tentativa de produzir novas formas de conhecimento desvinculadas dos limites de áreas especializadas e tradicionais que dominam no campo da comunicação. Dela somos partidários e com ela pretendemos trabalhar no trato do jornalismo, das notícias e das representações que ambos movimentam.

Segundo Escosteguy (2007), o que esse modelo deixa ver é que os sentidos e suas representações precisam entrar no domínio das práticas sociais, pois não há como considerar que tenham completado o circuito comunicativo, sem antes terem sido decodificados. Dessa forma, para a autora, tanto o “receber o texto” (espaço da *recepção*/decodificação) quanto o “imputar sentido” (espaço da *produção*/codificação) são práticas similares de representar e/ou produzir significações.

Reiterando a proposta de Johnson (1999), que consiste pensar em cada um dos momentos que compõe o “Circuito” à luz dos outros e para não perder de vista os processos, Escosteguy (2007, p.128) aponta que a questão fundamental em todo esse arranjo é deter-se nas relações entre *produção – texto – leitura* – o que também será basilar em nossa proposta que visa o mapear, ao longo do “Circuito das Notícias”, as representações e os sentidos mobilizados via representações, quando a pauta no jornal Zero Hora (ZH) é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) e suas ações.

2.3 As representações no “Circuito das Notícias”

A percepção do jornalismo como uma prática sociocultural e do texto noticioso como um produto cultural conforme o modelo do “Circuito das Notícias”, é fundamental para que a análise dos fenômenos informacionais contemporâneos tenha no conceito de representação uma centralidade. Nessa linha, conforme Johnson (1999), será a conjugação entre diferentes instâncias – produção, consumo, regulação, representação e identidade – quem vai determinar a circularidade de valores simbólicos regentes da atividade e do processo de significação dos diversos campos sociais.

Para Soares (2007, p.53) representar é uma forma de transcendência, que faz a existência humana transcender num outro patamar de definições, denominações e interpretações. Representar é próprio do humano. Logo, a representação pode ser tomada como um elemento comum e necessário, e como o termo genérico das realizações culturais, pois experimentamos o mundo graças a e através dos sistemas de representação. São as representações as geradoras de nossa experiência – produto de nossos códigos de inteligibilidade e de nossos esquemas de interpretação. Em consequência, nenhuma experiência fora das categorias da representação ou do discurso pode existir, já que, como diz Woodward (2000, p.17), “é por meio dos significados produzidos, pelas representações, que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos”.

Como bem aponta Soares (2007), nos últimos anos, o uso do conceito de representação nos estudos de comunicação e cultura tem sido crescente. Isso não é diferente quando falamos dos estudos do jornalismo ou da análise das notícias, mais especificamente. Porém, de imediato, cabe frisar a natureza complexa do fenômeno e a dificuldade de sua conceituação precisa, pois, quando falamos de representação, não conseguimos falar de algo claro, objetivo e identificável, mas sim, de um fenômeno que, na sua dupla natureza (instauração de sentidos/ inscrição material), sofre permanentes alterações tanto na sua dimensão simbólica quanto nas suas formas concretas de manifestação e/ou aparição sensível.

Ainda conforme o autor (2007, p.48), o ponto de partida da elaboração do conceito de representação foi a filosofia medieval. É ela quem introduz o termo latino *repraesentatio* para indicar tanto uma ideia, uma imagem e/ou ambas as coisas, sugerindo uma semelhança com o objeto ou coisa representada. “Representar envolvia, portanto, a ideia de representar algo então ausente como se estivesse presente, ou seja, tornar algo presente outra vez.”

Porém, o primeiro sentido da representação como conceito, ou seja, o conceito de representação mental, somente irá aparecer no século XII quando se estabelece grande parte do vocabulário filosófico ocidental. A ele, atribuiu-se uma função semântica enquanto signo de outro objeto. Segundo Soares (2007, p.48), a partir daqui, “a representação mental poderia atuar como uma palavra mental, assumindo um papel linguístico, de modo que as representações podiam ser combinadas para formar conceitos mais complexos ou sentenças da linguagem”. O termo passa então a ser utilizado para se referir ao conhecimento que podemos ter da realidade – perspectiva que vem de Kant – o qual considerou a representação como o gênero onde todas as manifestações cognitivas seriam espécies. Conhecimento este que constrói o mundo cognoscível através das representações marcadas pelas limitações de nossos sentidos e capacidades (ABBAGNANO, 1982; SOARES, 2007).

Recentemente, a filosofia da mente, através da aproximação das noções de representação mental e intencionalidade, tem se preocupado com a natureza representacional do próprio pensamento, considerando o pensamento como “um estado mental sobre algo diferente de si mesmo” (Soares, 2007, p.48). As representações mentais, por conseguinte, se constituiriam pela abstração dos dados da experiência, os quais ao serem designados pelos signos linguísticos tornam-se estáveis, gerando o significado de uma palavra o qual se encontraria sempre na representação mental que essa palavra exprime.

A preocupação em focar o papel das estruturas sociais e das conjunturas históricas na constituição das representações, só vai aparecer como perspectiva de análise para o problema representacional a partir do século XIX. Conforme Soares (2007, p.48), nesse ponto é que “passa-se a considerar a possibilidade da produção social das ideias que sancionam percepções sobre coisas, pessoas, estados e processos”. Marx e Engels foram precursores dessa lógica ao utilizar o termo ideologia para se referir às influências das estruturas sociais na formulação das representações vigentes em uma época histórica. Essa perspectiva acabou por colocar em primeiro plano o modo de produção material da sociedade quando o problema é a formação das ideias. Segundo Soares (2007, p.49), “ideologias são, portanto, representações conceituais de caráter político que configuram a realidade social a partir do prisma de uma classe, destacando-se nesse processo a classe dominante”. Elas tornam-se, assim, uma forma de representação que se autoalimenta e que tende a estabelecer um forte antagonismo com formulações concorrentes.

No início do século XX cabe a Durkheim propor o conceito de “representações coletivas” a fim de tentar indicar categorias capazes de traduzir estados coletivos de

pensamento. Nessas categorias de pensamento a estrutura social é considerada determinante, e as categorias de pensamento tenderiam a reproduzi-la simbolicamente. Ou seja, para Durkheim, as representações sociais corresponderiam a representações coletivas – categorias de pensamento através das quais determinadas sociedades elaboram e expressam a sua realidade. Segundo ele, essas categorias não são dadas a priori e não são universais na consciência, mas surgem sempre ligadas a fatos sociais, transformando-se em fatos sociais, passíveis de observação e de interpretação.

Na concepção de Durkheim, é a sociedade quem pensa e as representações não são necessariamente conscientes do ponto de vista individual. Assim, de um lado as representações sociais conservam sempre a marca da realidade social onde nascem, mas também possuem vida independente, reproduzem-se e se misturam, tendo como causas outras representações e não apenas a estrutura social. Diz o autor (1978, p.79):

As representações coletivas traduzem a maneira como um grupo se pensa nas suas relações com os objetos o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos. Os símbolos que ela se pensa mudam de acordo com a sua natureza (...) Se ela aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entram em choque ou não com algum de seus sentimentos fundamentais, sentimentos estes que pertencem a sua constituição.

Já para Weber, a vida social – que consiste na conduta cotidiana dos indivíduos – é carregada de significações culturais. Para ele essa significação é dada tanto pela base material quanto pelas ideias, dentro de uma relação adequada, em que ambas se condicionam mutuamente. Segundo o autor, as ideias ou representações sociais são juízos de valor que os indivíduos dotados de vontade possuem. Logo, as concepções sobre o real têm uma dinâmica própria e podem apresentar tanta importância quanto a base material.

Conforme Guareschi & Jovchelovitch (2000, p.93-94) é a partir da tese da recíproca influência entre os fundamentos materiais, as formas de organização político-social e o conteúdo das ideias, que Weber vai teorizar sobre certa autonomia do mundo das representações e sobre a possibilidade concreta de se estudar a eficácia histórica das ideias. Dentro disso, Weber alerta para a necessidade de se conhecer detalhadamente, em cada caso, quais os fatores que contribuem para configurar determinado fato ou ação social e chama a atenção, de um lado, para a importância de se pesquisar as ideias como parte da realidade social e, de outro, para a necessidade de se compreender a que instâncias do social determinado fato deve sua maior dependência.

Weber junto com Durkheim nos remete à importância de compreensão das ideias e de sua eficácia na configuração da sociedade apelando ao estudo empírico do desenvolvimento histórico. Por outro lado, não contradiz a possibilidade também histórica de conjunturas socioeconômicas forçarem concepções e atitudes específicas. Por isso a forma como pensa as ideias é de relação de adequação com a estrutura socioeconômica e política (GUARESCHI & JOVCHELOVITCH, 2000, p.95).

Posteriormente, com o advento da Sociologia do Conhecimento, nos anos 1920 e 1930, os estudos dos determinantes sociais da representação e/ou da construção social da realidade ganham corpo através da análise dos processos de objetivação das representações e de sua interiorização por meio da socialização (BERGER & LUCKMANN, 1983). Essa perspectiva influenciou também a Psicologia Social de Moscovici (1978) que por meio do conceito de “representações sociais”, acabaria por se contrapor às “representações coletivas” de Durkheim.

Para Moscovici (1978, p.28), o conceito de representação social diz respeito a um corpus organizado de conhecimentos e a uma atividade psíquica através dos quais os homens “tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas e liberam os poderes de sua imaginação”. Segundo ele (2003, p.209-210), as “representações sociais” são explicações e conceitos originados nas comunicações interpessoais da vida cotidiana, que operam como formas de familiarização com setores do mundo estranhos a nós. Isso por meio de uma série de proposições que permitem às pessoas e às coisas serem classificadas, seus caracteres descritos e seus sentidos e ações explicados. Como lembra Moscovici (1978, p.174), a preocupação central no trabalho com as representações sociais é basicamente responder por que as pessoas fazem o que fazem, compram o que compram, votam, reúnem-se etc. Conforme o autor, por detrás dessas ações e fundamentando as razões pelas quais as pessoas tomam tais atitudes, está uma representação do mundo que não é apenas racional e cognitiva, mas um conjunto amplo de sentidos criados e partilhados socialmente.

Foucault também contribuiu para a discussão das relações entre conhecimento e contexto histórico/ social. Segundo Hall (1997, p.46), a grande contribuição de Foucault para o estudo das representações advém da força do seu conceito de discurso, entendido não como uma fala individual, mas como um sistema de representação, um conjunto de informações que produz conhecimento sobre um assunto num dado momento histórico. Na abordagem de Foucault, as falas singulares das pessoas não são livres. Elas fazem parte de uma série e/ou de

um jogo enunciativo geral. Ou seja, existe uma regularidade entre os conceitos e escolhas temáticas dos falantes que remetem ao que ele denominou “Formações Discursivas” (GREGOLIN, 2006).

A posição de Bourdieu (1989) também é clara nesse sentido: as representações se materializam nas práticas sociais e nas instituições, mas elas não possuem autonomia em relação às mesmas. Com influência de Marx, o autor de certa forma dá relevo à divisão social de classes em suas análises. No entanto, nos seus estudos ele também delega importância às relações de sentido, aos bens simbólicos e à dominação simbólica nas relações de classe; é aí que a representação aparece.

Bourdieu desenvolve suas considerações a partir de três conceitos básicos: o sistema de posições, o habitus e a reprodução social. O sistema de posições é uma premissa básica do estruturalismo segundo o qual um objeto não deve ser buscado como substantivo, portador de uma essência particular, mas definido dentro de uma perspectiva relacional. O conceito de habitus, por sua vez, mostra como as aprendizagens sociais (formais e informais) inculcam modos de percepção e de comportamento aos agentes sociais. E, a reprodução social vai ser o fenômeno segundo o qual os princípios da distinção e os modos de reconhecimento são assegurados – essa reprodução não se limita aos tradicionais fatos econômicos, mas sobretudo explora as consequências da reprodução cultural.

Dentro desses, o habitus será o conceito fundamental para se entender a ideia das representações sociais em Bourdieu. Conforme o autor é ele quem vai articular os dois elementos de posição (ideias/ práticas sociais) dentro do qual a representação aparece. Para Bourdieu (1989), o habitus é o conjunto das disposições adquiridas num contexto e num momento social particular. Mas ele também é produtor de novas práticas. É uma matriz, uma gramática geradora, espaço a partir do qual se torna possível uma exteriorização da interiorização, de modos diferentes ou novos. “Se de um lado ele permite prever uma determinada maneira de agir, por outro ele é um lugar vago e fluído onde é possível o confronto entre a regra e o imprevisto” (BOURDIEU, 1989, p.98).

Na teoria macro de Bourdieu, a teoria do poder simbólico, o habitus é o elemento que articula os sistemas simbólicos como estruturas estruturadas (passíveis de uma análise estrutural) e as estruturas estruturantes, ou seja, a concordância das subjetividades estruturantes (BOURDIEU, 1997, p.08). Estas, no pensamento sobre as representações sociais, correspondem às dimensões opostas ideia/conhecimento x realidade. A primeira é a dimensão do sujeito – ele pensa, conhece, deseja e tem vontades que se refletem na estrutura

social conservando-a ou modificando-a. A segunda é a dimensão da estrutura social – a realidade é aquilo que se opõe ao conhecimento, ao desejo e à vontade, ou seja, a estrutura com a qual o sujeito se depara durante a vida social e que já estaria construída antes mesmo de sua existência. O habitus articula, desse modo, sujeito e estrutura – conhecimento e realidade.

Hall (1997), por sua vez, ao propor uma contextualização acerca das principais influências teóricas sobre a discussão do conceito de representação e ao agregar aos debates uma série de análises empíricas, passa a interpretar os sentidos em função de algumas premissas particulares. De acordo com seus postulados representar é atribuir sentido, classificar e/ou lutar pela imposição de significados. As representações, conseqüentemente, atuam na antessala das classificações sociais, podendo ser descritas como uma prática social que produz cultura. Elas são um momento chave no “Circuito da Cultura” o qual, por sua vez, está diretamente atrelado a elas. Para Hall (1997), representar diz respeito a um trabalho ativo de dar sentido às coisas. Dessa forma, um dado importante é que a representação sempre será mediada pela linguagem.

O autor considera ainda a representação como “efeito de uma prática” e quando trata do “sistema de representação”, aos moldes de Althusser, utiliza o conceito de ideologia a fim de ilustrá-lo. Para Hall (2003, p.169-170), “sistemas de representação são os sistemas de significado pelos quais nós representamos o mundo para nós mesmos e os outros”. Segundo ele, cada prática social é construída na interação entre significado e representação e pode, ela mesma, ser representada. Em outras palavras, “não existe prática social fora da ideologia” já que as ideologias são “sistemas de representação materializados nas práticas”.

Conforme Hall (2003, p.170) um dos aspectos importantes sobre os sistemas de representação é que eles são plurais; eles não são únicos. “Existem diversos deles em qualquer formação social”, pois, “as ideologias não operam através de ideias isoladas; mas em cadeias discursivas, agrupamentos, campos semânticos e Formações Discursivas”. Segundo ele (2003, p.171),

É dentro dos sistemas de representação da cultura e através deles que nós experimentamos o mundo: a experiência é o produto de nossos códigos de inteligibilidade, de nossos esquemas de interpretação. Conseqüentemente, não há experiência fora das categorias de representação ou da ideologia.

Assim sendo, os sentidos, através dos quais as pessoas vivem a relação imaginária com suas reais condições de existência, podem ser considerados uma produção dos sistemas de representação, já que eles estão fundados essencialmente em estruturas inconscientes. Desse modo, aponta Hall (2003, p.370) a aparente fidelidade da representação à coisa ou ao conceito representado é “o resultado, o efeito, de uma certa articulação específica da linguagem sobre o real”. O resultado de uma prática discursiva.

Conforme os postulados do autor, o entendimento da cultura com ênfase no significado e na importância da formação de um senso comum, a partir de um conjunto de práticas estruturadas pela produção e intercâmbio de significações, serão centrais para o exame do conceito de representação. É assim que a concepção de cultura como um conjunto de significados partilhados vai originar o raciocínio de Hall (1997) sobre o funcionamento da linguagem como processo de significação. Pois, se a linguagem atribui sentido, conforme lembra o autor, os significados só podem ser partilhados pelo acesso comum à linguagem, que funciona como sistema comum de representação.

Por conseguinte, a representação através da linguagem passa a ser central para os processos pelos quais é produzido o significado. Basicamente linguagens funcionam através da representação porque fazem uso de elementos que representam o que queremos dizer. Uma notícia, por exemplo, nessa ótica não terá sentido sozinha. Segundo Hall (1997), é através do uso que fazemos das coisas, o que dizemos, pensamos e sentimos – como representamos – que damos significado. Ou seja, em parte damos significado aos objetos, pessoas e eventos através da estrutura de interpretação que trazemos. E, em parte, damos significado através da forma como as utilizamos, ou as integramos em nossas práticas do cotidiano.

A representação é o processo através do qual os membros de uma cultura fazem uso da linguagem (geralmente definida como qualquer sistema que dispõe de signos, qualquer sistema de significação) para produzir sentido. Essa definição, por sua vez, carrega a importante premissa que as coisas – objetos, pessoas e eventos do mundo – não têm nelas nenhum significado final ou verdadeiro. Somos nós, na sociedade, dentro de culturas humanas – que fazemos as coisas ter sentido, significar. (HALL, 1997, p.61)

Essa é uma visão atrelada à chamada “virada cultural” nas Ciências Sociais e Humanas e está vinculada a uma abordagem socioconstrucionista, em que a representação é concebida como importante para a própria constituição das coisas. Aqui, antes de existirem em si mesmos, os objetos, as pessoas e os eventos só irão adquirir significado mediante uma representação mental que lhes atribui um determinado sentido sociocultural. Hall (1997)

reitera que esse é um processo que atua não somente do plano do pensamento, mas, também sobre a regulação das relações e sobre a própria prática social.

O autor ressalta ainda que a representação só pode ser adequadamente analisada em relação às formas concretas assumidas pelo significado e/ou no exercício concreto da leitura e interpretação. Isso para ele requer a análise dos verdadeiros sinais, símbolos, figuras, imagens, narrativas, palavras e sons – as formas materiais – onde circula o significado simbólico. As notícias no jornalismo, por exemplo, podem estabelecer uma boa oportunidade para se aplicar e exercitar certas habilidades analíticas já que, como tantas outras instâncias semelhantes, elas nos cercam por todos os lados em nossa vida cultural diária.

Contudo, há uma ressalva imprescindível à realização dessa análise: não há resposta única e, mais do que isso, correta para o significado de uma mensagem, mas sim uma interpretação plausível, ainda que não isenta à transformação. Pois, para Hall (1997), o significado não é direto nem transparente e não permanece intacto na passagem pela representação. Ele está sempre sendo negociado e inflectido, para ressoar em novas situações. Um significado, portanto, não é exato nem absolutamente verdadeiro, mas sim veículo de efetivo intercâmbio – um processo de tradução, que facilita a comunicação cultural enquanto reconhece a persistência da diferença e do poder entre os diferentes falantes dentro do mesmo circuito cultural – lógica que também funciona para o “Circuito das Notícias”.

Esse processo de tradução operacionalizado pelas representações, ao longo do século XX parece ter se afastado paulatinamente do domínio ligado às ideias e doutrinas – da ideologia – começando a envolver, cada vez mais, as representações visuais e as encenações midiáticas. Nas representações midiáticas da atualidade geralmente os conceitos não são expressos claramente, estão na maioria das vezes implícitos nas imagens visuais das narrativas dos mídia. Na comunicação midiática hoje é raro encontrar expressões próprias das ideologias. Elas acabam por se manifestar de forma tácita, como vestígios ou como traços implícitos em narrativas – narrativas jornalísticas, por exemplo. Mesmo assim, a comunicação contemporânea mantém sua força. Esta tem sido atribuída agora a sua capacidade de expressão, que, por meio das imagens e das palavras, é capaz de conferir realismo as suas próprias representações.

A partir de então, a similitude entre imagem e o objeto confere um caráter testemunhal, de verossimilhança e de realismo às representações da mídia. E é por isso que devemos cada vez mais atentar para o caráter construído das representações midiáticas.

Portanto, um pressuposto básico na análise do processo de representação, apesar do seu realismo, é o reconhecimento do seu caráter produzido.

As representações midiáticas, conforme Soares (2007, p.50), devem ser analisadas como “modos de exposição de determinados assuntos ou pessoas que salientam algumas de suas características, acrescentando ou subtraindo deles certos atributos”. No entanto, as marcas dessa produção sempre podem ser obliteradas sutilmente, ficando invisíveis. Como aparentam ser, essas representações instauram ou sancionam, homologam ou naturalizam certos vieses, sugerindo que “esse” é o modo correto de ler a sociedade representada. Isso acaba por fixar ou confirmar diversos estereótipos étnicos, sociais, de gênero etc. Trata-se, desse modo, da instauração de padrões normais ou modelos, ora de imagens pejorativas ou idealizadas de populações, categorias sociais, e/ou minorias. Para Soares (2007, p.51), esta ação dos meios incorpora, num registro naturalista, os procedimentos das representações sociais de Moscovici (1978), amplificando-os.

Como resultado da onipresença dos meios atualmente, não há como negar que as representações midiáticas são, conseqüentemente, as mais profusas e importantes para os estudos de comunicação. Essas representações basicamente vão aparecer no contexto discursivo e como formas casuais, meras insinuações, pistas, e/ou cenários. Dessa forma, convém admitir que os textos dos mídia acabam por produzir determinadas composições, aparentemente colhidas do mundo empírico, que são elevadas à categoria de representantes de pessoas, situações e fatos. Tais textos, por meio de intervenções invisíveis do seu autor, são capazes de influenciar de maneira sutil, as percepções sobre as coisas do mundo.

A representação pode então ser entendida como a projeção, a reprodução do que a mídia pensa sobre si mesmo e sobre o leitor, numa retradução simbólica que trata de materializar conceitos ideológicos abstratos em formas concretas. Ela reforça a noção de reapresentação – o refazer e o trazer à vista diferentes significados. É dessa forma que representar algo ou alguém na mídia é uma operação de mão dupla em que atuam tanto a mídia quanto o público.

Assim sendo, o papel das representações postas em circulação pela mídia vai assumir uma importância particular, já que são elas que organizam e regulam as mais diversas práticas sociais. Representar, então, pode ser entendido como a associação de significações a um determinado fato e/ou produto, através das quais surge o sentido do próprio fato, que nunca é direto, mas sempre representado pelas linguagens. Parte-se, por conseguinte, do pressuposto de que a realidade pode existir fora da linguagem, como de fato existe, mas ela é sempre

mediada por e através da linguagem que produz, através do discurso, tanto o que nós sabemos quanto o que dissemos.

Tais assertivas, quando pensamos o jornalismo, enfrentam alguns dilemas do ponto de vista da adequação e precisão das representações. Segundo Soares (2007, p.52), “enquanto se aceita com naturalidade que um comercial ou uma novela contenha representações construídas, essa possibilidade é refutada quando se trata de uma reportagem”, por exemplo. Pressupõe-se que o jornalismo mantém um compromisso ético com a referencialidade e com o interesse público. No entanto, ele é essencialmente constituído de relatos de acontecimentos, ou seja, narrativas elaboradas a partir da perspectiva de indivíduos sobre os acontecimentos.

Admitir que as representações são construídas e que elas atuam também no jornalismo não significa um julgamento moral sobre a prática jornalística em si, mas a admissão de uma contingência que é própria do trabalho jornalístico. O jornalismo, como um conjunto de conceitos organizados, disposto e classificados em relações complexas entre si, é por si só um sistema de representação que tanto acolhe quanto constrói representações. Ele é um processo que apresenta, com uma dinâmica muito característica, um jogo de equilíbrio que se desenvolve entre o já estabelecido e o novo, no qual as representações são produzidas, trocadas e atualizadas no bojo das relações e onde sujeitos interlocutores produzem, se apropriam e atualizam, permanentemente, os sentidos que moldam seu mundo e, em última instância, o próprio mundo. Logo, o lugar do jornalismo e das práticas comunicativas é um lugar constituinte, e o olhar da abordagem jornalística na perspectiva do “Circuito das Notícias” um olhar que busca apreender esse movimento de constituição.

Assim, o jornalismo assume um imprescindível papel de mediação, garantido a constituição de um sentido comum e indispensável para coesão social. Como diz Verón (1995), a mídia informativa é o lugar onde as sociedades industriais produzem nossa realidade, pois ao representar alguma coisa ou alguém, o jornalismo acaba por construir publicamente essa coisa ou esse alguém e, como ele tem cada vez mais poder simbólico, é fundamental entender como ele representa e, conseqüentemente, como a representação constitui.

Diante desse quadro, consideramos o jornalismo do “Circuito das Notícias” como um campo fundamental para compreendermos como a realidade é construída diariamente e, dentro dele, a notícia como uma forma atual de contato com o mundo, já que ela tanto trabalha com representações quanto nos oferece as representações de um presente social. Notícia que pode ser vista como um produto sociocultural, resultado da atividade diária dos

jornalistas, os quais, a partir da cultura profissional, da organização do trabalho, dos processos produtivos, dos códigos particulares (as regras de redação), da língua e das regras do campo das linguagens, no trabalho de enunciação, produzem discursos. Essas operações sobre os vários discursos resultam em construções que são chamadas de notícias.

Porém, conforme Traquina (2001, p.85), é somente nos anos 1960 e 1970 que surgem as teorias que passam a partilhar do paradigma da notícia como construção social. A partir de então é que as notícias puderam ser realmente compreendidas como o resultado de processos complexos de interação entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização. Nessa lógica, buscar o entendimento da complexidade do processo de produção das notícias, a qual suporta a interação de diversos agentes sociais que exercem papel ativo numa negociação constante, passou a ser possível. Desse modo, segundo diz Lustosa (1996, p.18-21), notícia é o relato, não o fato. Ela é a informação transformada em produto de consumo mediante técnicas de redação jornalística. A notícia é sempre uma versão de um fenômeno social, não a tradução objetiva, imparcial e descomprometida de um fato. Dessa forma, para representar o cotidiano dando-lhe um tratamento jornalístico, a imprensa realiza verdadeiras construções sobre os acontecimentos.

Mas não é só isso. Conforme Soares (2007, p.53), outra perspectiva em estudos recentes tem apontado para uma “distribuição” do conhecimento entre pessoas e artefatos localizando-o tanto em contextos físicos quanto culturais. A representação aqui passaria a incluir tanto agentes humanos, seus padrões de comunicação e suas práticas, quanto os artefatos materiais, dispositivos e instrumentos que suportam a disseminação do conhecimento, tudo isso num mesmo sistema. Nessa abordagem, os meios internos (memória, experiência etc.) se entrelaçam com os meios externos (dados, diagramas etc.) não permitindo mais estabelecer uma clara dicotomia entre representações internas e externas, mentais e sociais (OSBECK & NERCESSIAN, 2006).

Aplicada ao campo da comunicação midiática, ao estudo do jornalismo no “Circuito das Notícias”, a visão distributiva da representação pode realizar uma síntese entre fatores racional-cognitivos, sociais e técnicos envolvidos no processo representacional, permitindo a superação de antagonismos entre abordagens que confrontam, por exemplo, a análise das mensagens e a recepção, na busca de estabelecer o momento ideal da produção de sentido. Nessa lógica, as representações seriam consideradas como construídas em redes e/ou circuitos de interação entre pessoas e artefatos (mensagens), nos quais o pólo individual só é possível

na presença dos pólos social e material. Uma concepção distributiva, dessa forma, considera as representações mentais, os processos sociológicos e as representações midiáticas como instâncias que incidem uma sobre as outras e retroagem de forma dinâmica (SOARES, 2007, p.53).

Vimos, assim, que as reflexões medievais sobre a representação mental, que atentavam a dimensão cognitiva, vieram se somar nos séculos XIX e XX ao reconhecimento das influências sociais e, posteriormente, à profusão das formas representacionais midiáticas, próprias das tecnologias das comunicações. Estas últimas, inegavelmente, participam cada vez mais do ambiente cultural em que se dá o pensamento, o julgamento e a ação dos seres humanos. Embora numa perspectiva distributiva possam ser identificadas múltiplas agências de representação (indivíduos, grupos, escola, partido, sindicato), para a maioria das pessoas os mídia é que se tornam os provedores primordiais de representações sobre o estado da sociedade e do mundo. Sendo assim, as narrativas do campo midiático continuam sendo objeto de diversos estudos, como este, os quais procuram pôr em evidência a construção das representações sobre a sociedade, os acontecimentos, as categorias sociais etc. Para tanto, faz-se necessário que os textos midiáticos sejam sempre vinculados aos contextos aos quais se referem a fim de que possam atuar como uma ponte ligando a comunicação aos seus processos sociais empíricos.

É notório, desse modo, que as possibilidades teóricas da aproximação e da interação entre o jornalismo e as representações sociais oferecem um amplo campo de estudo que busca dar conta de como o fazer jornalístico contribui diariamente para a construção do real via representações numa sociedade. Com essa aproximação se torna possível recortar tais representações e analisá-las de distintas maneiras: interpretar seus significados; analisar sua organização formal; seu diálogo com outras formas e produtos; reconstruir seus textos; perceber as intertextualidades etc. Podemos também, por exemplo, pelo caminho das mediações, radiografar o contexto sociocultural em que estão inseridos os receptores e identificar as marcas de seu cotidiano. Porém é o cruzamento de uma e de outra instância a barreira atual, o desafio presente.

É uma tarefa difícil estabelecer essa ponte, e parece-nos que a resposta a esse desafio ainda não foi convenientemente alcançada – mas um ponto de partida é indicado, quando se estabelece ou se compreende a abordagem comunicacional exatamente na costura entre a análise dos produtos discursivos e a análise da presença e relação dos interlocutores num mesmo quadro interativo. Essa costura pode esboçar um caminho analítico que se desenvolve

por aproximações e comparações de perspectivas – a transposição do “Circuito da Cultura” de Johnson (1999) para com o “Circuito das Notícias”, é um exemplo – com a qual pretendemos operar num estudo que busca analisar integralmente o jornalismo e aquilo que lhe dá vida – seus processos.

2.4 A matriz representacional hegemônica da questão agrária

Na perspectiva de análise das representações no “Circuito das Notícias”, emoldurar a matriz representacional hegemônica e/ou a estrutura tendencial dominante (HALL, 2003) dos conflitos de terra no Brasil visa demonstrar previamente a perspectiva de enunciação historicamente construída para questão agrária no País. O objetivo, portanto, é deixar claro, de antemão, quais são os sentidos hegemônicos historicamente mobilizados em torno da luta pela terra em território nacional. Esses sentidos predominantes estão todos relacionados com os discursos produzidos em episódios pretéritos da história nacional como, por exemplo, o Descobrimento do Brasil, o surgimento dos Quilombos, a Imigração Européia, a guerra de Canudos e do Contestado, as Ligas Camponesas e o próprio surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST). Consideramos tal caracterização fundamental a fim de operacionalizar a análise do tipo de representação predominante que será mobilizada nos diferentes momentos do “Circuito das Notícias” – *produção – textos – leituras*.

Conforme Schmeil (1994, p.128), todos somos influenciados por um sistema de representação prévio que ultrapassa o contexto presente. “Um sistema de representação que não é fruto apenas dos meios em geral, mas de uma longa história de relações políticas e econômicas marcada, quase sempre, por divergências e conflitos”. Dessa forma, são as formações históricas e ideológicas que acabam por configurar os discursos sociais que circulam em diversos âmbitos de uma relação ao longo do tempo, já que a ideologia, segundo Hall (2003, p.348), nada mais é do que uma “tentativa de fixar o significado”.

Sendo assim, se recuperarmos a noção de hegemonia de Gramsci, veremos que a construção de um bloco histórico hegemônico se dá de modo privilegiado no discurso. Para Jacks, Machado & Muller (2004, p.38), é por meio do discurso que se busca o consentimento e a adesão. É por meio do discurso, inclusive jornalístico, que “as ideais hegemônicas e predominantes de uma época ou de um grupo são cristalizadas”. As Formações Discursivas,

por conseguinte, estão ancoradas em Formações Ideológicas – suas regras de existência e estruturas de pensamento. É por isso que não exageramos ao afirmar que tudo o que pensamos deriva de modos de ver o mundo, os homens, as coisas, e a nós mesmos enquanto seres do mundo.

Segundo Bonnewitz (2003, p.28), todos nós temos representações espontâneas da realidade que nos cerca; “elas nos fornecem explicações, que pensamos ser aceitáveis e justas, dos fatos que observamos”. Assim, elas nos servem de guias e referências na nossa atividade social cotidiana, dando-nos a impressão de compreender o mundo que nos cerca. Porém, nossa concepção do mundo também é constituída de representações, por sistemas de representação. Dessa forma, é notório que para o conhecimento do mundo social precisamos construir “esquemas de pensamento e expressão”.

Seguindo a lógica do “Circuito das Notícias” admitimos que o jornalismo sustenta-se num bloco hegemônico de representações, relacionáveis sempre a uma ideologia – ele sempre parte de uma perspectiva de enunciação; porém o jornalismo, como prática sociocultural, só é portador/construtor de discursos dentro de um contexto social, sempre em relação com a exterioridade. Como apontam Jacks, Machado & Muller (2004, p.41),

Não existe jornalismo sem aquilo que costumamos compreender como exterior: os fatos, as relações de poder, os contextos sociais, os saberes históricos, as decisões políticas, os interesses econômicos, as crenças religiosas, as concepções estéticas. Tudo isso constitui o discurso. O discurso é o resultado de tudo o que lhe é exterior. Em um movimento complexo, o jornalismo mostra e esconde o que convém aos seus enunciadores por meio de estratégias discursivas.

Por isso, lendo as notícias de um jornal ficamos expostos à representação dominante e corrente num dado momento. No entanto, o jornalismo é uma modalidade de discurso “sobre” e, para que algo tenha sentido, necessariamente ele mobiliza um conhecimento anterior. Esse conhecimento, de modo especial, tem a ver com o saber histórico. Então o discurso jornalístico sempre será atravessado pelo discurso histórico. Já o discurso histórico leva consigo diversas memórias que poderão ser atualizadas pelo discurso jornalístico por meio da narrativa dos acontecimentos.

Ainda segundo Jacks, Machado & Muller (2004, p.42), não é possível para o analista avaliar o funcionamento do discurso jornalístico sem buscar suas raízes e suas perspectivas de enunciação. Dito de outra forma, “não há jornalismo desconectado da história, da ideologia e das relações de poder”. A partir dessa noção, da noção de “interdiscursividade”, é que nos

preocupamos em buscar as raízes da forma de tratamento da questão agrária no Brasil a fim de remontar historicamente a matriz de representação dominante que envolve a questão da posse da terra no País.

Nesse sentido, as contribuições de Romão (2002) parecem significativas. A autora, em sua pesquisa, procura interpretar o papel da memória (interdiscurso) na retomada e ressignificação do discurso da luta pela terra, passando pelos dizeres produzidos no período do Descobrimento, Quilombos, Levante de Ibicaba, Canudos, Contestado e Ligas Camponesas para chegar, enfim, ao discurso circulante na mídia relacionado ao MST. Segundo ela, a análise dos dados indica, de antemão, que a imagem de “baderneiro e ilegal” sempre foi associada aos camponeses que se organizam politicamente. Conforme Romão (2002, p.21), “a análise dos discursos, tecidos ao longo do histórico das lutas populares, aponta que os Sem-terra foram negados durante os quinhentos anos de Brasil”.

Logo, o discurso sobre a posse da terra não nasce na década de 80, junto com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, enquanto Movimento Social organizado. Os sentidos de luta e oposição no tocante à distribuição da terra passam pela resistência indígena no período da colonização; pela luta dos negros contra o cativo nos quilombos; pelo levante dos colonos europeus em Ibicaba; pela vivência igualitária no arraial de Canudos; pela mobilização de colonos no Contestado; pela articulação das Ligas Camponesas; para, então, ser ressignificado atualmente pelo MST.

Em suas análises Romão (2002, p.23) identifica de um lado uma Formação Discursiva dominante, cuja marca é a manutenção do “direito sagrado de propriedade”; e de outro, a Formação Discursiva dominada, cujo sentido se constrói a partir da luta pela terra e resistência diante da exclusão. E, será o tensionamento entre ambas que caracterizará a representação predominante numa época dada. Para a autora, a Formação Discursiva que agora criminaliza os Sem-terra,

[...] é a mesma que ontem fez significar a necessidade de colonização e catequese dos “bugres indígenas” sob o avanço pretensioso de instalar a civilização no Novo Mundo. Também me parece filiada aos sangrentos massacres de que negros “selvagens e insolentes” foram vítimas no processo de assensalamento, dos atributos de “rebeldia e preguiça” endereçados aos colonos suíços no levante da Fazenda Ibicaba, de que os “fanáticos e loucos” sofreram por seguirem Antônio Conselheiro e por ameaçarem o início da República. O mesmo pode ser dito sobre Contestado, cuja maior acusação recaía sobre o “fanatismo” dos seguidores de São João Maria e as Ligas Camponesas, cujos líderes sofreram o estigma de serem “comunistas e perigosos elementos à paz da sociedade” (ROMÃO, 2002, p.24-25).

Tais atores, criminalizados em suas práticas políticas e na denominação que receberam, apontam para uma Formação Discursiva dominante capaz de imprimir um movimento de sentido que parece orquestrado: apagar as razões sociais que fazem os excluídos se mobilizarem, sequestrando a sua luta política e narrando, em lugar dela, o transtorno e a ameaça à paz democrática. Esse “litígio discursivo”, segundo Romão (2002, p.25) é, sim, determinado por uma “conjuntura construída sócio-historicamente a partir de um tenso e permanente jogo de poder”.

Assim, a Formação Discursiva dominante que se instala para a questão agrária, controla a circulação de dizeres e imagens e, sobretudo, virtualiza o que é permitido e proibido, o que é certo e errado dizer, ou seja, configura uma matriz representacional hegemônica para a questão. Mais do que isso, é com base nesse movimento que a memória, o sujeito e o discurso vão significar. Esse sentido dominante, tecido na e pela trama ideológica vincula o direito de propriedade de terra no plano jurídico como um bem sagrado e intocável. Seja ela de que tamanho for, de quem for e de onde tenha vindo, a terra significa direito adquirido. No plano jurídico, principalmente, a ideologia naturaliza esse dizer, bem como cimenta, por exemplo, a crítica ao Sem-terra como ser fora da lei. Ilegal, então, a forma de movimentação do MST pode ser nomeada de “invasão”.

Para Romão (2002, p.40), o discurso sobre a terra não se fecha apenas na compreensão dos fragmentos e depoimentos da atualidade. “Ele é permanentemente ressignificado e resguardado pelo jogo da historicidade”, já que há significantes que se repetem, retornam, voltam a designar os índios, negros cativos, colonos imigrantes, canudenses, caboclos do Contestado, integrantes das Ligas Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra. Entendemos dessa forma, em acordo com Romão (2002, p.41), que esse é justamente o trabalho de fundo da ideologia: promover a fixação de um dizer, naturalizando o sentido que parece ser o mais legítimo, como se ele fosse o único possível. Assim, há o “congelamento de um sentido oficial, que sobrevive sob a guarda da previsibilidade”. Isso, em nosso entendimento, acaba por constituir uma matriz hegemônica de representação e/ou, como aponta Hall (2003), por formatar uma estrutura tendencial dominante de interpretação da realidade.

Tratando da historicidade do discurso da luta pela terra, Romão (2002) identifica uma série de movimentos que impulsionaram a formatação de uma matriz representacional hegemônica da questão agrária no País. O primeiro desses movimentos está relacionado ao apagamento do outro a partir do discurso do Descobrimento do Brasil. Segundo a autora nesse

traçado discursivo da história fica marcado no discurso que os donos da terra, até então os índios, “não têm competência para usá-la e explorá-la” e, como na época da descoberta, a Formação Ideológica do europeu acerca do Novo Mundo era “uma terra de ninguém”, ele se sentiu à vontade para expropriá-la. Nesse primeiro movimento, o outro foi discursivamente eliminado, pelo silêncio, na composição do cenário. Para Romão (2002, p.81), esse mesmo processo discursivo se instala hoje. “Vejo a mesma manobra de apagamento dos Sem-terra na Formação Discursiva dos latifundiários”. Os dois discursos criam o efeito de que o outro é diferente pelo que possui de nocivo, de ruim, de negativo. “Há uma dupla negação em jogo. Em primeiro lugar, o outro não é como eu, trata-se de um estranho; diferente, portanto. Na sequência, ele é ruim” (ROMÃO, 2002, p.82).

O segundo movimento marca, com os Quilombos, o início das ações de resistência na luta pela terra em território nacional. Nessa fase, o negro é o estandarte da imagem de um ser exótico. Os sentidos de “teimoso, incapaz e incompetente” reforçam a concepção de que se trata, de fato, de um ser menor, que merece a domesticação. Mesmo assim o homem negro escravo é o primeiro registro que se tem do trabalhador brasileiro do campo. Aqui trabalho escravo significa trabalho pesado, trabalho no campo, trabalho com a terra, confabulando uma extensão de ideias e valores, sempre negativamente compostos. Processa-se então uma cadeia de transferência de sentidos em que a Formação Discursiva dominante fortifica a criminalização de todos aqueles que resistem à escravidão. Porém, conforme Romão (2002, p.85), nesse momento se acrescenta outra representação às anteriores, incrementando a imagem de “perigo, selvageria e atraso”, que já se fazia do negro. “Quando ‘rebelde’, por desrespeitar a mortandade e o apresamento, passa a ser criminoso e perigoso à paz social”. Cria-se, a partir de então, uma associação entre bandidagem e trabalho/trabalhador rural. “O lugar a que a ideologia lhes destina é marginal e negativo duplamente, portanto”.

Tais significantes, sob o efeito da memória discursiva e/ou do interdiscurso, voltam para ressignificar o Sem-terra organizado em nossos tempos. Segundo Romão (2002, p.95) é interessante observar que esse mesmo funcionamento de imagens se processa nas representações atribuídas também aos canudenses.

Com isso, quero dizer que a noção de trabalhador rural se alinhou no tecido das representações e valores da cultura brasileira como atividade menor. Tão pequena, que não precisava ser remunerada. Tão pouco valiosa, que podia ser feita por qualquer um da massa negra de deserdados; massa em que se substitui as peças com o mesmo anonimato com que se joga os descartáveis no lixo.

Para a autora é importante registrar ainda que tal noção imprime um sentido dominante, oficial, de que ser dono da fazenda é exercício nobre, tarefa reservada para poucos e que, assim sendo, exige certa mão-de-obra especialmente formada pelos abastados. Em contrapartida, aos negros – e Sem-terra hoje – é resguardada a cadeira cativa de incompetentes para o trabalho intelectual.

O terceiro movimento que colaborou com a formatação de uma matriz de representação hegemônica da questão agrária está relacionado ao levante de colonos brancos na Fazenda Ibicaba. Aqui, no mesmo sentido da escravidão, segundo Romão (2002), o homem do campo é usurpado e colocado no lugar de “coisa” e os sentidos de exclusão e condições subumanas de vida se mantêm. Junto com isso, o trabalho na lavoura dos outros é visto como sinônimo de vida desgraçada e o sonho da posse da terra como promessa de liberdade, prosperidade e fortuna. Para Romão (2002, p.106), o que mais chama a atenção nesse movimento é a tentativa de criminalizar os colonos como seres que precisam ser contidos pelas forças nacionais de segurança. “Ao transferir a queixa dos colonos para a área criminal, o sujeito já se coloca na posição favorável e privilegiada de quem tem os soldados e o Brasil a seu favor”. Se a questão é policial, conseqüentemente, a preocupação é nacional, certamente. Esse “movimento metonímico” provoca o efeito de ampliação do conflito, “amealhando as noções de perigo e incerteza não para uma fazenda, mas para todas as fazendas de todos os Estados e de todo o País” (ROMÃO, 2002, p.107).

Dessa forma, não se fala do movimento político, fala-se do transtorno e do distúrbio provocados por ele, cujo enquadramento reduz a mobilização dos colonos a um problema policial, de segurança nacional. “A reivindicação política fracassa e é atravessada pelo sentido de baderna”. Há, desse modo, um desvio de conduta que serve para justificar o rigor da ação policial. Segundo Romão (2002, p.107), ao propor os soldados como “interlocutores dos colonos”, se promove uma associação entre o “sujeito da resistência” e o “aparato repressor do Estado”, alinhavando a imagem de transgressão da lei e da ordem. Na sequência, é comprovado pela autora que, tais representações: de perigo nacional; perturbação da ordem; e necessidade de repressão policial, aparecem como síntese da Formação Discursiva dominante em mais de um movimento discursivo. Elas podem ser percebidas, por exemplo, também no discurso sobre Canudos e sobre o MST.

O quarto movimento já diz respeito ao discurso em torno de Canudos. Nele a primeira tentativa de fixação de sentidos diz respeito à redução do número de envolvidos, na tentativa de esvaziar o efeito reivindicatório da ação. Conforme Romão (2002), ao colocar o

outro no lugar de minoria, promove-se uma “minimização da luta política” sedimentando a ideia de que são poucos aqueles insatisfeitos. Exceção, portanto. O segundo ponto de vista nesse movimento é a representação da população de Canudos não pela exclusão, mas sim por toda sorte de anomalias físicas e mentais. “Ao destacar o grupo como doente, bandido e marginal, processa-se uma atribuição de valores negativos, que desautoriza todos os atos coletivos como derivados de insanidade mental e desvio dos princípios civilizados da sociedade” (ROMÃO, 2002, p.121). Dessa forma, segundo a autora, mais uma vez se apaga o dilema social e a justificativa política, propagando-se a ideia de que não há outro motivo para tais movimentos senão “a desordem, a bagunça e a perversão de seus atores numa vocação natural para desrespeitar as leis, o Estado e as instituições”.

Importa ressaltar que até então, o homem e o trabalho rurais eram associados à representação de incapacidade, agora de loucura. Para Romão (2002, p.139) é a necessidade de aniquilar a existência do outro e o apagamento da luta popular que “discursivizam a urgência” na contenção tanto dos fanáticos de ontem quanto dos Sem-terra baderneiros de hoje. “À força, se for preciso”. Além da denominação pejorativa, os feitos e atos dos canudenses são discursivizados como ilegais pela falta de respeito àquilo que o Estado moderno tem de mais precioso: a propriedade privada. Sendo assim, diz Romão (2002, p.141), os canudenses merecem uma dupla acusação: “cegos e ladrões”. Para ela, mais do que uma imagem estática, esse discurso virtualiza o sentido de que a luta pela terra é coisa de bandidos. “Há uma criminalização de todos os atos que ‘violentam a propriedade privada’, como um mosaico de acusações graves, que devem ser tratadas como caso de polícia” (ROMÃO, 2002, p.145).

Seguindo as considerações de Romão (2002, p.154), identificamos o quinto movimento discursivo associado à Guerra do Contestado, na divisa do Paraná com Santa Catarina, entre 1912 e 1916. Aqui o caboclo revoltado é colocado como um ser fanático, supersticioso e apegado às benzeduras. Reserva-se para ele, conforme a autora, uma representação de atraso e afastamento do avanço e da legitimidade da ciência. “A ignorância passa a ser o maior elemento de identificação e constituição simbólica daquele que luta pela terra no Contestado”.

Nesse movimento, a religiosidade parece ser discursivizada pelo sentido dominante como algo perigoso e nocivo para o País, recuperando a memória dos dizeres que também atribuíam cegueira e insanidade aos canudenses. Como em Canudos, no Contestado, é notório que são movimentados os mesmos sentidos de negação e criminalização dos indivíduos e de

suas ações. No Contestado, segundo Romão (2002, p.160), há recuperação de todas as imagens já expostas anteriormente. “Bandidagem, jagunçagem e quadrilha significam a locomotiva da Formação Ideológica, cuja Formação Discursiva encobre e cristaliza uma associação entre aquele que busca uma nova ordem social no campo e o inimigo sem rosto e fora da lei”.

O sexto movimento que colaborou com a formatação de uma matriz de representação hegemônica da questão agrária diz respeito aos discursos movimentados em relação às Ligas Camponesas no final da década de 1950. Aqui a rebeldia e a insatisfação social relacionadas à posse da terra emergem emprestando ao campesinato algumas das feições que se mantêm até a atualidade. Nesse momento, dentro da esfera da estabilização e fixação dos sentidos, a Formação Discursiva dominante que, de acordo com Romão (2002, p.185), veiculou anteriormente os “satãs-lavradores organizados”, promove uma nova versão do diabo: “a ameaça vermelha do comunismo”. A partir de então, os espaços discursivos de identidade na história do País, que foram constituídos como legítimos e institucionalizados, põem a nu o perigo dos pobres do campo se politizarem, se organizarem em massa e mobilizarem tentativas de mudança com relação à distribuição da terra e do poder.

Conforme a autora (2002, p.185), o tentáculo discursivo desse momento também é arquitetado no discurso do proprietário da terra e pelo efeito de sentido da baderna, da bagunça e da perda da estabilidade do estado democrático e de direito. “A diabolização alinha uma gramática com imagens de tal eficácia, que a representação de ‘comunista’ é loteada por noções de perigo, insegurança, desestabilidade do poder político e ameaça ao País”. Nessa versão, pertencer ao movimento de luta pela terra sinaliza uma atuação digna de quadrilheiros e bandidos; versão que se mantém viva até os dias atuais. Na tentativa de criminalizar a luta, o sentido dominante destitui, mais uma vez, a questão agrária do seu caráter social. Desligando o tema da área civil ou trabalhista e o atrelando à área penal – endossando o alfabeto, que coloca os Sem-terra como “fora da lei”.

Por último, o sétimo movimento. Ele procura contemplar o discurso acerca do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) que hoje conhecemos – aquele que problematizamos na presente pesquisa através do movimento das representações no “Circuito das Notícias”. Conforme Romão (2002, p.191), poucas mudanças significativas no trato com os lavradores engendram o quadro da questão agrária atualmente. Ainda hoje ele conta com a permanência da violência no campo, do latifúndio e das ações abusivas da polícia. A

representação simbólica em jogo, segundo ela, “apenas evidencia e preside uma relação de forças políticas desiguais, em que o poder de alguns solapa a expectativa de poder de vários”.

Nesse momento, os sentidos mobilizados pelo emprego indiscriminado do termo “invasão” podem sintetizar a tônica do tratamento da questão. Para Romão (2002, p.203), invasão remete a uma Formação Discursiva, e conseqüentemente a uma Formação Ideológica, que desqualifica a principal estratégia do MST para forçar a reforma agrária no País. Parte daí o desenho de um sujeito que tem a posse da terra e se vê ameaçado diante da perspectiva de perdê-la ou dividi-la. “Invadir indica entrar sem permissão, desobedecer à propriedade privada e, desta forma, ir contra a lei”. A ideologia, assim sendo, proíbe esse sujeito de dizer de outra forma: o seu dizer ganha eco entre os fazendeiros, associando os Sem-terra a práticas ilegais, ameaçadoras ao Estado de Direito e criadoras de instabilidade social.

A designação “invadir” é constituída pelo sentido dominante derivado do latim *invadere*, cujo sinônimo é entrar à força, conquistar à força ou apoderar-se violentamente de algo. Ao enunciar tais sentidos, o sujeito discursiviza a prática de quem não deseja perder o domínio sobre propriedade de suas terras nem deseja ver a sombra das práticas distributivas passar perto das porteiras de suas fazendas. Funcionando como um dêitico, o termo “invadir” coloca o sujeito dentro da propriedade, no lugar fixo de dono no interior da sua fazenda e projeta o perigo como vindo de fora. A ideologia funciona de modo a reforçar o atentado à propriedade privada e a violação do direito à terra (ROMÃO, 2002, p.203).

No referido momento, em relação à mídia, o sujeito acaba por manobrar o sentido, de tal modo a colocar o Sem-terra como oportunista, desonesto e aproveitador, inclusive dos jornais, incluindo-o no jogo dos meios de comunicação e na disputa pela informação. É como se dissesse, segundo Romão (2002, p.204), “o MST faz qualquer negócio para se auto-promover na tentativa de aparecer na imprensa”. Para a autora, o que predomina é a depreciação dos camponeses, que são apresentados como oportunistas em dose dupla: “primeiro, por adentrarem nas terras dos outros; depois, e por conseqüência, por adentrarem também nos jornais de outros donos, colocando as regras de civilidade garantidas pelas leis de pernas para o ar”.

Quando tratamos do discurso acerca do MST é possível identificar ainda, conforme Romão (2002, p.225), a mesma Formação Discursiva funcionando na narração dos feitos dos canudenses ontem e dos Sem-terra hoje. Naquele discurso, destruir fazendas, matar o gado, roubar e ameaçar já eram sentidos circulantes. Hoje, designar “ameaçar, infiltrar, perturbar, ultrapassar” qualificam e/ou desqualificam quase todas as ações coletivas do movimento. Também, para ela, ao usar os termos “grupos, grupelho, pequeno grupo, um setor”, cria-se o

efeito de sentido de que existe somente uma pequena, quase mínima, quantidade de pessoas envolvidas na luta pela terra. Como vimos, tal estratégia já foi verificada nos acontecimentos das Descobertas, Quilombos, Ibicaba, Canudos e Contestado e Ligas Camponesas, sinalizando a manobra retórica do sujeito na posição de dono da terra. Resta, por fim, registrar, segundo a autora que, quando se fala do MST,

[...] pelo efeito da memória discursiva, o sentido dominante resgata sempre uma volta à atribuição de “baderna, desordem, crime e ilegalidade”. Quando os camponeses se organizam e ameaçam promover mudanças, a Formação Discursiva dominante passa a desqualificá-los de diversas formas – da loucura à criminalidade – em um movimento de apagamento e exclusão, da minoria à baderna, sempre afirmando um movimento de predicação negativa (ROMÃO, 2002, p.235).

Com isso, pretendemos reafirmar que o discurso do conflito sempre se esgarçou na história do Brasil quando o tema é terra ou reforma agrária. Nela uma turbulenta movimentação de sentidos prévios sempre acaba por redistribuir os ditos. Ou seja, o movimento discursivo é o mesmo, guardadas as variações históricas e as particularidades da conjuntura sócio-histórica, o que cimenta uma argamassa, chamada de Formação Discursiva dominante, que sustenta uma matriz representacional hegemônica para a questão. Tal matriz hegemônica de representação acaba por circular por todo o sistema de mídia, manifestando-se tanto na *produção* e nos *textos*, quanto em sua recepção e/ou *leituras*. Essa Formação Discursiva dominante e sua respectiva matriz de representação circulam na grande imprensa promovendo, conforme Romão (2002, p.270), a “satanização dos Sem-terra” e negando a sua condição reivindicatória. “Além de serem expulsos da terra e das mínimas condições de vida – marginais, portanto – os Sem-terra e o MST são expulsos da legalidade, o que os virtualiza como um grande mal na atualidade brasileira”.

Vale lembrar, mais uma vez, que esse movimento de sentidos é afetado pela memória discursiva. E, nesse caso, os acontecimentos históricos em seus diferentes momentos conservam a memória discursiva e apontam para o mesmo funcionamento ideológico, além de recolocarem o conflito agrário como uma grande performance discursiva nacional. Assim sendo, os sentidos que acabam por constituir a matriz representacional hegemônica são naturalizados pelo discurso oficial e disponibilizados pela memória e/ou interdiscurso, sempre atribuindo características de desordem, baderna, perigo, subversão e ilegalidade aos camponeses organizados politicamente. Como vimos, isso é flagrante ao longo dos discursos relacionados a vários acontecimentos da historiografia brasileira.

Por conseguinte, essa matriz de representação, através de uma Formação Discursiva dominante, globaliza os efeitos de ilegitimidade da manifestação popular e de criminalização dos integrantes do Movimento, deslocando sempre a questão da luta pela terra da esfera civil para a área criminal. Essa tem sido uma tônica recorrente. Segundo Romão (2002), a praxis discursiva inclui “desmerecer, denegrir e desconstruir a imagem do outro, acusando-o de formar quadrilha e cometer crimes”, além de implodir a ordem juridicamente igualitária e democrática do País.

Dessa forma, a naturalização desses sentidos pelo discurso jornalístico pode assegurar que a mídia, em geral, trabalhe como mediadora, tecendo culpas e responsabilidades, formulando julgamentos prévios e desfavoráveis aos Sem-terra. Romão (2002), em seu percurso, identifica, então, mudanças pouco significativas no trato com as disputas relacionadas à matriz fundiária. Para ela, o quadro ainda hoje continua contando com a permanência da violência no campo, do latifúndio e das ações abusivas da polícia. É dessa forma que, em acordo com a autora, sustentamos que o discurso sobre a questão agrária encontra sustentáculo em uma formação histórica e ideológica que se elabora desde o tempo do descobrimento do Brasil e, por conseguinte, é uma ideia que circula no imaginário social brasileiro há mais de 500 anos.

É inegável, dessa forma, a imbricação dos discursos da história e do jornalismo com efeitos mais intensos neste último – por tratar-se de um discurso menos crítico e mais comprometido com os interesses econômicos. Assim sendo, conforme Jacks, Machado & Muller (2004, p.143), não se pode duvidar que o jornalismo é um dos principais agentes que constrói a cultura contemporânea e por isso seu caráter interdiscursivo e sua imbricação com a história assumem grande relevância.

Porém, cabe aqui um alerta: os jornais e os jornalistas, em alguns casos e quando é conveniente, parecem se entregar às cegas a um imaginário, sem sentir a necessidade de verificar o que quer que seja. De tanto que as evidências dos fatos se impõem eles acabam por negligenciar a apuração dos mesmos. Só que, de fato, não existe jornalismo sem o que compreendemos como seu ‘exterior’. O discurso nele é o resultado de tudo o que lhe parece externo. Em um movimento complexo o jornalismo mostra e esconde o que convém a seus enunciadores por meio de estratégias discursivas. Logo, no jornalismo, o acontecimento é o ponto de encontro de uma atualidade e de uma memória. Não há jornalismo desconectado da história, da ideologia e das relações de poder. Sendo assim, a partir da noção de interdiscurso podemos então, como fez Romão (2002), buscar nos relatos históricos as raízes das tensões

entre proprietários e Sem-terras, por exemplo. Isso porque são as formações históricas dessas tensões que acabam, de certo modo, autorizando uma Formação Discursiva que separa proprietários e Sem-terras, configurando-os como adversários e inimigos.

Desse modo as considerações aqui apresentadas acerca da matriz representacional hegemônica da questão agrária no Brasil formarão a base para classificação das representações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), nos diferentes momentos do “Circuito das Notícias”, como favorável, desfavorável e/ou tensionada – categorização utilizada por Jacks, Machado & Muller (2004) em sua pesquisa sobre a representação dos argentinos nos jornais do sul do País; e/ou, conforme as posições preferenciais, negociadas e de oposição apresentadas por Hall (2003), em seu modelo de codificação e decodificação.

2.5 Os momentos do “Circuito das Notícias”

No presente estudo, através da adoção da matriz do “Circuito das Notícias”, procuramos propor e operacionalizar uma estratégia de investigação que possibilite a análise de cada uma das etapas apresentadas por Johnson (1999) em seu modelo cultural, destacando o inter-relacionamento das mesmas, à luz dos estudos de jornalismo. Ou seja, propomos estudar o jornalismo tendo como diretriz o circuito comunicacional, verificando todos os momentos desse processo (*produção – textos – leituras*) junto com seus pontos de intersecção, lançando mão de teorias e conceitos utilizados pelo campo, especialmente a ideia de representação.

Esse olhar global sobre os produtos jornalísticos tem como premissa colocar em perspectiva conceitos e inferências que ficariam prejudicados se ancorados em um único ponto do “Circuito”. Tratamos aqui, portanto, de um arranjo teórico-metodológico híbrido, que permite o emprego de diferentes técnicas para a análise de um objeto específico dentro do campo jornalístico – desde que voltadas ao percurso de todo o “Circuito das Notícias”. Ou seja, à pesquisa da *produção*, dos *textos* e das *leituras* articuladas, em nosso caso, ao movimento de representações, quando a pauta no jornal Zero Hora (ZH) é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) e suas ações.

O “Circuito das Notícias”, analogamente ao “Circuito da Cultura” de Johnson (1999), compreende três momentos distintos básicos: a análise de *produção*; a análise de *textos*; e a análise de *leituras* e retornos. Embora esses momentos não sejam estanques e não obedeçam a uma sequência rígida, podemos, para fins de sistematização, analisá-los em separado já que isso possibilita um melhor entendimento de suas peculiaridades. Porém, é necessário ter sempre em mente os entrecruzamentos que acompanham esse processo que é rico, contínuo e sem limites definidos.

Cabe enfatizar, como aponta Johnson (1999, p.106), que o “Circuito” não foi apresentado como uma descrição adequada dos processos culturais ou mesmo de formas culturais elementares – inclusive daquelas manipuladas pelo fazer jornalístico; que ele não trata de um conjunto completo de abstrações em relação a qual toda a abordagem parcial possa ser julgada; e que não constitui, conseqüentemente, uma estratégia adequada para o futuro se for tomado como a adição dos três grandes conjuntos de abordagens – *produção*, *textos* – *leituras* – usando-as cada uma em seu respectivo momento. “Isso não funcionaria sem que houvesse transformações em cada abordagem e talvez em nosso pensamento sobre momentos”. Diz ele:

É importante reconhecer que cada aspecto tem uma vida própria a fim de evitar reduções, mas, depois disso, pode ser mais transformativo repensar cada momento a luz dos outros, importando – para outro momento – objetos e métodos de estudo comumente desenvolvidos em relação a um determinado momento (JOHNSON 1999, p.106).

O autor (1999, p.106) ainda recomenda que, também no jornalismo, aquelas pessoas preocupadas com estudos de *produção* e/ou codificação precisam examinar mais de perto, por exemplo, as “condições especificamente culturais de produção”. Segundo ele, nesse aspecto podemos e devemos buscar relações mais ou menos íntimas com a cultura vivida dos grupos sociais analisados, nem que seja apenas a dos próprios produtores. Johnson (1999, p.107) alerta ainda que, de forma similar, também precisamos desenvolver modos de estudos textuais que se articulem com as perspectivas da *produção/codificação* e da *leitura/decodificação*. Pois, se é possível procurar por sinais do processo de produção em um texto, também é possível ler os textos como “formas de representação”, desde que se compreenda que estamos sempre analisando a “representação de uma representação”.

O primeiro objeto, aquele que é representado no texto, não é um evento ou um fato objetivo: ele vem com significados que lhe foram atribuídos a partir de alguma prática social. Dessa forma é possível considerar a relação, se é que existe alguma, entre os códigos e as convenções características de um grupo social e as formas pelas quais eles são representados nas notícias do jornal (JOHNSON 1999, p.108).

Dentro disso, não há por que abandonarmos as formas existentes de análise textual – estas, porém, têm que ser adaptadas ao estudo das práticas reais de leitura dos diferentes públicos, em vez de substituí-las. Dessa forma, a decodificação formal de um texto deve ser encarada como multiestratificada e aberta. Deve identificar os quadros de referência preferenciais, mas também leituras alternativas que vão além de quadros de referências subordinados. Johnson (1999, p.109-110) enfatiza que aqueles preocupados com a descrição cultural concreta não podem mais se permitir ignorar a presença de estruturas textuais e de formas particulares de organização discursiva. Também, segundo ele, precisamos saber o que distingue as formas culturais privadas – em seus modos básicos de organização – das formas públicas, para, dessa forma, sermos capazes de especificar linguisticamente, por exemplo, a relação diferencial entre os campos e os grupos sociais, com os diferentes meios e com os processos reais de leituras e decodificação que estão envolvidos.

Ao falar do “Circuito das Notícias” falamos, portanto, de um circuito de sentido que possui momentos distintos, mas momentos articulados entre si. Tais momentos não têm um caráter autossuficiente, pois a produção sempre se dará em relação à leitura. É por isso que, conforme com Hall (2003, p.339), temos de saber analiticamente, porque a *produção/codificação* e a *leitura/decodificação* são diferentes, pois só assim poderemos apontar como eles se articulam. “Você tem de identificar as diferenças para saber o que as articula”, essa é a pista. O “Circuito das Notícias” nessa aproximação, nada mais é do que uma totalidade complexa sobredeterminada, que não exclui a ideia de poder. Dessa forma, nosso primeiro passo na pesquisa está pautado pela observação da relação entre as práticas dos grupos sociais em foco – Sem-terras e Jornalistas – e dos textos que estão em circulação em seus campos. Tal procedimento pretende identificar os elementos culturais que estão ativos nos meios sociais particulares, além de mapear os resíduos culturais provenientes de outros campos, já que, como procuramos demonstrar de antemão, eles podem ser considerados como verdadeiros marcadores de relação.

Depois, buscamos operacionalizar um estudo inspirado na matriz teórico-metodológica do “Circuito das Notícias” a fim de, dentro dela, mapear a relação entre o jornal Zero Hora – periódico que no Rio Grande do Sul compõe o campo do jornalismo e por

consequência o campo das mídias; e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra – integrante do campo político – através da identificação e da classificação das representações da questão agrária e da luta pelo poder simbólico, que ambos movimentam em seu “encontro”.

Assim, cremos ser válido retomar a trajetória histórica desses agentes em seus campos de influência, bem como a própria teoria dos Campos Sociais de Bourdieu (1990), a fim de posicioná-los efetivamente no universo onde atuam e/ou se cruzam. Tal resgate contextual e histórico será detalhado no momento em que, no “Circuito das Notícias”, o respectivo agente tiver sua ação destacada – Jornal/ Jornalistas na *produção* e MST/ Sem-terras na *leitura*. No entanto, acreditamos que, de imediato, algumas noções generalistas precisam ser trabalhadas, antes de adentrarmos no “Circuito das Notícias” propriamente dito. A noção de Campo Social, emprestada de Bourdieu, é uma delas. Ela vem ao encontro da necessidade de relacionar o lugar da produção social dos acontecimentos com o lugar da produção simbólica. Para o autor (1989, p.171),

[...] com a noção de campo obtém-se para apreender a particularidade na generalidade, a generalidade na particularidade. Pode-se exigir da monografia mais idiográfica proposições gerais sobre o funcionamento dos campos, hipóteses muito poderosas sobre o funcionamento de um estágio particular de um campo particular. É esta concepção que justifica a apropriação para nosso estudo da relação entre o campo político e o campo do jornalismo.

Nessa lógica, o território de um campo vai se constituir a partir da existência de um capital e se organizar na medida em que seus componentes têm um interesse irreduzível e lutam por ele. Capital, logo, é outra daquelas noções que necessitam aqui ser detalhadas. Ele é um conceito chave no modelo proposto por Bourdieu e só definível a partir do campo. Na descrição do autor acerca dos capitais, aparece um em especial – o capital simbólico – considerado superior aos demais por dar sentido ao mundo e transitar por todos os campos.

Ligado ao capital simbólico temos ainda o poder simbólico. Conforme Bourdieu (1989, p.14), o poder simbólico se refere basicamente ao poder de constituir o “dado pela enunciação”. Ou seja, o poder de fazer crer e de fazer ver, de confirmar e/ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo. Segundo o autor, ele é um poder quase mágico que permite obter um reconhecimento equivalente àquele alcançado pela força física ou econômica, graças ao seu efeito específico de mobilização. Também por ser, na maioria das vezes, ignorado e tomado como arbitrário.

O poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras. É somente na medida em que é verdadeira, isto é, adequada às coisas, que a descrição faz as coisas. Nesse sentido o poder simbólico é um poder de consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou revelar coisas que já existem. Isso significa que ele não faz nada? De fato, como uma constelação que começa a existir somente quando é selecionada e designada como tal, um grupo, só começa a existir enquanto tal, para os que fazem parte dele e para os outros, quando é distinguido, segundo um princípio qualquer dos outros grupos, isto é, através do conhecimento e do reconhecimento (BOURDIEU, 1989, p.167).

Esse efeito de mobilização do poder simbólico, no entanto, vai se dar somente através de uma série de lutas simbólicas, relacionadas e/ou relacionáveis ao seu capital. Tais disputas ocorrem nos diferentes campos e entre os diferentes campos, e tem como móvel a própria representação do mundo social, além da noção de hierarquia. Nessa linha, Bourdieu introduz a ideia, também fundamental, de que os campos sociais são semiautônomos e que eles contêm em sua estrutura subconjuntos que tendem a construir novos campos, relativamente autônomos, e com regras próprias de funcionamento.

Para Bourdieu & Wacquant (1995, p.64), em sociedades altamente diferenciadas, o cosmos social é constituído pelo conjunto desses microcosmos sociais relativamente autônomos e esses subconjuntos, que são espaços de relações objetivas, é que vão formar a base de uma lógica específica e irreduzível que irá reger os demais campos. Assim, os campos não são espaços com fronteiras estritamente delimitadas e/ou totalmente autônomos. Eles necessariamente se articulam entre si. Em termos analíticos, um campo pode se definir então como uma rede e/ou como uma configuração de relações objetivas entre posições onde,

[...] posições definem-se objetivamente em sua existência e nas determinações que impõe a seus ocupantes, quer sejam agentes ou instituições, por sua situação (situs) atual e potencial na estrutura de distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) – cuja posse implica o acesso aos lucros específicos que estão em jogo dentro do campo – e, por conseguinte, por sua relações objetivas com as demais posições (dominação, subordinação, homologia etc.) (BOURDIEU & WACQUANT 1995, p.64).

Na maioria dos campos sociais, seus agentes e participantes estão em permanente luta para estarem mais bem classificados em seu interior – isto é, melhor posicionados no campo – por isso buscam acumular capital simbólico que vai possibilitar no futuro a reconversão em ganhos materiais e concretos. No campo da mídia e/ou no campo político isso não é diferente. Nessa lógica, a noção marxista de luta de classes, pode então ser estendida às lutas simbólicas, sob as formas de “luta de classificação”, nas quais, além dos capitais

econômico e simbólico, contam os capitais cultural e social, orientados na perspectiva dos interesses materiais dos agentes sociais (BONNEWITZ, 2003, p.15). Essa também é uma noção generalista considerada fundamental. Isso porque cada campo, com suas próprias características, passa a abrigar lutas específicas em torno de determinado capital. Porém, uma premissa comum aos diversos campos é que cada capital corresponde a um determinado discurso e que as especificidades desse discurso são passíveis de análise e consideração.

É nesse sentido que, como Berger (2003), consideramos os Movimentos Sociais um subgrupo do campo político, bem como o jornalismo um subgrupo do campo da mídia, e encaramo-los como organismos portadores de discursos com os quais pretendemos trabalhar, conforme a matriz do “Circuito das Notícias”, principalmente no que diz respeito às representações que eles movimentam sobre a questão agrária no Brasil. Assim sendo, por fins didáticos, adentraremos em definitivo no “Circuito” pela porta da *produção* já que é nesse momento que as mensagens são discursivamente constituídas.

CAPÍTULO 3 – DA *PRODUÇÃO* E DA PUBLICAÇÃO DAS NOTÍCIAS

O primeiro momento efetivo do processo jornalístico no “Circuito das Notícias” é a *produção*. Trata-se da construção da notícia, do produto jornalístico em si, e tudo o que está envolvido nesse trabalho. Sinteticamente, para o “Circuito das Notícias”, é na *produção* que residem as preocupações principais acerca da organização das formas culturais. Nesse momento, investigar as rotinas da *produção* e sua relação com as culturas vividas desponta como fundamental, a fim de que possamos mapear os reservatórios culturais existentes no meio social, que pautam tanto as representações públicas quanto a vida privada dos agentes envolvidos no processo – no caso os jornalistas. Outro ponto correlato indica que nesse momento é conveniente prestar atenção nos aspectos concretos de *produção* e na organização da instituição produtora. Ou seja, prestar atenção na estruturação político-econômica da empresa midiática que produz o discurso, bem como nas representações que ela movimenta. Esse trabalho, sem dúvida, vai influenciar na posterior análise textual, por isso tem de ser realizado com cuidado.

Para compormos o âmbito da *produção* das notícias sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) no jornal Zero Hora (ZH) e mapearmos as representações que elas movimentam, junto com a matriz representacional a que se filiam, desenvolvemos o trabalho nessa fase em três níveis complementares. De imediato é importante deixar claro que as considerações aqui se referem, especificamente, às ações de ocupação/desocupação/desdobramentos relacionadas aos atos de entrada e saída dos Sem-terra na Fazenda Southall, em São Gabriel (RS). Essas ações transcorreram no período de 12/04 a 21/05/2008 e foram exaustivamente cobertas pela rede de jornais do Grupo RBS, da qual a ZH é a célula mãe. A referida mobilização integra a “Jornada Nacional de Lutas” anualmente promovida pelo MST a partir do massacre de Eldorado do Carajás em abril de 1996 – o “Abril Vermelho”, como prefere designar a própria Zero Hora.

Em primeiro lugar, procuramos materializar um levantamento bibliográfico com a finalidade de embasar nossas considerações acerca da *produção* das notícias e do movimento

de representações, pela consulta de fontes secundárias e de informações anteriormente coletadas em outros estudos, como nos trabalhos de Berger (2003) e Felippi (2006). A pesquisa bibliográfica, conforme Stumpf (2008, p.51), num sentido amplo, está relacionada ao planejamento global de todo trabalho de pesquisa. Ela vai desde a identificação, localização e obtenção de bibliografia pertinente, até a apresentação de um texto sistematizado que evidencia o entendimento do pensamento dos autores, acrescido de considerações pessoais. Já num sentido mais restrito, trata-se de um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação das referências e dos dados para que sejam depois utilizados na redação do trabalho acadêmico.

Após a leitura do material disponível, o pesquisador organiza uma sequência de ideias lógicas para formar um quadro referencial teórico e conceitual que vai lhe oferecer elementos para ao modelo de pesquisa escolhido. Este quadro deve conter um conjunto de conceitos preferidos pelo pesquisador para orientar sua pesquisa, buscados na literatura a que teve acesso (STUMPF, 2008, p.54).

No segundo nível tratamos da caracterização do representante do campo jornalístico e midiático tomado na pesquisa – tanto da Zero Hora, quanto da organização midiática a que ela pertence, o Grupo RBS; e também da observação das suas rotinas de produção das notícias sobre o MST. Para tanto, acompanhamos os profissionais do jornal Diário de Santa Maria, responsável direto pela cobertura dos fatos antes referidos – acerca da Fazenda Southall – e porta de entrada das informações a toda rede de jornais do Grupo RBS, inclusive à própria Zero Hora. Atuamos no calor dos fatos. Acompanhamos em todos os momentos os atos realizados pelos profissionais na cobertura dos acontecimentos. No caso, lançamos mão de recursos técnicos oriundos da pesquisa participante, basicamente no que se refere aos preceitos de inserção do pesquisador no ambiente de ocorrência do fenômeno e de sua interação com a situação investigada.

Segundo Peruzzo (2008, p.130), essa perspectiva encontra respaldo no método dialético e possibilita a “captação dos fenômenos em todas as suas dimensões constitutivas, desde sua história e dinamicidade até as suas múltiplas determinações inerentes”. A ambição nessa linha é apanhar o fenômeno em sua complexidade e profundidade, ou seja, desde suas origens, suas partes constitutivas e seus significados até suas transformações sofridas. “Em outras palavras, procura captar o movimento e nele compreender a essência e todas as dimensões do fenômeno”. Considera-se, portanto, pesquisa participante aquela baseada na

interação ativa entre pesquisador e grupo pesquisado e, principalmente, na conjugação da investigação com os processos mais amplos de ação social e de apropriação coletiva do conhecimento.

Pesquisa participante é, em alguns casos, um tipo de pesquisa baseado numa metodologia de observação participante na qual os pesquisadores estabelecem relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada com o intuito de serem mais bem aceitos. Nesse caso, a participação é sobretudo a participação dos pesquisadores e consistem em aparente identificação com os valores e os comportamentos que são necessários para a sua aceitação pelo grupo considerado (THIOLLENT, 2003, p.15).

É importante registrar ainda que, para a presente pesquisa, a inserção no grupo de jornalistas pesquisado se deu mediante autorização prévia e com o conhecimento dos profissionais dos propósitos da investigação.

Num terceiro nível da *produção* no “Circuito das Notícias”, realizamos entrevistas com os jornalistas envolvidos na cobertura dessas questões. Primeiro para identificar o papel de cada um dentro da complexa rede produtiva que envolve uma notícia no Grupo RBS; depois para confirmar as próprias condições em que essas produções se dão; averiguar o posicionamento de cada um em relação a sua prática profissional e às questões que envolvem a cobertura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra e de suas ações; e por fim, para buscar quais as representações que são preferencialmente acionadas no tratamento da questão agrária, classificá-las, descrevê-las e relacioná-las com as representações movimentadas nos demais momentos do “Circuito das Notícias”. Ao todo dez profissionais foram entrevistados entre editores, repórteres e fotógrafos, totalizando 11 horas de gravações devidamente registradas. Porém, foram selecionadas para a pesquisa, pelos critérios de relevância e complementaridade, cinco contribuições. As entrevistas realizadas foram individuais, do tipo semiestruturada em profundidade e os profissionais, nos relatos, identificados apenas pelas designações Jornalista 1, 2, 3, 4 e 5, conforme acordado no momento da coleta das informações.

A entrevista em profundidade é uma técnica qualitativa capaz de explorar um assunto através da busca de informações, percepções e experiências de informantes para depois analisá-las e apresentá-las de forma estruturada. Ela tem como característica principal a flexibilidade e procura intensidade nas respostas, não a quantificação. Para Duarte (2008, p.62), ela é um recurso metodológico que busca recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer. Por ter

caráter qualitativo a entrevista semiestruturada permite saber como determinado atributo é percebido pelo conjunto de entrevistados. Além disso, fornece elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema. Ela, conforme Duarte (2008, p.63), é uma ferramenta bastante útil para lidar com problemas complexos, pois permite uma construção baseada em “relatos da interpretação e experiências” – relatos das representações, por exemplo.

A entrevista semiaberta é um modelo de entrevista que tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dá cobertura ao interesse de pesquisa e empresta flexibilidade ao trabalho, ao mesmo tempo em que oferece um roteiro de controle. Diz Triviños, (1990, p.146), “ela parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo a medida que se recebem as respostas do informante”. Em nossa pesquisa tal roteiro, que conta com 12 questões tratadas individualmente como perguntas abertas, pode ser conferido no **Apêndice A** junto com as respostas dos entrevistados.

Seguindo os preceitos já apresentados passamos então ao deslinde do momento da *produção* no “Circuito das Notícias” propriamente dito. Para Hall (2003), como é na *produção* que se “constrói” a mensagem, a análise do “Circuito” pode se iniciar aí. Segundo ele, na estrutura da *produção* vão contar tanto a estrutura institucional, as rotinas de produção, a interferência de ideologias profissionais e hipóteses sobre a audiência, quanto o meio social de onde são retiradas essas representações. Contudo, vale destacar que a instância da *produção* também é discursivamente constituída. O meio, no nosso caso o jornal Zero Hora, assim como sua estrutura, nesse processo, também é fornecedor de mensagens codificadas que estarão impressas no texto que depois vai chegar ao receptor. É na *produção*, portanto, que se sinalizam as formas de produzir que irão afetar o produto final (HALL, 2003). Por isso, direcionar nossa atenção para esse momento pode fornecer evidências, por exemplo, do período em que esse produto foi concebido, assim como indicar suas “intenções” e “motivações” ao entrar no mercado de representações.

De toda forma, o espaço da *produção* no “Circuito das Notícias” extrapola o entendimento de que se incluiria aí apenas a *produção* entendida de modo convencional – como procedimentos necessários para criação propriamente dita de um artefato ou produto. Em síntese, ela abarca também as distintas narrativas que se associam à construção desses produtos culturais que são as notícias. Neste momento da pesquisa é importante observar, por

consequente, a relação entre a cultura organizacional do veículo de comunicação e a cultura profissional dos jornalistas envolvidos, conceitos que dialogam com as variáveis das condições de produção propostas por Johnson (1999) em seu “Circuito” original.

Dentro disso um dos caminhos mais pertinente de estudo é a análise do cotidiano dos jornalistas. O mundo dos jornalistas, nessa linha, tem merecido atenção especial de pesquisadores como, por exemplo, Travancas (1992). Segundo ela, os jornalistas não são únicos responsáveis pela *produção* das notícias e o complexo processo de manufatura jornalística é constituído por um grande número de atores, inclusive as próprias empresas de comunicação. Conforme a autora, determinadas carreiras significam bem mais do que uma atividade de emprego na vida de seus profissionais, gerando um envolvimento que resultará num estilo de vida e numa visão de mundo específicos. É o caso do jornalista. De certa forma, é essa perspectiva que faz Zelizer (2000) falar de uma comunidade interpretativa que de uma maneira geral trata os jornalistas como uma comunidade universal que compartilha valores-notícia. A proposta de tribo jornalística de Traquina (2005) também não é muito diferente. Porém, a complexidade do processo de *produção* da notícia parece não compactuar de todo com uma certa homogeneidade nos procedimentos e valores da comunidade dos jornalistas. Por isso, o conceito de “prática jornalística”, a partir do trabalho de Barros Filho e Martino (2003) sobre o habitus na comunicação, parece mais esclarecedor.

Na *produção* das notícias temos, porém, o estabelecimento de uma gama de critérios de relevância que definem a noticiabilidade de um fato – isto é, a possibilidade de ele virar notícia. A noticiabilidade, portanto, pode ser definida como o conjunto de elementos com os quais os profissionais e as empresas jornalísticas controlam e produzem a quantidade e o tipo de fatos, entre os quais vão selecionar as notícias. Os valores-notícia, por sua vez, podem ser caracterizados como os componentes da noticiabilidade, já que é a combinação deles que vai ajudar o jornalista a definir quais os fatos que serão transformados em notícia – veremos depois que esta é a justificativa preferencial dos profissionais entrevistados para justificar porque o MST é notícia na Zero Hora. Os valores-notícia, no processo de *produção*, operam no sentido de possibilitar certa organização no caos circundante, tornando assim possível a rotinização do trabalho – aspiração denunciada, no caso, pela institucionalização do posto de “Editor de Produção”, responsável pela produção da *produção*, dentro da organização de mídia analisada. Nos procedimentos produtivos, os valores-notícia são sempre contextualizados, pois, é aí que adquirem sentidos, desempenham sua tarefa organizacional e

se revestem daquela aparência de bom senso que os torna elementos dados como certos – naturalizados.

Dentro desse contexto, não é exagero afirmar que o jornalismo e os jornalistas contribuem, no dia-a-dia, para a construção do real e para estabelecer uma trama hegemônica de representações do mundo e sobre o mundo. Porém, logicamente, as diferenças de acesso aos meios jornalísticos indicam que as notícias serão o resultado de um complexo processo de interação social, no qual interessa não apenas a relação entre promotores de acontecimentos e o campo jornalístico, mas também o que se estabelece dentro da própria tribo dos profissionais da informação. A troca de saberes e experiências entre os jornalistas é muitas vezes o elemento decisivo na construção da notícia – fato comprovável através da descrição do sistema colaborativo em rede de *produção* da notícia no Grupo RBS. No campo jornalístico, constituído pelo conjunto de relações entre agentes especializados na elaboração de um produto específico conhecido como informação, é habitual ocorrer essa avaliação, ainda que informal do produto noticioso.

Através dessa análise é possível, também, compreendermos como as culturas vividas e as relações sociais se estabelecem neste momento do “Circuito” – o que permite conectá-lo, depois, às outras etapas. Mas, não é só isso o que importa. Precisamos também, para pensarmos na integralidade do “Circuito das Notícias”, enxergar o lugar de produção dos acontecimentos e não somente o lugar de *produção* das notícias.

Como aponta Bourdieu (1989, p.203), faz parte do dever do jornalista preencher sua obra com significações aparentemente opostas, oriundas de “outros lugares”, de fora do campo do jornalismo propriamente dito. Pois, conforme o autor, ao mesmo tempo em que o profissional satisfaz um compromisso realista, que carrega um valor de atestação, ele vale-se inegavelmente do simbolismo. Sendo assim, a notícia acaba por acolher em seu interior uma grande variedade de usos sociais, comandados pelos diferentes sistemas culturais, nos quais participam todos os seus utilizadores. Um mesmo ato jornalístico, desse modo, pode ser polivalente e justificar-se simultaneamente, no que se refere a funções muitas vezes distintas.

Porém, na cartilha do bom jornalismo, o simbolismo só é, ou só pode ser explorado se não se chocar com a verossimilhança, pois somente dessa forma ela será capaz de potencializar o efeito de “homologia” e, com ele, o número virtual de consumidores da informação. Pois, se a notícia é esvaziada e/ou se perde dos “objetos que ambientam a ação, por conseguinte, é seu contexto que se esvazia”, diz Bourdieu (1989, p.131).

Ainda, segundo o autor, se o “enquadramento jornalístico” seleciona os objetos, o que é correto, ele também elimina tudo aquilo que não diz respeito à significação pretendida em seu uso – por isso, ao enquadrar as notícias relacionadas à questão agrária na Editoria Geral, o jornal Zero Hora sinaliza para uma série variável de posicionamentos performáticos assumidos em relação à problemática. Pois, a notícia só vai adquirir sentido no contexto histórico e organizacional, de acordo com as posições ocupadas pelo agente que mobiliza suas representações e de acordo com seu sistema simbólico de referência.

Dessa forma, conforme Miranda (2000, p.168), para que as notícias se constituam em um objeto autônomo de estudo, precisamos considerá-las como obra da cultura e operar-lhes no sistema de normas que preside a sua fabricação. Devemos, se possível, buscar nelas uma “análise estrutural das significações” a fim de possibilitar o reconhecimento das normas específicas e explicitamente conhecidas como normas pelos profissionais de imprensa.

Todavia o sistema entendido como uma uniformidade de normas é imposto através da produção coerente e estandarizada que se dá no interior de um veículo de comunicação específico. Por sua vez, a unidade dos múltiplos grupos profissionais processa-se mediante a obrigação comum de submissão às regras sociais. Os jornalistas devem fabricar significações que obedeçam a essas regras, as quais também devem estar de acordo com as expectativas do leitor (MIRANDA, 2000, p.169).

Logo, não devemos negligenciar do escrutínio das notícias, e de todas as formas culturais, o ponto de vista da *produção*. Porém, não podemos esquecer que essa análise deve incluir sempre as condições e os meios de *produção*, especialmente em seus aspectos subjetivos e culturais. “Não podemos estar perpetuamente discutindo as condições, sem nunca discutir os atos”, enfatiza Johnson (1999, p.63).

Conforme o autor (1999, p.80), nesse momento é nosso dever resgatar o entendimento da *produção* como “um processo social e histórico”, abandonando um pouco a preocupação excessiva com a “produtividade dos próprios sistemas de significação”. Em nosso estudo, esse regate se dá na medida em que buscamos relativizar o papel produtivista da *produção*, agregando às análises a verificação dos demais momentos – *textos e leituras* – que integram o “Circuito das Notícias”. Fazemos isso, é verdade, partindo do momento da *produção* e da caracterização de um agente produtor em especial, o jornal Zero Hora, mas sem esquecer que o que nos move é o anseio integrador de mapear o movimento de representações acerca da questão agrária nas diferentes fazes do “Circuito”.

Quando falamos no jornal Zero Hora, portanto, falamos de um agente produtor de peso no Rio Grande do Sul. ZH pertence à maior organização de mídia da indústria cultural gaúcha, o Grupo RBS, e por isso o jornal desfruta de uma série de vantagens que o colocam como o periódico de referência no Estado. A conceituação de Zero Hora como jornal de referência vem de Berger (2003) a partir das categorias de Eric Landowski (apud BERGER, 2003). Esse autor identifica duas tendências que reúnem a maioria dos jornais: os de prestígio ou de referência; e a nova imprensa ou jovem imprensa. Exemplificando, ele coloca os jornais franceses *Le Monde* e *Libération*, respectivamente, como representantes da primeira e da segunda categoria. Berger identifica ainda, no Brasil, O Globo e o Jornal do Brasil como pertencentes à primeira categoria e o Jornal da Tarde e a Folha de São Paulo como integrantes da segunda, basicamente por terem inovado no tratamento gráfico e textual. No caso da imprensa gaúcha, a autora entende que Zero Hora é o jornal de referência, não por prestígio ou tradição, o que caberia ao Correio do Povo, mas por integrar o grupo de comunicação hegemônico no Rio Grande do Sul, o Grupo RBS.

De acordo com Felippi (2006), a supremacia de Zero Hora no Rio Grande do Sul iniciou-se com o encerramento das atividades dos diários Folha da Manhã e Diário de Notícias, respectivamente dos grupos Caldas Junior e Diários Associados, entre as décadas de 1970 e 1980, e com a crise do Correio do Povo, cujo apogeu ocorreu em 1984. Foi nesse momento que ZH, aproveitando a lacuna de seus débeis concorrentes, tanto no mercado publicitário quanto no jornalístico, ganhou impulso consolidando-se como o principal periódico diário no Estado. O jornal Zero Hora é um dos veículos mais antigos do Grupo RBS. Ele foi fundado em 04/05/1964 e completou 44 anos de atividade como líder em circulação no Rio Grande do Sul – conforme o Instituto Verificador de Circulação (IVC), com média diária de 176.961 exemplares em 2008. Desses, aproximadamente 155 mil são correspondentes a assinaturas e 20 mil relacionados à venda avulsa. Segundo o IVC a tiragem média do periódico permanece estável nos últimos anos. Em 2002 ela era de 169 mil exemplares; em 2003 de 176 mil; em 2004 de 180 mil; em 2005 de 178 mil; em 2006 de 174 mil; e em 2007 mais uma vez de 176 mil exemplares.

Conforme Ribeiro (2004), já em 2002 a RBS detinha a segunda maior circulação de jornais no Brasil. Na soma de todos os periódicos do grupo (Diário Catarinense; Jornal de Santa Catarina; A Notícia; A Hora de Santa Catarina; Zero Hora; Pioneiro; Diário Gaúcho; e Diário de Santa Maria), eram impressos 400 mil exemplares/dia. Na sua frente, apareciam somente os jornais do Grupo Globo (O Globo, Extra e Diário de São Paulo). Primeiro

periódico impresso do Grupo RBS, Zero Hora foi criado a partir de Última Hora, de Samuel Wainer, que deixou de circular com o golpe militar de 1964. Depois de ser adquirido por Ary de Carvalho ele mudou de nome e, em 1970, passou para o controle da família Sirotsky no exato momento em que o grupo sedimentou a Rede Brasil Sul de Telecomunicações (vem daí a designação RBS) e iniciou a expansão multimídia para o interior do Estado. Hoje, sem dúvida, o Grupo RBS é o maior complexo multimídia do sul do País.

Segundo Felippi (2006), como empresa jornalística, Zero Hora se destaca pela estrutura de produção do jornal e por ter seguramente a maior redação entre os impressos do Rio Grande do Sul. São aproximadamente 200 jornalistas, hierarquizados em repórteres, pauteiros, subeditores e editores das editorias, editores-chefe e diretor de redação. Há também fotógrafos, revisores, arte-finalistas, ilustradores, articulistas – não necessariamente jornalistas – mais o pessoal administrativo. Para a autora (2006, p.19), na forma de conduzir a confecção da edição, Zero Hora também segue o modelo de grandes jornais,

[...] com três reuniões de pauta diárias, sendo a primeira pela manhã, de avaliação da edição anterior e levantamento inicial de pautas; a segunda no início da tarde, para definição da maior parte das pautas; a terceira no final da tarde, de fechamento da edição. Dois editores-chefes revezam-se do início dos trabalhos, da manhã ao fechamento, que ocorre por volta das 24 horas. Os profissionais são exclusivos do jornal, com exceção de alguns comentaristas, que trabalham para os demais veículos do grupo. O jornal tem sucursais no interior do Estado, com um jornalista funcionário contratado da empresa e um fotógrafo free-lancer, com estrutura para o trabalho; e sucursal em Brasília, ocupando a mesma sede da RBS na capital federal. Vale-se dos demais jornais do grupo no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina para o intercâmbio de notícias, através da Agência RBS.

Numa descrição generalista podemos assim caracterizar o jornal Zero Hora: ele segue o formato tablóide, tamanho de impresso que a própria ZH ajudou a consolidar no Rio Grande do Sul como o dominante. Seguindo uma tendência do jornalismo brasileiro, iniciada nos anos 1980, o jornal é dividido em cadernos, que vão de diários a mensais, segmentados por público e temática, encartados num caderno principal, que ocupa aproximadamente cinquenta páginas. O corpo principal do jornal traz as editorias tradicionais dos impressos diários: Opinião, Política, Economia, Mundo, Geral, Esportes, que se mantêm nas sete edições semanais e garantem a fidelidade a um formato mais clássico de jornalismo impresso.

Em sua história recente, Zero Hora tem tentado conciliar estratégias tanto globais quanto locais na busca de expansão editorial e econômica. Ao mesmo tempo em que procura ampliar sua influência nacionalmente – como denuncia sua presença em Brasília, por exemplo –, trabalha para fortalecer sua imagem como “o jornal” do Rio Grande do Sul, sem esquecer

de seus vínculos com o interior, abrindo e fechando sucursais no Estado e/ou até criando novos veículos, como o Diário de Santa Maria, a fim de atender demandas específicas e/ou ocupar espaço em importantes nichos de mercado. Tal característica empresta à cobertura de Zero Hora um caráter particular, pois acaba otimizando os recursos humanos e materiais da empresa, além de proporcionar um forte intercâmbio de informações através de uma rede exemplarmente estruturada que agiliza o fluxo de informações no sentido interior-capital e/ou capital-interior.

Como dissemos, nesse momento do “Circuito das Notícias”, seguindo a proposição de Johnson (1999), aspiramos ainda lançar mão das contribuições de Hall (2003) pensadas para análise das leituras e de Jacks, Machado & Müller (2004) formatadas para análise dos discursos, a fim de relacionar as representações movimentadas pelos jornalistas em seu ambiente de produção, quando a pauta é a questão agrária, com a matriz representacional hegemônica que historicamente envolve esse tema no Brasil.

Segundo Hall (2003), toda a sociedade ou cultura tende a impor suas classificações do mundo cultural, social e político. Essas classificações constituem uma ordem social dominante que, apesar de não ser unívoca nem incontestável, condiciona determinadas representações. Nesse contexto, porém, o autor resolve apostar em uma noção de poder e de estruturação que não apague todos os outros possíveis sentidos, podendo os atores, inclusive os jornalistas atuantes na *produção* das notícias, moverem-se entre as posições preferencial, negociada e de oposição em relação à matriz representacional hegemônica que, no nosso caso, historicamente reveste a questão agrária e o tratamento da problemática MST (ESCOSTEGUY, 2007, p.126).

Para Hall (2003, p.400), mesmo aquelas posições produzidas dentro de códigos profissionais relativamente rígidos como o dos jornalistas derivam de posições hegemônico-dominantes, onde a reprodução ideológica acontece inadvertidamente. Assim, até mesmo o grupo dos profissionais da notícia pode naturalizar um sentido decorrente de uma representação, reiterando uma posição hegemônico-dominante sem perceber sua adesão a uma determinada ideologia conservadora. Pois,

[...] o código profissional é relativamente independente do código dominante, já que aplica critérios e operações de transformação próprios especialmente de natureza técnica e prática. O código profissional, contudo, opera dentro da hegemonia do código dominante. Na verdade, ele serve para reproduzir as definições dominantes precisamente porque coloca entre parênteses seu caráter hegemônico e opera com

códigos profissionais deslocados, que destacam questões aparentemente técnicas e neutras.

No grupo de profissionais entrevistados na presente pesquisa chama a atenção, de imediato, o tempo de atividade, indicativo da experiência profissional, que todos detêm. Conforme a matriz que sistematiza as respostas, disponível no **Apêndice A**, mesmo o Jornalista 2, que tem menos tempo de atuação profissional, possui aproximadamente três anos de atuação no mercado. A Jornalista 1 é a segunda de menor experiência, com três anos de atuação. Depois vêm a Jornalista 3, com dez anos de experiência e o Jornalista 4, com cerca de 11 anos de experiência. A recordista é a Jornalista 5 com 15 anos de experiência profissional. As informações coletadas indicam que no mínimo metade dessa experiência profissional, em todos os casos, está vinculada à atuação desses profissionais em veículos ligados ao Grupo RBS – do qual Zero Hora faz parte como célula mãe no jornalismo impresso e o Diário de Santa Maria, veículo ao qual todos se ligam hoje, é o braço local de influência e atuação. O caso da Jornalista 5 é emblemático nesse sentido. Ela, conforme relato, desde que começou a trabalhar, trabalha para a RBS. “Eu fui para a RBS antes de eu ser jornalista. Eu tenho 30 anos, mas eu trabalho há 15 anos na RBS. Metade da minha vida, nem tinha me dado conta”.

Todos já ocuparam, por conta disso, diversas funções dentro das redações – *freelancers*, repórteres, diagramadores, editores, editor executivo etc; em distintos veículos do Grupo, experimentando inclusive práticas de subcontratação, às vezes ilegais, como o caso do Jornalista 2 que continuou atuando como estagiário mesmo depois de formado. Na ocasião da pesquisa, a distribuição dos cargos entre os entrevistados era a seguinte: a Jornalista 1, ligada à editoria Geral, era Repórter de Região, responsável pela cobertura das 35 cidades que compõem a região central do Estado do Rio Grande do Sul, menos a cidade de Santa Maria; o Jornalista 2, contratado como repórter *freelancer*, era vinculado à editoria de Polícia, mas, conforme sua disponibilidade seguidamente convocado para cobertura de pautas de outras editorias; a Jornalista 3 era Editora de Produção, responsável por aquilo que chamamos de “produção da *produção*” e/ou em suas palavras por “tentar organizar o que não é organizável”; o Jornalista 4 era Editor da Geral; e a Jornalista 5 era Editora-chefe do periódico.

Um ponto comum no discurso dos profissionais entrevistados quando falam de sua atuação profissional parece ser a tentativa de desqualificação das experiências anteriores. Para muitos deles somente depois de ingressarem na legião dos colaboradores do Grupo RBS é que

conseguem exercer plenamente a sua profissão, dentro daquilo que imaginam conveniente para o bom jornalismo. O trecho da fala da Jornalista 3 pode ilustrar essa consideração: [...] “aqui foi minha primeira experiência profissional mesmo. Porque na A Razão eu trabalhei fazendo de tudo na redação, mas era bem mais artesanal o trabalho”. Essa visão também é compartilhada pela Jornalista 1: [...] “lá na A Razão todo mundo é meio “pau-para-toda-obra”. Eu já comecei como estagiária e minha primeira reportagem já foi a manchete”; e pelo Jornalista 2: [...] “lá no jornal A Cidade o troço era complicado. As pautas eram bem comerciais. Então era sempre aquela briga. Eu queria fazer jornalismo e o diretor queria fazer promoção”.

A alternância/progressão nos postos e funções, o tempo de atuação dos profissionais entrevistados na empresa, junto com um flagrante apagamento das experiências profissionais anteriores denotam a composição de uma matriz pedagógica própria que rege a “re-formação” dos profissionais nos veículos do Grupo RBS. Essa matriz pedagógica é nova e diferente daquela trabalhada dentro da Universidade e trata da conversão dos estudantes de jornalismo em profissionais da imprensa. Esses novos profissionais da imprensa necessitam, ao que tudo indica, ser “re-formados” no dia-a-dia a fim de que possam atuar satisfatoriamente nos veículos da RBS. No entanto, os termos dessa “re-formação”, para serem esclarecidos têm de ser melhor estudados.

Relacionando as experiências profissionais ao que chamamos “experiências sociais” e/ou culturas vividas na matriz que sistematiza as entrevistas dos jornalistas, responsáveis diretos pela elaboração dos textos no momento da *produção* no “Circuito das Notícias”, podemos perceber que nenhum deles tem ou teve participação ativa em organizações sociais de classe e em ações de questionamento e reivindicação. Somente o Jornalista 4 admite apoio a movimentos de cunho estudantil. Os demais, por falta de oportunidade – Jornalista 5; de tempo – Jornalista 3; ou por desinteresse em manifestações e “agitos” – Jornalistas 1 e 2, nunca se envolveram com ações dessa natureza. Isso talvez explique, não só a estranheza no trato com as mobilizações de massa acerca da questão agrária, mas a própria curiosidade e o desejo manifesto pelos repórteres em cobrir esses fatos. No caso envolvendo a entrada e a saída dos agricultores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra na Fazenda Southall em São Gabriel, tanto a Jornalista 1, quanto o Jornalista 2 manifestaram claramente aos seus editores, no relato sobre sua rotina no tratamento daqueles fatos, a vontade em fazer a cobertura dos acontecimentos. Na ocupação, disse a Jornalista 1:

O Jornalista 4 que estava na produção olhou para mim e disse: ‘e daí, tu pode ir?’ E todo o repórter quando recebe uma pauta dessas se empolga porque é sempre uma grande chance de fazer uma boa estória, de escrever uma boa estória. Respondi: ‘mas é claro que eu posso!’ Eu disse: ‘Por favor assim, estou te pedindo, deixa eu ir’. E ele: ‘Está bem, então vai’ (JORNALISTA 1).

Na desocupação, contou o Jornalista 2: “[...] na quinta-feira, a Jornalista 3 perguntou: ‘quem é que nós vamos mandar para lá?’ Eu disse: ‘manda eu!’ ‘É, a Jornalista 1 está cheia de coisas, então vai você mesmo’”. Quando falam do jornalismo em geral e da sua função como jornalistas, os profissionais entrevistados acabam por invocar valores e definições um tanto quanto “tradicionais” para falar de sua prática. Conceitos que por vezes compactuam, mas que por vezes entram em conflito com a descrição de suas ações acerca dos acontecimentos de São Gabriel, fatos que compõem o corpus da nossa pesquisa. A Jornalista 1, por exemplo, ao se referir à cobertura de situações conflituosas, que envolvem interesses e atores distintos, invoca a isenção e/ou a tentativa de isenção como boa conselheira no fazer jornalístico. Diz ela:

A minha proposta como jornalista e a proposta do jornalismo de uma forma geral, não é fazer com que as pessoas pensem isso ou assado sobre o MST, a Brigada Militar, ou sobre os Ruralistas. A nossa obrigação é colocar o fato na roda. Vamos ouvir Ruralistas; vamos ouvir o MST; vamos ouvir a Brigada Militar; e vamos escrever a matéria. As pessoas julguem, da forma que elas acharem correta. Esse é o meu principio (JORNALISTA 1).

Essa visão, ao que parece, é compartilhada pelo Jornalista 2 quando ele afirma que o profissional no jornalismo deve apenas contar o que está acontecendo, “botar as vozes falando cada uma a sua versão e deixar que o leitor tire as suas próprias conclusões”. Ele ainda acrescenta:

No jornalismo, na minha prática, eu procuro contar o que está acontecendo, contar o porquê daquilo e contar o que eu vi. Para fazer jornalismo eu pego as versões e o esquema do que está acontecendo. O jornalista de maneira nenhuma deve pender para um lado. O jornalismo deve se isentar do negócio. Então eu ponho a versão dos dois e o leitor que tire a sua conclusão. O leitor que vai poder dizer, eu não tenho que dizer (JORNALISTA 2).

Porém, para o mesmo Jornalista 2, isenção parece movimentar sentidos diferentes de imparcialidade. Ele afirma, na continuidade do seu relato, que o profissional de sua área é o olho do leitor e, por excelência, um contador de estórias verídicas que tenta ser imparcial, mas que se utilizaria das fontes para ajudar a contar as estórias, “através da versão que cada uma tem da estória”. Complementa ele:

[...] a priori, assim, tu sempre tenta ser imparcial, mas ao mesmo tempo é meio que impossível tu não se posicionar, tu tem a tua visão e tu fala de algum lugar. Não tem como tu não se posicionar. Tu tenta ser muito imparcial, mas, o que tu viveu até hoje; o que eu vivi dentro da redação; o que eu vivi na minha vida pessoal; isso eu acho que influencia, é determinante até (JORNALISTA 2).

Já para a Jornalista 3, na prática jornalística o profissional tem de sempre ouvir as partes envolvidas e observar “como é que está o todo da estória” o que, conforme ela, é uma recomendação básica no jornalismo. Ela ainda dá a fórmula: “a fórmula é tentar ouvir os dois lados, ouvir e usar o bom senso, o jornalismo é meio a vida da gente sabe? Tu tens que usar o bom senso”. O Jornalista 4, por sua vez, invoca para falar do jornalismo e para o diagnóstico do que é jornalístico o “interesse” e o “equilíbrio”. Para ele o profissional deve buscar sempre, na sua prática, o que vai atingir o maior número de leitores.

A prioridade é essa: ver o que vai atingir o maior número de leitores, o que tem mais interesse para mais gente, depois a gente busca certo equilíbrio. Normalmente tem muita notícia negativa. Diariamente, elas acontecem naturalmente, então a gente procura mesclar também com pautas um pouco mais agradáveis. Se está acontecendo uma invasão, está acontecendo um crime, se está acontecendo um assalto, se a pauta está recheada dessas coisas, vamos tentar mesclar com algumas coisas agradáveis tipo uma atividade numa escola etc (JORNALISTA 4).

No entanto, para o jornalismo ele admite a existência do que qualificou como “pautas obrigatórias”. Nas suas palavras “coisas que não dá para deixar de cobrir”, de noticiar. “Se o MST invade uma fazenda, por exemplo, nós não podemos deixar de noticiar, porque é um fato de repercussão, vai ter interesse e atingir um grande número de leitores”. Para a Jornalista 5, o jornalismo depende também do “investimento”. Segundo ela, obrigatoriamente, uma pauta que envolve uma mobilização intensa de recursos humanos e materiais deve ser valorizada. Como exemplo, ela cita o caso de São Gabriel. Aliada a essa consideração ela resgata o que considera algumas missões do jornalismo e dos jornalistas: a missão de “ajudar as famílias a educar seus filhos” e de mostrar que “o crime não compensa”. Para ela “sair do oficial”, dar sempre com uma “ótica mais do leitor” e “tentar ser imparcial”, também devem ser preocupações recorrentes no jornalismo.

No jornalismo a gente tem de cuidar a forma como escreve, não pode adjetivar demais; não pode chegar a conclusões porque não é a gente que tem que chegar, é o leitor que tem que chegar. O nosso papel tem que ser mais de espectador embora a gente vai conduzir. Claro que a gente conduz quando a gente está escolhendo. A gente por mais equilibrado que tente ser a gente faz escolhas e já leva a pessoa por um lado. Impossível que não seja assim. Eu acho que aquela coisa de dizer que o

jornal é imparcial é muito difícil. Claro que a gente tenta não colocar os nossos interesses em primeiro plano, mas gente é uma pessoa e a gente tem preferências (JORNALISTA 5).

Embora admita as dificuldades em torno de uma pretensa imparcialidade dos jornais e do jornalismo, a Jornalista 5 recomenda ainda uma série de cuidados capazes de emprestar, conforme ela, maior equilíbrio à *produção* no jornal e tranquilidade ao profissional responsável pela cobertura dos fatos.

A gente tenta dentro do jornal ser o mais equilibrado possível e se cercar de uma série de cuidados para não ser preconceituoso; para não dar preferência para um; para não valorizar uma religião e menos outra. Tenta ser justo, para tentar dormir com a consciência tranquila todos os dias. Isso é o que eu acho fundamental (JORNALISTA 5).

Nessa busca, porém, ela admite que os jornalistas cometem equívocos, pois, “o jeito de fazer jornal é uma coisa meio artesanal, é feito por um monte de gente e gente que faz escolhas”. Segundo ela, quando o repórter está cobrindo um acontecimento, ele não consegue ver tudo e “se algum dia tiver como a gente ver tudo e dar tudo, com o espaço que tudo mereceria ter, seria ótimo”. O bom jornalismo para a Jornalista 5, além de atentar para esses princípios, deve “apaixonar” seus profissionais e permitir exercitar “o jornalismo que a gente acredita”.

Questionados durante as entrevistas individuais, os jornalistas, atores principais no momento da *produção* no “Circuito das Notícias”, também emitem considerações relacionadas aos Movimentos Sociais em geral e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) em particular. Tais considerações, como veremos, são todas elas relacionáveis às representações que os profissionais da notícia do veículo em questão têm da questão agrária. A Jornalista 1 admite, de imediato, as dificuldades em se definir a questão devido sua complexidade. Segundo ela a proposta do MST já foi “justa e válida”, mas, com o decorrer do tempo “as coisas tomaram certas proporções políticas” e ficaram um tanto perigosas. Ela não considera radical a sua posição em relação ao Movimento, já que sua definição para a questão não equivale àquela que fala de “uns baderneiros, uns bandidos, uns marginais”, e tampouco daquela que enuncia “uns santos e uns pobres coitados”. Porém, para a Jornalista 1, como o MST tomou grandes proporções no Brasil e envolve muita gente hoje, nele sempre “acaba rolando alguma coisa por baixo dos panos”. O sentido de ilegalidade, portanto, favorável à matriz representacional hegemônica da questão agrária aparece aqui movimentado pela profissional.

Tecendo considerações sobre as ações que o MST projeta na sociedade, a Jornalista 1 considera que, numa democracia, “todo mundo tem o direito de reivindicar pelo que acha justo”, porém, segundo ela, “tudo tem de ser de uma forma racional, de uma forma organizada”, basicamente porque, nas suas palavras, essas coisas todas, “esse tipo de afronta” do MST, acaba prejudicando muita gente. “Então eu penso que as reivindicações até podem ser consideradas justas desde que elas sejam feitas de forma ordeira”. Mais uma vez o sentido movimentado pela Jornalista 1, nessa passagem, pode ser relacionado à matriz representacional hegemônica da questão agrária, já que denuncia o fato do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra desrespeitar o estado democrático de direito e a ordem jurídica na atualidade. Mesmo não considerando radical sua posição em relação ao MST, a Jornalista 1, noutro trecho de seu discurso, em que fala das ações por ela presenciadas acerca da Fazenda Southall, recorre ao mesmo sentido de “bagunceiros”, inicialmente negado, para ilustrar o seu dizer. Ela aponta que depois da desocupação daquela área foi verificado que tudo lá tinha sido destruído. Estava “tudo quebrado, tudo cheio de pichação nas paredes”. A Jornalista 1 então sentencia “eu acho assim: tudo bem, querem reivindicar reivindicuem, mas também não sejam baderneiros a fim de justificar as críticas”.

Para o Jornalista 2 falar do MST e de suas ações “é fogo” já que existem muitos integrantes do MST que estão no Movimento porque precisam e/ou porque sonham conquistar a sua terra e o seu espaço. “São pessoas que não têm oportunidade e que estão reivindicando no Movimento deles”. Mas, segundo ele, tem muita gente no MST que “se aproveita disso e usa essa questão para fins escusos”. O Jornalista 2 classifica o MST como um Movimento válido “quando não existe muita influência”. Só que, para ele, o MST alcançou um patamar de organização onde é “impossível não existir interesses”, não ter “pessoas que estejam ganhando”, e “pessoas que estejam manipulando todas essas questões”. Por fim, ele diz: “tem muita gente que usa desse conflito, dessa tensão, de toda essa questão agrária para poder ganhar em cima e se promover em cima”.

Desse modo, mesmo partindo de sentidos tensionados ao admitir a validade do Movimento e seu nível de organização, o Jornalista 2 também acaba por se filiar à matriz hegemônica de representação da questão agrária num sentido favorável. Ele não consegue se libertar, em seu dizer, da noção de ilegalidade que historicamente envolve os questionamentos em torno da posse da terra no Brasil. Agregada a essa noção tem-se ainda colocada na sua fala a ideia de “interesses ocultos”, que como vimos, é outro dos conceitos que vem compor e acompanhar a matriz representacional hegemônica da questão agrária.

A Jornalista 3, por sua vez, admite tanto o caráter repetitivo das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, quanto o caráter repetitivo da cobertura e dos sentidos movimentados na cobertura dessas ações pelos órgãos de imprensa – “eles invadem, tem a reintegração de posse, eles cedem e saem”. Segundo ela, o MST é hoje um Movimento muito bem assessorado e que sabe exatamente que “se ele invadir, ele terá a mídia”. Na visão da Jornalista 3, “ninguém é ingênuo nessa brincadeira”, logo, não existem “santos” no MST. Ela qualifica o Movimento como reflexo do mundo em que vivemos, pois, “como tudo na sociedade tem gente muito legal e tem gente que não é muito legal”.

Como reflexo da sociedade em quem vivemos, o MST também tem suas falhas e uma delas é apontada pela Jornalista 3 como falha grave: “falta é a prestação de contas do Movimento”. Isso fez com que o MST “perdesse no decorrer da história o foco principal”. Para ela hoje os Sem-terra não desejam mais terra para “produzir e comer, para ter condições de ter uma casa, de ter filho na escola e todas essas coisas”. Mais uma vez, de acordo com os dizeres, o sentido aqui movimentado parece favorável à matriz representacional hegemônica da questão agrária. Como vimos, loucos e fanáticos perdidos entre a razão e seus objetivos, são figuras recorrentes no histórico dos conflitos agrários no Brasil. Sentidos que parecem diferentes, mas todos eles derivados da mesma matriz de representação hegemônica da luta pela terra.

Porém, a movimentação de sentidos tensionados em relação à matriz hegemônica de representação também aparece nos dizeres dos jornalistas entrevistados. A principal contribuição nessa linha vem do Jornalista 4 que coloca o MST no rol das organizações e/ou fontes confiáveis. Ele credita tal credibilidade ao tempo de existência do Movimento, a sua coerência nas ações e ao seu histórico de ocorrências e movimentações. Para o Jornalista 4 as ações do MST acabam sempre tendo uma grande repercussão por afetar não só a quem eles estão tentando chamar a atenção, mas também outros segmentos da sociedade. O Movimento, segundo ele, representa um grupo que é organizado, que tem representação e muitos integrantes, então, de certa forma, “eles também fazem parte da sociedade que a gente quer contemplar para o leitor. Eles fazem parte desse mosaico todo”.

O Jornalista 4 reitera ainda que o MST é um Movimento que tem algo à dizer: tem um número considerável de militantes, tem uma reivindicação que é macro e é realmente um Movimento importante. “A gente sabe já quais são os objetivos do Movimento. A gente sabe bem o que é o MST, pois, é um Movimento que já passou dos 20 anos”. Isso acaba por sustentar, na versão do profissional em questão, os tensionamentos acerca da representação do

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra. Diferentemente das contribuições anteriores, o Jornalista 4 não nega a existência do Movimento, nem tenta desqualificar suas ações e seus integrantes. Ao contrário, confere credibilidade ao Movimento e, ao fazer isso, retira-o da ilegalidade e passa a tratá-lo como agente autorizado para questionar a posse da terra em território nacional. Cabe ressaltar, porém, que esse tipo de tratamento, relativo à representação do MST, parece ser a exceção e não a regra no ambiente de *produção* do jornal Zero Hora no “Circuito das Notícias”. E, não é nada surpreendente que tal depoimento, esteja ligado ao dizer do único profissional entrevistado que admitiu participação em algum movimento reivindicatório, mesmo que tenha sido de caráter estudantil.

As informações contidas nas entrevistas ainda dão conta de algumas questões importantes para o entendimento da prática jornalística neste momento do “Circuito das Notícias”. Dentre elas, destacamos a seguir aquelas relacionadas ao motivo de o MST ser notícia e ao enquadramento da questão agrária no periódico em questão. A autorização para falar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra em seus textos, segundo a Jornalista 1, vem do potencial conflitivo da questão agrária e da tensão que envolve a disputa entre atores e campos sociais. “Eu acho que é a tensão, que é o problema, que é a invasão, a violência. Isso a gente justifica com os valores-notícias, os *badnews* e os *goodnews*”. Ela parte do pressuposto que as pessoas “gostam de ver essas coisas” e aponta estudos que dizem que os leitores gostam de ler “coisas complicadas e conflituosas” – categoria na qual estariam enquadradas as disputas em torno da questão agrária.

Mas, não é só isso. Segundo a Jornalista 1, no caso específico do MST, tem de ser considerado o fato de que o Movimento “tomou grandes proporções no Brasil”; que “é uma luta antiga”; e que “é uma luta que já rendeu diversos tipos de acontecimentos insólitos”. Como exemplo desses “episódios insólitos” a Jornalista 1 cita: “já teve Carajás, já teve massacres, já teve invasões, já teve badernas, já teve Congresso quebrado. Já teve mil coisas que acabam se tornando parte de uma estória e da construção de uma imagem de um Movimento e de um conflito”. Então, cada vez que se fala em MST, segundo ela, os leitores sentem a “necessidade de saber” o que acontece. “Até porque é um grupo que vai contra as regras”, qualifica a Jornalista 1. Para a ela, o Movimento também chama a atenção porque suas ações acabam criando “uma situação maniqueísta de bem contra o mal”, e complementa: “se tu vai ver o cenário que se monta é de MST invadindo, MST tentando invadir e Brigada Militar que a gente tem instituído que é a lei, que é a ordem, que é quem nos defende, tentando impedir que aquilo aconteça”.

Então eu penso que talvez seja por isso que as pessoas também se sentem interessadas em saber. Acho que acaba virando pauta por isso: por ser um Movimento que tem grandes proporções no Brasil; por ser uma grande notícia; pela proximidade, porque é aqui em São Gabriel; porque a gente vê o Movimento Sem-terra fazendo mil coisas, em mil lugares do País. A gente vê no Jornal Nacional. Acho que é assim, acho que o conflito, a proximidade e a proporção que a coisa já tomou é o que fazem com que a coisa seja pauta no jornal (JORNALISTA 1).

Porém, a Jornalista 1 admite que o Movimento é potencialmente mais pauta “quando ele se mexe”, afirmação compartilhada por seus colegas de redação. “Quando o MST se mexe ele é pauta com certeza, quando ele não se mexe a gente pensa”, diz ela. Na mesma linha, conforme a Jornalista 3,

[...] se tu pegar um universo de 100% isso é verdadeiro em 99,99%, ou seja, o MST, não só nos veículos da RBS, mas acho que o MST como um todo, nacionalmente, só é pauta quando ele invade, ou quando tem um conflito numa rodovia, ou quando faz o Abril Vermelho, ou quando invade o Ministério Público. É aí que o MST é pauta. Grosso modo, em 99,9% o MST é pauta quando ele invade ou quando ele se movimenta, quando ele distribui alimentos ou quando faz uma caminhada. Mas quando tem uma ação deles, sempre uma ação deles (JORNALISTA 3).

Para o Jornalista 2 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra vai ser “sempre notícia”, basicamente porque “envolve muita gente”; é notícia em todo o Brasil; os concorrentes sempre cobrem; e as pessoas gostam de ler sobre as ações do Movimento. Diz ele sobre a questão:

É que envolve muita coisa e muita gente. Essa questão agrária é uma coisa que é batida em todo o Brasil e o MST não é só notícia aqui. O MST é notícia aqui, é notícia em São Paulo, é notícia no Rio é notícia no Mato Grosso. Então o MST é notícia e a gente não vai deixar de cobrir isso. Os concorrentes dão o MST, não da mesma forma, mas eles dão o MST. Se nós não dermos nada, os caras vão dar MST, então a gente tem que cobrir. E eu acho que é notícia porque envolve muita gente. O pessoal de São Gabriel estava todo nervoso com a situação. O pessoal gosta de ler. Olha o que está rolando lá! Então é notícia porque tem muita gente que gosta de ver, que gosta de ler e o pessoal sempre cobre isso. E acho que o MST sempre vai ser notícia (JORNALISTA 2).

O Jornalista 2 também concorda que “se os caras estão parados não tem como fazer pauta”, ao mesmo tempo em que presume, pela flagrante organização do Movimento, que ele utiliza as mobilizações para auto-promoção. “Se vale da mídia para conseguir as questões deles”. Segundo esse profissional, o MST “usa a mídia para fazer notícia, para se promover e para promover a questão dele”. E complementa: “cada um tem que se valer das armas que tem para conseguir as coisas e eu acho que eles pensam assim”. O Jornalista 2 ainda reconhece e

até supervaloriza o papel da mídia e da organização para a qual trabalha como agente mediador na resolução dos conflitos derivados da questão agrária. Diz ele: “se não tivesse o jornal e a RBS lá, tu achas que eles iriam conseguir terras para eles?! Eles não iriam conseguir!” Para ele, a “questão da disputa” é na verdade quem determina e que gera a pauta MST. “Não ia ter por que cobrir se ninguém contrariasse”, afirma.

Por sua vez, o Jornalista 4 reconhece que o jornalismo depende muito da divulgação de informações realizada pelas organizações. Segundo ele o jornal também é “pautado”. Como o MST não envia releases para falar de suas realizações, o jornalista sentencia em acordo com seus colegas: “o MST é notícia basicamente quando eles fazem alguma ação. Dificilmente eles aparecem em algum caso fora desse contexto de mobilização”. O Jornalista 4 ainda esclarece que o Movimento raramente avisa o jornal sobre uma mobilização e que, na grande maioria dos casos, a pauta chega à redação através das autoridades policiais ou pela representação dos Ruralistas.

Fato novo na fala desse profissional é que o MST também só é notícia porque “a pauta sempre rende boas imagens”. Como no jornal, conforme ele, valoriza-se muito a imagem, obrigatoriamente o Movimento acaba virando notícia. O Jornalista 4, nesse sentido, pondera que boas imagens estão relacionadas diretamente com o investimento que se faz na cobertura de determinado fato e diz: “já que a gente fez o investimento, fomos lá, a concorrência não foi, então vamos valorizar isso na forma de dar o maior espaço possível e dar o maior número de imagens”. Segundo ele, uma mobilização do MST tem sempre um elemento fotográfico muito forte, até mesmo “esteticamente falando”. Por fim, aponta: “às vezes ela tem uma importância enquanto notícia, mas ela também tem uma estética e isso também faz parte”.

[...] então por conta disso e por ter uma abrangência, porque a gente sabe que o assunto MST ele é de certa forma palpitante. Ele é amor ou ódio, normalmente é assim. Então a gente sempre dá uma importância para ele por conta disso. Porque é um assunto que motiva discussão, que dá repercussão e como sempre rende fotograficamente falando. Então ele sempre tem um grau de importância nas páginas que reflete isso (JORNALISTA 4).

Já para a Jornalista 5, o Movimento do Trabalhadores Rurais Sem-terra é notícia porque ele é “um fato grande”. Conforme ela, “as coisas maiores são as que têm mais consequências ou as que afetam um maior número de pessoas”. Um conflito do MST, nas suas palavras é “uma bomba pronta para explodir”, e por isso o jornal deve estar sempre

presente. Porém, ela ressalta veementemente que na busca das informações sobre a questão não se pode cometer nenhuma ilegalidade.

A gente precisa sempre estar dentro da lei e também essa é a orientação que a gente passa para os repórteres, para os fotógrafos, para não cometer nenhuma ilegalidade. Que também não corram riscos porque essas coisas são perigosas e a gente fica tão envolvido que acaba se colocando em risco. Se é perigoso, só perde a notícia, dificilmente a gente ganha com isso (JORNALISTA 5).

Conforme a Jornalista 5 o trato da questão agrária historicamente é bem complicado. No presente caso, na Fazenda Southall, para justificar a noticiabilidade dos fatos a profissional recorre à posição da comunidade local em relação aos Sem-terra. Segundo ela a comunidade se “colocou contra os Sem-terra” e se sentia “amedrontada com a presença de tantos Sem-terra”. Para a Jornalista 5, esse “já é um motivo para a gente noticiar e se preocupar com o assunto”. Outra coisa são os próprios exemplos que o MST tem dado: “às vezes, fica uma coisa irracional, de partir para uma coisa irracional de destruição”. [...] “Mas também depende muito do nosso dia”, diz ela. A jornalista 5 considera também a conjunção de fatos no dia como fundamental para delegar maior ou menor importância à determinado acontecimento.

As coisas têm uma importância de acordo com a importância das outras no dia. Claro, a gente procura avaliar com o que? Com o conhecimento jornalístico que a gente vai tendo, com reflexo do que as pessoas lêem ou deixam de ler. Pela complexidade de elementos, a gente depende de quanto a equipe está envolvida com outras coisas. A gente também faz apostas, aposta em ir para São Gabriel. Então algum outro fato deixou de ser feito para ser feito aquilo, para tentar fazer aquele lá também (JORNALISTA 5).

Outro elemento importante que justifica por que o MST é notícia, para a Jornalista 5, são os efeitos colaterais das ações que o Movimento realiza. Segundo ela, algumas dessas ações “mexem com a vida de todo mundo” e por isso merecem ser noticiadas. Na verdade, conforme ela, “não é um único fator, são uma conjunção de fatores que acabam conferindo ao MST esse status de fato grande que merece ser noticiado”. Por fim, ela sinaliza:

Eu acho que pelo fato de envolver a posse da terra isso é uma coisa que talvez seja até primitiva. Não sei muito bem quando é que essa briga da posse da terra começou, que a posse de um lugar começou a fazer parte da história do ser humano, mas eu acho que talvez tenha um pouco disso. A principal questão é a posse da terra, quem é que tem direito a ficar com a terra. Para mim está até um pouco ligado ao socialismo e a essas questões mais políticas, de quem tem esse poder de ficar com a terra. Talvez isso seja o que mais chame a atenção (JORNALISTA 5).

Entre os profissionais entrevistados, parece consenso que as pautas relacionadas à questão agrária e às ações do MST, que merecem virar notícia pelos motivos antes apresentados, devem ser tratadas pela editoria de Geral do jornal. Segundo eles, dificilmente, na lógica organizativa em que está pensado o periódico, a situação poderia ser tratada noutro lugar. Para a Jornalista 1, por exclusão, o MST “fica bem na Geral”, já que “a Geral é uma grande cozinha”, onde, “tudo que não tem o perfil específico de uma editoria vai parar”. Para ela esse “é o lugar do MST, é onde ele fica mais isento, onde o jornal consegue deixar ele melhor”. Ela argumenta:

[...] se a gente encaixar MST na Política a gente vai partir do pressuposto que é um Movimento com intenções políticas, o que é absolutamente negado por todos os envolvidos. Se a gente colocar na Polícia as pessoas podem ter uma interpretação que a gente está pseudo-marginalizando o Movimento e os envolvidos. Educação não faz o menor sentido. (JORNALISTA 1).

O Jornalista 2 concorda com essa forma de tratamento, justamente porque, segundo ele, não se tem outra opção para o enquadramento da questão. Diz ele:

Eu acho que está bem enquadrado, porque querendo ou não, faz parte do nosso cotidiano. Isso é uma coisa que se criou de algum tempo para cá, mas já está implícito no cotidiano das pessoas, o que é cara da Geral, é uma coisa Geral. Ficaria muito complicado colocar isso numa editoria de Polícia, por exemplo. Também não se encaixa em Economia essa questão das ocupações. Não se encaixa na Polícia porque não teve conflito, teve intenção, mas não teve conflito; não se encaixa em Política porque não tem intenção política; então acho que se encaixa na editoria de Geral mesmo (JORNALISTA 2).

Os argumentos da Jornalista 3, extraídos de seu depoimento, também apontam nessa direção. Para ela o tema é bem tratado na Geral, justamente por ser a Geral “um caldeirão” onde se alocam diversas coisas. Ela pergunta: “se parar para pensar qual seria o outro espaço”? A profissional pondera que a questão agrária não é uma questão “Cultural, por exclusão; não é um assunto de Esporte, por exclusão; e nem um assunto de Polícia, mesmo quando haja conflitos com a Polícia”. Para ela a “raiz do problema” está noutro lugar e não é um assassinato ou um crime.

Mesmo quando eles estão invadindo uma propriedade, a raiz do problema, a raiz dessa estória é o conflito agrário então eu não vejo como um assunto de Polícia. A invasão em si eu não vejo como um assunto de Polícia. Ele é Político? Ele até poderia ser tratado lá dentro da Política. Só que do jeito que as editorias de Política são configuradas dentro da rede não sei se a gente teria tantos assuntos assim para

tratar. Nem de Economia. Talvez, por semelhança, ele poderia girar entre Economia e Política. Mas eu acho que a Geral é a mais adequada (JORNALISTA 3).

Para o Jornalista 4, tratar o MST na editoria de Geral é uma convenção histórica, portanto nem merece discussão. “Tratar o MST na Geral é uma convenção. Assim, a questão agrária, a reforma agrária, é assunto da editoria Geral historicamente. Ao menos sempre foi assim”. Conforme ele, a temática não tem outra conotação. “Geral é sempre assim, é o que as editorias específicas não tratam. Isso é tratado pela Geral. Então acabou a questão agrária sendo convencionada como questão da editoria Geral”. Só que, esclarece o Jornalista 4:

A editoria de Geral não é a prima pobre do jornal. Eu não vejo assim, até porque as editorias de Geral têm as maiores equipes nos jornais, elas têm um grau de importância muito grande, e é delas que sai a maioria das matérias. Por ser a editoria que é mais ligada ao factual, ao que a qualquer momento pode acontecer, isso cai na editoria de Geral. Ela também acaba trazendo boas imagens para o jornal, traz fotos, traz as notícias de última hora etc. (JORNALISTA 4).

Segundo a Jornalista 5, a Geral é onde “está o coração da redação”. É uma editoria que tem demandas diferentes todos os dias e tem “uma obrigação muito maior em preencher o jornal com manchete”. Para ela, a questão das editorias é um “negócio complicado”. Primeiro porque as editorias já “foram criadas pelos jornalistas para resolver o seu problema que é o caos de informações”, depois, porque elas não dão conta plenamente daquilo que elas se propõem. Ela acredita, porém, que “o MST tem que ser Geral, porque nem sempre ele envolve a Polícia para estar na editoria de Polícia e, como é a questão agrária, mais do que Economia e mais que a Polícia então fica melhor na Geral”. A Jornalista 5, no entanto, trata de valorizar, aos moldes do Jornalista 4 a editoria de Geral. Conforme seu discurso, a editoria é a principal no jornal e nos jornais como um todo, basicamente porque tem mais gente e é, em decorrência disso, melhor organizada.

[...] é a editoria que tem mais páginas; é a que quase todos os dias coloca a manchete no jornal e a foto principal de capa; e a que ocupa o maior número de coisas do jornal. A Geral, além de tudo, é uma editoria em que as pessoas querem trabalhar. A Geral te dá essa adrenalina, porque a Geral é uma editoria que pulsa, não é uma editoria tranquila. É uma editoria que muda o tempo todo. Os conflitos que são próprios da vida de todo mundo, a editoria tem. Acho que ela é a mais emocionante, mais interessante. A Geral é assim o nosso coração (JORNALISTA 5).

Na descrição da estrutura e do seu ambiente de *produção*, os jornalistas entrevistados na pesquisa apresentam detalhes importantes relacionados aos fluxos produtivos no veículo em questão, que geralmente não são percebidos nem por colaboradores e fontes, muito menos

por seus leitores. Cabe ressaltar que as informações coletadas na entrevista vinculadas a esses aspectos puderam ser todas validadas através do recurso da observação participante. Conseqüentemente, elas não são meros relatos de uma prática ideal, mas sim parte importante de um complexo processo de construção textual, composição de mensagens e/ou movimentação de discursos e representações que no “Circuito das Notícias” imprimem muitas das marcas depois verificáveis no texto jornalístico e nas leituras desses produtos.

Segundo a Jornalista 1, a primeira coisa que o repórter faz antes de escrever qualquer matéria, principalmente quando são matérias conflituosas e polêmicas, inclusive sobre o MST, é conversar com seu editor sobre “como fazer”. Na maioria das vezes a recomendação básica é “contar o que aconteceu”. Nesse sentido, a Jornalista 1 descreve sua prática na redação, depois do trabalho de campo, da seguinte forma:

Depois de conversar com o Editor eu escrevo o texto, ai terminado o texto ele passa para o Editor. O Editor lê e faz as devidas observações; tira as devidas dúvidas; coloca na página; essa página é impressa em A4 e passa para o Editor Chefe. O Editor Chefe lê; faz mil perguntas; coloca mil flechas; e devolve para o Editor. O Editor arruma de preferência com o repórter do lado que é para não sair nada errado. Se o repórter não está mais na redação, ele liga para o repórter, reescreve o texto e lê para o repórter para não ter erro nenhum. Então funciona assim: passa pelo Repórter, pelo Editor, pelo Editor Chefe, volta e passa pelos dois de novo e depois vai para a página e daí para a impressão (JORNALISTA 1).

Nos mesmos moldes, o Jornalista 2 relata que o fluxo produtivo interno na redação funciona da seguinte maneira: o Editor lê o texto e se ele encontra alguma dúvida, se acha que está faltando alguma coisa, ele liga para o repórter; depois vem a edição propriamente dita. Segundo o repórter, sempre se tem um tamanho de página para ocupar no jornal e tem que adequar os textos àquele tamanho; na página, se estiver sobrando texto ele será “cortado”. O texto passa ainda, conforme o Jornalista 2, pela leitura e revisão, pela Jornalista 5 e pelos demais Editores do veículo. “Passa por várias tribos até ir para o jornal. Aí eles dão as suas contribuições e mandam o texto para ser impresso”.

Por sua vez, a Jornalista 3, de acordo com a função que executa dentro da estrutura produtiva do jornal, assenta seu relato no detalhamento dos procedimentos de “produção da produção” no veículo. Segundo ela, tanto a *produção* quanto a edição são coisas sobre as quais os leitores não têm a mínima noção – nem os jornalistas nos bancos das universidades. “As pessoas não têm noção, eles acham que só o repórter trabalha. Diagramador, produtor, essas coisa não existem”. Conforme a Jornalista 3 um jornal tem sim as suas rotinas e elas são importantes, “porque se tu não tiver planejamento tu não vai para frente”. As equipes nos

veículos sempre são pequenas em relação à demanda de trabalho, por isso certas coisas, ela recomenda, têm de serem feitas com antecedência. “Tu tem que se deslocar, tu tem limitações tecnológicas, e também de estrutura e tu não tem três carros disponíveis. Então esse é o ponto da importância do planejamento”. O trabalho de planejamento para a Jornalista 3 é um “trabalho ingrato”. Diz ela: “eu sei que se entrar um factual forte amanhã ele vai me derrubar, mas é do jogo. Então, assim, é um replanejar a cada momento. Mas é isso: otimizar custos, cuidar da operacionalidade das coisas e tentar organizar o que não é organizável”. Conforme a Jornalista 3, a produção num jornal é fundamental porque permite desde “pensar as capas”, até “planejar antecipadamente algumas manchetes”. Sua rotina é descrita da seguinte forma:

Chego de manhã e dou uma olhada no que deixei de pautas no dia anterior. Minha função é pegar e distribuir essas pautas no universo de repórteres que eu tenho. Então, muitas vezes eu não tenho repórteres para cobrir todas as pautas, aí a gente dá prioridade para algumas. Depois vejo o que está rolando no dia e começo a encaixar uma coisa na outra. Se tu ver que um repórter ficou com muita coisa, ou se rolou um factual, tem que passar para outro repórter. Feito isso, eu vou dar uma olhada na pauta geral do jornal. Como já tenho um pré-espelho, eu divido o espelho em cima dos pedidos dos editores e em cima do boneco que a gente recebe do comercial. Depois do almoço tem a reunião de pauta, onde todos os editores estão e cada um passa a sua pauta. Aí eu vou para dentro do jornal e dou uma olhada nos repórteres. E, de tarde, eu já estou fazendo a produção do dia seguinte e eu não quero mais nem saber do dia que está rolando, para mim já é amanhã (JORNALISTA 3).

Também o Jornalista 4, conforme a função que executa dentro da estrutura produtiva do jornal, detalha, complementando as informações apresentadas pelos Jornalistas 1 e 2 (repórteres) e pela Jornalista 3 (Editora de Produção), os fluxos de sua rotina no ambiente de *produção*. O Jornalista 4 é editor de Geral e desenvolve suas atividades no período da tarde. Seu trabalho parte, todos os dias, de uma pauta esquematizada pela Editora de Produção, onde consta inclusive a previsão do número de páginas de cada editoria.

[...] depois da reunião de pauta, onde sempre saem novos direcionamentos, eu já fico acompanhando o trabalho dos repórteres. Ajudo e começo a planejar, já no início da tarde, o que vai estar no jornal amanhã e também como vai ser nosso desenho de página. Com o espelho eu já começo a definir: tal assunto vai nessa página; vai ser abertura de página; isso aqui vai ser nota; isso aqui vai ser foto legenda etc. Vou definindo, mas tenho que esperar o trabalho dos repórteres. A gente trabalha com muito adiantado. Então muito texto já está pronto, e se tem algum texto pronto, eu já posso colocar as páginas para diagramar. Depois da diagramação, vou lá e edito e entrego para a leitura do Editor, um Editor de Capa. Ele vai lá faz, as devidas correções e me devolve. Faço os ajustes, devolvo para a diagramação e aí a página vai para a impressão (JORNALISTA 4).

A Jornalista 5, editora chefe do jornal, tem sua rotina de trabalho pautada pela complementaridade e supervisão das rotinas até aqui realizadas pelos demais profissionais entrevistados. Seu expediente de trabalho começa pela manhã, onde ela dedica especial atenção à leitura de e-mails e correspondências. Também inclui a leitura do próprio jornal, de mais alguns jornais da rede e dos concorrentes principais. A verificação da pré-pauta também está dentre suas atividades primeiras. Em cima da pauta algumas dicas são repassadas para os editores e repórteres na tentativa de qualificar a apuração e, conseqüentemente, o resultado final do trabalho. À tarde,

[...] a gente repassa a pauta com os editores numa reunião de pauta. Depois disso, é consolidar essa pauta que já está escrita e distribuí-la para todos os jornais do grupo, para a TV e para a área de circulação. Algumas dessas pautas vão para a agência RBS que divulga para outros jornais que podem comprar as informações junto com as fotos, se já tem foto disponibilizada. Então eu distribuo o número de páginas de acordo com o número de anúncios que chegam nas editorias. Por último, é passar orientações para os repórteres e para os editores. Também a gente lê todas as pautas antes delas saírem e faz uma reunião de Capa, já com o esboço da capa (JORNALISTA 5).

Na descrição de sua rotina a Jornalista 5 admite que um dos processos que mudaram em seu trabalho diz respeito ao caráter “preventivo” que assumiu sua função, em detrimento ao caráter “punitivo” que antigamente ela possuía. “Antes eu ficava mais no fim do que no começo, hoje eu fico mais no começo do que no fim porque a gente entende que quanto melhor tiverem resolvidas as coisas no começo, menos problema vai chegar aqui no final”. Segundo ela, ainda sobram muitas páginas para ler e para “fazer observações de regras do manual; alguma coisa de pontuação, de correção ortográfica, de gramática; alguma coisa de apuração. [...] É claro que eu leio, reviso muito, essa parte continua sendo feita, mas a gente tenta resolver as coisas mais cedo”.

Depois do detalhamento das rotinas e dos “fluxos internos de *produção*”, ou seja, daqueles ocorridos dentro da redação do jornal, passaremos a detalhar com base no relato dos jornalistas entrevistados, aquilo que podemos qualificar como “fluxos externos de *produção*” da notícia. Estes genericamente estão vinculados aos processos de fabrico da notícia que ocorrem fora do ambiente da organização de mídia. Eles se assentam no processo de apuração dos fatos potencialmente noticiáveis e incluem desde os fatores que envolveram a seleção das pautas até a configuração do texto a ser veiculado no jornal. Como relatamos já no início das considerações acerca do momento de *produção* do “Circuito das Notícias”, as considerações aqui tecidas se assentam nos fatos ocorridos e cobertos no período de 12/04 a 21/05/2008

relacionados às ações de ocupação e desocupação da Fazenda Southall em São Gabriel. Antes, convém lembrar também que consideramos esses dois tipos de fluxos (externos e internos) complementares no momento da *produção* no “Circuito das Notícias”, o que, junto com o movimento de representações em que se envolvem, atesta o complexo processo de manipulação do fabrico de um texto e/ou notícia.

Partimos, mais uma vez, das colocações da Jornalista 1. Ela de imediato justifica o tratamento das questões de São Gabriel por ser esta uma das cidades que compõem a região de abrangência e responsabilidade de seu veículo e também por ser esta uma área de tensão onde o MST teria pleno interesse. Em seu relato ela conta que a primeira pauta (revista dos ônibus) relacionada aos episódios que integram o corpus dessa pesquisa, chegou na redação através de um fotógrafo freelancer que o jornal mantém em São Gabriel e foi totalmente desenvolvida e/ou apurada de dentro da redação – “repórter sentado”. Na sequência, a pauta “invasão da Fazenda Southall” ingressa no ambiente de *produção* pela porta da RBS TV e o jornal acompanha a televisão nessa cobertura. A Jornalista 1 é escolhida para cobrir a pauta por ser a única que se encontrava na redação naquele momento. Nesse episódio a equipe responsável pela cobertura saiu do jornal às 13 horas, chegando a São Gabriel por volta das 15 horas. No caminho, porém, a Jornalista 1 já tinha feito contato com o proprietário da Estância, com representantes do MST e dos Ruralistas. No local, sem acesso à Fazenda devido às barreiras da polícia, ela tenta falar com o comando da Brigada a fim de obter informações a respeito do contingente de policiais e das ações a serem tomadas. Conta ela:

No caminho para São Gabriel eu liguei para o Southall, o dono da fazenda, e perguntei para ele quantas vezes ela já tinha sido invadida e ele me disse que era a primeira vez. Lá eu continuei ligando para as pessoas e ligando para o jornal para dizer qual era a situação. Porque eles ficaram daqui muito preocupados e com um bafão na nuca da Zero Hora que quer sempre dar a matéria primeiro. Naquele dia o Southall já tinha entrado com um pedido de reintegração de posse. E aí a gente tinha uma pressão de tempo muito grande porque a televisão sempre tem de fechar antes, às 18 horas, no máximo já tinha que estar de volta. Então a gente só saiu de lá porque a situação estava calma. E aí a gente voltou para a redação mas meu trabalho não terminou ali e estava longe de terminar. Só fui para casa por volta das 22 horas (JORNALISTA 1).

De volta à redação, a Jornalista 1 de imediato conversa com sua editora, que naquele dia era a Jornalista 3, e decide a forma que vai estruturar a matéria. “Isso depois de ligar para o advogado da Southall, para a advogada do MST e para o Juiz para saber se o pedido de reintegração de posse tinha sido aceito. [...] O pedido foi aceito no mesmo dia, só que foi dado um prazo de 72 horas para o MST deixar a fazenda”. Depois de confirmar a informação, a

Jornalista 1 ainda ligou para o Comandante da Brigada Militar e ele informou que respeitaria o prazo imposto pela justiça.

Então fui por aí na matéria. Inclusive o título foi ‘MST invade, mas terá de sair’. Conteí toda a estória: como foi a invasão; que horas eles entraram; quantas pessoas eram; qual era o clima lá em São Gabriel; o que eu tinha visto lá de tensão. Conteí quais seriam as ações da Polícia Militar e se eles estavam aguardando por reforços ou não. Que a Justiça tinha decidido pela reintegração de posse; que eles teriam 72 horas para sair; e que a Brigada Militar em princípio iria respeitar isso. A gente fez um quadrinho mostrando especificamente quais eram os motivos da invasão. A gente fez uma outra retranquinha falando do bloqueio na estrada; do fato que a imprensa e só a imprensa tinha sido impedida de passar. E a matéria foi isso, foi uma matéria de uma página com fotos basicamente contando a estória dessa invasão inédita (JORNALISTA 1).

A pauta “desocupação”, por sua vez, foi coberta pelo Jornalista 2. Ele relata que a Jornalista 1, que cobriu a “ocupação”, ao voltar da pauta comentou: “sexta-feira vai estourar o negócio lá”. Na quinta-feira na “produção da produção” quando a Jornalista 3 perguntou quem poderia ir para São Gabriel ele não titubeou e escalou-se para fazer a cobertura. Depois de confirmar que a pauta era sua, o Jornalista 2 disse ter lido tudo o que tinha sido publicado sobre a questão “para entender o que estava se passando e descobrir porque aquilo estava acontecendo. [...] Conversei com a Jornalista 1 e peguei uma lista com um monte de telefones e fui para a pauta”.

Saímos às 5 horas da manhã, só que eu esperava que nós fôssemos chegar e ficar na frente da Southall para ver o pessoal sair e ver o pessoal revistar. Mas tinha aquele empecilho da barreira da polícia. Tentei conversar com os policiais para deixar nós passar. Tentamos fugir pelo lado e não deixaram nós passar. Então a gente ficou ali toda aquela manhã. E os contatos foram importantes pelo seguinte: eu consegui monitorar o que estava acontecendo lá dentro através dos caras do MST. Como corríamos o risco de voltar sem imagem, eu estava tentando de alguma forma que o Fotógrafo 1 entrasse e que eu fosse até lá também ao menos para ver o que estava acontecendo. A gente ficou ali fazendo contato. Eu liguei para o MST e o cara que me disse: olha os Brigadianos estão segurando vocês porque nós vamos sair pelo outro lado! Nisso veio aquela ordem dos caras – os cinegrafistas e fotógrafos vão entrar cinco minutos para fazer imagens. Bom nós tínhamos imagens; tínhamos a palavra deles; tínhamos a palavra do Coronel; tinha conversado com os Ruralistas na barreira. Eu tinha toda a estória já montada na minha cabeça. Aí fomos almoçar. Então o pessoal da TV liga e diz que o MST estava saindo e que os policiais deixaram as equipes entrar. Assim conseguimos a imagem dos caras saindo dali e sabemos que eles não foram identificados. Bom, a gente tinha a imagem dos caras assentados; tinha a imagem dos caras saindo; sabia toda a estória então voltamos para casa (JORNALISTA 2).

Chegando na redação, o Jornalista 2 procurou apurar o resultado da vitória na Fazenda Southall. Depois de inúmeras tentativas ele conseguiu falar com “o tal do Ouvidor”

que afirmou categoricamente: “olha, quebraram tudo; isso aqui é uma coisa que eu nunca tinha visto antes; isso aqui é selvageria”. O MST, no entanto, conforme o Jornalista 2, não aceitava as acusações. “Bom, aí eu tinha tudo. Eu tinha por que eles saíram; onde é que eles foram; o que aconteceu com a fazenda; que horas eles foram. Tinha toda a estória, só faltava escrever o texto. Tinha 35 centímetros para escrever o texto. Às 19 horas eu saí da redação”, disse ainda o Jornalista 2.

Na pauta “revista do acampamento”, conforme a própria Jornalista 3, foi “o dia da produção”. Segundo ela, esse foi um dia “muito grande”, porque nos demais o jornal tinha se programado para cobrir o MST, nesse dia foi diferente. No final do expediente do dia anterior, ela foi surpreendida por um comunicado da RBS TV local que se referia a uma fonte do Batalhão de Operações Especiais (BOE) da Polícia Militar e que anunciava para a manhã seguinte a entrada da Brigada no acampamento do MST em São Gabriel com um mandado de busca e apreensão. “Eu disse, tu não tem ideia do que vai acontecer. O MST não vai deixar. A condição para eles saírem da Southall foi que eles não fossem identificados e aí daqui a pouco eles estão com um mandado de busca e apreensão dentro do acampamento?”, disse a jornalista

Segundo a Jornalista 3, assim que na redação ficaram sabendo da participação do BOE na operação já imaginaram que a “coisa seria bem complicada”. Imediatamente, os repórteres começaram a ligar para as fontes e descobriram que outras unidades do Batalhão de Operações Especiais também estavam mandando soldados para São Gabriel. Pelo potencial conflitivo da ação, a Jornalista 3 admite que toda redação estava com muito medo do que poderia acontecer no local, mesmo assim não faltaram candidatos para cobrir os fatos. “Isso começou a pipocar e todo mundo queria ir para o tal do MST. Porque quando fala em MST todo mundo quer cobrir, os mais fominhas querem todos ir”. Diz ela:

Então a gente mandou o Jornalista 6, que já tinha feito uma vez cobertura do MST. Tu tens de pensar um pouquinho no perfil do repórter. Isso também faz parte da produção. Aquela manhã foi um verdadeiro inferno. Eu comecei a trabalhar às 6 horas em contato direto com ele. Cheguei ao jornal e começou estourar os rolos do MST. Eles começaram a bloquear as estradas no Estado, a gente viu que a coisa era grande e fez todo um replanejamento de espelho com a Jornalista 5. A hora que bloquearam Julio de Castilhos eu não sabia o que fazer, porque não tinha mais repórter, não tinha mais equipe, não tinha mais fotógrafo, não tinha mais nada. O telefone tocando toda hora, a Zero Hora enlouquecendo a minha cabeça porque queria texto e o Jornalista 6 estava sem telefone. Então a coisa quando começa a ficar grande ela começa a complicar. Aquele dia foi um dia bem complicado, mas lá a coisa foi tranquila. Um fato com potencial que poderia ser problemático acabou respingando no Estado e só (JORNALISTA 3).

Conforme a Jornalista 3, a primeira ordem era de só sair do local no momento em que não tivessem mais soldados da Brigada Militar. Porém, diz ela, “ninguém melhor do que o repórter e o fotógrafo que estão lá para avaliar a hora de vir embora”. Ela conta então que quando os jornalistas saíram, a Brigada ainda estava lá, mas, “a coisa estava muito tranquila”. Então eles ligaram para a redação e avisaram: “é uma perda de tempo completa ficar aqui. Eles estão terminando de identificar as pessoas, não vai rolar mais nada, a maioria da Brigada já foi, a coisa está realmente tranquila, vamos voltar”. Segundo a Jornalista 3, o desafio da *produção*, principalmente nesse dia foi adequar as decisões ao decorrer dos acontecimentos, para que no final desse tudo certo e o jornal tivesse material para contar a estória que foi cobrir.

Como eles próprios colocaram, tanto o Jornalista 4 quanto a Jornalista 5 não tiveram participações especiais na cobertura dos fatos relacionados a entrada, saída e revista do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra em São Gabriel. O Jornalista 4 destaca apenas que, no caso da Southall, o cuidado maior de sua parte foi colocar alguém de confiança no local, alguém da equipe que pudesse com uma ligação informar o que estava acontecendo. Segundo ele, os procedimentos posteriores envolveram a busca de fontes na Brigada Militar, no segmento Ruralista e no MST para dar uma noção do que estava acontecendo. “Mas a gente nunca usa piamente, a gente não confia 100% porque são segmentos que têm interesses”. A partir de então, o procedimento indicado pelo Jornalista 4 é fazer um balanço de tudo, uma média, para ver o que dá para publicar. “Claro, o melhor é sempre estar no local se não fica numa guerra de versões. Por isso que a gente tenta ouvir todo mundo”. Ele ainda complementa:

Essas informações também se baseiam nas pautas anteriores. A gente sabe, por exemplo, que certo presidente do Sindicato Rural em outras coisas exagerou. Não que a gente tenha publicado, mas que a gente soube antes. Ou que, de certa forma, não foi bem assim como o MST comentou. Por isso, quando tem essas fontes que tem interesse, a gente tem que ter certo cuidado. A gente tem que ouvir todo mundo e depois fazer uma avaliação do que realmente aconteceu ou não para estabelecer qual é o enfoque que a gente vai dar. Foi assim que ocorreu (JORNALISTA 4).

Conforme o Jornalista 4, não é ele como editor quem vai dizer como o repórter deve escrever seu texto. “Na verdade, é o repórter que vai ter de dizer o que ele tem e em cima disso a gente começa a construir a notícia. Não vai ser eu quem vai dizer: vai lá e diz que a Brigada agiu assim. Não. Depende muito de quem está no campo, de quem foi para a pauta, para o front”. Segundo o Jornalista 4, não existe ninguém melhor que o repórter que foi a

campo para escolher a “melhor maneira de dizer”. Já o envolvimento principal da Jornalista 5, nesta fase, esteve relacionado à pauta “revista do acampamento”. Segundo ela, sua preocupação primeira foi a de viabilizar a ida de uma segunda equipe para São Gabriel, pois não se tinha ideia de quando e como as coisas por lá se desenrolariam. Depois, ela admite uma preocupação com a qualidade da cobertura já que “nessas coisas é a gente que cobre para a Zero Hora então, a gente precisa supri-los de um material bom. Nesse momento, a gente é os jornais da RBS, então precisa cobrir bem e com tempo”. A Jornalista 5 pondera ainda que nesses casos não adianta um repórter chegar na redação as 21 horas, pois os jornais do grupo não vão conseguir aproveitar o material.

Para atender essa demanda de notícias, não só dos jornais, mas de todos os veículos do Grupo RBS, a empresa ao longo dos anos vem montando e aperfeiçoando um sistema colaborativo de *produção* em rede. Esse sistema, além de emprestar agilidade à cobertura dos canais do Grupo, diminui consideravelmente o custo de *produção* das notícias. Nesse quesito, com certeza, o Grupo RBS é exemplar às demais organizações de mídia do País. Na seção jornalismo impresso, conforme o relato dos jornalistas entrevistados, esse sistema se chama *Note* e permite o intercâmbio instantâneo de mensagens, pautas e notícias entre os oito jornais que integram a rede. Segundo a Jornalista 1, o *Note* é um sistema de comunicação interna que funciona como um e-mail instantâneo. “É como um *MSN*, só que toda vez que tu vai fazer um *Note*, tu tens que escrever o destinatário, a mensagem e enviar”. Conforme ela, pelo *Note* se tem acesso a “todas as pessoas, de todos os jornais, de toda a rede RBS”. O sistema possui algumas regras de funcionamento e são essas regras compartilhadas por toda rede que garantem a operacionalidade do sistema.

Todos os dias, em todos os jornais da rede, a pauta é produzida no início da tarde. A pauta do dia seguinte, o que vai sair no outro dia no jornal. Ela é definida até às 15 horas e isso é enviado para todos os editores de todos os jornais da rede. Dessa forma, todos os dias vêm alguns pedidos, principalmente da Zero Hora. Porque a Zero Hora é um jornal que abrange todo o Estado, então eles tem interesse em coisas de Santa Maria. A Zero Hora é um jornal grande, que cobre o Estado inteiro, e que precisa da ajuda de suas sucursaiszinhas e de seus pequenos jornaizinhos. Ela é a mãe de todos (JORNALISTA 1).

Conforme a Jornalista 1, normalmente os pedidos da Zero Hora se concentram em matérias do tipo: “o MST que invade a Fazenda Southall; o assalto ao Big; o tiroteio no posto; o ladrão preso”. Para ela, são matérias de “grandes proporções” que interessam mais à Zero Hora. É por esse critério que a Jornalista 1 também explica como seus textos que tematizavam

as ações do MST na Fazenda Southall, em São Gabriel, foram parar nas páginas de Zero Hora.

Eles me enlouqueceram bastante, o dia inteiro me ligando, para saber a que horas eu iria entregar o texto, pois tinham que fechar. Eu vim escrevendo o texto no carro, para que quando eu chegasse tivesse ao menos um esboço da matéria. A gente manda o texto para eles de uma forma bruta. Normalmente, como eles têm muita pressa, o repórter escreve e já manda, sem passar por edição. Eles têm a sua própria edição. Até porque um texto escrito aqui, sobre o MST em São Gabriel, é feito de uma forma diferente para o leitor da Zero Hora. Porque o leitor da Zero Hora é outro. Então eles vão dar uma localizada melhor; normalmente eles vão dar uma contextualizada melhor, com coisas do Estado. Então meu texto foi para lá como vão diversas matérias todos os dias. Tudo por conta desse sistema de colaboração que é uma coisa estruturada e muito prática (JORNALISTA 1).

O Jornalista 2, ao falar do sistema interno de colaboração e *produção* em rede, considera como relevante o fato de a Zero Hora usar muito o material produzido em Santa Maria. Ele esclarece que geralmente o primeiro passo é mandar um *briefing* para Zero Hora on-line – “um texto de 18 centímetros”. Segundo ele, no caso das matérias sobre a desocupação da Fazenda Southall, a Jornalista 3 ligou pedindo para chegar na redação, fazer um texto prévio e mandar em seguida para a Zero Hora. “Ela me disse: manda para a Zero uma previsão do que está acontecendo e manda uma foto. Aí já chegamos aqui, baixamos as fotos e mandamos para lá”. Normalmente,

[...] passo o texto para o Editor, ele dá uma primeira olhada e manda. Lá eles pegam esses textos e publicam. Manda via Note que é o nosso programa interno. Tem algumas pastas no sistema, uma espécie de Editorias, nesse caso Geral 2, que é onde a gente escreve para poder ir para o jornal. O Editor lê, corrige, passa o corretor ortográfico, faz a medição do texto e passa para Geral 5. Na Geral 5 o material fica disponível para toda a rede de jornais da empresa. Qualquer jornal pode usar, esse é o processo: O Editor pegou, passou para Geral 5; a Zero Hora puxou e saiu no jornal. Eu nem sabia que tinha saído o meu nome. Eu vou até achar essa Zero Hora (JORNALISTA 2).

Nesse sentido, a Jornalista 3 enfatiza que se trabalha dentro de um jornal que pertence a uma rede, “não é só nós e o nosso umbigo”. Segundo ela, a parceria funciona nos seguintes termos: “nós somos a Zero Hora na cobertura da região central. Antes do jornal existia aqui a Casa Zero Hora. Então onde existe o jornal, teoricamente, a Zero Hora não vem cobrir a não ser que seja uma pauta especial deles”. A Jornalista 3 esclarece, ainda, que uma das atribuições de seu trabalho é justamente disponibilizar a pauta consolidada do jornal a todos os veículos da rede. Tarefa compartilhada, conforme relato, com a Jornalista 5.

No meu trabalho da manhã quando eu estou com a pauta finalizada eu mando ela via Note para todo mundo. O Note é nosso sistema interno de comunicação. Aí eles me mandam pedidos. O deadline da Zero Hora é 20 horas então matéria boa para eles tem de ser até às 15 horas, depois a coisa complica. Eles vão reduzindo o espaço. Tipo eles iriam dar um abre e acabam reduzindo porque pode não chegar. O problema agora é o on-line, porque o on-line tem que ser na hora. E o que acontece, eu mando a pauta de manhã, mas ela só vai ser feita a tarde. Aí eles já mandam o pedido: a gente quer tal coisa e não tem informação ainda (JORNALISTA 3).

As explicações do Jornalista 4 acerca do sistema de colaboração em rede do Grupo RBS não trazem elementos tão diferentes, mas ajudam a explicar o funcionamento do mesmo. Ele relembra que todo o conteúdo produzido pelos diferentes veículos está disponível para a Zero Hora, assim como todo o conteúdo da Zero Hora está disponível para os diferentes veículos da rede. A via, portanto, não é de mão única.

Quando a matéria fica pronta para ir para a página ela é disponibilizada numa editoria chamada Editoria 5. O repórter escreve numa editoria chamada Editoria 2. Aí o editor vai lá e lê, faz toda a revisão e depois passa para a Editoria 5. Nesse momento, ela está disponível para o diagramador puxar o texto para a página e desenhar a página e está disponível para todos os outros veículos da rede aproveitar aquele texto. Essa matéria da Editoria 5 é a matéria finalizada para ir para a página. Eu coloquei todos os elementos de página, inclusive o título (JORNALISTA 4).

Abordando, junto com esse sistema de normalização processual de colaboração em rede, os possíveis constrangimentos que os jornalistas entrevistados sofreriam no exercício de suas atividades, todos parecem unânimes em refutar qualquer tolhimento em sua plena liberdade de *produção*. Os profissionais entrevistados garantem nunca ter sofrido com nenhum tipo de determinação que indicasse a priorização de determinado ponto de vista ou posição no tratamento de uma questão. Segundo eles, as únicas orientações disponíveis têm caráter técnico, são públicas e estão contidas no manual de ética, redação e estilo do jornal. Elas servem apenas quando observadas, para qualificar as *produções*. A Jornalista 1 se posiciona da seguinte forma sobre a questão:

A gente sabe, e isso é estudado por diferentes autores, em diferentes trabalhos, que o jornalista sofre uma série de constrangimentos na sua rotina produtiva diária. Constrangimentos econômicos, políticos e sociais. Mas eu acredito, honestamente, que aqui isso não existe. Não porque eu sou uma filha da RBS e sou empregada do Sirotsky. Mas, porque no veículo que eu trabalho a gente tem uma grande liberdade para tratar qualquer assunto. Eu nunca me senti constrangida por nenhum tipo de empecilho, de determinação. Sempre me senti muito livre para poder fazer o meu trabalho. É lógico que todo repórter parte do pressuposto que a gente tem uma hierarquia e que é importante que tu converse com teu editor antes de fazer o teu texto. Ele vai te dar algumas dicas. Mas estas dicas são mais de formas de construção, do que pode ser mais interessante para o leitor, de organização do texto, do que, não fale disso. Isso eu nunca ouvi (JORNALISTA 1).

A Jornalista 1 ressalta apenas a existência de alguns constrangimentos pontuais como, por exemplo, as barreiras da Brigada Militar que a impediram de exercer sua atividade e as críticas recebidas por parte dos leitores em algumas matérias. Ela afirma ainda desconhecer, nesse sentido, qualquer orientação superior seja da direção do jornal ou da direção de Grupo RBS, para o tratamento das questões do seu dia-a-dia. Essa visão é compartilhada pelo Jornalista 2 que também admite como limitador de seu trabalho apenas as barreiras da Brigada Militar que o impediram de se aproximar da Fazenda Southall em São Gabriel. Segundo ele, ninguém chegou e lhe disse: “olha o enfoque que tu vai dar; vê se tu facilita para esse lado, ou prejudica esse outro”. O Jornalista 2 garante em sua fala que não existe nenhuma orientação, nenhuma “pauta velada” no veículo em que ele atua. Diz ele:

[...] eu acho que o repórter aqui tem bastante liberdade para escrever. Não tem condicionamento, de forma alguma. Eu falo com toda a sinceridade e sem medo de falar. Não existe nenhuma orientação para pender para lado nenhum, nem em outras pautas. O repórter tem total liberdade para chegar lá, ver o que está acontecendo e contar a sua estória (JORNALISTA 2).

Na mesma linha, a Jornalista 3 reconhece apenas algumas orientações de caráter técnico e jurídico, mas não constrangimentos, que servem para reger a prática diária dos profissionais do Grupo. Segundo ela, o repórter “não tem uma linha, do tipo vamos puxar para lá”. No máximo, esclarece ela, o que existe são algumas conversas entre repórteres e editores com o intuito de qualificar as coberturas.

[...] não tem constrangimentos. Existem alguns cuidados do tipo ninguém chama o MST de invasor, isso está no manual de ética da RBS. Eu acho que eles já devem ter tomado algum processo por isso. Mas, existem alguns cuidados que você tem que tomar que são cuidados éticos para qualquer matéria que tu for fazer. Agora, não existe essa estória, esse monstro que se cria: tu já sai com uma ideia e tem que escrever sobre isso. Isso não existe! Eu trabalho há tempos na empresa, já trabalhei na Central do Interior, já trabalhei lá dentro da ZH, já trabalhei aqui e eu nunca tive em nenhuma matéria que eu fiz ou que eu produzi uma orientação do tipo tu tens de escrever X, ou tu tens de editar X. Acho que é muito da cabeça dos repórteres, porque no momento em que tu tens um repórter ético, nenhum editor consegue sacanear ele. Porque a pessoa vai sentar, escrever e ponto (JORNALISTA 3).

Um comentário interessante sobre a questão deriva da análise das falas do Jornalista 4. Segundo ele, mesmo que a empresa disponibilize o manual de ética a todos os seus colaboradores, o verdadeiro manual do repórter é o seu editor, que por ser mais experiente tem essas regras entronizadas. Aponta ele: “na verdade, o manual do repórter, assim,

diariamente, está muito no editor, ele segue as orientações do editor”. Segundo ele o fato de o manual proibir determinadas práticas é um pouco mito. “No meu trabalho nunca ninguém me disse assim – não, tu não vai dar isso, tu não vai dar desse jeito, principalmente em relação ao MST. Em relação ao MST não tem nenhuma orientação”.

Aqui, quando eventualmente pauto e passo a fazer a cobertura, não tem nada que diga assim: você vai tratar a notícia dessa forma! A gente vai lá para noticiar o fato por todos os lados, noticiar o que está acontecendo e simplesmente ser o reflexo do que está acontecendo. E não tem nenhuma diretriz assim, você vai fazer isso, você não ouve aquilo, você dá mais atenção para isso. Até porque a gente mesmo se pauta, a gente mesmo sabe o enfoque que a gente tem que dar. Não tem nenhuma orientação tipo a Zero Hora disse que tem de ser assim (JORNALISTA 4).

“A gente tem um manual e tudo, temos regras que dizem olha, a gente tem que ser equilibrado, tratar pessoas com isonomia, a gente não pode obter favores pessoais, porque tu é jornalista”. Conforme a Jornalista 5, são essas as orientações gerais que devem ser seguidas pelos profissionais, mas, segundo ela, essas não são regras especiais, muito menos constrangimentos. São regras da vida, apenas adaptadas e aplicadas à prática jornalística. A Jornalista 5, no entanto, reconhece a configuração de mecanismos para se proteger profissionalmente e para proteger o leitor de um direcionamento agudo. Porém, segundo ela,

[...] é claro que a gente escolhe, faz escolhas diariamente, só que a gente não recebe orientações diárias, de como tem que fazer; nem eu me sinto uma figura, uma representante da RBS para passar orientações diárias para os repórteres, de como é que tem que ser. A única coisa que eu procuro dizer é para eles se cuidarem, para eles não cometerem nenhuma ilegalidade. Dessa forma, gente tenta sempre uma liberdade, sem induzir o repórter. É claro que ele chega da rua e diz olha eu tenho isso e isso. Então quem sabe a gente não trata dessa forma? Quem sabe abre com isso? Vamos usar uma foto disso?! Mas são coisas em nome do bom jornalismo. É claro que a gente quando diz assim: não seja preconceituoso, a gente já está dando algumas dicas de quais são os nossos valores (JORNALISTA 5).

Finalizando as considerações relacionadas ao momento da *produção* no “Circuito das Notícias”, cabe ainda, de acordo com as informações colhidas nas entrevistas semiestruturadas realizadas com os jornalistas, tomados como os principais articulistas de discursos e representações nessa fase, projetar algumas considerações sobre os leitores imaginados na composição de seus textos relativos à questão agrária. Da “minha mãe”, aos “representantes dos segmentos” envolvidos diretamente nas disputas por terras; do “eu mesmo”, aos “biótipos estatísticos”; percebemos uma enorme variação na opinião dos jornalistas acerca de seus leitores.

Para a Jornalista 1, os leitores dessas notícias são, primeiramente, os Ruralistas, pois “são os primeiros a ligar no outro dia”; e, depois, os próprios jornalistas do grupo. Segundo ela, as partes envolvidas sempre lêem porque se recebe retorno de ambos. “Ou a gente é xingado pelo MST ou a gente é xingado pelos Ruralistas”. Mas o leitor, de uma forma geral, para a Jornalista 1, acaba sendo uma entidade que nunca se sabe direito quem ele é. “Mas acho que as pessoas de uma forma geral se interessam por isso. Hoje, por exemplo, a gente deu uma manchete do MST no jornal, e a minha mãe, a primeira coisa que ela viu no jornal foi isso”. O Jornalista 2, por sua vez, reconhece que nunca parou para pensar em qual a pessoa que lê as suas matérias. Ele, na maioria das vezes, diz se colocar no lugar do leitor e partir do pressuposto de que se ele ler determinada matéria e entender o que ele mesmo está dizendo, ela vai dar conta do que está acontecendo também para o seu leitor. Nesse sentido, o Jornalista 2 afirma:

Eu tento escrever para uma pessoa que não está sabendo de nada. Que nunca ouviu falar no MST, que nunca ouviu falar do conflito e que nunca ouviu falar de nada. Eu escrevo para uma pessoa que comece a ler e entenda o que está escrito. Eu não penso assim num nicho: os estudantes, os idosos ou as donas de casa. Eu tento pegar como um todo para que o assunto seja compreensível para as pessoas e que elas consigam entender o que eu estou escrevendo. Essa é minha preocupação, agora quem vai ler ou quem vai deixar de ler já acho que fica bem fora da minha alçada (JORNALISTA 2).

“Eu acho que o jornalista não tem ideia para quem escreve. Sou bem crítica em relação a isso e não tenho ideia para quem estou escrevendo as matérias”. Essa é a sincera opinião da Jornalista 3. No entanto, ela faz um esforço visível para tentar definir o leitor de seu produto jornalístico. Em relação aos conflitos agrários, a Jornalista 3 considera como leitores todas as pessoas que fazem parte de um Sindicato Rural; o pessoal ligado aos Movimentos Sociais; e ao MST. “Mais do que isso não sei dizer. É muito empírico isso”. Por fim, ela afirma:

O que eu sei do nosso leitor: sei que ele se situa entre as classes A e C; ele é meio a meio homens e mulheres, e sei que ele é um leitor jovem de 18 a 35 anos. É um leitor que se interessa por assuntos bem ecléticos, Mas a gente também tem o leitor classe D e isso eu sei pelo empírico da estória, porque é o leitor que liga para cá. O leitor classe A e B não liga para cá. É o leitor classe C e D que liga para cá. É o leitor que mora na vila que liga para sugerir pauta, basicamente por problemas do cotidiano dele (JORNALISTA 3).

Para o Jornalista 4, falando da “invasão” em São Gabriel, ele acha que todo o leitor médio da cidade, a população média envolvida, lê as notícias desse tipo. Falando de uma

forma geral, fora de São Gabriel, o leitor para ele é gente com mais de trinta anos que tem algum interesse ligado ao campo. Pode ser porque planta, pode ser porque mora no interior ou porque é Ruralista. “Eu acho que é mais esse público assim. Gente que também se interessa por política, porque na verdade eu acho também que tem muita política, também é um Movimento político”. A Jornalista 5 diz que é muito difícil saber quem realmente são os leitores e aponta a realização de algumas pesquisas como indicadores de um possível “caminho das pedras”. Essas fornecem indicadores baseados na renda, no sexo e/ou na posição social, só que segundo ela, o leitor das matérias sobre o MST realmente não tem como ser “medido”. [...] “Eu acho que cada leitor é de um pedaço do jornal. Em São Gabriel eu acho que todo mundo leu a reportagem sobre o conflito; nos arredores, quem tem terra, por exemplo, também deve ter lido. Essas pessoas ligadas aos Movimentos Sociais também devem ter lido”.

Essa heterogeneidade reconhecida para os leitores, porém, parece não combinar com a homogeneidade dos discursos dos jornalistas em torno da questão agrária, nem com a representação preferencial que eles movimentam em seus dizeres. Apesar das dificuldades em se definir a questão, devido a sua complexidade, os profissionais entrevistados na maioria das vezes acabam por movimentar o sentido de “ilegal”, favorável à matriz representacional hegemônica da questão agrária, para falar do MST e de suas ações, reproduzindo uma situação maniqueísta de conflito entre o bem X o mal. A acusação de desrespeito ao estado democrático de direito e à ordem jurídica da atualidade também é recorrente na fala dos profissionais e o sentido de “bagunceiros”, mesmo que inicialmente negado, acaba sempre por aparecer.

Assim, mesmo partindo de sentidos por vezes tensionados ao reconhecer, por exemplo, a validade do Movimento e seu nível de organização, os profissionais da notícia acabam por se filiar à matriz hegemônica de representação da questão agrária num sentido favorável. Eles não conseguem libertar o seu dizer da noção de ilegalidade que historicamente envolve os questionamentos em torno da posse da terra no Brasil. Agregada a essa noção temos ainda a ideia mística de “interesses ocultos” relacionados aos integrantes do MST. Outro dos conceitos que vem compor e acompanhar a matriz representacional hegemônica da questão agrária. Loucos e fanáticos perdidos entre a razão e seus objetivos, são figuras recorrentes no histórico dos conflitos agrários no Brasil.

Como vimos, portanto, dizeres diferentes são movimentados para falar do MST, mas, todos eles parecem derivados da mesma matriz de representação hegemônica da questão

agrária. Tais dizeres e sentidos, direta ou indiretamente, depois irão se refletir nos *textos* do jornal Zero Hora. Porém, a análise conveniente desses *textos* capaz de sustentar ou não tal afirmação somente será realizada no momento subsequente do “Circuito das Notícias”. Mesmo assim, convém lembrar, de imediato, que um discurso é sempre um efeito de sentido – sempre vem de um lugar e vai para outro. Um discurso é, portanto, sempre consequência. Na relação com suas fontes o jornalista não se vale apenas da visão da realidade abastecida pelas fontes, mas também de suas expressões. Em muitos momentos, ele assume a perspectiva de enunciação dos outros pensando que são as suas. No momento em que produz o *texto* se considera o dono desse discurso, seu autor, e não o é. Pois, seu discurso nada mais é do que a eleição de determinadas estratégias de expressão em detrimentos de outras (JACKS, MACHADO & MULLER, 2004).

CAPÍTULO 4 – DO *TEXTO* E SEU DESCENTRAMENTO

O segundo momento, tanto do “Circuito Cultural” de Johnson (1999) quanto do “Circuito das Notícias”, por analogia, é o *texto*. *Texto* aqui corresponde ao *texto* das notícias, ou seja, aos *textos* produzidos por uma organização de mídia do campo do jornalismo (no caso pelo jornal Zero Hora), na etapa anterior do “Circuito” (a etapa de *produção*) e que numa fase subsequente (momento da leitura) encontrarão os *leitores* do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), representantes do campo político. Assim sendo, para análise do *texto* no “Circuito das Notícias”, podemos optar, dentre várias possibilidades: pela Análise do Discurso nos *textos*; pela análise do conteúdo nos *textos*; ou por um estudo semiológico e/ou de linguística nos *textos*. Em nosso recorte teórico-metodológico priorizaremos, porém, os recursos da Análise do Discurso nos *textos* jornalísticos (notícias) do jornal Zero Hora (ZH) publicados entre 12/04 e 21/05/2008, período idêntico ao considerado na etapa de *produção*.

Tais *textos* estão concentrados em 18 edições do jornal (números 15.566; 15.568; 15.569; 15.570; 15.571; 15.573; 15.582; 15.588; 15.593; 15.596; 15.597; 15.598; 15.599; 15.600; 15.602; 15.603; 15.604 e 15.605) e correspondem à cobertura das ações acerca da ocupação e desocupação da Fazenda Southall no município de São Gabriel (RS). Essas ações marcam um período tradicional de mobilizações do MST, a Jornada Nacional de Lutas (Abril vermelho), que relembra anualmente o massacre de 19 agricultores Sem-terra em Eldorado de Carajás (PA), ocorrido em abril de 1996.

No estudo dos *textos*, através da Análise do Discurso, buscamos, além de verificar as formas como a Zero Hora representa o MST em suas notícias, traçar um mapa de sentidos que o jornal faz circular sobre o Movimento, relacionando-os com a matriz representacional hegemônica da questão agrária. Também aspiramos garimpar as marcas textuais que nos ajudam a entender como as representações da questão agrária se tornam efetivas na vida cotidiana dos leitores e na prática discursiva dos jornalistas.

Partindo da materialidade do discurso, ou seja, das notícias sobre o MST e suas ações acerca da Fazenda Southall (dos *textos*), procuramos primeiro identificar as Formações Discursivas relacionando-as às Formações Ideológicas correspondentes, a fim de chegar às representações predominantes nos enunciados que realmente definem o discurso. Depois, através de sua aproximação e/ou distanciamento com um sentido principal hegemônico que historicamente perpassa o tratamento da questão da terra no País, procuramos categorizar as representações movimentadas acerca do MST, nos moldes de Jacks, Machado & Müller (2004), como: a) representação desfavorável; b) representação favorável; c) representação tensionada entre essas duas imagens. Antes, porém, é necessário detalhar alguns conceitos e pressupostos que embasarão as considerações neste momento do “Circuito das Notícias”, como, por exemplo, as definições de *texto*, de discurso, de linguagem, de Formação Discursiva e/ou Ideológica etc. e, também de alguns recursos metodológicos utilizados advindos do conjunto de procedimentos da Análise do Discurso.

Como trata da prática da linguagem, da construção de sentidos através da língua, a Análise do Discurso permite um mergulho no funcionamento do *texto* jornalístico, do qual se depreendem características do autor do *texto*, do contexto no qual ele foi escrito e, mesmo, do leitor imaginado da referida mensagem (ORLANDI, 2001, p.15). Ao mesmo tempo, como já referido, não podemos deixar de admitir que um estudo que pretende se basear numa conjuntura histórica deve ter como premissa a crença que o contexto é crucial na produção de significado. Assim, de forma mais geral, precisamos “descentrar o *texto*” como um objeto de estudo. Ou seja, o *texto*, não pode mais ser estudado por ele próprio, nem pelos efeitos sociais que se pensa que ele produz, mas, em vez disso, pelas “formas subjetivas ou culturais que ele efetiva e torna disponíveis” (JOHNSON, 1999, p.75). Deve ser encarado apenas como um meio para análises e/ou como um material bruto a partir do qual certas formas podem ser abstraídas.

Em nosso entendimento, a Análise do Discurso pode relacionar-se diretamente com a proposta do “Circuito das Notícias”, pois, como pontua Orlandi (2001, p.16), ela leva em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, a relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Ou seja, é uma análise que considera, também, aquilo que é exterior ao *texto* e o atravessa.

A questão que se coloca nessa abordagem é como um *texto* significa. Nela o processo de comunicação não é visto de forma linear, com uma clara separação entre emissor e

receptor, atuando em sequência – primeiro um fala e o outro decodifica etc., pois eles realizam ao mesmo tempo o processo de significação. Ao invés da mensagem, o que se propõe pensar nessa perspectiva é o discurso. Orlandi (2001, p.21) aponta que o “discurso é o efeito de sentidos entre locutores” e,

[...] não se trata de transmissão da informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação.

Nessa lógica, as condições de *produção* que constituem os discursos funcionam de acordo com certos fatores, dentre eles: relações de sentido, antecipação e relações de força. Portanto, não há discurso que não se relacione com outros. Um discurso sempre irá apontar para outros, que irão sustentá-lo, assim como sinaliza para dizeres futuros. Deve ser tratado como um estado do processo discursivo mais amplo, contínuo, sem começo absoluto ou ponto final. Nesse processo, através do mecanismo de antecipação, o sujeito tem a capacidade de se colocar no lugar de seu interlocutor, ouvindo suas próprias palavras, antecipando-se a ele quanto ao sentido que as palavras podem produzir. Assim sendo, de acordo com o efeito que deseja obter, o sujeito pode escolher o modo como conduzirá o *texto*. Esses mecanismos de funcionamento do discurso repousam no que chamamos de Formações Imaginárias (FI) – projeções que permitem passar das situações empíricas (os lugares dos sujeitos) para as posições dos sujeitos no discurso, como explica Orlandi (2001, p.39).

É dessa forma que sustentamos que análise de discurso oferece um ponto de vista conveniente para o estudo desse momento do “Circuito das Notícias”, pois entende a linguagem não como um simples suporte para a transmissão de informações, mas como o que permite construir e modificar as relações entre os interlocutores, seus enunciados e seus referentes (MAINGUENEAU, 2002, p.20). Nessa medida, a linguagem constitui e não apenas descreve aquilo que é por ela representado. Assim, também os discursos não podem ser considerados como objetivos. Efetivamente, eles fornecem apenas representações da realidade baseadas sobre ideias preconcebidas.

Sustentamos também que o discurso é uma forma de representar o conhecimento acerca de determinado tópico em determinado momento histórico. O discurso tem a ver com a produção de conhecimento através da língua, mas uma vez que todas as práticas sociais transmitem significados, e os significados moldam e influenciam o que fazemos, todas as práticas têm um aspecto discursivo (HALL, 1997, p.44).

Dessa forma, Formações Discursivas (FDs) autorizam o que deve e o que não deve ser dito em determinada configuração sócio-histórica e serão discutidas aqui no âmbito da relação entre o discurso histórico e jornalístico – parte importante dessa discussão já foi apresentada no item referente à matriz representacional hegemônica da questão agrária, no primeiro capítulo deste estudo. Assim, se pode considerar cada enunciado como um elo na cadeia de comunicação já que os enunciados são inerentemente intertextuais e constituídos por elementos de outros *textos*. Essa relação com o que é exterior, com o contexto de enunciação, e com o contexto sócio-histórico, mostra o *texto* em sua incompletude, diz Orlandi (1988, p.194). Quando, no próximo momento, trabalharmos no estudo da recepção e/ou das *leituras*, é importante levarmos em conta essa determinação.

O conceito de Formação Discursiva vem de Foucault. Ela é comumente definida como aquilo que pode e deve ser dito em oposição ao que não deve e não pode ser dito. Nesse sentido, uma observação importante para o trabalho com FDs vem de Jacks, Machado & Müller (2004, p.32), segundo elas, “para agarrar uma Formação Discursiva, o analista precisa trabalhar com algumas regras de formação, ou seja, com aquelas regras que definem como um mesmo sentido é construído por enunciados distintos”. Para Foucault, o discurso está constituído por Formações Discursivas e não discursivas, sendo estas últimas tratadas por Michel Pêcheux como Formações Ideológicas e/ou Formações Imaginárias. Nesse sentido o discurso materializa pensamento e sentimentos. O discurso é efeito de sentido e não apenas produtor de sentido. Conforme Jacks, Machado & Müller (2004, p.39) um discurso nunca se dá fora do contexto social, está sempre em relação com a exterioridade. Dessa forma ao analisar o discurso temos de partir da materialidade do mesmo (dos *textos*, por exemplo), e primeiro identificar as Formações Discursivas, apresentando em seguida um mapa de suas respectivas Formações Ideológicas para então, a partir delas, chegar às representações que esses discursos movimentam.

Sabemos que o jornalismo é uma narração do real mediada por sujeitos no exercício de suas subjetividades e que escolhas são permanentes em seu interior. Ainda assim, o leitor busca no jornalismo uma porta para o real. Dessa forma, o discurso jornalístico ao inscrever o modo de produção da linguagem na produção social geral, permite situar a notícia no interior de uma complexa rede produtiva que pode sim, para fins de sistematização, assumir a forma de um circuito, nesse caso do “Circuito das Notícias”.

Segundo Orlandi (1988, p.25; 2001, p.152), o discurso jornalístico é um discurso autoritário e de paráfrase. Pois, se usarmos como critério de observação a interação – troca de

papéis entre interlocutores – observamos que estes interagem pelo discurso mas não trocam de papel: a fonte, o jornalista e o leitor ocupam papéis fixos. Tal característica é facilmente verificável nos *textos* tomados para análise em nossa pesquisa. E, se analisarmos pelo critério da predominância entre polifonia ou paráfrase, podemos afirmar que, apesar da composição polifônica, o sentido do conjunto do discurso jornalístico tende para o mesmo, ou seja, para a paráfrase. Além disso, ao acrescentamos as condições de *produção* (industrial e lucrativa) do discurso da imprensa, podemos confirmar sua tendência ao tipo autoritário. Isso é o que podemos garimpar nos *textos* das matérias analisadas.

Complementando, Berger (2003, p.24) afirma que o primeiro tipo é de consenso, pois o discurso jornalístico é, acima de tudo, informativo. E, para localizarmos o segundo tipo, devemos buscar as marcas na notícia, considerando sua propriedade para descrever o tipo de discurso, como fixação do funcionamento da instituição jornalística que está a se estudar. Para reconhecer a especificidade do discurso do jornal em análise, ainda segundo Berger, devemos observar as formas pelas quais o jornal se enuncia, enuncia seus profissionais e seus destinatários. “Aqui perseguimos a subjetividade do jornal que, como tal, encontra-se no intervalo das notícias e às margens dos acontecimentos”.

Sendo assim, se o capital gira em torno do discurso e de quem tem as condições de elaboração do mesmo, é, também, fundamental reconhecer que a imprensa não produz apenas um tipo de discurso mas que convivem nela diferentes tendências e que as condições sociais e institucionais no interior de onde ele é produzido contribuem na definição do contorno ou na ênfase a um tipo.

Por isso o discurso jornalístico é híbrido e somente a observação do funcionamento do discurso de um jornal e suas condições de produção permitirá descrever o tipo informativo desse jornal e seu capital que, no entanto, estará inscrito nas características do discurso midiático: ele é público, institucionalizado e legitimado para as transmissões do saber cotidiano. É o discurso da atualidade com recursos estetizantes (BERGER, 2003, p.24).

Podemos inferir desse modo que, sem dúvida, o discurso jornalístico só existe porque seu conteúdo provém de outros lugares, já que ele é um discurso de mediação dos campos sociais. Mediação, no entanto, não é passagem de um lado para outro, mas lugar de *produção* e proposição de sentidos, e assim, construção de determinado registro histórico. É assim que, para Berger (2003, p.188), o discurso jornalístico, pode ser caracterizado como “duplamente polifônico (composto de muitas vozes) indicando um potencial polissêmico (possibilidades

plurais de sentido) que, no entanto, tende à paráfrase (ao mesmo), inscrevendo-se no tipo autoritário”. Por outro lado, a voz do receptor no discurso jornalístico também é plural, pois diferentes tipos de destinatários devem identificar-se na enunciação.

Portanto, o conceito de discurso com o qual trabalhamos é aquele defendido por Orlandi (1988, p. 180): de linguagem em interação. Desse ponto de vista, a linguagem é observada em relação às suas condições de *produção*, ou, dito de outra forma, é aquele em que se considera que a relação estabelecida pelos interlocutores, assim como o contexto, são constitutivos da significação do que se diz. Segundo essa perspectiva, embora de fato o momento da escrita de um *texto* e o momento de seu consumo sejam distintos, na escrita já está inscrito o receptor e, na *recepção*, o receptor interage com o autor do *texto*. “O *texto* é o lugar, o centro comum que se faz no processo de interação entre falante e ouvinte, autor e leitor”, diz a pesquisadora.

No “Circuito das Notícias” propomos estudar as condições em que se dá a *produção* do emissor e do receptor em momentos separados mas que se encontram em um ponto comum, o *texto*. Porém, não se pode esquecer do contexto já que esse contato entre jornalistas e leitores se dá também através de outras instâncias. E-mails, telefonemas, conversas pessoais em eventos ou, até mesmo, visitas à redação, para tratar de determinada matéria. Quer dizer, embora o *texto* seja o lugar oficial para esse encontro, o contato se dá também fora dele, e essa interação deve ser observada. Assim, a Análise do Discurso possibilita detectar o diálogo entre as práticas produtivas da equipe jornalística e o resultado do trabalho, tanto no veículo em si, quanto junto ao seu público, quando se chegar ao final da análise do processo. Por isso, que um dos objetivos desse trabalho é mapear as representações movimentadas nas notícias (*textos*), através do discurso de Zero Hora, sobre a questão agrária e o MST.

A Análise do Discurso apresenta um instrumental teórico capaz de conceber o discurso como efeito de sentidos entre interlocutores. Há, por conseguinte, nessa perspectiva uma edificação conjunta do social e do linguístico, colocando a história entre a palavra e o sentido. O discurso como já dissemos será entendido e tomado aqui como efeito de sentido demarcado pelas relações sociais entre classes na permanente disputa pelo poder e pelo poder dizer. Na AD nossa preocupação recai sobre o movimento de instauração de sentido, que exige compreender os modos de funcionamento de um discurso. Assim, o primeiro passo nesse tipo de análise é, conforme Benetti (2007, p.111), enxergar a existência (apenas operacional e pragmática) de duas camadas: a primeira, mais visível, é a camada discursiva; a segunda, só evidente quando aplicamos o método, é camada ideológica.

A autora recomenda ainda que comecemos sempre a análise a partir do próprio *texto* no movimento de identificação das Formações Discursivas (FDs), considerando que uma FD é uma espécie de região de sentidos, circunscrita por um limite interpretativo que exclui o que invalidaria aquele sentido – este segundo sentido por sua vez constituiria uma segunda FD. “No mapeamento dos sentidos, é preciso limitar o campo de interpretação aos ‘sentidos nucleares’, isto é, à reunião, em torno de uma FD de diversos pequenos significados que constroem e consolidam aquele sentido nuclear” (BENETTI, 2007, p.112). Assim existem tantas FDs quantos sentidos nucleares pudermos encontrar em um *texto*. Um sentido, porém, é determinado por uma configuração ideológica, que reside nessa espécie de segunda camada da estrutura do discurso. A lógica da AD nos diz que um sentido sempre vem representar aquilo que poderia ser dito, naquela conjuntura específica, por aqueles sujeitos em particular, instados ideologicamente a dizer uma coisa e não outra.

Segundo Benetti (2007, p.112), essa definição circular amarra a Formação Discursiva a uma Formação Ideológica, deduzindo que, daquela Formação Ideológica em particular, não poderia ser construído outro sentido que não aquele. Seguindo a definição clássica de Pêcheux (1995, p.160) chamaremos então de Formação Discursiva aquilo que, numa Formação Ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito. Indo, portanto, além da mera associação à classe social, a vinculação estrutural entre a Formação Ideológica e a Formação Discursiva permanece válida. Na Análise do Discurso, conseqüentemente, é preciso construir um quadro de FDs justificadas explicitamente pelos *textos* em análise. Conforme Benetti (2007, p.113) existem muitos modos de organizar e nomear as FDs, e cada pesquisador deve encontrar seu modo particular de trabalho. Em nosso caso, numeramos as Formações Discursivas (FD1, FD2, FD3 etc.) e as nomeamos indicando um sentido principal. Diz a autora,

O que fazemos é localizar as marcas discursivas do sentido rastreado, ressaltando as que o representam de modo significativo. Depois de identificar os principais sentidos e reuni-los em torno de Formações Discursivas mínimas, o pesquisador deve buscar, fora do âmbito do texto analisado, a constituição dos discursos ‘outros’ que atravessam o discurso jornalístico (BENETTI, 2007, p.113).

Isso nos leva a compreender as Formações Ideológicas que, existindo anterior ao objeto pesquisado, acabaram por determinar aquelas Formações Discursivas identificadas no *texto*. Seguindo as recomendações de Benetti (2007, p.113), para fins de procedimentos

metodológicos, chamaremos de Sequência Discursiva (SD) o trecho que arbitrariamente recortamos para análise. O objetivo aqui é demonstrar algumas SDs que suportam a Formação Discursiva – favorável, desfavorável, negociada para a questão agrária no discurso do jornal Zero Hora – e assim evidenciar as marcas discursivas de cada FD, ou seja, as expressões que constroem o caminho em direção ao sentido nuclear da FD. Dentro disso nosso procedimento será ordenado da seguinte forma: 1) Identificar no *texto* as Sequências Discursivas; 2) Apontar o sentido nuclear (negrito) de cada uma; 3) Agrupar as SDs conforme o seu sentido nuclear em cada matéria; 4) Evidenciar a Formação Discursiva a que elas pertencem; 5) Relacioná-las (as FDs) à Formação Ideológica (matriz representacional hegemônica) da questão agrária construída historicamente no Brasil; 6) Categorizá-las como favorável, desfavorável e/ou tensionada. Ou seja, como diz Benetti (2007, p.115) “no método de análise fazemos o caminho inverso do discurso: partimos do *texto* para o que lhe é anterior e exterior”. O resultado desse trabalho pode ser verificado no **Apêndice B**.

Conforme Berger (2003, p.12), o desafio do trabalho com a Análise do Discurso, passa pela elucidação da natureza da linguagem, o que serve fundamentalmente para compreensão dos campos sociais em ação permitindo que se possa acompanhar o percurso do “acontecimento acontecendo”, passando pela notícia publicada, até encontrar o consumo, a leitura e/ou a decodificação. As notícias sobre a cobertura da ocupação da Estância do Céu, em São Gabriel, tomadas como base para análise dos *textos* e das representações que eles movimentam acerca da questão agrária no jornal Zero Hora são exemplo de caso rotineiro de noticiabilidade do Movimento no referido jornal. Nesse sentido, partindo da identificação das Sequências Discursivas, juntamente com a observação de suas condições de *produção* é que procuramos dar a conhecer as representações do MST da e na ZH verificando, assim, como se dá a construção simbólica de um Movimento Social na grande imprensa. Cabe ressaltar que estas representações ainda encontrarão as leituras de integrantes do próprio Movimento no momento subsequente do “Circuito das Notícias” e como tal também serão analisadas.

Segundo Berger (2003, p.12), em sua pesquisa sobre o MST, tanto o Movimento quanto a ZH acabam por encontrarem-se no *texto* jornalístico. Para ela, portanto, “assim como a noção de campo quer esclarecer o Movimento Social e o jornalismo em seus contextos, a noção de discurso deve explicar a encenação dos signos em seu contexto”. Esse encontro, no entanto, não parece ser um encontro fortuito. Os dados a seguir atestam tal afirmação. A pauta questão agrária, e por consequência o MST, é recorrente nas páginas do impresso. Convém de imediato destacar que na Zero Hora a questão agrária remete diretamente ao Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem-terra. Ambas as designações para o jornal são indissociáveis. Na Zero Hora a questão agrária é uma questão única e exclusiva do MST. Tal associação praticada pelo jornal, ao mesmo tempo em que privilegia o Movimento como ator principal no tensionamento da questão agrária, diminui a problemática apenas a luta do MST. Implicitamente o jornal recomenda a seguinte leitura preferencial: isso é coisa do MST, logo você, “cidadão comum” não precisa se preocupar.

No manuseio do produto jornalístico “jornal Zero Hora”, parece flagrante, por essa e outras constatações, que o periódico acaba por montar para o leitor um guia, um itinerário que pretende dar conta do cotidiano e enquadrá-lo conforme uma lógica organizativa. Essa matriz organizativa, como podemos perceber, tem autorizado poucas variações na configuração geral do impresso, ao longo do tempo. Numa descrição mais detalhada, inspirada no trabalho de Berger (2003, p.60-62), podemos caracterizar nesse sentido o produto jornalístico jornal Zero Hora da seguinte forma: “sua estrutura continua fixa e sem muitas surpresas – o logotipo ao alto muda de cor no seu contorno para acompanhar o colorido das fotos”, mas geralmente é vermelho ou azul. Suas manchetes são duas: uma textual que confirma o que o último noticiário do dia anterior indicou como o acontecimento (manchete principal) e uma fotográfica que trata de outro assunto e/ou tema (manchete fotográfica principal). Além disso, quatro ou cinco chamadas acabam por completar a moldura do cartão de visitas da ZH. Na contracapa há pouco *texto*, duas manchetes fotográficas apresentam mais dois assuntos tratados na edição, junto com algumas pequenas chamadas, e a seção Para Falar com ZH mostra os contatos para assinaturas, da redação e para anunciantes. Há ainda impresso no canto superior esquerdo da página o horário de fechamento da edição.

O jornal pode ser desdobrado pelo leitor, pois conta, além de um Caderno Principal e um Segundo Caderno, com diversos outros Cadernos Especiais. No domingo, Dona ZH, Empregos & Oportunidades, TV+Show, Dinheiro e ZH Classificados; na segunda-feira, Global Tech, Meu Filho, e Esporte; na terça-feira, Casa & Cia, e Viagem; na quarta-feira, Digital, e Vestibular; na quinta-feira, Sobre Rodas; na sexta-feira, Kazuka, Gastronomia, e Campo & Lavoura; e, no sábado, Vida e Cultura. No dia-a-dia o jornal tem a seguinte sequência: inicia com pequenas notas numa página não assinada, chamada Informe Especial; contém junto à seção Palavra do Leitor, que apresenta trechos de cartas enviadas à redação do jornal, o índice, os resultados de uma enquete diária a respeito das notícias mais lidas: ZH Ontem; a seção ZH amanhã, que projeta, geralmente, o assunto principal de um dos cadernos encartado na próxima edição; a coluna Sobre ZH; o texto de um dos colunistas permanentes

do jornal etc. No domingo, consta ainda neste espaço a Carta do Editor, assinada pelo diretor de redação Ricardo Stefanelli, que ocupa atualmente o cargo que foi, até meados de 2008, de Marcelo Rech.

As páginas 4 e 5 são de Reportagem Especial (considerado um espaço nobre para exibir matérias com assuntos em destaque no noticiário dos últimos dias), sendo que de duas a cinco páginas são de Política Nacional. Na página 10, a colunista Rosane de Oliveira comenta a Política, principalmente estadual e municipal. Na sequência, vem as páginas de Editoriais (no seu rodapé o Expediente do jornal), de Opinião e a Coluna Brasília, com Ana Amélia Lemos. Depois da seção Pelo Rio Grande é a vez da Economia com até seis páginas; do Informe Econômico de Lurdete Ertel; e da página do Campo & Lavoura. Posteriormente, os Indicadores trazem informações numéricas sobre o mercado global de capitais como, por exemplo, a cotação do dólar e os índices de variação da bolsa de valores; e o Mundo que se resume em duas páginas e traz informações de agências internacionais como *EFE*, *Reuters*, *Ansa* etc.

A Geral, por sua vez, pode merecer até dez páginas e trata de todos os assuntos não enquadrados nas demais editorias. É o lugar do cotidiano, que incorpora a coluna Viva Melhor, as Publicações Legais, o Informe do Ensino e o Mapa do Tempo em uma página colorida que antecede a editoria de Polícia. A Polícia, por sua vez, ocupa de duas a três páginas. Sucede-a os Anúncios Fúnebres e Religiosos, e as seções TV Aberta, Filmes, Horóscopo e Cruzadas. Já o Esporte, é uma editoria privilegiada e pode ocupar até seis páginas. Conta com O Placar ZH e tem quatro colunistas fixos: Paulo Roberto Falcão, Mário Marcos de Souza e sua Bola Dividida, Wianey Carlet e Ruy Carlos Ostemann. Nas páginas seguintes aparecem o Almanaque Gaúcho com Olyr Zavaschi; e Há 30 Anos em ZH, que traz a memória do jornal e o que aconteceu naquele dia três décadas antes. O encerramento do jornal fica por conta do colunista Paulo Sant'Ana e suas polêmicas crônicas da vida.

Conforme Berger (2003, p. 61),

A Zero Hora oferece ao leitor um itinerário que pretende dar conta do cotidiano, facilitado pelas cartolas em corpo 18, claramente identificadas no alto da página, propiciando a opção de onde parar e ler e onde saltar para ir ao encontro do que interessa. Informe Especial, Palavra do Leitor, Reportagem Especial, Política, Página 10, Editoriais, Opinião, Economia, Campo & Lavoura, Indicadores, Mundo, Geral, Tempo, Polícia, Publicações Legais, Esportes, Almanaque Gaúcho, Há 30 anos em ZH. São estas as palavras chave para ingressar no mundo de Zero Hora, um mundo ordenado pela linguagem e hierarquizado por um gesto de interpretação da redação do que o leitor quer saber.

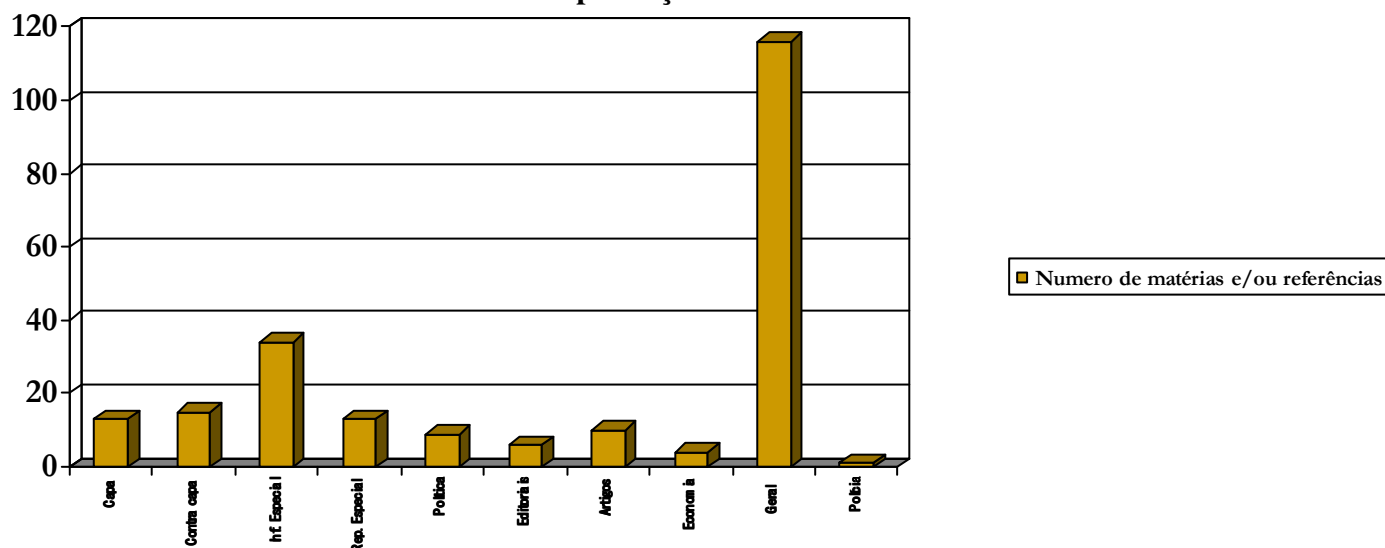
Dentro desse itinerário proposto por Zero Hora, a designação “questão agrária” parece ser a senha para o ingresso no mundo discursivamente construído pelo periódico para falar das questões relacionadas às ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra e do próprio MST. Ela sintetiza concretamente a intersecção entre os campos político (do MST) e midiático (da ZH). Partindo dessa consideração, através de um levantamento detalhado, tanto quantitativo quanto qualitativo, podemos demonstrar que a “questão agrária” e/ou as questões do MST, não são “questões menores” na Zero Hora. Em 2008 o tema foi recorrente no jornal, perpassando diversas seções e aparecendo, por vezes, até em Reportagens Especiais. Porém, ele tem tratamento preferencial na Editoria Geral. Apresentamos a seguir alguns dados extraídos de nosso acervo pessoal, que dão conta dessa intersecção.

Tabela 1 - Matérias referentes ao MST publicadas em Zero Hora em 2008

Seção/ Editoria	Número de ocorrências
Capa	13
Contracapa	15
Palavra do Leitor	34
Reportagens especiais	13
Política	09
Editoriais	06
Artigos	10
Economia	04
Geral	116
Polícia	01
Total	221

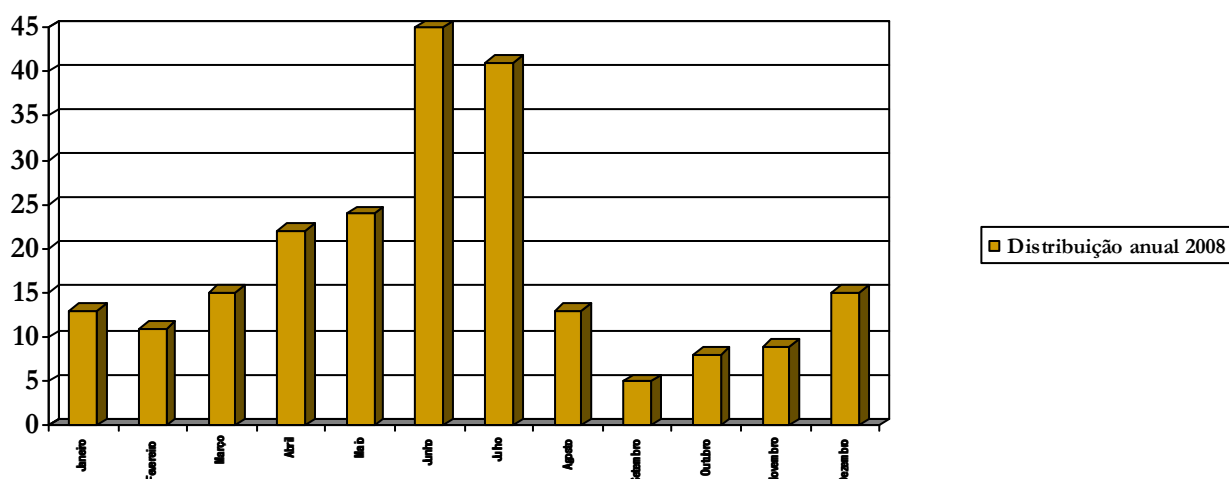
Ao todo foram 221 referências ao MST e à questão agrária no jornal Zero Hora no ano de 2008. Dividindo estas referências pelos 12 meses do período, temos 18,42 referências/mês. Ou seja, no mínimo, uma vez a cada dois dias o MST figurou nas páginas de Zero Hora nesse tempo. Desse total, em 28 oportunidades os fatos envolvendo o MST foram destacados na Capa ou na Contracapa do periódico, espaço privilegiado que para o jornal serve para chamar a atenção do leitor aos principais fatos do dia. Desse modo, por quase um mês o Movimento e suas ações figuraram no jornal como “fatos grandes”, merecedores de destaque em manchetes principais, manchetes fotográficas e/ou chamadas de capa. Em 2008 nos seus *textos*, para falar da questão agrária, a Zero Hora utilizou em suas páginas 68 mil palavras e/ou aproximadamente 352 mil caracteres.

Gráfico 1 - Distribuição das matérias referentes ao MST publicadas em Zero Hora em 2008 – por seção ou editoria



Diferentemente do que muitos poderiam imaginar, o maior número de referências ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra no jornal Zero Hora, em 2008, não ocorreu em Abril – mês que marca o tradicional período de mobilização do MST em nível nacional. Os meses campeões de referência foram Junho e Julho. Esse período foi marcado basicamente pela repercussão de algumas ações de “contra-ataque” realizadas pela Brigada Militar e pelo Ministério Público nos acampamentos do Movimento. Tais ações, além de ocuparem espaços generosos nos *textos* produzidos pelo jornal, principalmente na Editoria de Geral, mobilizaram um grande número de leitores que tiveram sua opinião publicada pelo veículo, na seção Palavra do Leitor – a maioria delas aplaudindo o “revide”. Diversos Artigos, uns exaltando as ações, outros repudiando-as, também foram divulgados nesse período. Além, é claro, dos Editoriais produzidos pelo Grupo RBS.

Gráfico 2 - Distribuição das matérias referentes ao MST publicadas em Zero Hora em 2008 – por mês /ou período



No entanto, para análise do momento *texto* no “Circuito das Notícias”, como já dissemos, foram selecionadas matérias publicadas pelo jornal Zero Hora no período de 12/04 a 21/05/2008. Esses *textos*, sim, todos vinculados diretamente à principal mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra em 2008 que, no Rio Grande do Sul, marcaram sua Jornada Nacional de Lutas. Os *textos* selecionados procuram ilustrar o movimento das representações efetivadas nas páginas do jornal Zero Hora acerca das ações do MST, que são apresentadas legitimando, rejeitando ou agenciando sentidos gestados em outros campos, ou vinculados a episódios históricos pretéritos, conforme descrito na matriz representacional hegemônica da questão agrária.

Tais *textos* se concentraram basicamente na Editoria Geral (12/04, 14/04, 15/04, 16/04, 19/04, 09/05, 19/05 e 20/05), refletindo a tendência dominante de tratamento dispensado pelo jornal à questão. No domingo 18/05/2008, no entanto, os *textos* assumem caráter de Reportagem Especial, saem da Editoria Geral e ocupam as páginas 4, 5 e 6 do jornal. No período, em quatro ocasiões os *textos* são destacados na Capa do jornal de Zero Hora – em 12/04 como manchete secundária; em 15/04 e 18/05 como manchete fotográfica principal; e em 09/05 como manchete principal. As demais ocorrências foram todas registradas na seção Palavra do Leitor da página 2 do jornal (28/04, 12/05, 13/05, 14/05, 15/05, 16/05 e 21/05).

Aqui cabe ainda uma constatação importante: para Zero Hora questões agrárias diferem de questões agrícolas e, portanto, merecem tratamento diferenciado. A primeira, como vimos, é enquadrada pelo jornal em sua Editoria Geral. Ela é sempre marcada e, direta ou indiretamente, envolve ações do MST – nelas o Movimento é sempre citado. A segunda é tratada num suplemento específico chamado Campo e Lavoura que circula uma vez por semana e/ou aparece atravessando seções como Economia e Política no jornal. O curioso é que mesmo o MST sendo descrito pelo jornal como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, na maioria de suas citações, ele parece não figurar e/ou compor o cenário do universo agrícola e rural composto por ZH em seu caderno especializado, já que, a organização jamais foi citada nesse suplemento. Não seria exagero, assim, afirmar que a senha para ingresso no universo agrícola e rural da Zero Hora é a posse física da terra – esse é um mundo de proprietários, portanto. Como o MST não atende tal pressuposto, para o jornal parece natural tratar o MST, os Sem-terra e a questão agrária noutra lugar, fora do rural e do agrícola, descolando o Movimento deste espaço e investindo na representação da organização como um problema social a ser tematizado na Editoria Geral.

A primeira matéria analisada depois da seleção dos *textos* foi publicada pelo jornal Zero Hora no sábado 12/04/2008. Apresentada na capa do jornal como manchete secundária ela enunciava a apreensão pela Brigada Militar de quatro ônibus do MST em São Gabriel. Chama a atenção nas Sequências Discursivas identificadas no *texto* a promoção do conflito e da tensão como fios condutores dos sentidos. De um lado, do lado da lei obviamente, tem-se a polícia como o agente institucionalizado responsável pela segurança pública, que “parou os veículos”, “revistou as pessoas”, “identificou todos”, “registrou ocorrência” e “liberou os passageiros” (SD1); do outro, os fora da lei, aqueles que “foram abordados” (SD2), que andavam em “transporte irregular” (SD3), que portavam “quatro foices e seis facões” e que tiveram seu “material apreendido” (SD4).

De acordo com o *texto*, quando a situação de descontrole causada pelos fora da lei “parecia controlada” outros ônibus “foram interceptados” (SD5), o que voltou a perturbar o ambiente. Porém, o “incidente” considerado mais “grave” pela polícia e tomado como verdadeiro na matéria foi a “incitação à resistência” promovida por uma integrante do MST que foi presa e levada até a delegacia (SD6). Em contraponto, o *texto* apresenta, no dizer de um dos integrantes do MST, “os objetivos” de um pretense encontro a ser realizado no município pelo Movimento (SD8) e na “luta pela desapropriação” (SD9) de duas fazendas em São Gabriel. Dessa forma, os sentidos que se sobressaem nesse primeiro *texto* analisado parecem todos ligados à seguinte Formação Discursiva: “O clima de tensão ronda mais uma vez a região de São Gabriel”. Essa FD posiciona os Sem-terra como “baderneiros ilegais”, movimentando representações favoráveis, no máximo tensionadas, em relação à matriz hegemônica que historicamente rege os sentidos da luta pela terra no Brasil.

O segundo *texto* selecionado também se filia à Formação Ideológica “baderneiros ilegais” e movimenta sentidos favoráveis à matriz representacional hegemônica. Ele foi publicado no dia 14/04/2008 e tem como Formação Discursiva que o identifica o seguinte trecho “Dois integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra (MST) foram presos em flagrante ontem, em São Gabriel”. Mais uma vez o discurso contido no texto do jornal põe em conflito os homens da lei que prendem e os homens fora da lei que “são presos”, em “flagrante” ainda por “porte ilegal de munição de arma de fogo” (SD10).

No dia 15/04/2008 outro *texto* é publicado. Ele também é apresentado na capa do jornal, dessa vez como manchete fotográfica principal. Trata da entrada dos Sem-terra na Fazenda Southall, resume-se na Formação Discursiva “Abril vermelho em São Gabriel” e movimenta uma representação tensionada em relação à matriz hegemônica. Dessa vez, porém,

essa tensão deriva da Formação Imaginária distinta, mas complementar a anterior do “direito sagrado de propriedade”, que pode ser ilustrada pela SD11 e SD12 “Depois de cinco ameaças, o MST invadiu da Fazenda Southall, em ação que faz parte de ofensiva nacional do movimento”; e SD13 “A ação integra o Abril Vermelho, uma mobilização nacional que lembra o aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás”. Aqui, apesar de se manter o clima de conflito, flagrante pelo emprego do vocábulo “ameaças”, garante-se o tensionamento da matriz representacional hegemônica ao se contextualizar a ação, relacionado-a a um episódio pretérito e às demais mobilizações promovidas pelo MST no País. No entanto, elementos presentes nessas SDs, podem mais uma vez comprometer os dizeres com sentidos dominantes. O primeiro deles diz respeito à designação “Abril Vermelho”. Lembramos que, para o MST, essa designação, embora extraída do discurso de um de seus coordenadores não é oficial. O nome dado oficialmente pelo Movimento a esse conjunto de ações que acontecem rotineiramente no mês de abril é “Jornada Nacional de Lutas”. O outro diz respeito ao emprego do termo “invasão” que aqui aparece pela primeira vez nos *textos* do jornal Zero Hora selecionados para análise.

Conforme Jacks, Machado & Müller (2004, p.61), grosso modo “invadir” significa tomar à força, ocupar violentamente, obrigar alguém a aceitar a sua presença e as suas regras. A palavra invasão tem uma conotação agressiva, bélica e transgressora, pois é praticamente impossível invadir sem violência. Invadir também supõe que no outro extremo existe alguém mais débil, desfavorecido, fragilizado e impotente. A invasão é uma imposição, uma violação à autonomia, uma negação da liberdade. Para quem sofre a invasão, o invasor é um inimigo que perturba a ordem natural das coisas. Quem sofre a invasão vê seu poder subitamente suprimido – “antes detentor do território, agora em desvantagem; antes no comando, agora sobre o risco de ser comandado”. Instintivamente o invadido toma a posição de alguém que deve obrigatoriamente defender seu território. O *texto* do dia 15/04/2008 marca ainda o aparecimento de um outro ator interessado na questão agrária e que como veremos terá papel fundamental no desenvolvimento cronológico dos acontecimentos retratados nos *textos*. O Juíz e o sistema judiciário. Como aponta a SD14 é ele, o Juíz, quem determina o prazo para saída dos Sem-terra da área, atendendo a um pedido do proprietário da terra – “os invasores terão de deixar a fazenda de forma espontânea até às 10 horas de sexta-feira”.

Presença garantida, mais uma vez o aparato policial do Estado também figura entre os agentes retratados no *texto*, desta vez como observador (SD16), como guardião das leis, já que promete “respeito ao prazo legal” determinado pela justiça (SD17) e como guardião da

propriedade privada, pois se compromete a permanecer em “alerta” para “evitar que novos invasores entrem na área”. Porém, o papel que mais chama a atenção no episódio é a afirmação contida na SD20 “a BM já afirmou que punirá os ocupantes pelos crimes de invasão e dano à propriedade privada” e na SD21 “Todos os invasores serão identificados e presos”. Identificar os manifestantes e indiciá-los por possíveis crimes parece ser sim o papel da Brigada Militar, agora puni-los e prendê-los por crimes que nem se sabe ainda se eles cometeram denota um certo exagero e excede a competência do agente policial. Nos dizeres dos Sem-terra, eles negam as acusações e justificam rapidamente suas ações pela cobrança de “rapidez nos assentamentos” (SD22 e SD23). Já a SD24, SD25 e SD26 são reservadas às falas dos ruralistas que prometem realizar protestos em contraponto e cobrar a “reintegração de posse” no prazo estipulado pela justiça.

No próximo *texto*, uma matéria publicada no dia 16/05/2008, especula sobre uma possível saída do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra da fazenda antes do prazo dado pela justiça. Mesmo o MST refutando tal possibilidade, o que fica explícito na SD31, ao admitir que não existe acordo nem em relação ao cumprimento da ordem judicial, pois “a saída dependerá da decisão que será tomada por quem está no acampamento”, seu dizer é neutralizado pelos argumentos do ouvidor agrário do Estado presentes nas SDs 28, 29 e 30 “ele informou que teria sido feito um acordo entre as partes”. Nesse *texto* a Formação Discursiva também estaria condicionada a uma Formação Ideológica que estabelece o “direito sagrado à propriedade” movimentando uma representação tensionada em relação à matriz hegemônica.

O *texto* do dia 17/04/2008 foi extraído da seção Editoriais e é, nada mais nada menos, do que a posição oficial do jornal Zero Hora em relação à principal estratégia de pressão utilizada pelo MST desde seu surgimento. “Estratégia improdutiva” é a Formação Discursiva indicial que liga os discursos e as representações aí movimentadas à Formação Ideológica e/ou Imaginária de “baderneiro ilegal” e à matriz representacional hegemônica da questão agrária de uma maneira favorável. Tal constatação tem base nas Sequências Discursivas SD33 que diz que mais uma vez os militantes do MST “estão nas ruas, pelas mesmas razões e com o mesmo tipo de manifestação”; e SD34 que aponta que a “tática usada pelos Sem-terra para alcançá-las é rejeitada pela maior parte dos brasileiros porque fere a lei e a ordem”. Conforme os dados levantados na descrição da matriz representacional hegemônica da questão agrária, as razões que impulsionam a luta pela terra no Brasil não mudaram, talvez por isso elas continuam se repetindo, assim como não mudaram as formas de elas serem

discursivizadas. Ferir lei e ordem, desse modo, é uma acusação recorrente, quase naturalizada, em relação à luta pela terra no País.

A SD35 segue na mesma linha e indaga o porquê de as “ocupações de propriedades”, dos “bloqueios de rodovias” e “invasões em prédios públicos” continuarem a existir, “se os canais institucionais seguem abertos para negociações”. Na SD36 o Movimento é acusado de ser “anacrônico e incompatível com a nova realidade do campo” e o governo ironicamente desqualificado como “preparado para o trato da questão fundiária”. Já as SDs 37, 38 e 39 tratam da diminuição dos conflitos no campo ao mesmo tempo que o “litígio por terras continua irresolvido”. “Manifestações se mostram mais numerosas, mais barulhentas e menos preocupadas com a lei, a ordem e direitos inalienáveis como o de propriedade e o de ir-e-vir” é o que aponta a SD41, e uma recomendação explícita encerra o *texto* com a SD44 “bem que os sem-terra podiam encontrar estratégias mais produtivas para levar adiante seus pleitos, buscando o caminho do pragmatismo e do diálogo consequente”.

Assim, parece evidente que o funcionamento discursivo acima materializa linguisticamente a imagem de que o MST não preza o diálogo com a lei, dificultando assim a construção de uma nação civilizada e pacífica. As construções linguísticas presentes nas SDs indicam que o sujeito desse discurso condena a desobediência civil e o desrespeito à Constituição, esqueleto da identidade nacional. Ao promover essa narrativa, o lugar social reservado aos Sem-terra mais uma vez remete à ilegalidade, desviando o sentido original de resistência como qualidade daquele que não se deixa dominar, não aceita nem concorda com algo e luta contra certa ordem de injustiça já estabelecida.

A matéria publicada no dia 19/04/2008 trata da saída do MST da Fazenda Southall. De maneira coerente com a terminologia utilizada para a entrada (quando entra o MST invade) o jornal utiliza o termo “deixa” para falar da saída do Movimento do local. “Depois de dias de tensão um fim pacífico” é a senha que indica a vinculação do *texto* a uma Formação Discursiva análoga àquela descrita na entrada do MST na fazenda. Essa também remete à Formação Ideológica do “direito sagrado de propriedade” e pode ser ilustrada pelos trechos das Sequências Discursivas SD45 “o grupo saiu em cinco ônibus”; SD46 “A polícia apenas acompanhou a retirada e não identificou nenhum dos invasores como exigiam os ruralistas”, e SD47 “os manifestantes começaram a deixar a fazenda, depois de aceitas as condições”. Porém a SD48, trata de mais um crime potencialmente cometido pelos Sem-terra, além da “invasão” propriamente dita, a depredação da fazenda. “Temos respeito com movimento social, mas não podemos compactuar com atos de banditismo e crueldade”. Aqui,

mais uma vez os discursos são arranjados de maneira favorável à matriz representacional hegemonicamente construída para a questão agrária. Ao exaltar os crimes potencialmente cometidos pelas Sem-terra, acaba por se apagar os crimes de que eles são vítimas, como a desigualdade social e a exclusão.

Em 28/04/2008 dois dos *textos* publicados na Zero Hora foram selecionados para análise. O primeiro trata-se de uma nota curta oriunda da seção Palavra do Leitor. O segundo, mais uma vez do espaço oficialmente institucionalizado como de opinião do jornal, o Editorial. No primeiro caso a Formação Discursiva “Basta de MST” remete diretamente à Formação Ideológica de “baderneiro ilegal”. As SDs 50 e 51 apresentam duas colaborações de *leitores* que o jornal toma para si ao enunciá-las em suas páginas. A pergunta feita na SD50 é “Até quando iremos conviver com desordeiros impunes?” Ela é literalmente idêntica à Formação Ideológica que indicamos e que depois é complementada pela acusação “Estes criminosos só conhecem a utilidade de uma enxada para bater na cabeça de brigadianos”. Na SD51, os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra são acusados de “meliantes travestidos de integrantes de movimentos sociais”. Segundo o *texto* “Cabe aos responsáveis pela lei e ordem fazê-los cumpri-la e não justificar suas transgressões”.

No segundo *texto* publicado no dia 28/04/2008 a Formação Discursiva “invasão e Estado de Direito” mais uma vez remete à Formação Ideológica do “direito sagrado à propriedade” e movimenta sentidos claramente favoráveis à matriz hegemônica de representação. Aqui, como demonstrado nas Sequências Discursivas identificadas os agentes do discurso se aproveitam do dizer de outros campos, especialmente o jurídico, para embasar suas considerações. A SD52 confirma o que disse o presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro Gilmar Mendes, que “condenou as invasões cometidas por grupos de protesto e movimentos sociais”. Na SD53 ele afirma ainda que “tais atos colocavam perigosamente seus autores na fronteira da legalidade”, quase que decretando judicialmente a não legalidade das ações reivindicatórias do MST.

A reiteração dos fatos, conforme a SD55, não advém da falta de resolução dos problemas sociais que acarretam tais questionamentos, mas da demasiada “tolerância” do Estado de Direito constituído, o que precisa acabar. “A ordem jurídica não pode ser atropelada, nem devem os excessos ser ignorados e desprezados” (SD56). Segundo o dizer do ministro, a “omissão diante da ilegalidade ou a tolerância diante das anormalidades funciona como a incorporação do patológico na nossa mente”. Já no dizer do jornal “o patológico, o doentio, é tanto a agressão à lei e aos direitos de terceiros, quanto a falta de ação oficial contra

tal agressão” (SD57). Os discursos aqui ilustrados pelas referidas Sequências Discursivas, claramente repetem os mesmos argumentos historicamente relacionados à matriz hegemônica de representação da questão agrária. Poderiam eles seguramente estar vinculados a qualquer episódio pretérito de luta pela terra, já que, parecem repetir argumentos idênticos àqueles dos discursos acerca do Contestado e das Ligas Camponesas, por exemplo.

No dia 09/05/2008 o *texto* “Brigada surpreende o MST em São Gabriel” é o principal assunto do jornal e assume o caráter de manchete principal do veículo em questão. Ele, mais uma vez, posiciona no centro dos acontecimentos que envolvem a questão agrária o aparato policial do Estado. Elege a polícia como interlocutora entre o Sem-terra e a terra e transfere a luta pela terra de um plano social para um plano jurídico/ criminal. Tais afirmações encontram base nas Sequências Discursivas identificadas no *texto*. Já na SD59 fica claro que os Sem-terra “foram alvos da mesma tática que costumam adotar: o fator surpresa”. Uma operação de guerra foi montada para revistar e prender os meliantes. Eram 765 policiais, helicóptero, computadores, ônibus, viaturas, e cães farejadores. No final foram apreendidos “nove coquetéis Molotov, 81 foices, 16 facões e 19 escudos de madeira. Detidas cinco pessoas e identificadas 694”. Sem contar que conforme a SD61 “Em represália, o movimento promoveu bloqueios em 10 pontos de rodovias no Estado”.

Um dos questionamentos que emerge a partir dos sentidos movimentados nesse texto é de quem mesmo foi a represália? Do MST que não cogitava ser revistado no seu acampamento ou da Brigada Militar que tinha deixado explícito o desejo de revistar todos já na saída da Fazenda Southall? A SD63 indica que essa será a “nova estratégia da Brigada Militar para enfrentar as invasões de terra” e que a ofensiva foi necessária para “restabelecer a ordem pública na região”. Da SD64 até a SD72 os procedimentos realizados pela polícia no local são detalhados. Na SD73 é apresentado o chamado “saldo da operação” e na SD74 a reação dos Sem-terra. Essas Sequências Discursivas remetem à Formação Discursiva “Nova tática contra o MST” e junto com ela a Formação Ideológica de “baderneiros ilegais” e uma representação favorável à matriz hegemônica. Elas posicionam claramente o bem contra o mal, potencializando o aspecto conflitivo que sempre acompanhou a questão da terra ao longo dos tempos. Além disso, imprimem a ideia, até certo ponto inédita, que agora o MST vai “provar do próprio veneno”, fato que como veremos na sequência é muito aplaudido pelos leitores que enviaram contribuições ao jornal nesse período.

Os *textos* publicados a seguir, nos dias 12/05, 13/05, 14/05, 15/05 e 16/05/2008 são todos oriundos da seção Palavra do Leitor. Claramente, além de pretensamente refletir a

opinião dos *leitores* do jornal, eles têm a função de manter na agenda o debate sobre a questão agrária, preparando o terreno para as matérias depois publicadas. As Formações Discursivas identificadas, junto com as Sequências Discursivas que as ilustram, parecem todas, unanimemente, estar filiadas à mesma Formação Imaginária “baderneiros ilegais”, que se apóia, como já visto, numa representação tendencial favorável à matriz representacional hegemônica que historicamente acompanha a questão da terra. Mesmo não admitindo, talvez seja exclusivamente com esses leitores que o jornal se preocupa ao discursivizar a questão da terra e o MST em suas páginas, os quais, obviamente representam apenas uma parcela dos leitores do veículo.

As Formações Discursivas antes referidas são identificáveis pelos termos “BM X MST”, “Lei e ordem”, “Indenizações x invasões”, “Haja dinheiro” e “Ordem e progresso” e as Sequências Discursivas que as indicam são as seguintes: SD75 que fala “O antigo truque do MST, o fator surpresa, foi utilizado desta vez pela Brigada Militar”, que “parabeniza a BM”, que aponta que “a ação da BM foi “organizada e sem violência”, que “apóia a tática” e diz que “a população agradece”; a SD76 que “considera a reação dos integrantes do MST “um tiro no pé” e deseja que “as fichas do BOE acabem na mesa da governadora para dar início ao processo de reforma agrária no Estado”; a SD77 que diz que “finalmente o Estado resolveu mostrar que é capaz de tratar bandido como bandido”; a SD78 que solicita que as operação da BM nesse sentido sejam “feitas com regularidade e em todos os acampamentos do MST”; a SD79 que lembra que “até que enfim o Tribunal determinou que o governo indenize os proprietários por prejuízos decorrentes de uma invasão do MST”. Também, a SD80 que fala em “recuperar a paz e a ordem no Estado” e diz que “estamos cansados de tanta baderna”; a SD81 que aponta o poder público como “financiador do terrorismo rural” e da “caixinha do MST, um grupo político travestido de movimento social”; e a SD82 que sentencia “o trabalho da BM em São Gabriel, surpreendendo o MST, merece elogios”.

Na seqüência das análises tomamos a edição dominical 15.602 do jornal Zero Hora. Ela tem por característica ser uma edição mais “revistada”, com *textos* mais longos e melhor trabalhados editorialmente, já que se presume que nos finais de semana as pessoas tenham mais tempo para ler o jornal. No domingo 18/05/2008 a “revista” Zero Hora apresenta como manchete principal estampada em sua capa um conjunto de *textos* identificados pela expressão “Diários secretos do MST”. São três matérias identificadas pelas Formações Discursivas “Cadernos de luta do MST”, “Vandalismo na fazenda invadida” e “Polícia investiga a ação de milícias”, todas elas facilmente relacionáveis à Formação Ideológica e/ou

Imaginária “baderneiros ilegais” e inegavelmente mobilizadoras de sentidos favoráveis à matriz representacional hegemônica da questão agrária. Esse conjunto de *textos* assume o caráter de “prestação de contas” da ação realizada pela Brigada Militar dez dias antes e se baseia exclusivamente no relatório da operação montado pela polícia e repassado para o ouvidor agrário estadual. Uma verdadeira aula de apuração falha em jornalismo e de dependência flagrante a fontes oficiais para construção dos dizeres.

No primeiro dos três *textos*, a SD83 aponta que os cadernos apreendidos pela Brigada Militar em São Gabriel revelam uma “rotina militarizada dos Sem-terra”. Como sabemos, organizações não oficiais com rotina militarizada, na América Latina, são sinônimo de guerrilha e guerrilha, também para o caso latino-americano, vincula-se por aproximação ao terrorismo e ao combate ao terrorismo, “moda” que pegou em nosso tempo. O rótulo que o referido *texto* busca imprimir nos Sem-terra é: cuidado, os “baderneiros ilegais” podem se transformar, ou já se transformaram, em “guerrilheiros terroristas”. Esse parece ser o referencial que atravessa diagonalmente os três *textos* desse conjunto.

As Sequências Discursivas posteriores SD84 e SD85 resgatam, a título de contextualização, a operação e o “saldo” da operação realizada pela Brigada Militar. Mesmo que tenham sido apreendidos diversos “utensílios” na ação, conforme a SD86 e diferente do que fora afirmado antes, o que mais chamou a atenção foram quatro cadernos. “Preenchidos a caneta, eles se dividem entre diários e atas que relatam o cotidiano dos acampados. São um misto de orientação dos líderes aos militantes e resumo das discussões internas”. Conforme a SD87, foi a leitura desses cadernos, e apenas a leitura deles, que embasam as considerações impressas na matéria. A SD88 aponta a utilização de termos e rotinas militares para o gerenciamento dos acampamentos como a “organização de rondas de vigilância”. Na SD90 são descritas “noções de como os acampados podem resistir à desocupação das terras” e de “como podem driblar a fiscalização”. As SDs posteriores apresentam os principais trechos dos cadernos: SD91 “Como arregimentar apoio”; SD92 “Respostas padrão”; SD93 “Quem tira guarda”; SD94 “Controle do insólito”; SD95 “Pedras, trincheiras e bombas”; SD96 “Desavenças e punições”; SD97 “Divisão de classes”; SD98 “Lucro com bebidas”; SD99 “Uma invasão”. SD100 “Escolha de alvos”; e SD101 “Medo de flagrante”

Nesse *texto* verifica-se, portanto, a mesma tentativa de criminalizar o Movimento, ainda que agora existam outros significantes. Chama a atenção a rede encadeada pelos indícios “clandestinamente e segredo”; todos eles significam o perigo e ameaça de uma organização subterrânea e oculta, que não se mostra inteiramente. Sociedade secreta sempre

esteve associada a uma atividade restrita a poucos, sem finalidade coletiva ou compromissada com o coletivo. Estrutura cujos objetivos são conhecidos apenas por seus integrantes e não podem ser partilhados às claras. Dessa forma, o efeito de sentido que se concretiza aqui, promovendo reatualizações e retomadas, consolida a imagem negativa do MST. Além disso, o sujeito edifica a noção de marginalidade (e até mesmo ilegalidade), posto que muitas organizações secretas têm seus objetivos e integrantes anonimamente agindo de maneira escusa em atentados à ordem “democrática”.

No segundo *texto* do conjunto, mais uma acusação: na Estância do Céu, o Movimento – “que reclama de exageros da polícia” – teria deixado “um rastro de depredação”. Também nesse caso as SDs iniciais procuram resgatar o contexto e os fatos transcorridos dias atrás – já havia se passado um mês da saída dos Sem-terra da Fazenda Southall – mas acabam por recontar e resignificar os acontecimentos lá transcorridos. As SDS102 e 103 relembram que a “desocupação” foi pacífica, mas as “marcas de vandalismo e atrocidades difíceis de esquecer”. As SDs 104 e 105 falam das “atrocidades” cometidas: “animais mortos”; “fezes espalhadas”; “janelas quebradas”; “paredes pichadas”; “estacas de madeira cravadas no solo”; “uma versão gigante do coquetel molotov” etc. O fato de esses elementos não terem sido explorados no contexto original das ações causa uma certa estranheza. O que também causa estranheza é o emprego do termo “desocupação” para se referir a saídas dos Sem-terra da Fazenda Southall, pois, quando entram os Sem-terra “invadem” e quando saem “desocupam”.

O último *texto* do conjunto publicado no dia 18/05/2008 trata, para fechar a questão, de supostas denúncias da “existência de uma milícia ligada ao MST”. Para tanto, a matéria resgata episódios pretéritos, que não possuem relação direta uns com os outros, a não ser pela citação do MST nos inquéritos que investigam as ações, para montar o cenário de atuação da possível guerrilha. Na SD 109 é citado um caso de 2003 ocorrido em Júlio de Castilhos; na SD 110, um caso de São Jerônimo em 2002; e na SD111 um caso de Jóia em 2001. As SDs 112, 113, 114 e 115, por sua vez, introduzem um novo assunto que, aparentemente, não tem relação com os demais. Somente nesse momento a voz dos Sem-terra e de alguns de seus apoiadores é detectada. Na SD112 os “Sem-terra dizem que BM agrediu”; na SD113 “a BM usou balas de borracha”; na SD114 “mais de 50 mulheres ficaram feridas por tiros e golpes de cassetete”; e na SD 115 o episódio da revista é comparado a “um campo de concentração”.

No dia seguinte, 19/05/2008, outro *texto* é apresentado com o mesmo intuito de “prestar contas” aos leitores das ações da Brigada Militar em São Gabriel. Ele trata do

levantamento feito a partir da operação de revista no acampamento do MST em São Gabriel e mostra que “168 invasores têm antecedentes criminais”, ou seja, “um em cada quatro Sem-terra envolvidos na invasão das fazendas de Alfredo Southall, tem antecedentes policiais e foi apontado na Polícia Civil como suspeito de ter praticado algum crime” (SD116). Nele a Formação Ideológica e/ou imaginária que orienta a composição dos sentidos postos em circulação também é a de “baderneiros ilegais”. Esses sentidos podem então ser classificados como favoráveis à matriz de representação hegemônica que historicamente caracteriza a questão agrária no Brasil.

Na matéria, as SDs 117, 118 e 119 recontam a estória da entrada e saída do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra na Fazenda Southall e da “revista surpresa” com “mandado judicial” em seu acampamento dias depois. Já as SDs 120, 121 e 122 apresentam o resultado, a contabilidade da ação: “168 tinham antecedentes policiais. A maior parte por lesões corporais e ou ameaça, mas os delitos detectados incluem furtos, receptação e arrombamentos” (SD120 e 124); “Um era foragido da Justiça” (SD121); ao todo “25% de antecedentes policiais entre os participantes da invasão” (SD122). Conforme a SD123 “estes suspeitos de delitos talvez sejam pessoas de outro extrato social, que vão aos acampamentos do MST sem saber direito o que os espera”. Desse modo, ao revelar os possíveis crimes cometidos pelos integrantes do MST, o discurso mais uma vez silencia os crimes de que eles são vítimas. Colocando-os na posição de agentes criminosos, causas do mal, donos da agressão, apaga-se a violência que eles sofrem e encobre-se o sofrimento que lhes é impresso no cotidiano da miséria e da exclusão.

O *texto* do dia 20/05/2008 parece tentar liquidar com a polêmica em torno da Estância do Céu em São Gabriel. Apoiado numa decisão da justiça federal ele anuncia: “Justiça proíbe a desapropriação da Fazenda Southall”. Trabalhando no entorno da Formação Discursiva “Decisão foi baseada no fato de a terra ser considerada produtiva”, a matéria movimenta sentidos derivados da Formação Ideológica do “direito sagrado à propriedade” e também se vincula de maneira favorável à matriz hegemônica de representação da questão agrária. Conforme a SD125 é a justiça quem define que “a Fazenda Southall, em São Gabriel, não poderá ser desapropriada”, contrariando até mesmo os pareceres dos canais institucionais competentes, no caso do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Segundo o juiz, na SD126, “basta a terra ser produtiva para se livrar da desapropriação, sem a necessidade de a propriedade cumprir funções sociais”. Diz ele que “o cumprimento da Constituição coloca a salvo o imóvel”. Na SD129 o Incra, por meio da assessoria de

imprensa, disse que “a decisão judicial será analisada antes de qualquer novo procedimento”. Já o MST informou que “não tinha conhecimento da sentença”. Com esse episódio se conclui oficialmente o processo de blindagem em torno da Estância do Céu, uma fazenda de 13 mil hectares capaz de suportar, conforme o MST, o assentamento de 600 famílias de Sem-terras. O fato curioso é que meses mais tarde, no dia 08/11/2008 o mesmo jornal anuncia “Polêmica em São Gabriel: Terra símbolo para os ruralistas vai virar assentamento”. No dia anterior o Incra acabara de anunciar a compra de quase 40% da área, aproximadamente 5 mil hectares, por R\$ 31 milhões, onde a previsão é assentar 330 famílias de colonos Sem-terra.

O último *texto* da série foi publicado no dia 21/05/2008 na seção Palavra do Leitor e pode ser caracterizado pela Formação Discursiva “invasores fichados” que, por sua vez, remete à Formação Imaginária “baderneiros ilegais” e também movimentada sentidos favoráveis à matriz de representação hegemônica da questão agrária. A única Sequência Discursiva que compõe o *texto*, a SD131, repete os argumentos do dia anterior “25% dos participantes tem antecedentes criminais” agregando que é “por essas e outras é que esse movimento está cada vez mais desacreditado e deve ser tratado pela Brigada Militar como merece quando transgride as leis”.

Num balanço geral da análise das notícias no momento *texto* do “Circuito das Notícias”, identificamos que predominantemente o jornal Zero Hora (ZH) retrata o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), suas ações e seus integrantes de modo desfavorável. Ou seja, de modo favorável à matriz representacional hegemônica que historicamente perpassa o tratamento das questões relacionadas à posse da terra. Esse tratamento está ligado à complexa relação estabelecida entre o campo político aqui representado pelo MST e o campo jornalístico caracterizado por Zero Hora. O jornalismo aqui produzido a partir de um fato objetivo, a ocupação e desocupação da Fazenda Southall, mostra que o discurso sobre os Sem-terra e sobre a questão agrária no Rio Grande do Sul deriva de valores históricos e culturais.

Tal consideração encontra base no fato de ser o termo “invasão, invasores e/ou invadir” recorrente nos *textos* analisados. Ele aparece nas matérias publicadas em 15/04, 16/04, 18/05 e 19/05. O *texto* do dia 19/05, por exemplo, tem como título “Levantamento mostra que 168 invasores têm antecedentes”. Dessa forma, o discurso jornalístico de Zero Hora parece trazer, alimentar e preservar os sentidos de rivalidade e divergência em relação aos Sem-terra e ao MST. Esse sentido atravessa diagonalmente os *textos*. Ainda que o tom informativo seja predominante em muitos casos, encontramos no *texto* um sentido

desfavorável que permite cometer essa transgressão. Nos *textos* de Zero Hora, portanto, se recompõe o sentido da invasão enfatizando uma espécie de violência simbólica que converte os Sem-terra em perigosos antagonistas. Os Sem-terra são vistos como indivíduos que vêm causar transtornos na organização do lugar.

Posto em uma posição de sujeito responsável pelo discurso em questão e agregando o fato de que fala deste lugar, o jornal acaba reforçando a ideia de invasão com argumentos que passam por alto pelo compromisso ético do jornalismo de não ofender e não discriminar ninguém. O jornal parece não compreender a complexidade dos sentidos que carrega o termo invasão além de não ter consciência do poder que lhe é delegado pelo ato aparentemente simples de nomear. Em relação à palavra invasão, parece claro dessa forma que o jornal se ampara numa ideia considerada consensual: de que os Sem-terra são invasores por natureza que tentam derrubar não só as fronteiras físicas de uma propriedade, mas também as fronteiras imaginárias que se movem em torno das diferenças sociais e culturais. Já, no caso dos membros do MST, a relação entre os interesses pessoais de quem emite uma opinião e a sua opinião, quando ela aparece, constrói uma estratégia discursiva que ajuda a pôr sob suspeita a autoridade e legitimidade dessa fala.

No caso das ações acerca da Fazenda Southall, parece óbvio que o jornal não criou tais fatos e, de certa forma apenas retratou os acontecimentos. Mas o modo como ele retratou esses acontecimentos é sempre o que acaba por constituir a força de seu discurso. A seleção das palavras, as estratégias de edição, a instituição de termos constituem um tipo de discurso que não só descreve a realidade, mas que cria um efeito de sentido – que lhe é num primeiro momento exterior, mas que em seguida passa a constituí-lo e que depois de naturalizado parece que sempre fez parte desse discurso. Somando-se a isso o caráter opinativo de alguns *textos*, podemos dizer que o jornalismo de Zero Hora nos oferece um grande marco segundo o qual devemos ler os fatos relacionados aos Sem-terra e à questão agrária. Nesse sentido o discurso jornalístico contribui para reafirmar, reforçar e reconstruir uma matriz representacional hegemônica que há muito tempo está colada ao tratamento da questão agrária no Brasil. O discurso jornalístico de Zero Hora sobre o MST e suas ações traz consigo ideias preconcebidas que circulam num sentido comum, prestando a estas ideias seu ideal de objetividade o que lhes confere a um status de verdade.

Projetando o próximo momento do “Circuito das Notícias”, as *leituras*, de acordo com Hall (2003), temos de prestar muita atenção no *texto* já que ele é um fator delimitador da decodificação. Segundo o autor, é a partir do *texto* que a codificação é efetivada e que

preferências de leitura são apresentadas ao receptor. Assim sendo, os sentidos preferenciais do *texto* trazem as práticas e as crenças que este objetiva apresentar que, quase sempre, é a ordem dominante institucionalizada. Como a Análise do Discurso, os estudos culturais nos ensinam que os sentidos são constituídos quando atuam sobre eles as percepções do receptor, não existindo, assim, a possibilidade de uma única interpretação. Os *textos* jornalísticos são altamente complexos, e no máximo o que pode pretender o jornal é indicar um sentido de leitura preferencial. O que ocorre no processo de construção desses sentidos é um embate em torno das mediações que atravessam o discurso, incluindo aí a cultura e o conhecimento de cada sujeito envolvido no processo.

A mediação feita pelo jornal Zero Hora, um agente autorizado que implicitamente é conhecedor da verdade e o acordo tácito entre os sujeitos desse discurso (o jornalista e o leitor) é um filtro de grande importância na construção dos sentidos, pois uma das presunções dessa interlocução é que o jornal está narrando um fato que conhece melhor que o *leitor*. Por conhecê-lo o jornal aparece então para o *leitor* como alguém que possui legitimidade para omitir opiniões, inclusive aquelas com alto teor de juízos de valor. Temos aqui mais uma vez a atuação de um importante conceito, o de Formações Imaginárias mediando os sentidos desse discurso. O *leitor*, ao imaginar o jornal e o jornalista como o sujeito capaz de narrar o mundo, pode não só aceitar o conteúdo da informação recebida, como também incorporar a linguagem que a atravessa.

É dessa forma que o confronto das Formações Discursivas analisadas anteriormente que circulam no discurso jornalístico mostra que ele não irrompe livremente como fruto da vontade de escolha do sujeito. Porém é certo que o discurso jornalístico organiza direções de leitura, fazendo circular alguns sentidos e desviando outros tantos. Ao enunciar, o sujeito recorta na rede de filiações de sentidos (matriz representacional hegemônica) os dizeres que melhor contemplam a noção de “verdade segura”, tão proclamada pelos órgãos de imprensa. Nessa tentativa de explicar o mundo, o discurso jornalístico faz uso de uma retórica que tem por objetivo fazer a informação parecer confiável e fiel à realidade. A ideologia se incumbem de fazer parecer que esse é o único modo de dizer. Trata-se de uma couraça ilusória de que a verdade é absoluta e tem um só dono. O discurso jornalístico merece crédito, justamente porque sua voz genérica sinaliza dizeres que parecem tão verdadeiros, que se tornam lei. E lei não comporta opinião, interpretação, nem crítica; deve ser aceita e maximizada na sua impessoalidade.

Porém, não custa lembrar, que é sob a forma discursiva que a circulação dos produtos culturais se realizam, bem como a sua distribuição para diferentes audiências. Uma vez concluído, o discurso deve então ser traduzido – transformado de novo – em práticas sociais, para que o “Círculo” ao mesmo tempo se complete e produza efeitos. A forma discursiva da mensagem tem uma posição privilegiada na troca comunicativa do ponto de vista da circulação. E, portanto, circulação e recepção são de fato momentos do processo de *produção*, nos termos de Marx, onde sentidos dominantes ou preferenciais implicam na existência de um padrão de leitura, por vezes, preferencial (HALL, 2003).

CAPÍTULO 5 – DA LEITURA COMO ATO DE PRODUÇÃO

No “Circuito das Notícias” a *leitura* ou recepção não pode ser considerada um momento isolado do processo comunicativo. Ela integra a dinâmica da rede, pois todos os momentos do Circuito Comunicativo estão interligados. A *leitura*, como define Johnson (1999), não é simplesmente assimilação. Ela própria é um ato de produção. A investigação nessa linha, aliada aos estudos dos momentos *produção e texto* no “Circuito das Notícias”, permite o completo desenho do processo comunicacional. Para o estudo do momento da *leitura* no “Circuito das Notícias” diferentes ferramentas podem ser empregadas: grupos focais, pesquisa participante, pesquisa-ação, entrevista, história oral etc. O método de trabalho escolhido, no entanto, foi o grupo focal devido a sua operacionalidade e melhor adaptação ao objeto analisado. Conforme Costa (2008, p.180), o grupo focal é uma ferramenta de pesquisa qualitativa que ajuda a identificar tendências, a desvendar problemas e a buscar a sua agenda oculta. “O grupo focal permite a reflexão sobre o essencial, o sentido dos valores, dos princípios e motivações que regem os julgamentos e percepções das pessoas”.

O grupo focal permite, ainda, como pesquisa qualitativa, compreender e não inferir ou generalizar. Permite perceber os aspectos valorativos e normativos que são referência em um grupo particular. “São na verdade uma entrevista coletiva que busca identificar tendências”. Essa “entrevista coletiva” apresenta como vantagens na hora do trabalho a campo a sinergia gerada pela participação conjunta do grupo de entrevistados; a interação entre os participantes, o que enriquece as respostas; a flexibilidade na condução do roteiro de perguntas; e a profundidade e a qualidade das verbalizações e expressões (COSTA, 2008, p.181-182). O grupo focal, diz a autora (2008, p.183) “é altamente recomendável quando se quer ouvir as pessoas, explorar temas de interesse em que a troca de impressões enriquece o produto esperado e quando se quer aprofundar o conhecimento de um tema”.

O grupo focal é uma pesquisa que aspira buscar tipos específicos de informações a partir dos depoimentos de um grupo de indivíduos claramente definido. Sua preparação começa pela elaboração de um roteiro de entrevistas, porém, o roteiro não deve funcionar

como uma camisa-de-força. Para montagem do roteiro, no entanto, é necessário ter em mente os objetivos da entrevista e o foco da dinâmica na pesquisa. Como recomenda Costa (2008, p.184), um roteiro de perguntas deve conter por volta de 12 questões. A dica é que ele “comece com perguntas amplas, divergentes e desestruturadas; utilize perguntas focais, convergentes e estruturadas na sequência; e depois, na finalização do roteiro, novamente perguntas genéricas e amplas”. Nosso roteiro utilizado no trabalho nesse momento do “Circuito das Notícias” possui dez questões as quais procuraram contemplar tais recomendações. Ele pode ser conferido no **Apêndice C**.

Como o público-alvo de um grupo focal é definido de acordo com a necessidade do pesquisador, trabalhamos, nesse caso, com dez agricultores vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), integrantes do “Acampamento em Luta” de São Gabriel (RS) no período de 21 a 23/05/2008. Cabe ressaltar de imediato que tais agricultores, tomados aqui na posição de *leitores*, foram também protagonistas das ações reportadas pelo jornal Zero Hora no período de 12/04 a 21/05/2008, acerca da Fazenda Southall. Tais matérias integraram tanto o corpus de análise do momento *produção*, quanto do momento *texto* no “Circuito das Notícias”. Esses *textos*, no entanto, foram aqui retomados para servir de substrato às análises da atual fase, aspirando contribuir para o mapeamento de mais um estágio do movimento de representações no referido “Circuito”. O voluntarismo e a diversidade de perfis que tanto enriquece o grupo focal foram os critérios básicos utilizados para composição da equipe de trabalho no acampamento.

Em nossa pesquisa a utilização da técnica grupo focal se justifica por algumas razões, como por exemplo: permitir aliviar a tensão entre campos sociais distintos; refletir sobre o conjunto de percepções, além de propiciar o acompanhamento da fluidez do dia-a-dia, sem tomar posições definitivas ou radicais. Segundo Costa (2008, p.189), ele permite não só “analisar as estruturas discursivas”, mas também “compreender várias alternativas de métodos que podem ser adotados” e que, se integrados, geram uma riqueza de perspectivas. O grupo focal é uma ferramenta que não exige a identificação ou a autoria das respostas. Os respondentes podem ser identificados por números (Sem-terra 1, por exemplo), pois o foco é identificar as tendências sem expor os participantes. De acordo com Puchta (2004), os grupos focais representam um oásis de liberdade no grande deserto determinista dos questionários. Por outro lado, tem-se a necessidade de saber administrar essa liberdade, a fim de que ela se faça presente, tanto na condução dos trabalhos para que as repostas sejam as mais espontâneas

possíveis; quanto na análise dos dados, permitindo identificar pistas e conexões para documentar os mais variados pontos de vista e percepções.

O grupo focal, enfatiza Costa (2008, p.192), “é uma alternativa valiosa para quem quer ouvir, perceber e compreender as experiências e crenças dos participantes de um grupo”. Basicamente é isso que nós propomos para análise do movimento de representações no momento da *leitura* no “Circuito das Notícias”. Aqui, seguindo as proposições de Johnson (1999), lançamos mão das contribuições de Hall (2003) no que se refere à análise das *leituras* (leitura de oposição, preferencial ou negociada), a fim de relacionar tais representações movimentadas pelos Sem-terra, quando a pauta é o próprio MST, com a matriz representacional hegemônica que historicamente envolve a questão agrária no Brasil.

Para isso também utilizamos informações complementares, especificamente relacionadas às rotinas de leitura e ao funcionamento do setor de comunicação do acampamento, que advêm da própria observação empírica. Um diário de campo simplificado também foi formatado a fim de não se perderem tais informações. Nesse momento, porém, ouvir os leitores, todos membros do MST e participantes ativos nas ações retratadas nas páginas de Zero Hora no período, parece-nos fundamental a fim de permitir a inserção, nos limites do possível, nas suas culturas vividas e relações sociais. Nesse sentido, cabe de imediato lembrar que os *leitores* dos *textos* são sempre *leitores* na sociedade. Encará-los dessa forma implica em passar e/ou tentar passar de um momento analítico mais abstrato (a análise de formas) para um mais concreto (os leitores reais, tais como eles são constituídos social, histórica e culturalmente), além de admitir tratar a *leitura* não como recepção ou assimilação, mas como sendo, ela própria, um ato de produção.

Flagrante nesse entendimento é também a noção de que os leitores se deparam com os textos no seu dia-a-dia de uma forma bastante promíscua e que esses textos na vida cotidiana são por natureza “intertextuais”. Portanto, como já usamos nos outros momentos do “Circuito das Notícias” a categoria discurso para indicar elementos que atravessam diferentes textos, podemos dizer que todas as leituras são também “interdiscursivas”. Ou seja, nenhuma forma subjetiva atua, jamais, por conta própria. Sendo assim, podemos afirmar que as combinações derivadas dessas leituras interdiscursivas advêm de lógicas mais particulares dos *leitores* ou grupo de leitores: suas localizações sociais, suas histórias, seus interesses subjetivos, seus mundo privados. É por isso que as formas de transformações culturais sempre ocorrem nas leituras onde será contexto quem vai determinar, primeiro o significado e as transformações de uma forma subjetiva particular, e, depois, a própria forma em questão. O

contexto, porém, inclui não só o contexto das situações imediatas, mas também, o contexto ou a conjuntura histórica mais ampla.

Dessa forma, qualquer análise em comunicação, inspirada ou não no “Circuito das Notícias”, ficaria incompleta sem alguma atenção ao próprio ato de *leitura* e sem uma tentativa mínima de teorizar seus produtos. Assim sendo, cabe ainda aqui agregar outras contribuições. A visão apresentada por Martín-Barbero nos parece oportuna no que se refere ao estudo da *leitura* e/ou da recepção:

A recepção não é somente uma etapa no interior do processo de comunicação, um momento separável, em termos de disciplina, de metodologia, mas uma espécie de outro lugar, o de rever e repensar o processo inteiro da comunicação. Isto significa uma pesquisa de recepção que leve à explosão do modelo mecânico, que, apesar da era eletrônica, continua sendo o modelo hegemônico dos estudos de comunicação (MARTÍN-BARBERO, 1995, p.40).

A proposta do autor, assim sendo, é a de um estudo não mais dos efeitos dos meios de comunicação na vida das pessoas, mas, do que as pessoas fazem com os meios e da sua *leitura* de todo esse processo, desde o ponto onde ela se coloca no “Circuito”. Convém lembrar que essa perspectiva dos estudos de recepção só se torna real a partir de 1973, através das contribuições de autores como Stuart Hall, David Morley, Janice Radway e Ien Ang. São eles que rompem definitivamente com a noção de consumo passivo de bens simbólicos, mostram *leituras* coincidentes entre diferentes tipos de receptores, apresentam alguns marcos contextuais dessas *leituras*, e deleitam-se com a produção e com a constatação da figura do receptor ativo. Somente depois disso, é que essa proposta se consolida internacionalmente e experimenta uma nova fase marcada pelo estudo das articulações entre texto, receptor e contexto, o que para nós, no “Circuito das Notícias”, é fundamental (CRUZ, 2006; MASCARELLO, 2001; 2004).

Martín-Barbero (1995, p.55) reforça esse argumento ao afirmar:

Eu não poderia compreender o que faz o receptor, sem levar em conta a economia de produção, a maneira como a produção se organiza e se programa, como e por que pesquisar as expectativas do receptor. Eu não tenho nenhuma receita, mas ao menos sei o que não quero. Eu não gostaria que o estudo de recepção viesse a nos afastar dos problemas nucleares que ligam recepção com as estruturas e as condições de produção.

No que tange à *leitura* e/ou à recepção, em especial ao contexto de fala dos receptores, assume grande importância a verificação das condições em que a produção de

sentido está sendo constituída. Essas “posições de enunciação” delineadas são sempre individuais e se baseiam em um contexto particular, e ao mesmo tempo público. Esse complexo contexto que engloba as condições de produção de sentido, segundo reforça Cruz (2006), consiste nas mediações. Essas, por sua vez, estão ligadas às diferentes formas de apropriação dos públicos em relação às mensagens e à construção de sentido a elas vinculada. A partir de então, admite-se a existência da relação entre diferentes públicos mediada pelos contextos em que o processo de comunicação se estabelece. Dessa forma, as mediações passam a ser compreendidas fundamentalmente como um conjunto de fatores estruturantes, que organizam e reorganizam as *leituras*, a percepção e a apropriação da realidade, por parte do agora e mais do que nunca ativo receptor.

Para Thompson (2005), a recepção diz respeito a uma atividade, um tipo de prática pela qual o indivíduo percebe e trabalha o material simbólico que recebe. Conforme o autor, no processo de recepção, os indivíduos usam as formas simbólicas para suas próprias finalidades, de maneiras extremamente variadas e relativamente ocultadas, uma vez que essas práticas não estão circunscritas a lugares particulares. É dessa forma que se admitimos que na *produção* ocorre a “fixação do conteúdo simbólico” em substratos materiais, reconhecemos que na recepção/*leitura* o processo, mesmo que complementar, é inverso – as representações são libertas para a interferência do tempo e do espaço. Além disso, os usos que os receptores fazem dos materiais simbólicos podem divergir consideravelmente daqueles (se é que houve) objetivos pensados ou desejados pelos produtores. Mesmo que os indivíduos tenham pequeno ou quase nenhum controle sobre os conteúdos das representações que lhes são oferecidas, eles os podem usar, trabalhar e reelaborar de maneiras totalmente alheias às intenções ou aos objetivos dos produtores. A *leitura* é, desse modo, segundo Thompson (2005), um processo situado, porque acontece com indivíduos em determinado contexto sócio-histórico; rotineiro, porque é parte integrante das atividades da vida diária; especializado, porque exige conhecimentos específicos (referentes à técnica, ao conteúdo etc.); e hermenêutico, pois envolve interpretação, através da qual os produtos adquirem sentido.

Assim, nesse momento do “Circuito das Notícias” é importante atentar principalmente às “práticas sociais de recepção”, entendidas como espaço da produção de sentido, além de lembrar que as culturas vividas ou o meio social pautam tanto o espaço da produção como o da *leitura*. Para Hall (2003), as práticas de recepção não podem apenas ser vistas em termos de comportamento. Elas são ordenadas por “estruturas de compreensão” bem como produzidas por relações econômicas e sociais onde os *textos* em circulação

adquirem valor social ou efetividade política. Nesse sentido, parece natural que toda a sociedade ou cultura tente impor suas classificações do mundo cultural, social e político. Essas classificações constituem uma “ordem social dominante”, apesar de não ser unívoca nem incontestável (HALL, 2003, p.396). Associada a essa ideia parece-nos óbvia a existência de “sentidos e/ou representações dominantes ou preferenciais” que, embora não sejam sistemas fechados nem fixos, dão vazão a “leituras preferências”, numa das possíveis posições-tipo de decodificação (ESCOSTEGUY, 2007, p.126).

O momento da *leitura*, da recepção ou da decodificação tem, para Hall (2003), suas próprias condições de existência e é também fruto de uma construção. Porém, ele alerta que se a codificação produz alguns parâmetros dentro dos quais as decodificações vão operar, é fato que alguma correspondência entre ambos deve estar impressa, do contrário não haveria uma troca comunicativa. Pensando dessa maneira é que o autor nos indica as três posições hipotéticas a partir das quais a decodificação de um discurso e as representações que ele movimenta podem ser tomadas: a posição hegemônica-dominante (onde o leitor opera dentro do proposto pelo produtor, decodifica a mensagem de acordo com o esperado); o código negociado (no qual o leitor reconhece definições hegemônicas, mas se permite adaptá-las ao seu lugar, podendo ou não dar sua adesão); e o código de oposição (onde o leitor se posiciona de modo totalmente contrário àquele do produtor, opondo-se à sua mensagem).

Dito de outra forma, ainda segundo Hall (2003, p.345-350), na *leitura* preferencial as decodificações se dão dentro do universo da codificação. “O elemento da *leitura* preferencial se situa no ponto onde o poder atravessa o discurso, está dentro e fora da mensagem” e nada mais é do que a tentativa que o poder faz para amarrar a mensagem a um significado. Já uma *leitura* sistemática do ponto de vista oposicionista, “pode ou não entender o sentido que foi preferido na construção, mas via de regra retira do mesmo exatamente o oposto”. O código negociado, no entanto, não é uma posição. “A verdade é que as leituras negociadas são provavelmente o que a maioria de nós faz, na maior parte do tempo”. Estas não são posições estáticas, mas posições entre as quais o receptor se desloca dependendo do que a mensagem codificada nele aciona. [...] “As audiências movem-se claramente entre as três posições; logo, elas são lugares em que se toma posição, não são entidades sociológicas. Cabe ao trabalho empírico dizer, em relação a um texto particular e a uma parcela específica da audiência, quais leituras estão operando” (HALL, 2003, p.350).

Como dissemos anteriormente, nessa fase do “Circuito das Notícias”, para o mapeamento das representações acerca da questão agrária, trabalhamos com um grupo

específico de leitores: agricultores vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), protagonistas das ações reportadas, que formam o *corpus* de nossa análise. Tais leitores não são “leitores comuns”, nem constituem o padrão de leitores do jornal Zero Hora. Eles compõem um grupo de leitores que chamamos “leitores interessados”, os quais, no exercício de suas *leituras*, são afetados por diferentes mediações, a principal delas: o próprio Movimento Social a que pertencem. Mas afinal, o que são esses “Movimentos Sociais”?

De acordo com Gohn (1997, p.243), os indivíduos quando questionados sobre suas simpatias ou identificações para com alguns Movimentos Sociais (pela paz, reforma agrária, ou pelo meio ambiente) não têm dificuldade em identificá-los. “Isso porque tais pessoas atentam para – apenas – uma das dimensões dos Movimentos, a do conteúdo da demanda em si. Elas vêem o Movimento como um todo homogêneo, a partir da imagem que suas ações projetam na sociedade”. Porém, vinculada às noções oriundas, por exemplo, das Ciências Sociais Críticas e dos Estudos Culturais, essa definição se torna mais complexa, pois acaba por abarcar outras dimensões, como crenças, valores, diferenças internas etc.

Desse modo, a partir de algumas diferenciações propostas por Gohn (1997, p.245) entre Movimento e grupo de interesse; quanto ao uso ampliado da expressão Movimentos Sociais; entre os modos de ação coletiva e o Movimento Social propriamente dito; e, quanto à esfera de ocorrência dessa ação coletiva; podemos enfim deduzir que “Movimento Social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento a ação”. Podemos afirmar, portanto, que os Movimentos Sociais nascem das bases do povo e se organizam independentemente de instituições públicas e privadas e dos meios tradicionais de participação, como sindicatos e partidos políticos. Eles surgem como forma de suprir o vazio deixado por tais instituições como canais institucionalizados, abrindo-se à confluência dos interesses da sociedade.

Para Berger (2003, p.85):

Os Movimentos Sociais existem em função da distribuição desigual dos bens produzidos socialmente, o que demanda um tipo de organização cujo objetivo é reivindicar. No seu interior configura-se a expressão cultural da desigualdade social. A cultura dos Movimentos Sociais é do conflito e da solidariedade; da carência, da escassez e da falta, e é ela que subsidia a possibilidade da reunião e a capacidade de rebelião.

Conforme Fausto Neto (1989, p.14), “a expressão Movimentos Sociais designa processos dinâmicos, instáveis, de organizações e ações distanciadas em relação aos aparelhos do Estado”. Assim, pode-se dizer que os Movimentos Sociais são formas de organização e mobilização que atuam como ligação entre os processos de reprodução social e a esfera política, constituindo-se como agentes e construtores entre os dois pólos. Esses Movimentos, destarte, acabam por integrar o campo político como um subgrupo que traz em sua essência o desejo de desempenhar um papel transformador na sociedade.

Cumprir o papel de agente transformador no campo social através da vinculação com o campo político, não é tarefa fácil. No Brasil rural tal personagem começa a ganhar corpo somente quando os trabalhadores da terra passam a ocupar um espaço de maior relevância na estrutura social. Isso se dá em meio a demorados, conturbados e, por vezes, até contraditórios fenômenos e/ou processos. Dentre esses fenômenos se pode citar: a rápida urbanização; o voto obrigatório a todos os cidadãos alfabetizados; o crescimento do proletariado urbano e da classe média; e a recorrente instabilidade política gerada por diversos fatores como o suicídio de Getúlio Vargas, as tentativas de impedir a posse de Juscelino Kubitscheck, a renúncia de Jânio Quadros, as dificuldades para João Goulart assumir o poder, a instituição do parlamentarismo e o posterior retorno do presidencialismo e, finalmente, a instauração da ditadura militar (MORISSAWA, 2001, p.32).

Foi nesse cenário de rápidas mudanças de conjuntura, de grande instabilidade política, de desenvolvimento econômico e de consolidação da indústria que os trabalhadores rurais emergiram como atores políticos organizados ou em vias de organização. A criação das Ligas Camponesas, por exemplo, marcaram significativamente as lutas no meio rural. A partir de então, os camponeses passaram progressivamente a ser vistos como classe. Além da organização em ligas, sindicatos e confederações, os camponeses contaram com o apoio de organizações como o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e também da Igreja Católica, através da CPT (Comissão Pastoral da Terra) criada em 1975. Estas pretendiam estender aos trabalhadores do campo, os mesmos direitos adquiridos pelos trabalhadores urbanos (GOHN, 2000, p.142).

A ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) também se caracterizou como uma importante representação dos trabalhadores rurais. Ela objetivava coordenar as associações camponesas e oportunizar uma aliança política entre os operários e os trabalhadores rurais. A ULTAB se fazia presente, no Brasil, “em todos os estados, com

exceção do Rio Grande do Sul, onde havia o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-terra), e de Pernambuco, onde havia as Ligas Camponesas”, aponta Morissawa (2001, p.94).

Nesse cenário, o pioneirismo na luta organizada pela terra no Brasil cabe então ao Rio Grande do Sul através da constituição do MASTER. O primeiro núcleo do Movimento de Agricultores Sem-terra surgiu em 1960, no município de Encruzilhada do Sul (RS), onde um grupo de famílias reivindicava a permanência em uma área de 1.600 hectares. Nos anos seguintes o Movimento se disseminou por todo o território do Estado. Para o MASTER eram considerados agricultores Sem-terra o peão, o assalariado rural, o parceiro e os pequenos proprietários e seus filhos. Em 1962, o MASTER deu início à forma de luta que mais caracterizaria o Movimento dos Sem-terra até hoje, os acampamentos. Segundo Gohn (2000, p.144), “embora a luta pela terra seja secular no Brasil, a forma assentamento é contemporânea, e o acampamento surgiu como uma nova forma de obter, através da pressão, uma resposta do governo em relação à Reforma Agrária”.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) de hoje surgiu somente no início dos anos 80 como um novo personagem de luta pela terra no País. Os processos sociais que criaram sua identidade e deram origem ao Movimento Social têm como base a exclusão de todo um conjunto de trabalhadores, que foram postos à margem, devido ao processo de modernização pelo qual passou o setor agrícola do sul do País. Essa exclusão gerou a impossibilidade de reprodução social dos pequenos agricultores familiares, que formam a base da agricultura no Brasil, sendo este o principal motivo de protesto dos trabalhadores rurais. A partir de então em todo o País foram sendo geradas lideranças e foi se incrementando a consciência em torno da luta pela terra e pela reforma agrária, (MORISSAWA, 2001).

Com os objetivos de promover modificações estruturais na sociedade (direito à terra e garantia de saúde, educação, emprego e cidadania), o MST despontou como o único Movimento de massa cujo discurso de luta pela terra foi capaz de se espacializar por todo País. O seu berço geográfico, sem dúvidas, foi a região centro-sul e a sua nascente afetiva foi a Igreja Católica da Teologia da Libertação, especialmente articulada pelos padres progressistas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e na Comissão Pastoral da Terra (CPT). Fernandes (2000, p.44) em sua pesquisa explica, com riqueza de detalhes, a importância das CEBs e da Pastoral da Terra para a constituição do MST.

Com nascimento firmado em cartório em 1979, o MST coincidiu com um período em que cresciam as mobilizações de operários nas capitais do sudeste, as greves no ABC paulista, o surgimento do Partido dos Trabalhadores e de lideranças populares, especialmente sindicalistas. No quadro social, havia também um embrionário desejo de participação política e já se prenunciavam, ainda que longinquamente, as eleições diretas. No Rio Grande do Sul, a situação dos pequenos camponeses, expulsos de suas terras, estufava uma situação crítica de migração e exclusão social, garantidas pela mecanização das lavouras.

Na realidade, de acordo com Stédile e Görgen (1993, p.28), “o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra não possui uma data específica que defina seu nascimento. A sua origem combina várias origens e vários locais e a sua história é composta pela soma de um conjunto de acontecimentos e fatores desenvolvidos a partir de 1978”. Dentre as ações mais significativas do MST, nos primeiros anos de sua existência, estão as ocupações em 1979 das glebas Macali e Brilhante, pertencentes à Fazenda Sarandi, e em 1980 da Fazenda Annoni – ambas localizadas no Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina ocorreu a ocupação no município de Campo Erê, da Fazenda Burro Branco. No Paraná, as lutas pela terra se relacionavam à construção da Barragem de Itaipu, na fronteira entre Brasil e Paraguai. No Mato Grosso os conflitos estavam vinculados aos embates entre parceiros e fazendeiros. Outros pontos relevantes são os acampamentos e posteriores os assentamentos na região do Pontal do Paranapanema em São Paulo. Nos Estados da Bahia, Rio de Janeiro e Goiás também aconteceram ocupações de terras nesse período (MORISSAWA, 2001, p.124).

A partir de 1981, as lideranças dessas lutas e ocupações, que até então eram isoladas, passaram a realizar encontros sob a coordenação da CPT. As reuniões aconteciam primeiro em nível estadual e depois interestadual. Em 1984 ocorreu uma espécie de culminância desse processo de articulação e organização com a realização do I Encontro Nacional dos Sem-terra, em Cascavel (PR). No evento, foi formalizada a criação de uma organização de camponeses Sem-terra, em nível nacional, com o objetivo de lutar por terra e reforma agrária. Assim, apenas como fator de referência, pode-se dizer que o MST que hoje estudamos, nasceu entre os dias 21 e 24 de janeiro de 1984, agregando 80 representantes de 13 Estados brasileiros. No ano seguinte, em 1985 e em paralelo à volta da democracia no País, durante o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem-terra, realizado em Curitiba (PR), o Movimento é oficializado.

Conforme Berger (2003, p.101),

O Movimento dos Sem-terra surge na cena política nacional no contexto de contestação do governo militar, associado as experiências de resistência, às tentativas de expropriação para concentrar capital no campo, bem como da política do Estado para incentivar a construção de usinas hidrelétricas. Expulsão e resistência conjugadas a outras condições, objetivas e subjetivas, foram moldando o rosto do MST. Ao mesmo tempo há uma memória coletiva (religiosa, de contestação e arcaica) informando sub-repetidamente a organização dos sem-terra.

Durante as décadas de 1970 e 1980, o MST ancorou o seu discurso no crescimento das ações de camponeses e trabalhadores Sem-terra, territorializando seu alcance em quase todo País. A cada fazenda ocupada, os acampamentos eram congestionados por mais famílias, que aderiam ao Movimento. A cada confronto com a polícia, lideranças religiosas se pronunciavam. Intelectuais passaram a ver com simpatia o Movimento, que levantava a foice e a enxada durante suas manifestações, simbolizando um ponto de coesão e identificação política entre seus militantes, além de indicar o desejo de trabalhar na terra.

É claro, dessa forma, que um complexo conjunto de fatores foi determinante para o surgimento e progressiva organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra. Dentre eles podemos citar desde fatores de ordem econômica, como o aumento na concentração da propriedade da terra e o avanço do processo de mecanização da agricultura; até fatores de ordem social, como o pronunciamento do êxodo rural e o fracasso dos projetos governamentais de colonização. Por último, também fatores de ordem política relacionados ao trabalho de conscientização realizado pela Comissão Pastoral da Terra junto com outras entidades. O surgimento do novo sindicalismo no ABC paulista, bem como o esgotamento do regime militar e o processo de abertura política, também foram fundamentais no processo (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

Estruturado nesses matizes, hoje o MST organiza sua luta pautado pela busca e ocupação de espaços ociosos; sejam eles físicos, relacionados à reivindicação de um pedaço de terra e a disputa contra latifúndios improdutivos; sejam eles simbólicos, vinculados à luta por reconhecimento/legitimação de sua causa e/ou ações. Para tanto, o Movimento e seus integrantes acabam por formatar discursos movimentando representações diversas as quais pretendemos mapear no seu encontro com a mídia, mais especificamente com o jornal Zero Hora, e com a realidade midiática da sociedade atual. Nessa realidade midiática, como aponta Berger (2003, p109), por vezes “importa menos o acontecimento do que sua projeção”, por isso é compreensível que um Movimento Social necessite “projetar-se para existir”, justificando-se, assim, que tenha uma política de comunicação que busque estratégias para constar na pauta da mídia. Diz a autora:

O MST sabe, com mais ou menos certeza, que a luta pela terra e questão da reforma agrária não são em si notícia no Brasil, por um lado, porque ela é a mesma em muitos anos e, assim, não corresponde ao critério de novidade para ser notícia; por outro, porque não vai ao encontro dos interesses dos que detêm o poder político e de seus representantes na mídia. Por isso o MST precisa ‘reinventar’ sua luta. Se a questão da terra não é notícia, os modos de reivindicá-la podem vir a ser (BERGER, 2003, p.109).

Apesar de ter relegado, durante muitos anos, a comunicação a um segundo plano o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra vem buscando, atualmente, refleti-la desde sua perspectiva política e produzir a sua política de comunicação. Conforme Berger (2003, p.112-114), existe nesse sentido uma clara “subordinação da comunicação às diretrizes políticas” do Movimento, tanto no plano da concepção programática, como na sua implementação. Comunicação no MST “exige formação política sobre o assunto”, fato que como podemos constatar, se reflete na fala dos integrantes do Movimento quando tomados na posição de *leitores* no “Circuito das Notícias”. Dessa forma, “enquanto na grande imprensa as palavras são chamadas à neutralidade, nos Movimentos Sociais o são ao comprometimento”⁹.

A pesquisa de campo nesse momento do “Circuito das Notícias”, como dissemos, foi realizada no período de 21 a 23/05/2008 no “Acampamento em Luta” localizado na Fazenda São Paulo II no município de São Gabriel, região central do Rio Grande do Sul. “Acampamento em Luta”, diferente de um acampamento fixo, conforme esclarece a Sem-terra 9, é um acampamento provisório formado por “companheiros e companheiras de todas as regiões do Estado onde todos os acampamentos do Estado se organizam. Eles discutem nos seus acampamentos que é necessário pautar a luta pela terra e contra o latifúndio; conversam nas regiões e depois vem para a região objetivo”. O “Acampamento em Luta” de São Gabriel, no momento de nossa pesquisa, contava com aproximadamente 800 famílias Sem-terra.

Ao detalhar a estrutura e o funcionamento do “Acampamento em Luta”, a Sem-terra 3 lembra que, a exemplo do acampamento fixo, ele conta basicamente com três níveis organizativos: os núcleos de base, os setores e a coordenação. Diz ela:

⁹ Contribui para esclarecer tal questão o trabalho de MACHADO, Felipe Viero Kolinski; SANTI, Vilso Junior Chierentin & AMARAL, Márcia Franz. **A representação da mídia no jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra**. Santa Maria: JAI/UFMS, 2008. Nele, a representação que o jornal Sem-terra faz da mídia é analisada. Nesse sentido, o mapeamento da representação que o Movimento faz da imprensa, em um de seus veículos, auxilia na compreensão do relacionamento entre ambos, além de configurar uma oportunidade impar para visualização da maneira como se dá a presença da mídia nos veículos também midiáticos do MST.

Temos a Brigada de Organicidade e a Frente de Massa, que é aquela equipe que vai e busca as informações de fora e trás para ser discutido com o todo, com as famílias, que são os núcleos de base. A Frente de Massa fica responsável por essa busca de informações externas que a gente diz. A Brigada de Organicidade faz mais a discussão interna, junto com a Direção de Acampamento. Depois nos dividimos pelos setores. Aí entra: Saúde; Educação; Infraestrutura, que cuida dos barracos; Comunicação; Produção, que é quem cuida da alimentação, da horta e essas coisas; Direitos Humanos que é quem cuida da segurança e faz a vigília. E é mais ou menos isso nossa organização. E essa roda girando é o que torna tudo isso. Um companheiro não realizando a tarefa, o seu núcleo ou o seu pelotão, tem o dever de cobrar e fazer com que essa roda gire (SEM-TERRA 3)

Segundo o Sem-terra 5, o principio básico que determina toda a organização, tanto do acampamento fixo, quanto do “Acampamento em Luta” e do próprio MST é o trabalho coletivo. Para ele trabalhar de forma coletiva implica em decidir de forma coletiva – “o nosso líder é a voz do povo” – porém, decidir de forma coletiva implica a existência de um “pensamento em comum”. “A decisão que eu tenho e que eu te dizer qualquer um desses companheiros vão te dizer, vão falar a mesma linguagem. É o que nós chamamos de unidade de pensamento. Então dentro do acampamento internamente existe isso”.

Dentro nós temos as tarefas. Tu sabes que onde tem povo, temos deveres, temos funções, temos algumas atividades que são muito necessárias para poder manter uma vida social, de relação e uma política de boa vizinhança. Então dentro disso a gente tem as equipes e as equipes também são de forma coletiva. Várias pessoas, onde cada um cumpre sua parte e a sua tarefa e assim não há uma delegação de cobrar porque o fulano é chefe. Aqui não existe isso. Nós não temos chefes. Então é isso que nos caracteriza enquanto Movimento Sem-terra (SEM-TERRA 5).

Nosso trabalho com o grupo focal foi previamente agendado com representantes do Movimento, por telefone, e contou com a anuência da coordenação local do acampamento. Depois de passarmos por uma barreira policial que vigiava permanentemente o local, tivemos contato com alguns representantes do MST, os quais nos encaminharam às lideranças com quem tínhamos conversado. A primeira tarefa foi explicar-lhes o objetivo do trabalho e as bases de nossa proposta. Fomos orientados a esperar a deliberação da coordenação do “Acampamento em Luta” que estava reunida e que conta com representantes dos diferentes núcleos de base, oriundos dos diversos acampamentos fixos que o MST mantém no Estado. Posteriormente, quase no encerramento da reunião, fomos convidados a nos apresentar e apresentar a nossa proposta a toda coordenação. Os coordenadores esclareceram suas dúvidas, fizeram algumas perguntas, e apesar de reticentes aprovaram a realização do trabalho. Recomendaram, porém, a todos os representantes ali reunidos que comunicassem as famílias

de seus núcleos o que aquela “presença estranha” significava e pediram a colaboração de todos.

Na reunião da coordenação também foi destacado um representante voluntário (a Sem-terra 9) que, junto conosco, ficou responsável pelo encaminhamento dos trabalhos. Numa conversa informal, esclarecemos dúvidas pontuais e em comum acordo calculamos o número de pessoas que participariam da pesquisa (de 10 a 20), bem como o cronograma de atividades. Ficou estipulado que as pessoas participariam do grupo de discussões por livre adesão, no entanto, a variabilidade de gênero, idade e distribuição geográfica entre os diferentes núcleos dos acampamentos fixos deveria ser observada.

As discussões do grupo focal, a partir de então, foram realizadas sempre na parte da tarde, dos dias 21, 22 e 23/05. As manhãs foram dedicadas à organização do material de trabalho, conversas informais com as famílias e visita a todos os núcleos do acampamento. O trabalho foi dividido em três momentos, realizados cada um em um turno. O primeiro esteve relacionado à apresentação e mapeamento da história de vida dos presentes; o segundo ao detalhamento do seu relacionamento com a mídia, em especial com o jornalismo impresso, antes e depois do ingresso no MST; e o terceiro, vinculado ao mapeamento das representações movimentadas na *leitura* das notícias, publicadas em Zero Hora, e relacionadas aos atos de entrada e saída dos Sem-terra na Fazenda Southall. Nessa última fase, os Sem-terra do grupo focal antes de tecer suas considerações, manipularam a vontade as 18 edições do jornal Zero Hora que contemplaram a temática no período. No entanto, cabe frisar que a grande maioria dos *textos* já havia circulado pelo acampamento. Muitos deles foram disponibilizados pelo Sem-terra 1, imediatamente após a sua publicação, num mural instalado pelo setor de comunicação do “Acampamento em Luta”. Os debates foram todos registrados e transcritos, totalizaram mais de quatro horas de gravações e encontram-se apresentados no **Apêndice C**.

Como dissemos anteriormente, serviram de base para o debate nesse momento do “Circuito das Notícias” as mesmas 18 edições do jornal Zero Hora que utilizamos na fase de análise da *produção* e do *texto* concentradas no período de 12/04 a 21/05/2008. Todas apresentam textos que versam sobre as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) acerca da Fazenda Southall em São Gabriel (RS), das quais os próprios leitores são atores. Lembramos que estas ações também foram acompanhadas no momento da *produção* através da observação da rotina produtiva dos jornalistas designados para a cobertura de tais fatos.

O primeiro encontro do grupo focal de trabalho foi realizado na tarde do dia 21/05/2008 à sombra de algumas árvores distantes 50 metros do aglomerado principal dos barracos de lona preta, que tradicionalmente marcam esse tipo de mobilização do MST. Os participantes, em círculo, sentaram-se diretamente no chão de grama, já que não se dispunha de outra forma de acomodação no local. Depois de ouvir atentamente a proposta de trabalho, tecer algumas considerações gerais e concordar com o cronograma de atividades proposto, os Sem-terra, ainda sob o signo da desconfiança, iniciam suas falas e contribuições: “é complicado porque a gente conhece pouco o companheiro” (Sem-terra 5), mas, “levando em conta que foi passado para a gente que tu é uma pessoa de confiança e que não teríamos problemas em conversar, vamos adiante” (Sem-terra 3).

Na autoapresentação e na breve descrição da história de vida dos participantes do grupo focal, um traço comum chama a atenção nas falas. Todos à sua maneira passaram por situações limites e/ou enfrentaram algum tipo de processo de exclusão, até não suportar mais e resolver ingressar nas fileiras do MST. Entrar para o Movimento, portanto, para a maioria dos participantes não foi uma escolha política, mas antes representou a chance de um novo começo nas suas vidas. O Sem-terra 1, por exemplo, tem 51 anos, é natural do Norte do Rio Grande do Sul, mas mora há 34 anos na região metropolitana de Porto Alegre. As dificuldades que o levaram a ingressar no MST estavam relacionadas ao desemprego, à falta de qualificação profissional e à sua idade avançada. Em relação às suas filhas acusa discriminação porque moravam na periferia e porque elas “não tinham padrão” para o trabalho, eram “gordas demais”.

Na cidade quando a gente estava empregado, por não ter um curso profissionalizante, a gente dependia daquela migalha de salário. Isso quando consegue trabalhar. Quando tem idade não consegue mais emprego. Aí tem de viver de biscate na cidade, trabalhando de dia para comer de noite. Quando não tem aquele dinheiro para comprar comida, fica sem comida (SEM-TERRA 1).

Hoje, porém, no Movimento, o Sem-terra 1 diz que abriu os olhos “para ver onde estava o alvo”, só lamenta estar velho demais. Então para ele o que restou foi acampar e conquistar um lote de terra para sua sobrevivência e de sua família. O Sem-terra 2, por sua vez, tem 34 anos, nasceu em São Leopoldo e diz que teve de entrar na luta pela reforma agrária e por um pedaço de chão para fugir das drogas, da vila e para conseguir um lugar melhor para viver com sua família. Estória parecida com a da Sem-terra 3 que conta:

Eu morava numa vila. Saí do interior muito cedo e fui para a cidade. Vivi minha vida toda trabalhando de empregada doméstica. Criei meus filhos numa vila e ali eu vi meu filho cair nas drogas. Por levantar de manhã e deixar que a vila criasse eles. Eu já sofri as consequências por isso. Mas, fazer o que? Eu precisava trabalhar! Vivia a vida assim, sem objetivos. Eu acordava de manhã e pensava, mas eu tenho que arrumar essa casa, mas arrumar por quê? Não tinha mais por quê! A família já estava se desmanchando, estava muito complicada a situação. Então, apareceram os companheiros fazendo a massificação e me convidaram para vir para o Movimento. No primeiro instante eu tive muito medo e depois acabei vindo pela confiança do meu filho de 14 anos. Ele disse mãe vamos! E acabei aceitando e o meu marido também quis muito vir (SEM-TERRA 3).

O Sem-terra 4 se diz oriundo de uma sociedade capitalista onde sua família que trabalhava na agricultura acabou “quebrando”. Como surgiram assentamentos na sua região, onde ele pode ver a “reforma agrária avançar” e depois de “olhar para a sociedade de onde eu vim e ver que cada vez era pior”, ele resolveu ir acampar através do conselho de amigos. O Sem-terra 5 tem 27 anos e é o único dos participantes do grupo focal que é natural de São Gabriel. Segundo ele, seu pai durante muito tempo trabalhou num pedaço de chão que era herança de seu avô. Depois, por desavenças familiares seus pais acabaram se separando e vendendo a terra. Sem saída, com sua mãe e com seus irmãos menores ele foi trabalhar para um grande agricultor da região. “Eu trabalhava o dia inteiro e boa parte da noite só para poder ter o mínimo”, diz ele.

[...] foi um dia então que eu cheguei ao fundo do poço, sem ter mais saída. Começamos a entrar em desacordo com o patrão e ele acabou nos tirando da terra. Como a gente tinha parente na cidade eu resolvi vir para a cidade. Chegando na cidade foi muito pior! Porque eu não tinha estudo e era menor. Como vai arrumar emprego fixo sendo menor? (SEM-TERRA 5).

A partir de então, apesar da imagem que ele tinha da TV e da mídia, foi por influência de amigos e pela convivência com alguns assentados que o Sem-terra 5 resolveu conhecer o acampamento e entrar para o MST. Já a Sem-terra 6 é a que, dos participantes do grupo, tem o menor tempo de acampamento – três meses. Ela tem 45 anos e conta em seu relato que até tinha uma vida “mais ou menos”, tinha terreno e casa própria. Porém, com a falta de emprego na cidade ela vendeu tudo e foi tentar a vida em outro lugar. “Chegando lá não deu certo, não era como a gente achava que iria ser”. Dessa forma, sua família teve de voltar. Como não tinham mais onde morar, trabalhavam “só para pagar o aluguel” e, diz ela, começaram a perceber que daquela maneira não iriam conseguir de volta o que um dia tiveram. “Quando eu fiquei sabendo do Movimento, para mim foi como uma luz no fundo do túnel”, enfatiza.

O Sem-terra 7 é um ex-soldado da Brigada Militar. “Eu entrei para a Brigada Militar, sonhando com dias melhores, em plena ditadura militar”. Depois da desilusão e de sua dispensa, trabalhando sempre em empregos temporários, ele conta que até conseguiu comprar um pequeno pedaço de terra – 1,5 hectares. Porém, ele alega que não consegue sustentar sua família “numa sociedade tão perversa do jeito que nós temos aí fora”. Logo, entrar para o MST significou tentar garantir uma vida melhor para seus filhos. A Sem-terra 8 tem 36 anos e há 14 meses está acampada com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, segundo ela com o objetivo de ganhar um pedaço de chão e na luta para “o que der e vier”. Ela relata que até tinha uma vida boa lá fora, mas não era aquilo que ela queria para o seu filho. “Vivendo numa área de prefeitura que nada era meu. Eu tinha uma casa boa e tudo, mas nada era meu mesmo, de concreto”.

Por sua vez, a Sem-terra 9 tem 35 anos e está há seis meses no acampamento em “conjunto com o Movimento lutando pela terra e pela reforma agrária”. Ela conta que a partir da luta das mulheres em 2007, aconteceu com ela “um processo de luta interna – acampar, não acampar?”. Ela ressalta que foi ficando cada vez mais difícil voltar para sua cidade e durante uma marcha do Movimento ela tomou a decisão pelo acampamento.

Reorganizei a minha vida, o estudo e tudo e estou no acampamento. O primeiro momento foi de militância, de contribuir na luta pela terra, contribuir com as famílias. Ter visto quase 19 mil pessoas no Congresso Nacional do MST ano passado mexeu demais comigo. Cada fase para mim foi muito contundente: a luta das mulheres; o abril vermelho em 2007; o congresso (SEM-TERRA 9).

Por fim o Sem-terra 10. Ele está acampado há quase dois anos, é estudante do Movimento Sem-terra, faz agropecuária agroecológica em Pontão (RS), e diz estar na luta motivado pela busca de um futuro melhor para o povo, para o País e pela “revolução socialista”.

Eu motivado por causas revolucionárias, não podia agir de outra forma, após conhecer o MST. Tinha responsabilidade comigo mesmo de vir acampar. Eu seria um hipócrita, um demagogo se eu estivesse lá fora apenas pregando o socialismo, apenas pregando o comunismo, e se não viesse experimentá-lo na prática, aqui no MST. Eu como um revolucionário socialista não adiantava eu ficar na cidade, vivendo uma vida mais ou menos de classe média, e não vir aqui sentir como o povo vive para por em prática a minha ideologia. É por isso que eu vim para o MST. Minha vida é a revolução e enquanto o MST lutar pelo socialismo e pela revolução eu estarei aqui. Porque como o Che dizia: se tremes de indignação perante uma injustiça, então somos companheiros (SEM-TERRA 10).

Depois de caracterizarmos o perfil dos integrantes do grupo focal trabalhado na pesquisa, o próximo passo na estratégia de análise no momento *leitura* dentro do “Circuito das Notícias”, diz respeito à descrição, com base nas falas dos próprios Sem-terra, do MST e de suas representações. Para a maioria dos componentes do grupo, existe uma diferença significativa entre o MST visto “de dentro para fora” e o MST visto “de fora para dentro”. Essa diferença muitos deles tentam pontuar em seus dizeres. Ela, por conseguinte, é uma diferença perspectívica, flagrada principalmente quando os Sem-terra se referem ao antes e depois do MST nas suas vidas e/ou quando eles falam daqueles que estão fora do Movimento. O Sem-terra 1 logo reconhece: “aqui a gente aprende aquilo que não tinha lá fora e que era escondido da gente”. Segundo ele, com o Movimento, começou a ver uma luz no fim do túnel. “Ver os horizontes, ver as coisa se concretizarem para um dia viver estruturado, alegre e feliz”.

Aqui a gente é tudo companheiro. Aqui enquanto a reforma agrária vive no papel, a gente já faz a reforma agrária entre os companheiros: dividindo o pão, o bolo, a erva mate. Tudo o que a gente tem aqui se divide. Então aqui já acontece essa partícula da reforma agrária. Por isso que eu encontrei o Movimento e decidi por vir acampar, porque aqui eu ganharia meu lote de terra e plantaria tudo que era da minha necessidade, para a minha alimentação (SEM-TERRA 1).

“O MST para mim representa muito porque aqui eu arrumei uma nova vida, uma mudança de vida muito grande”. Essa é a fala que introduz o depoimento do Sem-terra 2 quando fala do MST. Ele diz também que o Movimento “é tudo” e lhe devolveu a esperança para mudar de vida, o que “lá fora” parecia impossível. Para ele, a “marginalidade” de que tanto acusam o Movimento não está “dentro” do MST, “a marginalidade está lá na rua mesmo”. Porém, a exemplo do Sem-terra 1 ele também reconhece: “o que o povo vê lá fora é diferente do que tem aqui dentro. Então, minha própria família, para tu chegar e falar para eles é difícil. Se tu explicar como é a vida aqui dentro, eles vão preferir acreditar na TV e no jornal. Não na gente que está aqui”.

Para a Sem-terra 3 o Movimento, além de “uma nova chance de viver”, também serve para o autorreconhecimento das pessoas. Ela diz que no MST encontrou uma força que não sabia que tinha. “Eu não tinha nem noção que eu podia voltar a sonhar em ter um futuro diferente, em ter um futuro melhor”. Ela considera o Movimento a “única maneira que o povo tem de se organizar” e também lamenta que, por conta da mídia, o “povo lá fora” não consiga entender isso e vir para a luta. Pois, segundo ela, “a mídia te põe que é um grupo de marginal e baderneiro”, mas não é assim, “eu vivo aqui dentro e vejo que é o contrário. Quem quer,

aqui tem a chance de inverter o que a sociedade lá fora te induz a viver”. Ela lembra ainda que, ao contrário do que se propagandeia e se imagina, é nos acampamentos do MST que as pessoas têm segurança. Diferente da cidade, onde segurança significa grade nas janelas, nas portas etc. No acampamento ela está ligada, para a Sem-terra 3, ao respeito e à responsabilidade coletivos.

Aqui, esses marginais que a mídia fala, eles respeitam uma lona preta e não ultrapassam aquela lona, sabendo que é só empurrar com a mão e entrar. Com o dedo fura. As pessoas respeitam, porque elas se sentem parte ajudando construir. Essa responsabilidade de cuidar, de um respeitar o outro, isso para mim foi muito interessante nesse processo no acampamento. Então é isso: porque se são tão marginais, se são tão filhos da mãe como dizem, porque iam respeitar tanto uma simples lona preta? (SEM-TERRA 3).

Já para o Sem-terra 4 o MST “é uma grande família” onde se compreende que a luta é por uma sociedade igualitária e mais justa. “Onde tu encontras amigos, tu encontras companheiros”. O Sem-terra 5 diz que antes de entrar para o MST tinha uma visão contrária ao Movimento, porém, quando ele “se deparou com a realidade”, viu que as coisas eram bem diferentes. No MST ele se sente “parte da organização” e também destaca a comunhão e clareza dos objetivos da organização.

Aqui somos todos companheiros e aqui tem objetivo. Agora sim, eu me dei conta que aqui eu posso concretizar meu sonho, que aqui eu não sou excluído do resto dos meus amigos e dos meus companheiros que nem eu era lá fora. E eu acho que o Movimento Sem-terra é a oportunidade de muitos que andam excluídos do capitalismo, seja na cidade ou no interior. Aqui nós temos um objetivo comum que é a terra. E também uma de nossas grandes metas a curto prazo é a terra, a médio prazo uma reforma agrária e a longo prazo, porque não, uma sociedade mais socialista de fato que não fique só nesse capitalismo (SEM-TERRA 5).

“Para mim o MST foi como uma luz no fundo do túnel”. Os argumentos da Sem-terra 6, basicamente repetem o que foi colocado pelos seus companheiros do grupo focal até então. O Movimento é comparado a uma família, melhor até que a sua própria família, capaz de garantir segurança, educação e, através da união e da luta, uma vida digna para os seus filhos. Já o Sem-terra 7 exalta a disciplina como uma das grandes virtudes do MST e complementa:

A mídia vende aquela imagem que aqui é o inferno, pelo contrário aqui é o paraíso. Aqui eu me sinto seguro e tenho o prazer de sonhar que daqui a dois, três anos no máximo, ou de repente até amanhã, eu tenha o meu lote para poder buscar a minha família que está lá na minha base excluída. Eu quero que os meus filhos tenham a oportunidade de no futuro bater no peito e dizer assim: nosso pai foi para o MST e

nos deixou um avanço para nós melhorar de vida. Porque, se eles não melhorar não vai ser por minha culpa, por falta de luta (SEM-TERRA 7).

A união e a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra também é destacada pela Sem-terra 8. Segundo ela o MST é o caminho para a conquista da terra e para a melhoria de vida de sua família. O Movimento “representa muita coisa boa” por conta da organicidade e da organização, coisas que não existem “lá fora”. “Eu me surpreendi muito quando eu cheguei no acampamento, porque eu via pela mídia uma coisa diferente, que falavam totalmente diferente. Eu cheguei e vi a realidade que era o Movimento. Então, o Movimento para mim representa muitas coisas boas”. A Sem-terra 9, por sua vez, diz conhecer tanto a teoria, por conta dos seus estudos no campo da educação no Movimento, quanto a prática do MST. Na prática do Movimento, para ela, o que chama a atenção é ver “toda a organização”, ver todo o “povo reunido por uma só coisa”, além de conhecer as famílias; e reconhecer uma outra realidade completamente diferente da sua.

[...] além disso, comecei a sentir isso aqui no Movimento a terra. De uns tempos para cá eu comecei a sentir terra em mim. A vontade de produzir. Plantar, colher e contribuir com a luta das famílias e com o socialismo, pois aqui a gente reparte o pão, reparte o bolo e isso é importante. Isso a gente constrói aqui dentro. As famílias no tempo de acampamento elas vão se construindo assim. Elas saem da vida lá fora onde tem um individualismo muito grande, onde é cada um por si, e aqui a gente vai reaprendendo a viver em sociedade. O Movimento tem muito disso: as pessoas se reencontram (SEM-TERRA 9).

Do Sem-terra 10 vem uma das definições mais políticas da representação do MST: “O MST é uma organização de cunho socialista que luta pela reforma agrária. Luta também por justiça social e por igualdade”. Segundo ele o Movimento responde pelo regate do povo excluído e explorado e oferece a todos a possibilidade de uma vida digna numa nova sociedade. Ele valoriza as pessoas por suas virtudes morais e pelos seus valores onde não importam cor, raça, credo etc. “aqui o que importa é o que tu é”. Para o Sem-terra 10, o MST é importante porque “ele faz a luta de classes na prática”, ele “ataca a burguesia onde dói”, pois “ataca a propriedade privada”.

O MST, assim como eu, busca um mundo mais justo, uma sociedade igualitária onde as decisões sejam coletivas. Onde as decisões e o poder não estejam na mão de poucos, tanto o poder político, quanto o poder econômico. Aquela sociedade que a gente deseja para o Brasil e para o mundo, dentro dos acampamentos e nos assentamentos, ela é posta em prática. Se tenta colocar ela em prática. Claro, há vários limites. Porém, essa sociedade de igualdade, onde o ser humano é valorizado e onde todos têm dignidade, um mundo justo, isso se tenta por em prática nos acampamentos e assentamentos (SEM-TERRA 10).

Navegando pelas considerações dos agricultores, a partir do debate, verificamos que o discurso dos Sem-terra funciona colocando em situação de equivalência o fato de ingressar na luta do MST e o fato de nascer para uma nova vida. Ressaltam, assim, um feito mágico e quase místico. Para os *leitores*, a entrada no MST é um novo nascimento, uma vitória sobre a morte ainda em vida. Não é apenas um passo de conscientização política, não é apenas a filiação a uma organização, pois o sujeito na posição de membro do MST muitas vezes enuncia um atributo mais do que físico e material ao falar da luta. Ele anota sinalizações, que constroem a imagem de que a purgação dos males, a expulsão dos problemas e o resgate da vida solidária acontecem com a entrada do excluído no Movimento. Também fica claro nas falas dos *leitores* que o excluído, ao se filiar ao MST, recebe um verdadeiro batismo de conscientização política, conhece um código novo, aprende palavras até então não experimentadas, se entrega ao discurso do Movimento. Ele incorpora esse discurso, tomando-o para si e emprestando sentido aos dizeres da organização na sua voz e nos seus gestos. A palavra parece ter um papel coesivo entre os Sem-terra, ligando-os ao Movimento e há outros trabalhadores que querem fazer parte do MST. Ela veicula interesses, representando arma de combate e luta políticas.

Outro ponto explorado nos debates do grupo focal na análise do momento da *leitura* no “Circuito das Notícias” diz respeito à mídia e/ou ao jornalismo. Como podemos perceber nos dizeres já apresentados acerca das representações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, para os Sem-terra, a mídia é colocada como a principal responsável pela formatação da representação “de fora para dentro” do Movimento. Esta representação, como evidenciamos, é distinta daquela que o MST tem de “dentro para fora”. Nisso parece existir certo consenso entre os integrantes do Movimento. Parece-nos claro, desse modo, que os *leitores*, agricultores Sem-terra pertencentes ao MST, acabam por movimentar sentidos de oposição à matriz representacional hegemônica da questão agrária no Brasil e/ou por promover uma leitura, na maioria das vezes, negociada mas resistente em relação às notícias de sua causa e de suas ações que são veiculadas pelo jornal Zero Hora. Porém, ao falar especificamente do papel e da importância da mídia, as opiniões entre eles são bastante distintas. Ela, a mídia, assume nos dizeres tanto papel de “ameaça” quanto de “ferramenta necessária”. Porém, o sentido mais forte que parece transpassar as contribuições é ao de mídia/jornalismo como “instrumento de manipulação”.

Para o Sem-terra 1 a mídia, em relação ao MST, sempre “mostra algo de errado”, as “falhas” e os “pontos de crise”. Porém ele lembra que esses “pontos de crise” existem em todas as organizações, não só no Movimento. A pergunta que fica sem resposta para o Sem-terra 1 é “por que não mostram o lado bom?” Porque, segundo ele, existe um lado bom. Em relação ao processo de edição tão comum no jornalismo ele ainda acusa: “quando filmam tudo vão lá e classificam só o que favorece a eles, quando favorece a gente que é humilde e pobre não mostram para a sociedade ver. Não é assim?”. O Sem-terra 1 ainda lembra, ao seu modo, das restrições à cobertura dos fatos impostas pela Brigada Militar na área de conflito. Ele relata que os jornalistas se revoltaram exigindo “liberdade de imprensa”. Ao mesmo tempo em que ele apóia o pleito dos profissionais, também questiona qual era o tipo de liberdade de imprensa que eles estavam reivindicando. “Eu não sei se eles pensam que com a liberdade de imprensa eles vão ali e fazem do jeito que eles querem e pronto? De repente só favorecendo eles ou só favorecendo os latifundiários. Sei lá de que maneira eles pensam essa liberdade?”. Por último, ele reconhece a importância da mídia na cobertura das ações do MST: “a sociedade lá fora ninguém vê nada e ninguém escuta nada se a mídia não está”.

Já o Sem-terra 2 discorda totalmente desse posicionamento. Para ele, a mídia representa uma grande ameaça, pois ela prefere “correr atrás de troféus a mostrar a verdade”. As acusações não param por aí:

[...] a mídia para mim representa uma grande ameaça porque eles preferem estar correndo atrás de troféus, mostrando a guerra e essas coisas. Eles vêm aqui e falam mal de nós, descem o pau em nós, mas no momento em que é para eles vir eles se acovardam. Quando bateram nas mulheres lá, deram tiros nas mulheres naquela outra ação, porque que eles não entraram? Depois quando pegam um furinho assim, eles descem o cassete. Botam isso no jornal. Mas, para mim, são uns covardes que não tem nem explicação para o que eles fazem. Porque que eles não vão na favela e não pegam as pessoas no começo lá, como elas estão vivendo?! Depois, não entram aqui dentro e tiram a saber, não vêem a mudança de vida das pessoas, não botam no jornal e não publicam aquilo ali. Eles só preferem mostrar o lado ruim. Mas eu acho assim, a mídia para mim é sem fundamento. Eu acho que falta muita seriedade, tanto nas imagens quanto nas reportagens (SEM-TERRA 2).

Para o Sem-terra 2, o jornalismo não presta para nada, já que os jornalistas, por vezes, debocham dos acampados nas ações, o que ele classifica como uma desumanidade. Para ele, a imprensa não é séria e só mostra o que quer, pois só cobre os fatos para ganhar dinheiro e para vender jornal. O Sem-terra 2 ainda reconhece a necessidade de mudança do sistema de mídia e ao mesmo tempo mostra esperança em relação a que essa mudança aconteça, o que, de certa forma denota importância da mídia – se ela não fosse importante,

não servisse para nada, não haveria por que mudá-la. “Então eu não sei se algum dia vai se conseguir mudar isso, mas espero que um dia se consiga”.

A Sem-terra 3, por sua vez, coloca que um dos grandes problemas da mídia está no seu conteúdo, ou seja, a divulgação, na maioria dos casos, de notícias que “não são do teu mundo e que não vão mudar em nada a tua vida”. Segundo ela, isso serve para manter o pobre afastado das coisas importantes. “O jornal para ler é muito cansativo e para olhar na televisão é muito chato. Então é melhor mudar para o Chaves ou para qualquer outro programa que seja mais alegre”. Para a Sem-terra 3 é essa realidade que a mídia manipula, no entanto, ela ainda prefere acreditar na mídia e nos jornalistas pois crê que dentro da profissão tem “muita gente boa”. Segundo ela o problema é o “dinheiro”.

Dentro da profissão eu acredito que tem muita gente boa sim! Tem muita gente que realmente acredita e aposta. Tem muito repórter honesto por ai, mas que infelizmente não é valorizado. Nós vimos isso na Nenê. Nessa ocupação os repórteres fizeram uma briga muito grande para poder entrar e poder filmar o que estava acontecendo. E a polícia peitou, e eles chegaram junto. A polícia mandava recuar e eles chegando junto. Ali até eu achei muito bonita a ação deles, mas é muito difícil acontecer isso também. Eu acho que tem pessoas honestas sim! Que tem pessoas que merecem o nosso respeito, porque a gente escutou muitas histórias de jornalistas que deram sua vida tentando fazer alguma coisa pelo povo. Mas o que manda muito nessa profissão é o dinheiro. O dinheiro manda em quase tudo não é? Só não manda no coração do Sem-terra, mas no resto manda mesmo. Muitos vão trocando de lado e os que aprenderam a ter amor pelo povo, a falar a verdade às vezes são excluídos (SEM-TERRA 3).

“A mídia é uma ferramenta muito necessária para nós comunicar. Esse seria o papel fundamental da mídia”, aponta já no início do seu relato o Sem-terra 5. Ele, em sua contribuição, nos apresenta com riqueza de detalhes argumentos em torno da relação MST para com os órgãos de imprensa. Conforme ele, para o Movimento, a mídia é “uma ferramenta utilizada pela classe dominante do capitalismo para se posicionar”. Apesar de classificá-la como uma “importante ferramenta” o Sem-terra 5 identifica que, em determinadas situações, a mídia deixa a desejar. “Eu acredito que a mídia desconhece a força que tem, porque quando ela distorce as informações, quando elas são distorcidas, ela não está contribuindo com a sociedade, ela está prejudicando”. Esse fato é lamentado profundamente pelo Sem-terra 5, pois ele considera que a mídia “influi muito na cultura do País”. Nesse sentido, para o agricultor, a mídia não se preocupa em valorizar as pessoas e a cultura dos mais pobres, ela está preocupada com marketing em “abrir espaço para o mercado”, para o “interesse do grande ganho econômico”, da posição social de quem “domina esses meios de

comunicação”. Por isso, segundo ele, por vezes os meios de comunicação deixam de fazer o seu papel.

O papel dos meios seria, por exemplo, mostrar por que o povo chegou naquela situação de pedir, de estar mendigando e ter de chegar de joelho para pedir alguma coisa. Não é feio pedir, mas é humilhante. Isso aí que os meios de comunicação deveriam se preocupar: por que essa pessoa chegou nisso? Alguém tem de ser responsabilizado. Será o nosso sistema econômico? Serão nossos governantes? Por que que a mídia não tem coragem de abrir uma página da Zero Hora, por exemplo, e colocar o que é um acampamento Sem-terra? Por que que ela não tem coragem de dizer que aqui nós não passamos fome? Que aqui dentro nós não temos aquelas brigas que tem lá fora? Será que isso é colocado nos meios de comunicação? (SEM-TERRA 5).

A importância delegada aos meios de comunicação pelo Sem-terra 5 advém, conforme suas considerações, da própria essência do ser humano. “O que seria de nós sem nos comunicar?”, pergunta ele. Em relação aos profissionais que trabalham em comunicação ele diz perceber que realmente existem “pessoas boas na mídia”. Pessoalmente tem conhecimento de relatos em que vários jornalistas deixaram dos seus empregos porque as matérias que eles produziam eram manipuladas por seus patrões e por seus editores. Diz ele: “é claro que o profissional, que tem vergonha na cara, se ele não conseguir fazer da forma correta, como tem que ser, ele vai pedir demissão mesmo. Ele não vai baixar a cabeça para o patrão. Ele vai tentar formar uma equipe de jornal que não tenha medo de dizer a verdade”.

Outro problema identificado pelo Sem-terra 5 no sistema de mídia em geral é que as grandes empresas dominantes do jornalismo não abrem espaço para os pequenos. “Eu nunca vi abrir espaço para um pequeno agricultor. Elas não representam o povo, no sentido da verdadeira sociedade que a gente vive. Representam sim o sistema econômico que está sendo pregado por esse Estado”. Enquanto isso, segundo ele, o sentimento é de preocupação, porque a imprensa pode ser “uma grande arma de avanço na sociedade”, ou seja, “de denúncia das coisas erradas que acontecem”. Para ele, esse é o lado positivo que mostra que a comunicação “tem lugar na sociedade, tem voz, tem vez e a gente precisa dela. Mas precisamos primeiro que ela se transforme e que também ela passe por uma revolução. Que ela avance no sentido de olhar mais para a sociedade”.

“Eu acho que a coitadinha da mídia já apanhou valendo hoje. E depois que ela já apanhou, sabe como é?! Depois de o cara meio tonto, um tapa é fácil de dar”, diz o Sem-terra 7. Ele, nas suas contribuições, além de reconhecer o temor em relação à mídia de hoje, invoca o papel pedagógico da comunicação, ao se referir à utilização da mídia nas escolas:

Essa maneira que a mídia se apresenta para o MST é pior do que a sociedade imagina, porque ela está deixando de prestar um serviço até nos colégios. Pois o grande mal da sociedade brasileira é a falta de cultura. Vejam, são poucas as pessoas em condições de partir para um debate. Para essas pessoas é muito difícil ser um contribuinte para o seu próprio futuro e ter uma vida digna onde essa mídia não consegue desdobrar ele. Então eu acho que nós temos um grande medo dessa tal de mídia, pela covardia que ela apresenta na nossa frente. Agora na medida em que ela mudar esse panorama, a gente vai dar um passo importante para que o Movimento Sem-terra seja visto como realmente ele é. Não precisa inventar nada (SEM-TERRA 7).

As contribuições da Sem-terra 8, num sentido, são mais restritas. Elas não falam da mídia, mas sim do jornalismo e das diferenças percebidas entre os diferentes gêneros jornalísticos. Porém, elas não são menos importantes já que indicam como determinado público percebe as informações veiculadas nos diferentes suportes. Segundo ela:

O jornalismo de imagem, que é o que sai na TV, ele trabalha de uma forma mais rápida e mais direta, porque ele mostra a imagem. Ele não precisa apresentar muito conteúdo para dizer o que está se passando, porque tu pode ver naquela imagem. Já o jornal, para fazer uma denúncia ou mostrar um acidente, para descrever, ele vai usar diversas palavras. De repente uma foto ou duas para tentar mostrar o que aconteceu. No jornalismo que trabalha com imagem na televisão fica muito mais fácil e avança no sentido de ser mais direto e mais objetivo. Já no jornal enquanto matéria escrita tem que se explicar um pouco mais e colocar mais elementos para poder transmitir a mensagem sendo o mais correto possível com a realidade. Eu acredito que quando é do interesse deles, com certeza eles conseguem fazer isso e muito bem. Agora depende do interesse de quem está por trás da notícia. É isso que a gente percebe (SEM-TERRA 8).

Para a Sem-terra 9 “a mídia emburrece o povo, ela aliena”. Nesse sentido, ela parece compartilhar argumentos com o Sem-terra 2 para falar dos organismos de comunicação. Segundo ela, os meios de comunicação, que seriam meios para informar a população brasileira de “ambos os lados”, não conseguem fazer isso. Ela considera fundamental saber sempre “ambos os lados”, tanto o lado da burguesia, “porque nós estamos numa sociedade capitalista e a gente não pode esquecer isso e a gente tem de estar informado sobre o que a burguesia pensa”; quanto “sobre o que a pobreza pensa”.

A comunicação deveria ser de ambos os lados, mas ela só serve a classe dominante, ou seja, a burguesia. Ela vai trazer os fatos sempre nessa linha. É só a gente pegar nosso mural aqui e ler as notícias. Nossa equipe de comunicação está de parabéns porque eles sempre tentam trazer jornais para a gente estar informado sobre o que falam da gente. E a gente está aqui dentro, fica abobado das coisas que falam, porque a gente não é isso. Ninguém veio perguntar o que a gente pensa! (SEM-TERRA 9).

A Sem-terra 9 também pega carona na fala da Sem-terra 8 e aproveita para discorrer sobre as características principais do jornalismo impresso. Conforme ela, “a questão” do jornalismo escrito é que ele tem que “articular as palavras”. A manchete em si, para ela é a mais importante, porque a “maioria do povo não lê o jornal”, lê apenas as manchetes do jornal e vê as fotos. Até porque “muitos não sabem ler mesmo, são analfabetos”. Então, para a Sem-terra 9, o jornal “procura te convencer pela foto, pela manchete e pelo título”. Porque a “maioria só lê o título e no máximo a explicaçãozinha da foto”. Na maioria das vezes “não lê toda a notícia no jornal; não procura dentro do jornal outros fatos, outras manchetes; outras reportagens que contribuam com anterior, para a pessoa compreender toda uma questão”. Nesse sentido, pondera ela, a pessoa na maioria das vezes fica repetindo por aí só “o que leu na manchete e a imagem que viu, sem ler o todo”.

No mesmo sentido da Sem-terra 9, o Sem-terra 10 considera que a mídia na sociedade capitalista é “totalmente manipulada pela classe dominante. E, a ideologia da classe dominante é sempre e ideologia dominante”. Além disso, ele destaca em sua contribuição o caráter privado dos órgãos de comunicação e o caráter potencialmente manipulador da mídia. Diz ele:

A mídia em toda a sociedade capitalista é privada, ou seja, as ideias que ela propaga são as ideias dos donos dos meios de comunicação. Normalmente as rádios, as TVs e os jornais são propriedades da burguesia, que têm ligações políticas, principalmente de direita. Ou seja, os jornalistas, os repórteres nada mais são do que fantoches das ideias da burguesia. Os jornais e todos os meios de comunicação de massa são utilizados para fazer com que o povo pense certas coisas. Usam-se os meios de comunicação de massa para alienar o povo. Fazer com que o povo perca valores éticos e morais. Que o povo vire apolítico e não pense em questões sociais, que o povo seja fútil. A mídia tenta tirar a atenção das questões sociais e das questões políticas. Então – a mídia aliena. Portanto, a culpa da alienação e da miséria do povo brasileiro, em parte é da mídia. Ela, na verdade, não fala a verdade. Mente em favor da classe que manda no País. Porque é essa classe dominante que paga o salário dos jornalistas (SEM-TERRA 10).

Em relação ao jornalismo, o Sem-terra 10 argumenta que o mesmo “é comunicação e a comunicação numa sociedade é fundamental”. Porém denuncia que a “ética do jornalismo” deveria ser conscientizar o povo, esclarecer, informar e falar a verdade. Ou seja, acima de tudo o jornalismo precisaria “ter caráter”, porque ele considera que, “cada notícia de jornal ou de televisão contribui para a formação de uma opinião e a opinião das pessoas, a opinião da sociedade como um todo, é formada pelo que é noticiado, nos meios de comunicação”.

São baseadas nessas notícias que as pessoas se posicionam sobre determinado assunto e por isso o jornalismo é importantíssimo. Só que há um problema. A ideia é que o jornalismo seja imparcial, seja transparente. Dificilmente isso acontece! É quase impossível que uma notícia seja imparcial, que seja transparente, tanto para um lado como para outro. Então o jornal tanto escrito quanto televisionado, vai depender muito da intenção daquele que está fazendo a reportagem e daquele que está editando essa mesma reportagem. Se ele vai querer favorecer os envolvidos ou se ele vai querer condenar esses envolvidos (SEM-TERRA 10).

Para o Sem-terra 10, as pessoas são sempre produtos do meio, são influenciadas por sua família, pela escola, pela igreja, pelo trabalho que elas vão desenvolver; e hoje em dia, principalmente, pelos meios de comunicação, pelos jornais e pelos programas de rádio e TV. “Hoje se pode afirmar que as pessoas são o que elas vêem ou lêem nos meios, principalmente o que elas assistem na TV”. Então, segundo ele, “o jornal constrói parte do que é o ser humano hoje”. Ele considera que as pessoas são “influenciáveis” e por isso “manipuladas pelos meios de comunicação” que têm a função de informar, conscientizar, de falar a verdade, de ser transparente. Mas, “eles nem buscam isso”. Eles buscam “influenciar o povo e manter o povo nas rédeas. Fazer com que o povo pense o que eles querem que o povo pense. Deixar o povo como fantoches, manipular o nosso povo”.

O jornal trabalha com uma opinião totalmente pronta para a cabeça das pessoas. Uma opinião que não necessariamente seja a realidade e seja a verdade, mas que a partir do momento em que ele lê, ele acredita. Porque o povo acredita no jornal e toma aquela opinião para ele. Ou seja, adquire uma opinião atravessada, equivocada sobre o assunto. Por isso eu acho que a construção de uma nova sociedade, de um novo mundo, vai partir da conscientização do povo. E a conscientização do povo talvez só parta de uma revolução jornalística, uma revolução onde o jornalismo realmente cumpra a sua função, a sua ética, e não que seja usado como meio de manipulação da sociedade (SEM-TERRA 10).

Como procuramos demonstrar pelos dizeres dos Sem-terra em relação ao sistema de mídia em geral, existem posições conflitantes entre os membros do grupo focal, principalmente quando falam do seu papel na esfera social – “ameaça” e/ou “ferramenta necessária”? Porém, quando no grupo focal entram em pauta o Grupo RBS e o jornal Zero Hora, o discurso parece uníssono. Tanto o veículo em questão, quanto o grupo a que ele pertence são descritos puramente como “instrumento de manipulação” da classe dominante. A manifestação a seguir, de iniciativa da Sem-terra 9, acompanhada pelos demais participantes do grupo demonstra perfeitamente esse modo de dizer: “Fala aí companheiros – a gente não esquece abaixo RBS! Acho que isso aí já diz um pouquinho”.

Conforme a própria Sem-terra 9 a RBS é o maior meio de comunicação do Rio Grande do Sul e deveria informar e trazer cultura. Mas, no final, “ela só vai reproduzir o que

os grandes desse Estado querem”. Ela esclarece que mesmo antes, quando se falou em mídia e dos meios de comunicação, num contexto geral, lembrou da RBS. “A gente lembra de mídia, lembra de jornal é a RBS, é a Zero Hora, é a Rádio Gaúcha”. Para a Sem-terra 9, nas notícias publicadas pela RBS, há sempre uma “clara distorção dos fatos, muito mais do que nos outros meios de comunicação”. Segundo ela, esse é o grande problema:

[...] Eles não são fidedignos ao que a gente mostra. O que a gente pretende nunca fecha com o que eles captam e escutam de nós. Eles acabam passando uma imagem marginalizada do MST e das famílias que estão aqui, porque eles tentam atacar o Movimento. Na verdade quando eles falam alguma coisa de errado eles atacam as famílias. Exemplo disso é o que aconteceu agora, dias atrás quando os “Diários do MST”, os cadernos de luta foram publicados. Eles nem sabem quais são as discussões que a gente tem aqui dentro. Então como dizer aquilo?! Quando a gente faz uma reunião, uma prosa, a gente anota algumas palavras para lembrar depois, para dialogar no conjunto do acampamento. E o jornal acabou dizendo mil e uma coisas que ele nem sabe o que é. Por conta de uma palavra já querem criar na sociedade gaúcha uma imagem que não é nossa. Em vez de pegar, entrar em contado com a gente para tentar entender de fato e daí veicular as coisas se for o caso, não. Eles distorcem os fatos como eles bem querem e sempre para nos mostrar como as piores pessoas desse Estado e desse País. Para mim a pior raça que tem é aquela empresa (SEM-TERRA 9).

Para o Sem-terra 4 a RBS e o jornal Zero Hora têm única e exclusivamente utilidade para servir o capital, já que eles “distorcem os fatos colocando uma outra versão e denegrindo a imagem, que já não é boa, de um povo que está lutando por justiça, pela realização de uma vida digna, por melhorias de futuro”. O Sem-terra 4 ainda cita um exemplo dessa prática nos veículos da RBS.

O Movimento sabe que uma fazenda é grande e improdutiva, com dívidas para a União que são impagáveis com seu próprio capital territorial. O MST faz a ocupação aí o Movimento é errado. Porque a Zero Hora faz a cobertura colocando os fatos distorcidos e incriminando o próprio Movimento. E o que é pior, escondendo o lado errado do latifundiário, proprietário de uma área assim, ele passou a vida inteira explorando uma sociedade, explorando pessoas pobres, escravizando o povo com empregos de salários baixíssimos. E eles não falam nada (SEM-TERRA 4).

A “distorção” também é considerada pelo Sem-terra 5 como o grande problema quando se fala da questão agrária na RBS e na Zero Hora. Ele diz que gostaria muito se um dia a Zero Hora, em algumas edições sobre o Movimento Sem-terra, falasse de “ocupação e não de invasão”. Segundo ele, isso nunca saiu no jornal, mesmo a Zero Hora sabendo que o Movimento trata por ocupação o que eles chamam de invasão, o que “tem uma baita diferença”. Isso “acaba decepcionando, porque é mentira e é claro que quem está do lado de fora e não convive conosco, não tem essa noção, entende perfeitamente: os caras invadiram”.

Essas atitudes vão refletir na visão do Sem-terra 5 “uma legítima falta de transparência e a falta de vergonha de um veículo de comunicação tão grandioso como esse”, porém, ele alerta que quando a sociedade como um todo, ou a grande maioria dela, “realmente abrir os olhos” e ver quem é a RBS, quem é a Zero Hora, eles vão ficar em “maus lençóis”. O Sem-terra 5 acaba dizendo que isso está acontecendo, “nós aqui somos a prova viva disso” e ainda pergunta: “tu já imaginou uma ocupação na RBS a quantia que iria repercutir?” Na mesma linha de raciocínio do Sem-terra 5, a Sem-terra 8 admite que “se a Zero Hora passasse a verdade o bicho ia pegar”.

Eu acho que eles têm um pouco de medo porque o nosso Movimento ia ser bem maior do que é. Se eles mostrassem realmente a realidade, que o Movimento é o caminho, nós teríamos muito mais companheiros e isso afetaria muito eles. No meu pensar é isso. Está aí o medo. Por isso que na RBS é a maior parte mentira, é só uma farsa. Tudo o que passa nela tu tem que sempre estar com um pé atrás e desconfiar. A Zero Hora eu tirei o chapéu para ela! (SEM-TERRA 8).

A Sem-terra 8 ao falar dos jornalistas – “aquele que realmente faz, aquele que enxerga, que vê e que tenta desdobrar” – lembra que no caso dos profissionais da RBS eles “vêm com interesse da própria empresa e por isso distorcem os fatos”. Por isso que, conforme ela, quando pautam a reforma agrária que é um “objetivo mais popular, um objetivo do povo, de uma classe diferente, de uma classe oprimida, eles vêem como um povo marginal e que não tem futuro”.

[...] Então, às vezes, a Zero Hora de cara, de capa pode estampar uma notícia boa, agradável, que faça o público comprar, se interessar e ler. Mas ao virar a página do jornal eu vou me deparar com uma notícia que vem distorcida, na grande maioria das vezes. Eu como convivo no MST sei disso, mas a grande maioria não sabe. Inclusive na Zero Hora a gente nota que falta muita sinceridade. Um truque que o jornal usa bastante e que a gente percebe é que ele gosta muito de pegar aquela imagem negativa. Aí mostra o interesse daquele mau profissional que não quer, ou do editor, seja quem for o culpado, em não mostrar a verdadeira realidade nossa. A imagem negativa pega mal. Então a gente vê que há uma distorção nas imagens daquilo que se coloca. Falta um pouco de seriedade na minha opinião, tanto no jornalismo visual, quanto nesse jornalismo mais de escrita (SEM-TERRA 8).

“Para mim a RBS não é imparcial e ela não é transparente. Ou seja, ela tem lado e o lado dela não é o povo, não é o povo trabalhador, não é a maioria. O lado dela são os ricos, são os latifundiários, são os grandes empresários, são as grandes multinacionais que têm o dinheiro e que sustentam a RBS”. Com essa sentença o Sem-terra 10 introduz sua fala sobre o Grupo RBS e o jornal Zero Hora. Ele diz ainda que, como faz parte do MST e sabe como

funciona, “entristece” ver que um meio de comunicação que poderia ser símbolo de informação e de cultura, que deveria ter a “ética da verdade”, acaba “mentindo tanto”.

Então o que eu tenho a dizer sobre a RBS e a Zero Hora é que eles têm lado; que eles favorecem a burguesia; eles não são um veículo de comunicação do povo. Que os jornalistas são formados para mentir, para ludibriar, para enganar e não para conscientizar e falar a verdade. Porque se tu for um jornalista imparcial, tu não arranja emprego porque a RBS, a Zero Hora e os grandes veículos de comunicação manipulam as notícias. Eles mentem. Então, aí se vê porque a RBS e a Zero Hora taxam o MST como bandidos, como baderneiros. Porque para eles não é importante que a sociedade em geral veja o que realmente é o MST. Uma organização que luta por igualdade e luta por justiça. O povo nunca ficaria contra isso, mas a RBS, a Zero Hora e os outros veículos de comunicação da burguesia, distorcem toda a notícia para fazer com que o MST pareça ser os vilão na história da luta de classes (SEM-TERRA 10).

Conforme as informações registradas nos debates do grupo focal, ainda é possível traçar um paralelo tematizando o relacionamento dos agricultores Sem-Terra com a mídia e com as produções do Grupo RBS, antes e depois do seu ingresso “na luta”. Nesse sentido, é flagrante nas contribuições que houve mudanças no entendimento e na forma de se relacionar com a mídia e com os produtos midiáticos. Tais mudanças materializam novas posições que vão da indiferença a uma postura crítica em relação às produções. Ousaríamos apontar, conforme os preceitos de Hall (2003), que passaram de uma leitura tendencial dominante, para uma leitura negociada com tendências de oposição. Vê-se aqui claramente a mediação “Movimento Social” atuando na mudança de postura e regendo a forma de se relacionar com os órgãos de imprensa e com seus produtos, especialmente com o Grupo RBS e com o jornal Zero Hora.

Segundo o Sem-terra 1, o jornal, a TV e o rádio sempre estiveram presentes em sua vida. “Não sei o que tem por trás dos bastidores, mas a gente gosta”, diz ele. Em seu relato, no entanto, ele detalha como tem acesso às publicações impressas, aos jornais, no acampamento do MST. Conforme o Sem-terra 1, os jornais no acampamento são disponibilizados no mural do setor de comunicação. “Esses jornais são colocados ali para tirar um tempo”. As notícias são colocadas no mural “para todo mundo ver, para ir aprendendo e para ter uma noção de como é que a mídia faz”. Esses jornais são trazidos, sempre que possível, por qualquer membro do Movimento. “O companheiro quando sai na rua compra um jornal, lê e trás para o acampamento”. Conforme o Sem-terra 1, nesses jornais já constaram notícias, por exemplo, “que o Incra tinha comprado terras para o pessoal e aquilo tudo era mentira”. Então, para ele,

os jornais “mentem muito” e as pessoas que estão chegando ao acampamento, “às vezes podem querer desistir por conta dessas notícias”.

Já o Sem-terra 2 relata que quando não estava no Movimento escutava bastante esporte, olhava bastante o Jornal Nacional e a RBS. Agora “aqui dentro isso não faz mais parte da minha vida”. Segundo ele, lá “só se vê mentira mesmo, só vê criticando a gente”. Mesmo tendo o cuidado para não “discriminar” ninguém, ele enfatiza que se for para ligar uma televisão, se for para ler uma notícia dessas prefere estar dentro do Movimento fazendo as tarefas, ajudando a cuidar do povo e dando o melhor de si para a organização. Mídia e Movimento, para ele, podem ser excludentes. Um substituindo o outro, já que lendo uma notícia, não se apreende nada. “Só vê crime, só vê coisa errada. Tu só aprende a fazer o que não deve. Tu vê arma, vê assalto a banco, vê um tomando um tiro, vê outro indo preso etc. Tudo coisa errada”.

[...] minha vida mudou por inteiro. Minha vida mudou muito. Eu lia o jornal para procurar um emprego e eu não achava um emprego. Hoje em dia não. Aqui é bem diferente. Eu não preciso sair atrás de um emprego, eu tenho tudo aqui dentro, até minha família. Então eu estou muito feliz com a mudança de vida e não pretendo voltar mais para rua. Não pretendo sair mais aqui de dentro. Depois que eu ser assentado eu não vou precisar mais de notícia, não vou precisar de jornal, a única coisa que eu vou precisar é de cursos de formação para aprender a lidar na terra e sustentar, eu e minha família (SEM-TERRA 2).

“Do lugar de onde eu vim, da vila, não tinha muito esse contato com a mídia, a não ser com a novela”, relata a Sem-terra 3. Mas a TV, segundo ela, sempre esteve presente. Até descobrir que o barulho da televisão estressava muito. Desse ponto em diante ela diz ter começado a se desligar da televisão. Já o jornal, conforme ela, é muito cansativo, dá sono, e é muito estressante para ler. “Essa era a minha realidade. E a gente sente no Movimento que tem essas várias realidades. Antes informação para mim era muito pouco pela realidade que eu vivia mesmo”.

Para o Sem-terra 4 a mídia começou a chamar a atenção depois que ele assistiu um filme chamado “Mera Coincidência”. Segundo ele, o filme conta a estória de um escândalo sexual do presidente dos Estados Unidos, que para se livrar em época de eleição, pensa numa guerra em outro País e chama toda a atenção da população norte-americana para aquele lugar. Para o Sem-terra 4, a partir daquele dia ele passou a olhar tudo com outros olhos. Ele diz que tinha o hábito da leitura, mas sempre acreditando muito no que estava lendo ou, no máximo, comparando uma notícia com a outra. Depois, ele passou a questionar tudo, pois o filme que

assistiu mostrou muito a manipulação das informações, e também a manipulação dos fatos. Ele conta, ainda, que agora, o MST tem os seus apoiadores que fazem um trabalho externo e esse trabalho também se preocupa em trazer informações e levar informações. “Isso para ver se consegue minimamente deixar os fatos mais parecidos com a realidade. É assim que funciona aqui e isso eu acho muito importante”.

O Sem-terra 5, por sua vez, diz que sempre foi fã do rádio. “O rádio para mim sempre foi aquele companheiro para distração e para informação”. Ele conta que antes de vir acampar, tinha o costume de procurar notícias em diversos jornais para pesquisas e já naquela época ele pôde perceber e avaliar como as coisas saíam no jornal. “Tu via que estava sempre distorcido. Eles nunca colocavam a real situação”. Desde aquele momento, então, ele começou a perceber a “falta de seriedade de alguns jornais e de alguns jornalistas”. Porém, lembra que “a gente está sempre querendo conferir um pouco a notícia”. Segundo ele, agora enquanto acampado, não se tem aquele acesso direto aos jornais, “porque a gente tá longe da cidade” e também pela “situação econômica” que não permite pagar um jornal todo dia. Mas lembra que “sempre que algum companheiro vem da cidade e trás aquele jornal que já estava vencido, de um dia ou dois, que tem alguma coisa que interessa ao MST se coloca ele no mural”.

A Sem-terra 6 relata que quando estava “lá fora” também gostava muito de televisão. “Eu gostava de olhar novela. Era vidrada em novela”. Segundo ela, depois que entrou no Movimento começou a acompanhar mais as notícias. “Mas eu nunca fui muito de ler jornal”. Ela imaginava, quando veio para o MST, que iria sentir falta da televisão. “Mas não, aqui é tanta ocupação, a gente tem as tarefas, que nem sente falta da televisão. Aqui é bem diferente, temos bastante companheirismo, amizade e tudo”. Já o Sem-terra 7 diz que “lá fora” nunca teve muito tempo de olhar televisão. Passava trabalhando e quando chegava em casa tinha outras tarefas e não sobrava-lhe tempo para ver TV. Porém, ele relata que quando encontrava um tempinho, por exemplo, para ver a luta das mulheres ele dizia: “meu Deus essas mulheres estão ficando loucas”, porque estavam passando uma “imagem distorcida”. Depois que veio para o Movimento, ele diz ter conseguido perceber e ver o “quanto a gente aprende lá fora tudo errado”. Para o Sem-terra 7, lá eles “distorcem tudo e não mostram a realidade”. Ele diz então que televisão não fez falta quando foi para o acampamento e lá, quando sobra tempo, ele escuta rádio. “Eu leio jornal quando posso. Para ficar mais ou menos informado, também não me interessa muito por notícia lá de fora que não tem muito a ver para mim”.

Em sua contribuição, o Sem-terra 8 detalha como as notícias chegam e circulam dentro do “Acampamento em Luta”. Também fala do potencial motivador de algumas notícias e dos efeitos positivos que a circulação destas informações tem, mesmo as “mais esdrúxulas”, para a mobilização dos acampados.

Aqui as notícias chegam da seguinte maneira: a companheirada vai até a cidade resolver algum problema e trás o jornal de lá. Está passando pela cidade, vê o jornal com alguma manchete sobre o MST e trás para cá. Aqui é encaminhado para o setor de comunicação que coloca no mural do acampamento. O acampamento tem um mural, ao lado do setor de comunicação, onde todo o povo tem o acesso de olhar e ler a notícia. No mural funciona assim: falou do Movimento e a gente teve acesso, vai para o mural. Não é separado e não existe nenhuma censura sobre as notícias. Pode ser a notícia mais esdrúxula possível, mesmo assim ela é colocada ali. Até para indignar o povo. Porque o povo está aqui no Movimento, está acampado, alguns com quatro ou cinco anos de caminhada e sabe o que é o Movimento Sem-terra. Sabem que o Movimento não é essa monstruosidade que falam e ai. Quando eles enxergam uma notícia falando tanta porcaria, tanta abobrinha mesmo sobre o Movimento, eles se indignam e isso até é positivo para a Organização e para a motivação do povo. Outras notícias também motivam o povo, como o apoio de outros focos do Movimento no Estado; de assentamentos fazendo luta também; dos acampamentos que ficaram nas bases nos ajudando na peleia. Isso motiva muito o povo porque mostra que o Movimento é grande, é forte e é unificado. Que a gente está fazendo a luta aqui, mas que tem focos no Estado inteiro, no País inteiro e que a qualquer momento se nós se apertar aqui, eles vão nos ajudar, eles vão agir. O Movimento é realmente uma família e muitos não entendem esse princípio de solidariedade do MST (SEM-TERRA 8).

Já a Sem-terra 9 aponta que nunca assistiu muito televisão, principalmente a RBS, por desconfiar do tipo de informação dos programas jornalísticos e da qualidade dos programas em geral. Porém, ela conta que possuía muito o hábito da leitura tanto de livros, quanto de jornais. Dos participantes do grupo focal ela era a única que tinha acesso não só à Zero Hora, mas também à mídia alternativa e à internet – seu recurso de informação preferido. No acampamento, segundo a Sem-terra 9, ela está reaprendendo a viver. “Televisão não me faz falta, eu estou aprendendo a escutar rádio, mas é bem complicado porque eu não tinha o hábito do rádio”. Quando ela tem liberação do acampamento diz que continua procurando informação via internet e também em jornais antigos guardados por seus familiares que depois ela traz para o acampamento e repassa para o setor de comunicação. “Mas sinto falta dessa informação mais diária, mas é uma questão de aprendizado e de mudar o teu costume de vida”.

O Sem-terra 10, em seu turno, admite que antes de vir acampar, o único meio de comunicação em que buscava informação era a televisão, e com parabólica, onde não “pegava” a RBS. Segundo ele, raramente lia jornal, só quando seu pai trazia algum exemplar

do local onde trabalhava. “Em geral eu era bem desinformado, mas bem desinformado mesmo”, admite. “Eu lia livros, a minha leitura eram livros que me chamavam a atenção. Mas acesso à informação jornalística era bem pouco”. Conforme ele, já no acampamento “os companheiros vivem com o radinho no ouvido dia e noite [...] quando tem uma ação do Movimento ou alguma coisa, aparecem os jornais que tem as notícias. O acampamento compra esses jornais e traz para o povo dar uma olhada. Essas notícias ficam no mural ou vai se distribuindo os jornais para a companheirada”.

Conforme relatado anteriormente, o terceiro estágio de análise do momento *leitura* no “Circuito das Notícias”, está vinculado ao mapeamento das representações movimentadas na leitura das notícias, publicadas em Zero Hora, e relacionadas aos atos de entrada e saída dos Sem-terra na Fazenda Southall em São Gabriel (RS). Nessa fase, os Sem-terra do grupo focal, antes de tecerem suas considerações, manipularam à vontade as 18 edições do jornal Zero Hora que contemplaram a temática no período. Depois disso, escolheram determinado *texto*, a partir do qual desenvolveram suas considerações. Por último, alguns dos participantes ainda realizaram uma avaliação geral, tanto da cobertura do jornal Zero Hora no episódio, quanto do trabalho de pesquisa realizado no acampamento.

O Sem-terra 1 elegeu a matéria publicada no jornal Zero Hora no dia 18/05/2008 “Diários secretos do MST” para tecer seus comentários. Segundo ele, lá está escrito que uma mulher tinha de apresentar “aquele comprovante do banco”. Ele explica que isso é necessário sempre que uma pessoa é liberada pelo acampamento e fica fora por um período maior que o combinado. Como só é permitido sair por “saúde, justiça e finanças”, a pessoa tem de comprovar dessa forma por que ficou tanto tempo fora. Diz ele que “não é para justificar dinheiro ou coisa parecida, para repassar dinheiro para o Movimento”, como o jornal apresenta na matéria. Em relação ao texto ele pergunta: “Essa gente não vê o lado humano de ninguém e acham que ninguém tem a necessidade de alimento e de ter uma vida melhor”? Além disso, o Sem-terra 1 aponta o que para ele é mais uma falha na cobertura da Zero Hora. Segundo ele, o número de polícias que atuou na revista do acampamento do Movimento (matéria publicada em 09/05/2008 – “Nova tática contra o MST”) é de 1.200, não de 600 como colocou o jornal. “Agora não sei se foi incompetência do cara que fez essa matéria; falta de coragem desse editor que mandou publicar essa matéria; ou está na cara que a mídia é um verdadeiro objeto de manipulação mesmo”?!

“Olha só como eles botam: a gente não invade a gente ocupa! Não existe isso de principais invasões. Isso é ocupação para lutar pela reforma agrária. Na verdade quem invadiu

foram eles muito antes de nós existirmos. Tomando terra que não era deles”. A partir dessa fala o Sem-terra 2 concentra seus comentários no entorno da matéria publicada em 19/05/2008 “Levantamento mostra que 162 invasores têm antecedentes”.

O meu comentário basicamente se reflete na exclusão do povo na cidade. De onde esse povo vem?! Eu também morava na cidade e penso assim: que bom, na minha opinião, que mesmo pessoas, companheiros e companheiras que tiveram algum dia na vida problemas de ameaças, de lesões corporais e pessoas que tiveram algum tipo de envolvimento com a polícia; que bom que hoje procuraram um novo jeito de viver. Isso deveria ser lembrado pelo jornalista e pelo jornal. Porque se também o MST excluísse esse povo, esse povo voltaria a roubar, a matar, a estuprar etc. Aqui é uma oportunidade que essas pessoas têm de resgatar as raízes de seus pais, de seus avós e deles mesmo. É uma forma deles não voltar a constituir crime na sociedade. Então é uma pena que essa notícia aqui só tente mostrar a questão de delitos e de crimes e não de recuperação do ser humano. Isso que é triste! (SEM-TERRA 2).

Segundo o Sem-terra 2, no Movimento existem sim, e ninguém esconde, pessoas que tiveram um problema ou outro. Porém, quando se conhece a história de vida dos acampados, as coisas mudam de perspectiva. Mesmo assim, conforme ele, o MST dá oportunidade para a pessoa se “reconstruir” e, se ela não se reconstrói, ela mesma sai do Movimento, “com as próprias pernas” e vai embora quando bem quiser. Noutro exemplo de cobertura falha de Zero Hora, o Sem-terra 2 cita que na revista do acampamento (texto de 09/05/2008), apesar de o jornal mostrar muita coisa, ele não mostra a “humilhação do povo”. [...] “Não mostra as pessoas com sede, as pessoas sentadas no sol sem poder beber água e também muita desumanidade que eles fizeram ali”.

“Eu queria colocar sobre essa reportagem da Zero Hora de domingo 18/05/2008 – Cadernos de luta do MST”, anuncia a Sem-terra 3. Para começar, ela diz que os Brigadianos estavam num número bem maior (como o Sem-terra 1) e como eles não conseguiram levar presos; como eles não conseguiram encontrar as armas; como eles não conseguiram provar nada; ficou vergonhosa aquela ação. “Mexer com o Estado inteiro para vir prender uma tropa de bandidos e levar seis, por coisa que nem existia, ficou muito feio”. Conforme a Sem-terra 3, a situação foi tão vergonhosa que aí resolvem se basear nos cadernos e “usar a coisa induzindo a companheirada a pensar que Movimento tira dinheiro, que o Movimento extorque e faz horrores”. Para ela, a “mídia funciona do jeito que quer, para quem quer e para quem paga bem, e o jornal é muito claro nesse sentido”. Porém, ironicamente, ela ressalta que também saíram no jornal, nesse dia, muitas coisas bonitas:

[...] Tem algumas coisas aqui que eu até achei bonito. Quando eles colocam que o povo aqui avalia e vê a diferença de classes; sobre a reforma agrária onde convoca o povo para lutar – “os Sem-terra chegam a produzir uma esperança rumo à reforma agrária e convocam o povo para lutar. Ricos concentram terras comparadas com o dinheiro do povo, quem sustenta é a Farsul e o Poder Judiciário”. Que bom que eles colocaram essa parte do caderninho também; pelo menos isso! Muito bonita também as bombas aqui, muito interessante às bombas de “molotow”. O que é isso? Será que eles pensaram que nós íamos atirar neles nossas lamparinas? Não sei o que eles acharam! (SEM-TERRA 3).

Mas, lembra a Sem-terra 3, no geral “dá nojo nessa reportagem são as outras partezinhas que foram escolhidas dos cadernos do MST”. Conforme ela, na coordenação do acampamento se faz todo um trabalho, até se chegar a uma conclusão. “De um ponto tu debate, encaixa e vai formando uma opinião. O povo vai pensando, não vai aceitando, e vai dando a sua contribuição. Tem companheiros que são recém chegados, que ainda não conseguem fazer o debate só na cabeça, e que escrevem algumas coisas. E eles foram lá, pegaram essa partezinha e colocaram no jornal”. Segundo ela, a dona Helena que aparece num dos trechos da matéria é do seu acampamento – “vai ter de cumprir 16 horas de guarda porque não apresentou os recibos do banco” – “Isso me indignou tanto! Está assim no jornal”! Para a Sem-terra 3, esse é um exemplo clássico da manipulação praticada pela Zero Hora, pois os jornalistas pegaram todo um debate da coordenação, onde o povo fala, e recortaram um pequeno trecho para dizer: “olha, ela não apresentou o extrato do banco e por isso ela vai ter de cumprir 16 horas de guarda. Não trouxe o extrato para dizer quanto tem no banco e quanto vai dar para o Movimento, então vai ter de tirar guarda. Sinceramente, isso é manipulação, isso é nojento, muito nojento”.

“Eu gostaria de falar sobre esse Editorial. ‘Invasões e Estado de Direito’ (publicado em 28/04/2008). Ou seja, lei, legalidade e do descumprimento da lei”, diz o Sem-terra 4.

No dia da revista ali na São Paulo 2, o comandante da Brigada não sei por que razão, por que motivo resolveu conversar com os Sem-terra que estavam sentadinhos. Uma coisa que é inédita até hoje. Alguns foram lá conversar e compraram o debate. E eu cheguei lá no meio para dar o meu pitaco. Fiz uma pergunta para ele. Perguntei se na opinião dele o mais importante, era o cumprimento da lei ou fazer justiça, ou fazer o que é justo?! Ele imediatamente respondeu que seria cumprir a lei. O mesmo argumento que está aqui no jornal. Aí eu respondi que a Reforma Agrária era uma lei, estava na Constituição e que nós estávamos apenas tentando fazer cumprir a lei. Portanto era a Farsul e a Brigada que estavam nos impedindo. Foi isso que eu conversei com ele e é isso que eu tenho a dizer sobre essa reportagem (SEM-TERRA 4).

No Editorial, conforme o Sem-terra 4, se fala muito da lei, porém, ele lembra que as leis são feitas pelos deputados e que os deputados, mesmo eleitos com o voto do povo, têm

suas campanhas financiadas pela classe dominante e acabam sempre por defender o interesse da classe dominante. Ou seja, diz o Sem-terra 4, “a lei não existe para o pobre, a lei é para o rico. O pobre, aquele à margem da sociedade, ele está excluído e essa lei não serve para ele. Agora se o pobre rouba uma galinha, passa anos na cadeia. Isso prova que num país capitalista a lei é uma ilusão. A lei é balela”. Para ele, desse jeito, ao mesmo tempo em que não cumprem a lei da Reforma Agrária, o MST tem o direito de não respeitar a lei da propriedade privada – para pressionar, para que a lei da Reforma Agrária saia do papel. “Então Estado de Direito meu amigo, num País onde existem milhares de Sem-terra e um proprietário que tem 13 mil hectares abandonados. Estado de Direito, querer falar em lei, querer falar em justiça, isso aí é hipocrisia”.

Já para o Sem-terra 5, todo e qualquer jornal tem alguma coisa de bom que dá para aproveitar. “Não vamos condenar todos eles simplesmente pela faixa que diz Zero Hora”. Segundo ele, o maior objetivo do MST em acompanhar a cobertura da Zero Hora é para saber da repercussão das ações reivindicatórias promovidas pelo Movimento. “Bom, se chegou na Zero Hora chegou na casa de muita gente”. Ele ainda complementa:

O nosso grande interesse é que se divulguem as nossas ações. O fato de ser distorcido ou não isso aí fica a critério da sociedade. O cidadão tem o poder de avaliação, de perceber quem está certo e quem está errado. E se alguém duvida de alguma coisa nossa é só pegar uma lona e vir acampar junto conosco. E também nós sabemos que na sociedade tem muita gente inteligente. Não é só nós que vivemos aqui que sabemos que eles tem esse poder de distorção das notícias. Tem muita gente lá fora, que entende como o jornal trabalha, a maneira como ele coloca as coisas. Essas notícias da Zero Hora que distorcem os fatos do MST a gente acaba por chamar de notícias cachaça, de fato de cachaça. Elas não conseguem direito nem ver, nem mostrar a realidade. É tudo meio torto. Vêem um caso e fazem dois ou três, fazem um baita bicho. Como um bêbado quando toma demais e enxerga um punhado, enxerga duplo mas não enxerga nada direito (SEM-TERRA 5).

Depois, o Sem-terra 5 ainda faz um extenso relato sobre suas impressões relacionadas aos fatos e às coberturas dos fatos reportados pelo jornal Zero Hora no texto publicado no dia 19/05/2008. Devido ao detalhamento e riqueza das considerações, optamos aqui, por apresentar praticamente na íntegra seus dizeres. Como podemos perceber, a análise parte do título da reportagem e passa por todos os períodos *do texto*, até o ponto final.

O que a gente percebe de início: o título da reportagem diz “Nova tática contra o MST”. Aqui já fica claro que eles não estão preocupados com nosso problema social, eles estão preocupados em inibir a nossa ação. Isso é para a gente ver a política podre que o Estado aplica junto com a Brigada Militar. Os Brigadianos também são uns trabalhadores infelizes do Estado, que se submetem a isso para ganhar o pão de cada dia. Depois nós temos o que – “acostumados a entrar de

surpresa nas propriedades integrantes do MST foram alvos da mesma tática ao amanhecer na fazenda em São Gabriel”. Isso mostra que nós estamos mais avançados que eles porque nós sabemos pensar ainda um passo na frente. Dessa vez eles copiaram e da próxima vez eles vão deixar acontecer para depois copiar? Eu quero dizer para eles que nós entramos na Southall de dia, a Brigada Militar viu, ou seja, eles não tinham massa suficiente para segurar todo o povo. A nossa força ainda é o povo, a Brigada viu e não pôde fazer nada (SEM-TERRA 5).

A discordância em relação ao número de policiais presentes na operação, já referida pelos Sem-terra 1 e Sem-terra 3, também integra o relato do Sem-terra 5, como podemos conferir a seguir:

Aquele argumento que eles utilizaram, efetivo de 765 PMs [...] nos nossos cálculos lá, pelo que nós vimos em outras reportagens, noutra fontes e em outros jornais eram mais de mil homens. Então isso mostra a determinação do Estado em demonstrar que dessa vez não iria perder para o MST. Eles botaram computadores, helicóptero, viaturas etc. Só que esse jornal é tão à toa que não colocou o número de ônibus que serviria para levar as pessoas presas do nosso Movimento. E olha aqui nos dados quantas pessoas eles prenderam. Cinco pessoas detidas (SEM-TERRA 5).

A forma de tratamento dispensada aos Sem-terra pela polícia e pelos ruralistas, conforme a argumentação do Sem-terra 5, também acaba sendo incorporada pelo jornal e pelos jornalistas e aparece claramente na matéria.

Então dá para ver a forma como eles vêm tratando a gente, como se ali estivesse se formando uma quadrilha. Eu me pergunto: eles acham que todo mundo é igual? Que todo mundo é sem-vergonha, bandido e ladrão? Eu acho que não é isso e isso ficou bem claro para eles. Porque a estrutura que eles usaram foi praticamente de uma ação de guerra. Outra coisa que o jornal coloca aqui – “para restabelecer a ordem política na região onde está o acampamento” – e aí surgem alguns relatos que centenas de produtores rurais teriam prestado queixa na delegacia porque nós estaríamos atrapalhando. Eu não sei, mas quem conhece a região e olhar aqui sabe que juntando todos não tem 100 produtores. Só o Southall tem 13 mil hectares. Então, dá para ver a falta de conhecimento de quem tentou contar essa matéria (SEM-TERRA 5).

O Sem-terra 5 também critica tanto os objetivos quanto o resultado da operação e ainda lamenta que as informações repassadas pela polícia aos jornalistas tenham sido tomadas como absolutas e não tenham passado por nenhum tipo de avaliação crítica. Simplesmente foram absorvidas como verdadeiras e reproduzidas nas páginas do jornal Zero Hora.

Olha só: “O objetivo era identificar todos, revistar as barracas e apreender objetos que pudessem servir de armas”. Pelo amor de Deus, eles podem entender o que quiser, mas para nós são ferramentas de trabalho. A foice, o facão, o machado é para cortar lenha, para preparar a roça e o alimento. Isso aqui eles consideram arma? O cara que roça para fazer o seu plantio, ele é um terrorista, ele é um bandido? Então é

uma falta de conhecimento e uma distorção mesmo. Eles falam em bодоques, mas eu não acredito que eles consideram bодоque uma arma?! O poder que uma funda tem é mínimo perto daquilo que eles estavam carregando e apontando para os companheiros. Outra coisa – “resultando um caminhão baú cheio de foices”. Se é assim, quantas foices cada um de nós tinha na mão? Isso aí é ferramenta. Com todo o nosso pessoal, 694 pessoas, tinha 32 facas. Isso aí era ferramenta de cozinha. 16 escudos – esses são artefatos de compensado que, se esse jornal prestasse a atenção, veria que cada um deles trás uma mensagem. Porque nós sabíamos que a mídia ia chegar, filmar e fotografar. Garrafas de coquetel molotow. Olha só o absurdo. Sabe o que é isso aqui? Isso aqui são nossos lampiões que nós botamos óleo diesel e querosene para iluminar os barracos de noite (SEM-TERRA 5).

Conforme o Sem-terra 5, a falta de cuidado na apuração dos fatos demonstra o claro comprometimento do jornal e dos jornalistas com interesses que não são os interesses do MST. Ele também questiona o fato de, no momento da ação, estarem presentes exclusivamente repórteres do Grupo RBS para cobertura – como vimos no estudo do momento da *produção* do “Circuito das Notícias” foi uma fonte do próprio Batalhão de Operações Especiais da Brigada Militar quem avisou o Grupo da operação, ainda no dia anterior.

A falta de legitimidade disso aqui, a falta de cuidado, deixa a gente chateado enquanto acampado. Eu não sei se o objetivo dessa matéria é deixar nós chateados, mas está colocando para a sociedade como se nós fossemos uns terroristas. Então eu acho que algumas coisas aqui poderiam ser melhoradas, poderia ser refeita essa matéria, poderia se ter mais cuidado. O jornalista podia ter pedido um pouco de satisfação do que significa isso. E outra pergunta, se foi permitida a entrada de alguns repórteres desse jornal Zero Hora, porque não deixar outros meios de comunicação entrar também? Cadê o direito de imprensa, de livre imprensa, e cadê o direito também que nós temos de colocar a nossa voz, de nós falar. Eles aqui não entrevistaram nenhum de nós simplesmente botaram o que viram (SEM-TERRA 5).

Para o Sem-terra 5, diferente do que foi estampado nas páginas do jornal Zero Hora, as 694 pessoas que foram identificadas são trabalhadores honestos que, com suas famílias, buscam um futuro melhor dentro do Movimento Sem-terra. Segundo ele, essa foi a única possibilidade que restou para eles terem uma vida digna, então, não devem ser tratados dessa forma. Por fim, ele sentencia: “Eu acredito que isso não vai ficar assim. Que esse jornal um dia possa rever essas matérias; ouvir essas pessoas que tiveram ali sentadas com a mão na cabeça todo esse tempo; que o Estado também reveja o erro que ele cometeu. Uma das complicações que eu vejo aqui é que a seriedade foi deixada de lado por esse jornal”. Complementando a descrição do Sem-terra 5, a Sem-terra 9 se propõe a relatar o que “realmente” aconteceu no episódio da revista no acampamento, o que, segundo ela, não se encontra nas páginas do jornal.

Eles cercaram o acampamento e nós também cercamos o acampamento até que veio uma orientação. Os homens vinham vindo em fila, separados das mulheres e das crianças para fazer a revista e depois a identificação. Primeira coisa: tinham crianças que estavam só com o pai. A mãe não estava aqui. E eles proibiram as crianças de ficar com seu pai. Mandaram as crianças com as mulheres. Até que a gente começou reclamar por causa das crianças no sol, aí a gente veio para baixo das árvores. Enquanto nós estávamos aqui, nós estávamos cantando e brincando de roda com as crianças. Era uma imagem muito bonita, uma imagem de alegria, porque é uma tarefa nossa enquanto Movimento tentar que as pessoas se choquem o menos possível nessas situações. Aí a gente começou a fazer o diabo para conseguir comida para as crianças e quando começou a liberar as mulheres nós pegamos baldes na cozinha e passamos com água. Carregamos água até aqui para nossos companheiros. É indignante isso aqui porque não mostra toda a realidade (SEM-TERRA 9).

A Sem-Terra 6, vasculhando a mesma reportagem, pergunta se a sua “faca de mesa” não aparece nas fotos e considera o que foi feito pela Brigada Militar na oportunidade como uma “verdadeira humilhação”. Argumento também utilizado pela Sem-terra 8 em sua manifestação.

O que eles fizeram é uma crueldade, todo mundo com fome e sede. Até a própria Brigadiana chorou ali vendo a crueldade que estavam fazendo com a gente. Pois nós ficamos lá mais de cinco horas com as crianças sem comer e sem nada. Esse dia vai ficar marcado porque foi horrível. O meu guri tem cinco anos e ele está até hoje traumatizado. Olha aqui quando os homens estavam sentados pedindo água. Meu guri até hoje, qualquer barulho que ele escuta pergunta: mãe é a policia que vem vindo? A Brigada derrubando cercas e fazendo coisas horríveis. As crianças com medo dos cachorros. Foi horrível esse dia (SEM-TERRA 6).

O Sem-terra 10, ao tomar para si o *texto*, também observa algumas expressões que segundo ele são desnecessárias para falar do que acontecera no local. Expressões “fortes” que tentam excluir os excluídos do MST da sociedade do Rio Grande do Sul.

O jornal aqui fez questão de ressaltar uma coisa que não era necessária de colocar na notícia – que o MST prejudicou. Esse termo fica forte para quem lê a notícia, pois o MST está prejudicando os gaúchos. Como se o Movimento que está reivindicando algo também não fosse formado de gaúchos, da parte excluída da sociedade gaúcha. Depois aqui em baixo: tinham várias rodovias fechadas, vários bloqueios referentes ao problema que estava acontecendo aqui conosco. Olha aqui – “fuja dos transtornos” – indiretamente está chamando o MST de um transtorno, de uma baderna. Não mostra que o MST realmente está lutando por algo nem o que motiva o MST a lutar por isso. Então a gente vê aqui como a Zero Hora não é imparcial (SEM-TERRA 10).

O Sem-terra 7, porém, lança mão de uma comparação para analisar a matéria publicada pelo jornal Zero Hora no dia 19/04/2008 “MST deixa a Southall”. Segundo ele, o jornalista que produziu o *texto* esqueceu, ou “fingiu que esqueceu”, de colocar na matéria

exatamente aquilo que levou o MST primeiro a ocupar a Fazenda e, depois, a sair da área. Diz ele:

Eu moro num município que se desmembrou de Palmeira das Missões, chamado Novo Barreiro. Lá nós somos em 4.800 habitantes. Em cima disso eu questiono o jornalista que escreveu e o jornal: estou acampado num município que tem uma fazenda, a Southall, cuja área de 13.000 hectares é idêntica a área do meu município. É admissível morar 4.800 pessoas de um município, na mesma área de uma propriedade que tem um só dono? Que gera no máximo 20 empregos temporários e dois empregos fixos? Acho que faltou essa reflexão ao companheiro jornalista. A imparcialidade é uma coisa preocupante num país de 184 milhões de habitantes cujos 60 milhões passam por dificuldades de alimentação (SEM-TERRA 7).

Já, conforme o Sem-terra 10, é necessário lembrar que na imprensa “tu recebe muito lixo jornalístico, só para encher linguiça”. Segundo ele, é um pouco assim que acontece também em relação ao MST. Ele, em suas considerações, parte da matéria publicada pelo jornal Zero Hora no dia 15/04/2008 “Abril vermelho em São Gabriel”. O Sem-terra 10, no referido texto, consegue identificar algumas marcas que demonstram claramente a opinião do jornal em relação ao Movimento e à Reforma Agrária, mas não deixa de reconhecer que a matéria está bem escrita. Diz ele:

Essa notícia aqui continua utilizando termos pobres contra o MST, mas mantém uma certa imparcialidade, uma certa transparência. É a notícia da ocupação mesmo. Fala bastante do Abril Vermelho, do Massacre de Eldorado dos Carajás, trás a versão do Movimento aqui, não só a mentira da Brigada Militar de abater gado lá. Em geral está bem imparcial essa reportagem aqui. Eu achei ela mais ou menos. Mas como dá para ver a maioria dos depoimentos são do lado deles. Já aqui tu vê como a opinião deles está inclusa na notícia. Aqui fala da ocupação dos assentados na secretaria da agricultura em Porto Alegre. Eles têm direito aos créditos, porque não adianta pôr alguém numa terra e abandoná-lo lá tendo que plantar com as mãos. Então eles estão pedindo os créditos que realmente eles têm direito, que é lei pela reforma agrária. Então aqui notícia normal, pois acaba colocando a notícia em pauta, não dá para pedir mais (SEM-TERRA 10).

Numa avaliação geral da cobertura do jornal Zero Hora acerca do MST e de suas ações, especialmente as realizadas em São Gabriel, o Sem-terra 5 lamenta que o objetivo principal do Movimento não seja divulgado nunca. Mas ao menos, segundo ele, o jornal “mostra”. Mesmo que não agrade a forma como ele divulga, ele mostra. “Ele chega às mãos de várias pessoas que sabem interpretar”. Conforme ele,

[...] para nós não é positivo as informações que eles colocam, porque a gente trabalha e aquilo que a gente faz é no sentido de conquistar a sociedade e mostrar para a sociedade que é uma alternativa para melhorar a qualidade de vida. Enquanto o jornal não se preocupa com isso, ele se preocupa em rebaixar as pessoas que estão

aqui. Isso para nós não é problema. Mas o jornal para nós não é problema, muito pelo contrário, ele é uma ajuda. Porque nós sabemos que está sendo divulgado e quando tem divulgação nós sabemos que tem os direitos humanos que estão cobrando melhores condições para nós. Então dentro desse trabalho da Zero Hora eu gostei no sentido de nós termos conteúdo para debater, porque quando nós debatemos nós avançamos e isso é importante (SEM-TERRA 5)

O Sem-terra 5 também avalia de uma forma positiva o trabalho de pesquisa realizado e o considera bastante interessante. Ele ainda reivindica que se abram mais espaços, com outros jornais, e que se procure depois divulgar o que se aprendeu no acampamento.

Nós temos muito que aprender enquanto comunicação. Inclusive quem não gostaria de ser manchete de jornal um dia, mostrando que a reforma agrária é boa e dá certo. Eu espero que um dia esse jornal Zero Hora venha mostrar o meu lote, no meu assentamento, o lote do companheiro, da companheira e diga que nós estamos prontos para seguir na luta enquanto assentado. Também porque, enquanto tiver um Sem-terra cravando a bandeira, o povo assentado, da mesma família MST, vai ser manchete na Zero Hora e na RBS. Não interessa como. A luta continua companheiros (SEM-TERRA 5).

Nesse sentido, a Sem-terra 3, em nome dos outros participantes também destaca positivamente a realização do trabalho de pesquisa. Diz ela:

Eu gostei muito do trabalho. Sinceramente, nem acreditava que esse trabalho pudesse acontecer aqui dentro. Não sei o que tu vai usar dessa prosa boa que nós tivemos aqui, mas espero que tu use da melhor maneira possível. Os companheiros pediram para eu falar. Eu parabenizo o teu trabalho porque é a primeira vez que alguém da linha da imprensa vem tirar uma convivência conosco, aqui dentro do acampamento e buscar essas opiniões. Eu achei de uma importância bastante grande isso.

Já a avaliação da Sem-terra 9 parece dissonante daquela feita pelo Sem-terra 5. Para ela, a cobertura do Grupo RBS, mais precisamente do Zero Hora, no Abril Vermelho e na ocupação estadual do MST na Fazenda Southall, foi falha. “Eles não cobriram, não deram a notícia em si”, acusa ela. Porém,

[...] mesmo que eles se negassem a cobrir era impossível não fazer, porque os outros meios de comunicação estavam fazendo. Então houve a cobertura. Mas analisando como foi feita essa cobertura: as fotos, a manchete e o conteúdo; como foi usado isso, você percebe claramente pender para o lado do capitalismo, pender para o lado de lá. O jornal pautou a reforma agrária não como algo necessário e justo para a sociedade brasileira, mas como algo que é um empecilho para o desenvolvimento. Tanto que ele trata as manchetes do MST como um assunto geral, banal. Outras como caso de polícia. Então é a forma como a Zero Hora pauta a notícia, como ela mostra, como ela dá a manchete, como ela apresenta o conteúdo que é complicado. Aí é que está o problema! Porque ela não mostra como de fato é. Nos jornais não tinha nenhuma das ações dos assentados. Nem a ação dos alimentos, o convívio com

a sociedade pobre daqui. Aqui na Zero Hora, de maneira alguma há interesse em mostrar que a reforma agrária dá certo. Ela pautou a manchete, pautou a notícia, mas sempre distorcendo os fatos. Isso é triste (SEM-TERRA 9).

Segundo o Sem-terra 10, duas coisas não apareceram no jornal, mas são importantíssimas para a luta pela terra e para a cobertura dessa luta. A primeira estaria relacionada aos objetivos das ações, que para ele nunca foram descritos pelo jornal Zero Hora, e a segunda relacionada à liberdade de imprensa no que diz respeito à falta de acesso direto dos jornalistas aos locais de conflito.

A primeira coisa: nós ocupamos a sede da Southall com o objetivo de denunciar um latifúndio que é improdutivo. A Southall é improdutivo, é uma fazenda abandonada. Chega a ser desumano tu ter tanta terra concentrada e atirada enquanto tem gente passando fome. Então nós ocupamos a fazenda Southall dispostos a resistir e exigindo o cumprimento do acordo que foi feito com o Inca no final do ano passado. Fizemos toda nossa estratégia de resistência. Iríamos resistir custe o que custar. Porém, o que aconteceu, foi feito um acordo para que houvesse um desfecho pacífico. Um acordado que nós sairíamos de lá sem revista, sem a identificação e sem a humilhação que a gente passa em todas as desocupações e viríamos para uma área que seria nossa, como assentamento. Portanto, os órgãos estaduais mentiram com esse acordo. Eles somente fizeram esse acordo, não para evitar um confronto, e sim porque eles não tinham como mobilizar tropa suficiente para tirar nós da área. Logo depois receberam uma pressão imensa da Farsul e da burguesia latifundiária, dos feudais criminosos. Por pressão deles, eles vieram fazer a revista. Uma ação ridícula e deprimente, humilhante para os trabalhadores. Simplesmente para satisfazer a vontade e o ego de um bando de fazendeiro que nada faz a não ser enriquecer explorando seus peões e a terra que é do nosso País e do nosso povo. A segunda coisa que a mídia não noticiou é que a imprensa não teve acesso a praticamente nada. A ação aconteceu e no momento que a Brigada vai agir a imprensa, ultimamente, está sendo proibida de chegar perto, de passar a verdade, de fazer a reportagem sobre a ação, de cobrir o acontecimento. A Polícia Militar está fazendo um terrorismo com a imprensa. Então a Zero Hora, numa avaliação geral tem lado. Está do lado da burguesia, porque quem é dono dessa empresa, da Zero Hora e da RBS, é a burguesia. Quem financia a Zero Hora é a burguesia. Então a Zero Hora e a RBS são veículos de comunicação da burguesia e noticiam para a burguesia (SEM-TERRA 10).

Desse modo, a partir dos dados trabalhados e das impressões aqui sistematizadas, parece-nos claro que os leitores, agricultores Sem-terra pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, acabam por movimentar sentidos de oposição (desfavoráveis, conseqüentemente) à matriz representacional hegemônica da questão agrária no Brasil. Também, por promover uma *leitura*, na maioria das vezes, negociada/resistente em relação aos sentidos movimentados nas notícias veiculadas pelo jornal Zero Hora relacionadas à sua causa e às suas ações. Como pudemos perceber, apesar dessa matriz de representação hegemônica também ser formatada pelos discursos da mídia e do jornalismo, ela é composta de “fora para dentro” e, de acordo com os dizeres dos Sem-terra, não dá conta da

representação adequada do Movimento. Por isso, o conflito de representações é tão evidente. Tais considerações, mais uma vez atentam para a importância de se entender e/ou explicar a complexa relação entre o campo da mídia (jornal Zero Hora) e o campo político (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra), através das representações que ambos movimentam em seu encontro, numa perspectiva relacional e integradora – como a do “Circuito das Notícias”.

CAPÍTULO 6 –
DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:
AS REPRESENTAÇÕES NO JORNALISMO EM PROCESSO

Na perspectiva que propomos estudar o jornalismo, conforme o “Circuito das Notícias”, não podemos mais admitir tomar a mídia apenas como agente mediador, nem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) e suas ações reportadas pelo jornal Zero Hora (ZH) apenas como objeto/acontecimento mediado. Ambos, nessa ótica, integram um único sistema cultural e, mesmo ocupando posições distintas dentro dessa configuração, devido às cotas diferenciais de capital acumulado, desenvolvem relações recíprocas, diretas ou indiretas, de maior ou menor grau de intensidade, conforme determinado período, situação e/ou contexto.

Para nós, nesse estudo, não foram apenas as relações entre o campo dos Movimentos Sociais e o campo do Jornalismo, nem as relações entre o campo da produção da notícia (enunciação) e o campo do consumo (recepção) o que importou saber e observar, mas sim o movimento das representações relacionadas à questão agrária, tanto na *produção* quanto no *texto* e na *leitura*. Dentro do que chamamos “Circuito das Notícias”, não podemos mais separar esses momentos, ainda mais quando falamos em discursos e nas representações que eles tocam ou movimentam. No “Circuito” todos são produtores de discursos, todos são consumidores de discursos e todos operam com representações. Entender, e procurar explicar, essa relação desse novo ponto de vista implica em abandonar velhas formulações e elevar os estudos do jornalismo a um novo patamar, dentro do campo da cultura e no universo de produção simbólica – cultura aqui entendida como conjunto de valores ou significados partilhados.

Fundamentais à compreensão desse movimento de representações nos diferentes momentos do “Circuito das Notícias” são também considerações antes trabalhadas, como as de Hall (1997), acerca do funcionamento da linguagem como processo de significação. Conforme o autor, é a linguagem que atribui sentido, e os significados só podem ser

partilhados pelo acesso comum a ela. A linguagem, nessa ótica, funciona como sistema de representação. Onde a representação através da linguagem é central para os processos pelos quais o significado é produzido – pois, “é através do uso que fazemos das coisas, o que dizemos, pensamos e sentimos, ou seja, como as representamos, que damos significado”. Emprestamos significado, portanto, ou pela estrutura de interpretações que trazemos, o que podemos chamar de culturas vividas, e/ou pela forma que as utilizamos no cotidiano. Dessa forma, a representação é importante para a própria constituição das coisas, já que, conforme Bourdieu (1989), os indivíduos elaboram representações para dar sentido à realidade social.

Desse modo podemos dizer que as notícias (*textos*), inclusive aquelas produzidas pelo jornal Zero Hora sobre a questão agrária, somente vão adquirir significado mediante uma representação que lhes atribua um determinado sentido sociocultural e histórico. As notícias, por conseguinte, também são produtos resultantes de processos de produção cultural e só acontecem na conjugação dos acontecimentos e dos textos. Assim, na lógica do “Circuito das Notícias”, não podemos mais estudar apenas como são construídos os acontecimentos, temos obrigatoriamente de ver também como são construídos os *textos*, pois, é desta maneira que podemos comprovar que a notícia – produção de acontecimento pela linguagem – cria sentidos mediando as diferentes instâncias do social. Conforme Hall (1997), isso empresta às abordagens um caráter bastante discursivo, porém não consideramos isso um problema. Constatamos nesse estudo que, estrategicamente, é o discurso quem indica o caminho, a melhor forma de percorrer os meandros do “Circuito das Notícias” em suas diferentes fases. Pois, é o discurso, e nesse caso as representações que ele movimenta, o substrato comum tanto aos momentos da *produção* e do *texto*, quanto da *leitura*.

Contudo, nessa linha, não podemos esquecer dos efeitos e consequências da representação através dos potenciais conflitos que ela pode gerar. Esse potencial conflitante deriva do fato de que os significados não são nunca dados diretamente. Eles não permanecem intactos na passagem pela representação e estão sempre sendo negociados e inflectidos para ressoar as novas situações. “Devemos considerar o significado em termos de efetivo intercâmbio – um processo de tradução, que facilite a comunicação cultural, mas que reconheça a persistência da diferença e do poder entre os falantes dentro do mesmo circuito cultural”, diz Hall (1997, p.11).

Assim sendo, reconhecemos que estudar representação significa estudar a ligação do significado e da linguagem com a cultura, o que para nós é fundamental na comunicação e no jornalismo. Pois, “representar é usar a língua/ linguagem para dizer algo significativo para

outrem,” já que, “a representação é parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e intercambiado entre os membros de uma cultura” (HALL, 1997, p.11). Se representar é produzir significado através da linguagem, a representação é a produção do significado, do conceito em nossa mente, muito adiante da existência do fato ou da observação empírica. Dessa forma, no “Circuito das Notícias”, podemos falar em dois processos principais de representação: um que funciona pelo sistema de correlação a um conjunto de representações mentais que possuímos; e outro patrocinado pela linguagem que possibilita a existência de um mapa conceitual partilhado e o intercâmbio de significados e conceitos.

Conforme Fausto Neto (1989), as representações são resultantes de complexos processos de produção de sentido e de operações feitas junto às linguagens – principalmente operações de caráter enunciativo. Elas acabam por configurar os *textos*, que nada mais são do que o lado visível dessas representações. As representações, ainda conforme o autor, mantêm uma ligação profunda com os matizes culturais, uma vez que são sistematicamente significadas pelos processos de produção de sentido; logo, são sempre situadas. Nessa ótica o jornalismo, que reivindica para si o direito de produzir as representações dos acontecimentos, opera segundo sua própria capacidade de produzir essas representações – representações de sentidos. Ele, conforme um conjunto de operações discursivas que lhes são próprias ou que toma de empréstimo de outros campos sociais, garante para si esse direito devido, principalmente, ao seu poder enunciativo e/ou de enunciação. É pela força que tem o poder enunciativo da mídia jornalística que os processos de engendramento das representações resultam de inúmeras e complexas transações, as quais acabam por dar forma, pela mediação da linguagem, às representações sobre os atores e os campos sociais.

Dessa forma, como falamos de um “Circuito”, no caso o “Circuito das Notícias”, esse processo de representação está sempre articulado a um outro momento, sendo possível iniciar a investigação em qualquer lugar, embora ainda exista um certo destaque para a *produção*. No “Circuito” é notório que a mídia prioriza determinadas narrativas e sentidos em detrimento de outros e que, desse modo, a *leitura/recepção* não é um espaço livre de pressões. Essas *leituras*, mesmo que não possam ser estudadas em relação direta com a posição dos *produtores*, se relacionam com as mesmas, mas também mantêm relação com as culturas vividas e com o próprio *texto*.

Reordenando a proposta de Johnson (1999) do “Circuito da Cultura” para o “Circuito das Notícias”, reiteramos que para pensar cada um dos momentos que compõe o “Circuito” à

luz dos outros é fundamental não perder de vista os processos que envolvem a representação, nem as relações entre os diferentes momentos. É notório, assim, que esse tipo de análise só é possível dentro de um ambiente teórico-metodológico híbrido, onde as práticas socioculturais, como o jornalismo, possam ser tomadas e relacionadas conforme um esquema capaz de conjugar as instâncias de *produção – texto – leitura*. Essas, junto com seus diferentes elementos constituintes (produtores, textos e receptores), são determinantes na circulação dos valores simbólicos regentes da atividade e do processo de significação dos diversos campos sociais, configurando e/ou desenhando o processo comunicativo de maneira conveniente e em sua totalidade.

A percepção do jornalismo como uma prática sociocultural e das notícias como produto cultural, dentro de um modelo de “Circuito”, são fundamentais para que a análise dos fenômenos noticiosos contemporâneos tenha no conceito de representação uma centralidade. Dessa forma, convém admitir que os *textos* dos mídia acabam por produzir determinadas composições, aparentemente colhidas do mundo empírico, que são elevadas à categoria de representantes de pessoas, situações e fatos. Tais *textos*, por meio de intervenções invisíveis do seu autor, são capazes de influenciar de maneira sutil as percepções sobre as coisas do mundo. Admitir que as representações são construídas e que elas atuam também no jornalismo não significa um julgamento moral sobre a prática jornalística em si, mas a admissão de uma contingência que é própria do trabalho jornalístico. O jornalismo, como um conjunto de conceitos organizados, disposto e classificados em relações complexas entre si, é por si só um sistema de representação que tanto acolhe quanto constrói representações.

Aplicada ao campo da comunicação midiática e ao estudo do jornalismo no “Circuito das Notícias”, esta visão pode realizar uma síntese entre fatores racional-cognitivos, sociais e técnicos envolvidos no processo representacional, permitindo a superação de antagonismos entre abordagens que confrontam, por exemplo, a análise das mensagens e a recepção, na busca de estabelecer o momento ideal da produção de sentido. Embora nessa perspectiva possam ser identificadas múltiplas agências de representação, para a maioria das pessoas ainda são os mídia que se tornam os provedores primordiais de representações sobre o estado da sociedade e do mundo.

Seguindo a lógica do “Circuito das Notícias”, constatamos na pesquisa que o jornalismo de Zero Hora, na cobertura do MST, sustenta-se num bloco hegemônico de representações, relacionáveis sempre a uma ideologia – ele sempre parte de uma perspectiva de enunciação; porém o jornalismo, como prática sociocultural, só é portador/construtor de

discursos dentro de um contexto social, sempre em relação com a exterioridade. De toda forma, o espaço da *produção* no “Circuito das Notícias” existe como momento mas extrapola o entendimento da *produção*, entendida de modo convencional – como procedimentos necessários para criação propriamente dita de um artefato ou produto. Em síntese, ele abarca também as distintas narrativas que se associam à construção desses produtos culturais que são as notícias. Nesse sentido a *produção* é “um processo social e histórico” e não está vinculada apenas à “produtividade dos próprios sistemas de significação”.

Assim, até mesmo o grupo dos profissionais da notícia do jornal Zero Hora acaba por naturalizar um sentido decorrente de uma representação, reiterando uma posição hegemônico-dominante sobre a questão agrária, até mesmo sem perceber. O sentido de ilegalidade, favorável à matriz representacional hegemônica da questão agrária aparece, portanto, sempre movimentado. Desse modo, em alguns casos, mesmo partindo de sentidos tensionados ao admitir a validade do MST e seu nível de organização, os jornalistas não conseguem se libertar, em seu dizer, da noção de “fora da lei” que historicamente envolve os questionamentos em torno da posse da terra no Brasil.

No segundo momento do “Circuito das Notícias” - o *texto* -, abordamos o texto das notícias, ou seja, os textos produzidos por uma organização de mídia do campo do jornalismo (no caso pelo jornal Zero Hora), na etapa anterior do “Circuito” (a etapa de produção) e que numa fase subsequente (momento da leitura) encontra os leitores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, representantes do campo político. No estudo dos *textos*, através da Análise do Discurso, podemos além de verificar as formas como a Zero Hora representa o MST em suas notícias, traçar um mapa de sentidos que o jornal faz circular sobre o Movimento, relacionado-os com a matriz representacional hegemônica da questão agrária. Também garimpar as marcas textuais que nos ajudaram a entender como as representações da questão agrária se tornam efetivas na vida cotidiana dos leitores e na prática discursiva dos jornalistas.

Nessa lógica, o *texto* não pode mais ser estudado por ele próprio, nem pelos efeitos sociais que se pensa que ele produz, mas sim pelas “formas subjetivas ou culturais que ele efetiva e torna disponíveis” (JOHNSON, 1999. p.75). Ele é apenas um meio para análises e/ou um material bruto a partir do qual certas formas puderam ser abstraídas. Nesse sentido, em nosso entendimento, a Análise do Discurso relaciona-se diretamente com a proposta do “Circuito das Notícias”, pois, como pontua Orlandi (2001, p.16), ela leva em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, a relação

estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Ou seja, é uma análise que considera, também, aquilo que é exterior ao *texto* e o atravessa. Foi assim que a Análise do Discurso nos possibilitou detectar o diálogo entre as práticas produtivas da equipe jornalística e o resultado do trabalho, tanto no veículo em si, quanto junto ao seu público leitor, quando chegamos no último estágio da análise do processo comunicacional.

Nesse momento, os *textos* selecionados procuraram ilustrar o movimento das representações efetivadas nas páginas do jornal Zero Hora acerca das ações do MST, e foram apresentados legitimando, rejeitando ou agenciando sentidos gestados em outros campos ou vinculados episódios históricos pretéritos, conforme descrito na matriz representacional hegemônica da questão agrária. Na análise das notícias no momento *texto* do “Circuito das Notícias”, identificamos que, predominantemente, o jornal Zero Hora retrata o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, suas ações e seus integrantes de modo desfavorável. Ou seja, de modo favorável à matriz representacional hegemônica que historicamente perpassa o tratamento das questões relacionadas à posse da terra. Esse tratamento está ligado à complexa relação estabelecida entre o campo político, aqui representado pelo MST e o campo jornalístico caracterizado por Zero Hora.

O jornalismo nesse caso produzido a partir de um fato objetivo, a ocupação e desocupação da Fazenda Southall, mostra claramente que o discurso sobre os Sem-terra e sobre a questão agrária deriva de valores históricos e culturais. Nesse sentido, o discurso jornalístico de Zero Hora contribuiu para reafirmar, reforçar e reconstruir uma matriz representacional hegemônica que há muito tempo está colada ao tratamento da questão agrária no Brasil. O discurso jornalístico de Zero Hora sobre o MST e suas ações traz consigo ideias preconcebidas que circulam num sentido comum, prestando a estas ideias seu ideal de objetividade, o que lhes confere a um status de verdade.

Também, no “Circuito das Notícias” a *leitura* ou recepção não pode ser considerada um momento isolado do processo comunicativo. Ela integra a dinâmica da rede, pois todos os momentos do “Circuito Comunicativo” estão interligados. A leitura, como define Johnson (1999), não é simplesmente assimilação. Ela própria é um ato de produção e, quando aliada aos estudos dos momentos *produção* e *texto*, permite o completo desenho do processo comunicacional no veículo em questão. Nesse sentido, cabe de imediato lembrar que os leitores dos *textos* serão sempre leitores na sociedade, e encará-los dessa forma implica em passar e/ou tentar passar de um momento analítico mais abstrato (a análise de formas) para

um mais concreto (os leitores reais, tais como eles são constituídos social, histórica e culturalmente), além de admitir tratar a *leitura* não como recepção ou assimilação, mas como sendo, ela própria, um ato de *produção*.

Assim, nesse momento do “Circuito das Notícias” atentamos principalmente às “práticas sociais de recepção”, entendidas como espaço da produção de sentido, além de lembrar que as culturas vividas ou o meio social pautam tanto o espaço da *produção* como o da *leitura*. Aqui as práticas de recepção não são vistas apenas em termos de comportamento. Elas são ordenadas por “estruturas de compreensão” bem como produzidas por relações econômicas e sociais onde os *textos* em circulação adquirem valor social ou efetividade simbólico.

Na descrição do MST e de suas representações com base nas falas dos próprios Sem-terra, para a maioria dos componentes do grupo existe uma diferença significativa entre o MST visto “de dentro para fora” e o MST visto “de fora para dentro”. Esta, conseqüentemente, é uma diferença perspectívica, flagrada principalmente quando os Sem-terra se referem ao antes e depois do MST em suas vidas e/ou quando eles mencionam os que estão “fora” e os que estão “dentro” do Movimento. Outro ponto explorado nos debates do grupo focal na análise do momento da *leitura* no “Circuito das Notícias”, que convém ser resgatado, diz respeito à mídia e/ou ao jornalismo. Como pudemos perceber, a mídia é colocada como a principal responsável pela formatação da representação “de fora para dentro” do Movimento. Esta representação, como evidenciamos, é distinta daquela que o MST tem de “dentro para fora”. Parece-nos claro, desse modo, que os *leitores*, agricultores Sem-terra pertencentes ao MST, acabam por movimentar sentidos de oposição à matriz representacional hegemônica da questão agrária no Brasil e/ou por promover uma leitura, na maioria das vezes negociada, mas resistente, em relação às notícias de sua causa e de suas ações que são veiculadas pelo jornal Zero Hora. Assim sendo, apesar de essa matriz de representação hegemônica também ser formatada pelos discursos da mídia e do jornalismo, ela é composta de “fora para dentro” e, de acordo com os dizeres dos Sem-terra, não dá conta da representação adequada do Movimento. Por isso, o conflito de representações é tão evidente.

Assim, quando esses dois campos e seus atores sociais se encontram, ou se aproximam, como numa ação do Movimento, reportada pelo jornal Zero Hora, os conflitos decorrentes desse contato são inevitáveis. Portanto, ao representar em suas páginas as posições do MST, a Zero Hora acaba potencializando tais conflitos, uma vez que delineia uma

representação, para o Sem-terra, não representativa do Movimento perante a sociedade, partindo sempre de um conflito ideal anterior baseado na noção de propriedade. Sem contar que, o público leitor de Zero Hora, aquele para o qual ela direciona sua *produção*, inegavelmente não é o público MST. Há, assim, um desacordo entre o Movimento e o jornal Zero Hora sobre os princípios fundantes do processo jornalístico em sua prerrogativa de enunciar as representações à esfera pública.

Dessa maneira, podemos afirmar que a representação do MST e de suas ações no “Circuito das Notícias” sofre uma transformação significativa. Sofre uma “torção” e/ou faz um movimento parecido com uma volta de espiral. Se pensarmos a partir da *produção*, ela sai de uma posição claramente favorável à matriz representacional hegemônica (que historicamente é desfavorável aos Sem-terra); passa no *texto/notícias* por uma posição onde as negociações são muito mais intensas e visíveis – embora aqui ainda estejam muito mais presentes os sentidos derivados da matriz de representação hegemônica; e transforma-se numa representação claramente desfavorável ou de oposição, quando encontra a *leitura* e/ou os agricultores Sem-terra na posição de leitores.

Sabemos, então, que a cultura veiculada pela mídia fornece recursos para que seu público produza significados a partir das representações por ela disseminadas. No jornalismo de Zero Hora e nas notícias sobre o MST, há certa determinação na mensagem, um sentido preferencial. Desse modo, parece-nos improvável pensar que, ao acompanhar as notícias e observar como a questão dos Sem-terra é tratada, seu público não seja de alguma maneira afetado por tais representações.

Nesse sentido, para os integrantes do MST uma luta ideológica é travada no “Circuito das Notícias”. Uma luta que consiste na tentativa de obter um novo conjunto de significados para um termo ou categoria já existente, de desarticulá-lo de seu lugar na estrutura significativa. É inegável, porém, que as representações midiáticas têm uma correspondência variável com os estados do mundo, especialmente do mundo social em que o mais problemático parece ser o uso retroativo da representação midiática, não como o substituto simbólico de algo, mas como o próprio objeto ou assunto representado, sendo usada como seu equivalente, numa verdadeira reificação da representação. Dessa forma, se todas essas representações estivessem inseridas em um texto de ficção, saberíamos que são opinião de um autor. Como elas estão inseridas nas notícias, reportagens e colunas, e constituem um discurso jornalístico, adquirem outro status e devem ser debatidas em outro nível.

Trabalhar com as representações no “Circuito das Notícias” exige fôlego e muito tempo, mas aponta resultados satisfatórios já que permite compreender a dinâmica dos processos jornalísticos, a interferência de agentes internos e externos no seu fazer e o diálogo que se dá entre *produção – textos – leituras* e culturas vividas e as relações sociais. Acreditamos que, neste olhar global reside a principal contribuição dessa perspectiva.

A preocupação com o todo resulta em um trabalho que permite compreender o processo jornalístico, não apenas o jornalista, a notícia ou seu leitor. Não se trata de uma abordagem melhor, mas diferente. Que não substitui, em hipótese alguma, as investigações que se especializaram em um dos momentos do processo, mas se soma a elas para jogar mais luz a essa prática. O “Circuito”, nessa estratégia, é vivo, multifacetado, e rico em possibilidades, porém, inegavelmente, apresenta fragilidades. Como procuramos analisar os três momentos do processo comunicativo em integração, temos somados os limitadores encontrados pelos pesquisadores que se dedicam a cada uma delas, mais os obstáculos que se impõem por abraçarmos o todo. Ao contrário de quem se dedica a estudar apenas um dos momentos e que pode pecar pela restrição sob pena de descaracterizar o seu objeto, no “Circuito das Notícias” devemos estar sempre alertas para não pecar pela superficialidade.

Isso, porém, em nosso entendimento, não invalida as possíveis contribuições aditivas já que a perspectiva do “Circuito das Notícias” permite compreender o jornalismo “acontecendo”, além de revelar uma série de características próprias desse fazer. Ela se serve de técnicas oriundas da investigação social e dos tradicionais estudos do campo, com o objetivo de possibilitar uma análise abrangente e amparada em um conjunto de métodos que deve ser problematizado frente a cada novo objeto.

Tais considerações, portanto, visam desvelar a importância de entender e/ou explicar a complexa relação entre o campo da mídia (jornal Zero Hora) e o campo político (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra), através das representações que ambos movimentam em seu encontro, numa perspectiva relacional e integradora – “Circuito das Notícias”. Esse novo ponto de vista implica, como vimos, em reelaborar velhas formulações e elevar os estudos do jornalismo para um novo patamar, dentro do campo da cultura e no universo de produção simbólica, sem nunca esquecer daquilo que realmente lhe dá vida – seus processos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1996.
- AMARAL, Márcia Franz. **Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho**. Tese: UFRGS, 2004.
- AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BARROS FILHO, Clovis de; SÁ MARINHO, Luís Mauro. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.
- BENETTI, Márcia. **Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- BENETTI, Márcia. Análise do discurso em jornalismo: estudos das vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia & BENETTI, Márcia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 107-122.
- BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. 2ª edição. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **A história do fim** – uma política e um pensamento libertadores podem surgir do Leste. In: Folha de São Paulo – 04/02/1990, p. D-20.
- BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loic J. D. **Respuestas**. Mexico: Grijalbo, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **O campo econômico** – a dimensão simbólica da dominação. Campinas: Papyrus, 1999.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

COSTA, Maria Eugênia Belczak. Grupo focal. In: DUARTE, Jorge & BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008. p.180-192.

CRUZ, Fábio Souza da. **A Cultura da Mídia no Rio Grande do Sul: o caso MST e Jornal do Almoço**. 2006. Tese. Porto Alegre: PUCRS, 2006.

Du GAY, P., HALL, S. et al. **Doing Cultural Studies: The Story of the Sony Walkman**. Londres: Sage, 1997.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge & BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008. p. 62-83.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril, 1978.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografia dos estudos culturais: uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Circuitos de cultura/circuitos de comunicação: Um protocolo analítico de integração da produção e da recepção. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**/ Escola Superior de Propaganda e Marketing. V.4, n.11. São Paulo: ESPM, 2007.

FAUSTO NETO, Antônio. Participação comunitária no Brasil: equívocos e desvios comunicacionais. In. MELO, José Marques de (org.). **Comunicação na América Latina**. Campinas: Papyrus, 1989.

FAUSTO NETO, Antonio. O jornalismo e os limites da representação. **Ecos revista**. Pelotas, v.9, n.2, jul-dez/ 2004. p.23-40.

FELIPPI, Ângela C. T. **Jornalismo e identidade cultural - construção da identidade gaúcha em zero hora**. Tese: PUCRS, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997a.

GOHN, Maria da Glória. **Os Sem Terra, ONGs e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo.** Petrópolis: Vozes, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Modernização Dolorosa.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos.** São Carlos: Claraluz, 2006.

GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH (orgs). **Textos em representações sociais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart (org.) **Representation – Cultural representation and cultural signifying practices.** Sage/ Open University: London/ Thousand Oaks/ New Delhi, 1997.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Unesco, 2003.

HOHLFELDT, Antonio; FRANÇA, Vera; MARTINO, Luiz. **Teorias da comunicação.** Petrópolis: Vozes, 2001.

IVC (Instituto de Verificação da Circulação). **Dados da circulação de jornais impressos brasileiros.** Rio de Janeiro: janeiro de 2009.

JACKS, Nilda, MACHADO, Márcia B. y MÜLLER, Karla. **Hermanos pero no mucho: el periodismo narra la paradoja de la fraternidad y rivalidad entre Brasil y Argentina.** Buenos Aires: La Crujía, 2004.

JOHNSON, Richard. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LUSTOSA, Elcias. **O texto da notícia.** Brasília: UnB, 1996.

MACHADO, Felipe Viero Kolinski; SANTI, Vilso Junior Chierentin & AMARAL, Márcia Franz. **A representação da mídia no jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** Santa Maria: JAI/UFSM, 2008.

MAINGUENAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação.** São Paulo: Cortez, 2002.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. América Latina e os Anos Recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In SOUZA, Mauro Wilton de (org.). **Sujeito, o Lado Oculto do Receptor.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações: Comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. “Pistas para entre-ver meios e mediações”. In: prefácio a 5ª edição castelhana incluída na reimpressão de **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

- MASCARELLO, Fernando. Notas para uma teoria do espectador nômade. In RAMOS, Roberto (org.). **Mídia, Textos & Contextos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p.147-178.
- MASCARELO, Fernando. **Os Estudos Culturais e a Espectorialidade Cinematográfica: uma abordagem relativista**. São Paulo: ECA/USP, 2004.
- MIRANDA, Luciano. **Pierre Bourdieu e o campo da comunicação**. Dissertação: UFRGS, 2000.
- MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- OSBECK, L. M. & NERCESSIAN, J. **The distribution of representation**. Journal of the Theory of Social Behaviour, vol. 36, 2006, pg.141-160.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. Campinas: Unicamp, 1988.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso**. Campinas: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 1995.
- PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge & BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008. p.125-145.
- PONTE, Cristina. **Leituras das notícias – contributos para uma análise do discurso jornalístico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- PREVEDELLO, Carine Felkl. **Representações no jornalismo popular: a cidadania no discurso do Extra (RJ)**. Dissertação: UFSM, 2008.
- PUCHTA, Cláudia. **Foucs group practice**. Thousand Oaks: Sage, 2004.
- RIBEIRO, Eduardo. A RBS busca hegemonia nacional na mídia. **Comunique-se**, 6 out. 2002. Jornalistas & Jornalistas. Disponível em: <<http://www.comunique-se.com.br>>. Acesso em: 7 out. 2004.
- ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **O litígio discursivo materializado no MST: a ferida aberta na nação**. 2002. Tese. Ribeirão Preto: USP, 2002.
- SANTI, Vilso Junior Chierentin. **Um jogo sem final: a relação Lasier Martins e MST no contexto da recepção**. 2006. Monografia. Pelotas: UCPel, 2006.
- SCHMEIL, Lílian. **Alquilase uma isla: turistas argentinos em Florianópolis**. Dissertação: UFSC, 1994.

SOARES, Murilo César. **Representações e comunicação: uma relação em crise.** Revista Líbero, vol. 10, n. 20, 2007, pg. 47-56.

STÉDILE, João Pedro; GÖRGEN, Frei Sérgio. **A Luta pela Terra no Brasil.** São Paulo: Scritta: 1993.

STRELOW, Aline do Amaral Garcia. **Análise Global de Periódicos Jornalísticos (AGPJ): uma proposta metodológica para o estudo do jornalismo impresso.** 2007. Tese. Porto Alegre: PUCRS, 2007.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge & BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2008. p. 51-61.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 2003.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Vozes, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** Lisboa: Veja, 1993.

TRAQUINA, Nelson. Teoria das notícias: o estudo do jornalismo no século XX. In: **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo.** Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo.** A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa internacional. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas.** São Paulo: Summus, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo da Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1990.

VERÓN, Eliseo. **Construir el acontecimiento.** Barcelona: Gedisa, 1995.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação.** Lisboa: Presença, 2001.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e Diferença. Vozes, Petrópolis, 2000.

ZELIZER, Barbie. Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo 2000. Revista de Comunicação e Linguagens.** Lisboa: Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, Universidade Nova de Lisboa. Fevereiro 2000, n. 27, p 33-61.

ZERO HORA, Porto Alegre (RS) 12 abr. 2008.

ZERO HORA, Porto Alegre (RS) 14 abr. 2008.

ZERO HORA, Porto Alegre (RS) 15 abr. 2008.

ZERO HORA, Porto Alegre (RS) 16 abr. 2008.

ZERO HORA, Porto Alegre (RS) 17 abr. 2008.

ZERO HORA, Porto Alegre (RS) 19 abr. 2008.

ZERO HORA, Porto Alegre (RS) 28 abr. 2008.

ZERO HORA, Porto Alegre (RS) 04 mai. 2008.

ZERO HORA, Porto Alegre (RS) 09 mai. 2008.

ZERO HORA, Porto Alegre (RS) 12 mai. 2008.

ZERO HORA, Porto Alegre (RS) 13 mai. 2008.

ZERO HORA, Porto Alegre (RS) 14 mai. 2008.

ZERO HORA, Porto Alegre (RS) 15 mai. 2008.

ZERO HORA, Porto Alegre (RS) 16 mai. 2008.

ZERO HORA, Porto Alegre (RS) 18 mai. 2008.

ZERO HORA, Porto Alegre (RS) 19 mai. 2008.

ZERO HORA, Porto Alegre (RS) 20 mai. 2008.

ZERO HORA, Porto Alegre (RS) 21 mai. 2008.

**APÊNDICE A –
DA *PRODUÇÃO*:
ENTREVISTAS COM OS JORNALISTAS**

APÊNDICE B –
DO *TEXTO*:
MATÉRIAS PUBLICADAS PELO JORNAL ZERO HORA

APÊNDICE C –
DA *LEITURA*:
GRUPO FOCAL COM OS AGRICULTORES SEM-TERRA